

BIBLIOTECA
DO
Ministério da Fazenda



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS GERAIS
DA UNIÃO

EXERCÍCIO
DE
1983

RELATÓRIO

336.181
C759b

(203)

R E L A T Ó R I O

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

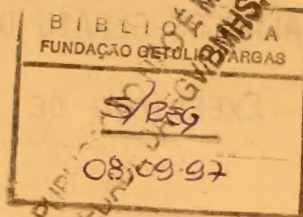
PARTE II

**A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL**

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA CENTRAL DE CONTROLE INTERNO



RECATÓRIO

PARTES

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTES

A EXERCÍCIO DO ORÇAMENTO

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ANTONIO DELFIM NETTO

SECRETARIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SECIN

FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Contabilidade: JOSÉ AUGUSTO TAVEIRA FILHO

Secretário de Administração Financeira: DIMAS MOREIRA

Secretário de Auditoria: ABEL LEITE DE ANDRADE

Secretário de Normas e Desenvolvimento: ANTÔNIO SANTOS DE
OLIVEIRA

Secretário de Processamento de Dados: FERNANDO MEJDALANI
NEVES

Diretor de Apoio Administrativo: SÉRGIO AUGUSTO DE LIMA
RODRIGUES

JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-GHEFE DO SECRETARIA-DE PLANEJAMENTO

ANTONIO DELFIN NETTO

SECRETARIO-CHEFE DO CONTROLE INTERNO-ECIN

FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CHEFE DO CONTROLE INTERNO

SECRETARIO DE CONTABILIDADE: JOAO AUGUSTO TAVIRA NETTO

SECRETARIO DE ADMINISTRACAO: FERNANDO VIANA MOREIRA

SECRETARIO DE AUDITORIA: JOAO DE MOURA

SECRETARIO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS: ANTONIO CARLOS DE

OLIVEIRA

SECRETARIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS: FERNANDO MURARI

NETTO

DIRETOR DE LOGISTICA: JOAO AUGUSTO DE

NETTO

DELEGADOS-REGIONAIS DE AUDITORIA

Distrito Federal: ATALIBA ALMEIDA FILHO

Rio de Janeiro: IRAN DE ABREU MARTINS

DELEGADOS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Acre: ANTONIO ANASTÁCIO GUIMARÃES

Alagoas: SÉRGIO SEBASTIÃO MARQUES DA MOTA

Amazonas: MÁRIO QUEIROZ DE MACÊDO

Bahia: MARIA LUIZA PROTÁSIO SANTOS

Ceará: MARIA CLEIDE FELÍCIO DE MENEZES

Espírito Santo: MARIA DO CARMO CUNHA DE ALBUQUERQUE

Goiás: WALDYR DIVINO PORTO LIMA

Maranhão: ADNEY MARQUES MACIEL

Mato Grosso: ELAIR PADILHA DA SILVA MIRANDA

Minas Gerais: JUDITE FRANKLIN VIDAL

Pará: SALIM TUFY LHEIS

Paraíba: MARCELO XAVIER

Paraná: CÉZAR AUGUSTO INCOT

Pernambuco: JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO

Piauí: MÁRIO RODRIGUES DE AZEVEDO

Rio Grande do Norte: CELY CHAVES DE MOURA

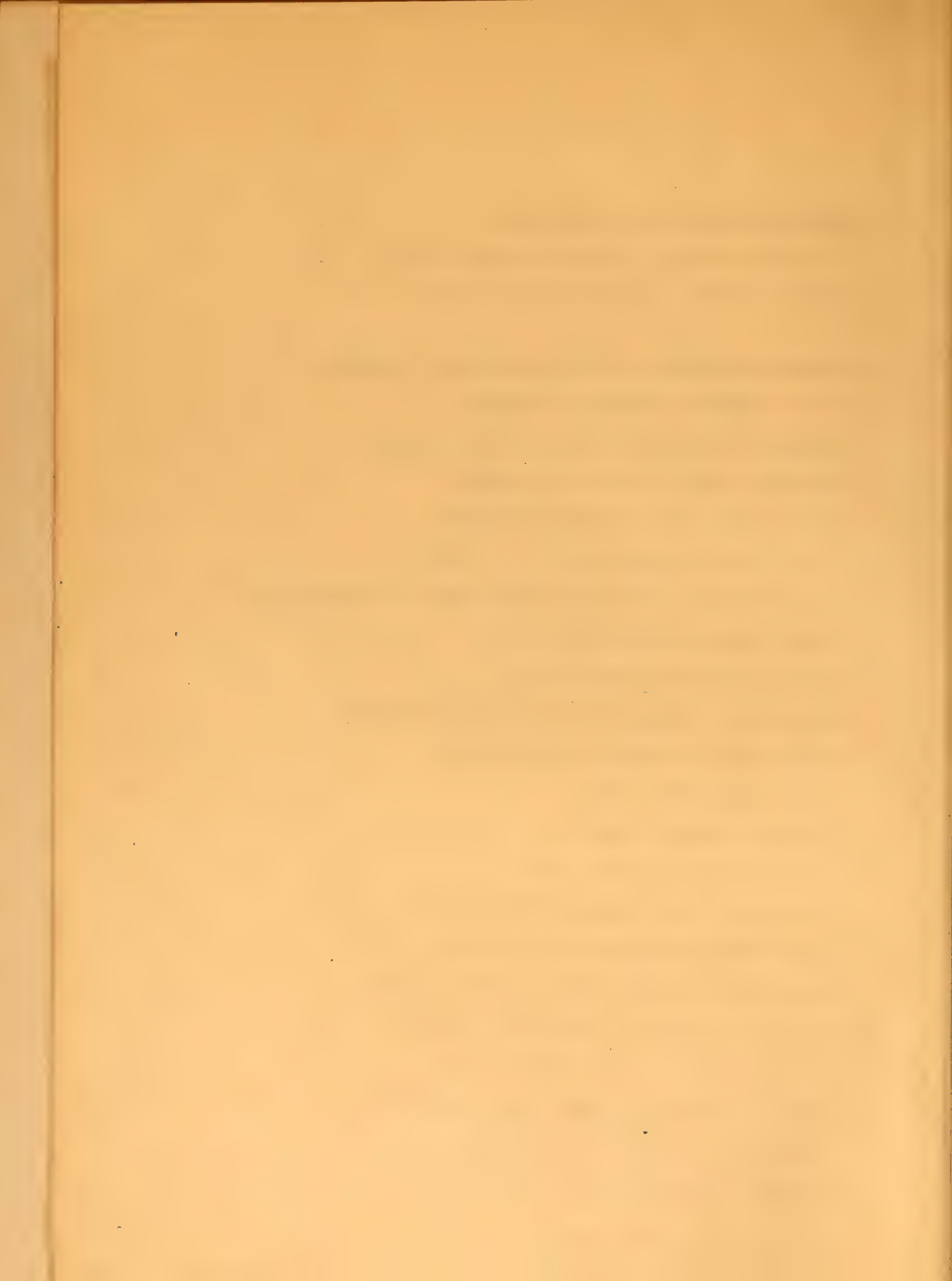
Rio Grande do Sul: VALTER LUIZ SASSEN

Rio de Janeiro: GERALDO DE CASTRO

Santa Catarina: DJALMA CARLOS BERTONCINI

São Paulo: OSWALDO CEVOLI FILHO

Sergipe: ANABOR DA SILVA SOUZA



PODER EXECUTIVO

SECRETÁRIOS DE CONTROLE INTERNO E AUTORIDADES EQUIVALENTES

Aeronáutica: TABIRA DE BRAZ COUTINHO

Agricultura: JOSÉ DANIEL DE ALENCAR

Comunicações: JORGE HELMO DOMINGUES SOARES

DASP/PR: HAMILTON FAVILLA

Educação e Cultura: MARCOS VINICIUS MENDES BASTOS

Exército: MÁRIO SILVA O'REILLY SOUSA

Fazenda: MANOEL FRANCISCO CANCELLA

Indústria e do Comércio: EVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Interior: LUIZ MILITINO DE VASCONCELOS

Justiça: HAROLDO MATEU VENÂNCIO

Marinha: GERALDO SOUZA VIEIRA

Minas e Energia: FRANCISCO DAS CHAGAS MARIANO

Previdência e Assistência Social: ZELY PINHEIRO DIAS PEREIRA

Relações Exteriores: ALCIDES DA COSTA GUIMARÃES FILHO

Saúde: ULYSSES CÉSAR DE MELO

SEPLAN/PR: SUMIE BUTUEM

SNI/PR: NELSON BARCELOS DA VEIGA FILHO

Trabalho: JOSÉ CARLOS ANTÔNIO

Transportes: JOSÉ XAVIER DE SÁ

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1983

RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO-
-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA, PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO, PELO SECRE-
TÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, FERNANDO DE OLIVEIRA.

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL



SUMÁRIO

	Páginas
Apresentação.....	1

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

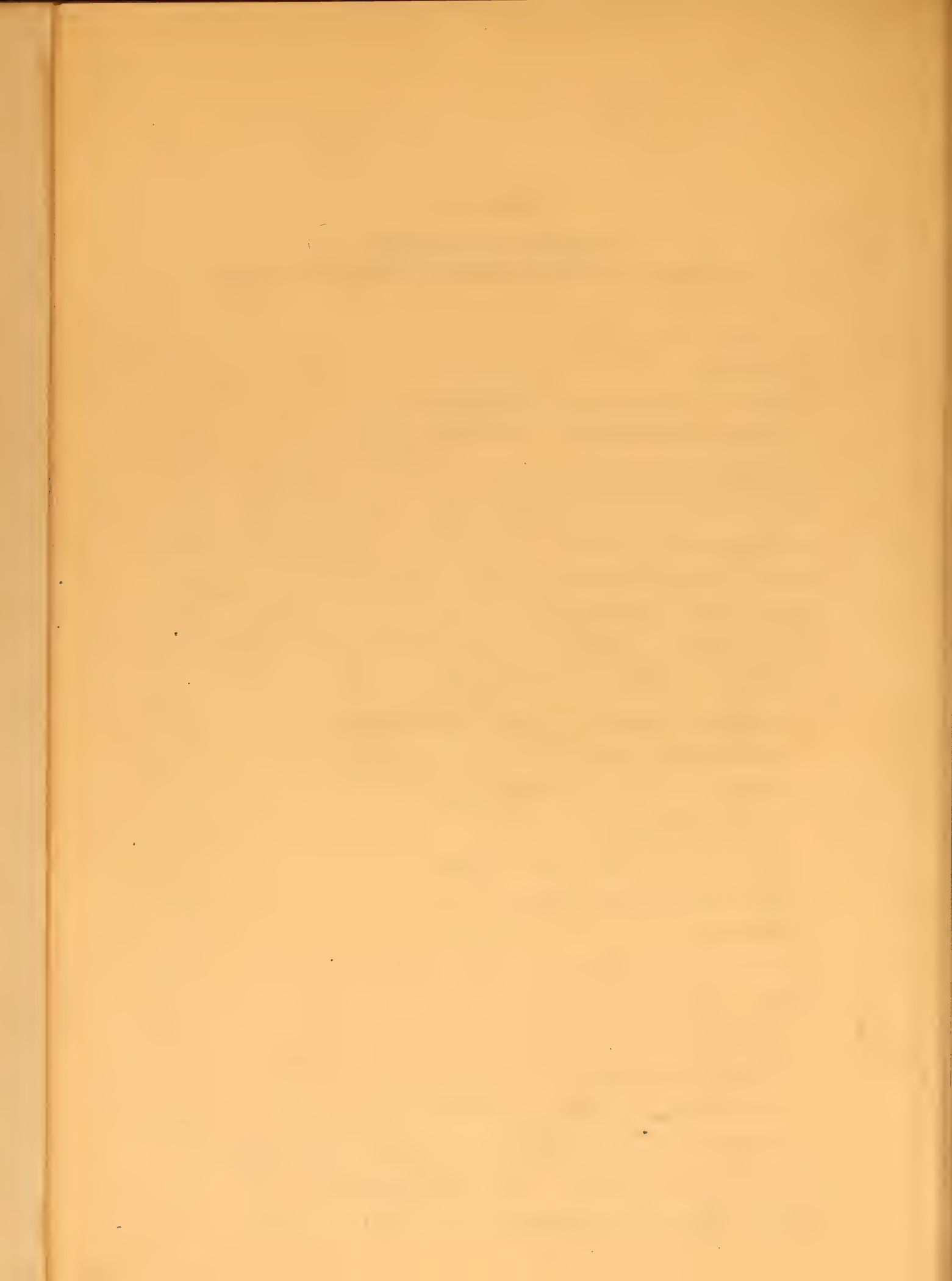
Instruções Normativas - Ementas.....	8
Ofícios-Circulares.....	12
Portarias.....	30
Novo Plano de Contas Único.....	33
A Centralização do Sistema de Auditoria.....	37
Processamento de Dados.....	41
Cursos, Palestras, Conferências e Treinamentos.....	47
Centralização ou Descentralização?.....	55
A Penosa Montagem do Sistema de Controle Interno....	60
Edifício-Sede da SECIN/SEPLAN/PR.....	64
Visita às DECOF's nos Estados.....	68
Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada-de-Contas da Câmara dos Deputados.....	71
Anexos:	
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001/83.....	73
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002/83.....	74
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003/83.....	75
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004/83.....	76
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83.....	80
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006/83.....	83
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007/83.....	86
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008/83.....	87
ADENDOS A IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006/82.....	89



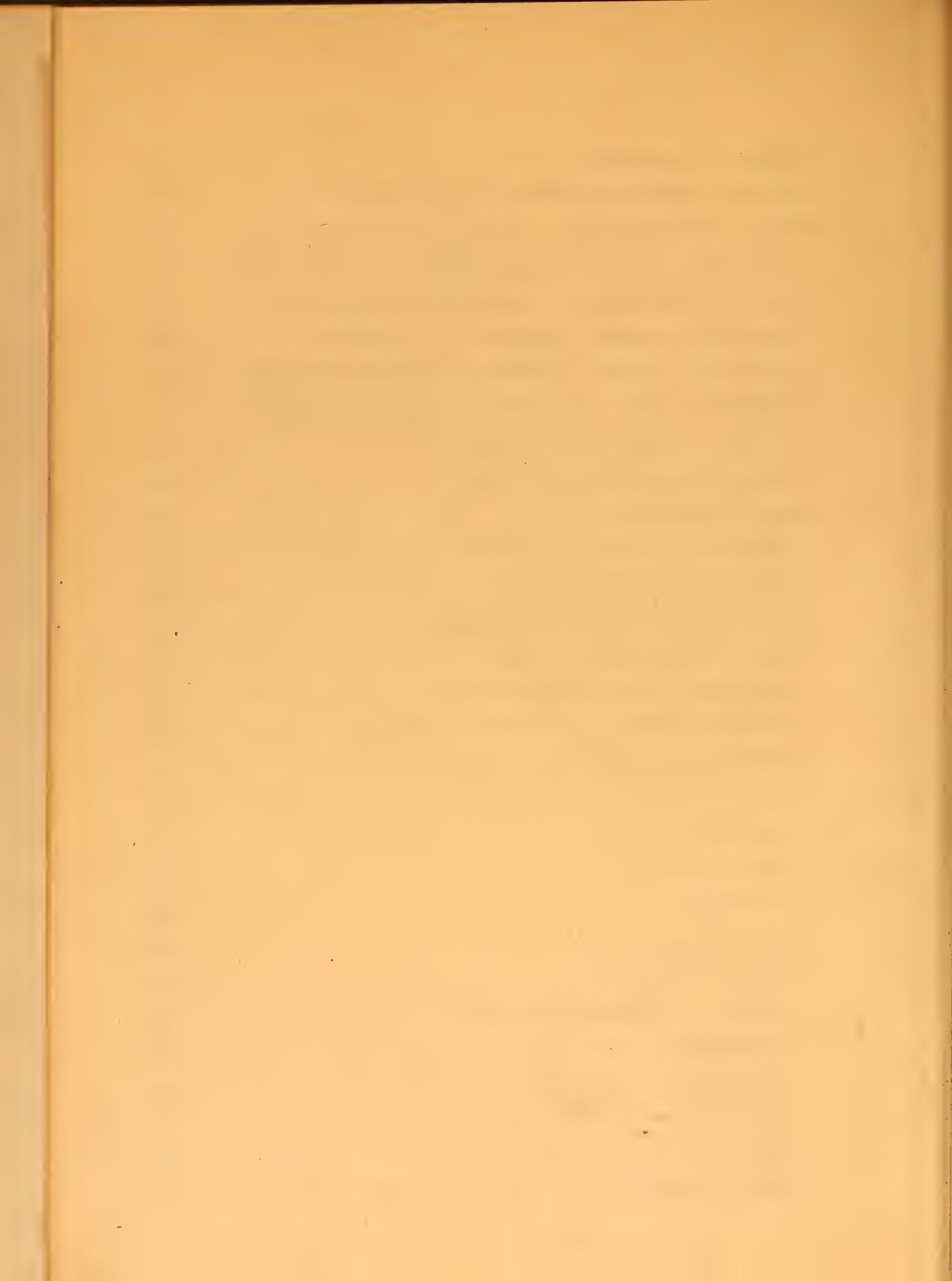
PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A Execução do Orçamento.....	95
Introdução.....	95
Créditos Suplementares (Autorizados).....	97
Créditos Suplementares (Abertos).....	99
Créditos Especiais.....	100
Créditos Extraordinários.....	101
Despesa Autorizada (Total).....	102
Programação Financeira.....	104
A Realização da Receita.....	106
Novo Elenco da Receita.....	106
Realização da Receita.....	107
A Receita Orçamentária Realizada.....	110
Segundo as Regiões Arrecadadoras.....	110
Unidades Federativas mais Expressivas.....	110
Arrecadação por UF's em Ordem Alfabética.....	111
Receita das UF's/Comparativo 1983/1982.....	113
Receita Comparada - 1982/1983.....	116
Elenco de Impostos.....	117
Análise dos Principais Impostos.....	118
Imposto Territorial Rural.....	129
FINSOCIAL.....	132
Incentivos Fiscais.....	133
Balanco Orçamentário.....	135
A Execução da Despesa.....	136
Despesa por Função.....	141
Despesas de Pessoal.....	142
Resultado da Execução Orçamentária.....	143
Poupança do Setor Público.....	143
Transferências do Orçamento Fiscal para o Monetário.....	145
Administração Indireta - Fluxo dos Balanços.....	148
Fundos Especiais Autônomos.....	151



Entidades (Mutações).....	155
Visão dos Dispendios Públicos por Entidade.....	157
Quadros Demonstrativos.....	158
Confronto entre a Receita Estimada e a Arrecadada.....	159
Receita Orçamentária - 1980/1983.....	160
Receita Orçamentária - Por Unidade Federativa.....	161
Despesa por Órgãos, segundo a sua Natureza.....	162
Despesa por Funções segundo a Categoria Econômica.....	163
Despesa da União - Categorias Econômicas-1980/1983.....	164
Despesa da União - Ministérios/Órgãos-1980/1983.....	165
Despesa por Unidade da Federação.....	166
Dívida Ativa da União - 1983.....	167
Balanco Financeiro.....	169
Operações de Receita e Despesa.....	169
Operações Orçamentárias.....	170
Operações Extraorçamentárias.....	172
Interligação - Sistemas Contábeis.....	173
Saldo do Exercício de 1982.....	173
Saldo para o Exercício seguinte.....	174
Dívida Flutuante - Letras do Tesouro.....	175
Agentes Financeiros.....	175
Balanco Patrimonial.....	178
Ativo e Passivo.....	178
Financeiro.....	179
Disponível.....	179
Vinculado.....	180
Realizável.....	180
Exigibilidade.....	181
Restos a Pagar.....	182
Pendente - Devedores/Credores.....	182
Permanente.....	183
Créditos.....	183
Dívida Ativa - Comentário.....	184
Valores.....	185
Diversos.....	185
Saldo Patrimonial.....	186



Resultado Financeiro.....	187
Resultado Patrimonial.....	188
Balanco de Compensação.....	193
Explicação necessária.....	193
Ativo Compensado.....	194
Passivo Compensado.....	195
Exibição de Superávits.....	197
O Silêncio do Mutirão.....	199
Gráficos.....	202

MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Desempenho das Autoridades Monetárias.....	216
Programação Financeira e Desempenho da	
Caixa do Tesouro Nacional.....	227
Administração Tributária.....	235
Mercado Segurador Nacional.....	249
Sistema Nacional de Seguros Privados.....	267
O Desempenho da Economia Brasileira.....	274

Agradecimento Final.....	312
--------------------------	-----





APRESENTAÇÃO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO
DD. MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência o presente

RELATÓRIO

em que a Secretaria-Central de Controle Interno expõe as atividades técnicas e administrativas praticadas no decurso do exercício financeiro de 1983.

Este relatório é uma das peças articuladas aos Balanços-Gerais da União de 1983, cujo complexo é assim identificado:

1º VOLUME - RELATÓRIO

PARTE I - *Atividades Administrativas*

PARTE II - *A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal*

2º VOLUME - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARTE I - *Administração Direta*

PARTE II - *Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações*

3º VOLUME - RECEITA E DESPESA

PARTE I - *Receita Orçamentária Prevista e Realizada*

PARTE II - *Despesa Orçamentária Autorizada*

PARTE III - *Despesa Orçamentária Realizada*

O 1º Volume agrega os Balanços-Gerais propriamente ditos e assim compilados:

PARTE I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, *refletor das receitas previstas e as despesas autorizadas, postas em confronto com as respectivamente realizadas e evidenciando o resultado colhido;*

BALANÇO FINANCEIRO, *divisor das receitas e despesas orçamentárias, dos ingressos e dispêndios extraorçamentários e das disponibilidades financeiras;*

BALANÇO PATRIMONIAL, *identificador do Ativo e Passivo Financeiros, do Ativo e Passivo Permanentes e do Saldo Patrimonial; e*

CONTAS DE COMPENSAÇÃO, *a exibir as contas de ordem representativas de direitos e obrigações assumidos pela administração federal e cujos atos e fatos afetem ou venham a afetar o patrimônio público.*

PARTE II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações)

Aqui são transcritos os Balanços Financeiros e Patrimoniais das entidades componentes da adminis -



tração indireta, exceto as sociedades de economia mista. No caso específico dos fundos especiais autônomos, reportamo-nos às páginas 153/155 de nosso Relatório ligado aos Balanços de 1982, em que mostrávamos a singular figura dicotômica desses organismos — colocados sob a Administração Direta, mas, praticando operações autônomas típicas da Administração Indireta.

O 3º e último Volume condensa a Receita Orçamentária, prevista e arrecadada, bem assim, a Despesa Orçamentária, autorizada e realizada, inclusive os compromissos do exercício a liquidar (Restos a Pagar) e os créditos não objeto de empenho (Créditos não Utilizados).

O ano de 1983 caracterizou-se, em relação à Secretaria-Central de Controle Interno, por três eventos de suma importância:

- a) a efetiva instalação física no Edifício "INTERCON", a partir de 07 de março de 1983, pondo fim às sucessivas dificuldades que desde 1980 vinham estorvando a implementação do órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria;
- b) a centralização dos procedimentos auditoriais de tomadas e prestações-de-contas do exercício de 1982, com a decorrente desativação das divisões de auditoria alojadas na estrutura das antigas Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios Civis; e
- c) a adoção de novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, presente a preocupação habitual de dotar a Contabilidade Pública dos aperfeiçoamentos e correções sugeridos pelos matizes do dinamismo das operações.



Os preparativos para a auditoria de programas foram integralmente concluídos de forma a iniciar, em janeiro de 1984, os trabalhos de acompanhamento físico-financeiro de projetos/atividades, cuja concepção prossegue aceleradamente. Implantado o sistema de acompanhamento físico-financeiro, passar-se-á a melhor compreender os benefícios que a auditoria programática proporcionará.

Esta será ativada paralelamente aos resultados colhidos nas diferentes fases de execução — de sorte a acionar prontamente os mecanismos de correção — em lugar de observar somente no fim da obra ou serviço, através da auditoria de programas, se o produto final estará correspondendo às especificações determinadas.

É de nosso dever consignar os agradecimentos da Secretaria-Central de Controle Interno, que são pessoalmente nossos, também:

- a) à Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR, conduzida por Dr^a Sumie Butuem, por haver compartilhado conosco, de janeiro de 1980 a 07 de março de 1983, as salas, equipamentos, a constante colaboração e, em especial, a costumeira amabilidade de todos os seus liderados;
- b) às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, Órgãos da Presidência da República e Unidades de igual atribuição dos Ministérios Militares, pela apreciável e sempre estreita cooperação a nós emprestada;
- c) ao Departamento de Pessoal da SEPLAN/PR, conduzido pelo Dr. Gilson Ribeiro Reis e sua equipe, pela inextinguível atenção com que nossos problemas de pessoal foram de imediato solucionados, em todas as DECOF's nos Estados e na própria sede da SECIN;



- d) ao Departamento de Administração da SEPLAN/PR, dirigido pelo Dr. José Clemente de Moura e seus companheiros, pelo decidido apoio dado às obras do Edifício "INTERCON", cuja entrega definitiva nos foi feita em 07/03/83, assim como às DECOF's nos Estados, dotando-as de meios para cumprir suas tarefas;
- e) a todas as organizações, públicas ou privadas, autoridades e pessoas que, por qualquer modo, contribuíram para melhorar ou divulgar os procedimentos de nossa repartição, seja por via de colaboração direta, seja através de mensagens e estímulos reproduzidos pela imprensa escrita, falada e televisada; e
- f) aos companheiros da SECIN, do mais graduado ao mais modesto colaborador, desde o Acre até Sergipe e o Distrito Federal, pela pronta aceitação dos imensos desafios que fomos forçados a impor e dos quais se desincumbiram bem, num testemunho de que é possível enfrentar e vencer causas difíceis, sempre que houver ânimo forte para isso. Bem sabemos que esse esforço foi oferecido independentemente de intuítos retributórios, que urge corrigir e melhorar, porque modestos em relação à qualidade dos trabalhos técnicos que a Constituição e a Lei nos impõem.

E a Vossa Excelência, Professor Delfim Netto, o nosso melhor agradecimento. O Sistema de Controle Interno, como um todo, e a Secretaria-Central, em particular, são muito reconhecidos pelas atenções jamais recusadas, pelo franco acolhimento de nossas propostas e reivindicações e, derradeiramente, pela confiança em nós depositada.

Respeitosamente,


FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno



PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS



INSTRUÇÕES NORMATIVAS



INSTRUÇÕES NORMATIVAS BAIXADAS PELA SECIN NO EXERCÍCIO DE 1983

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 17 DE JANEIRO DE 1983

Atualiza o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, criando as contas 2.08.26 - Submúltiplos de Cruzeiro - IN/SECIN/Nº 4/82, 3.03.07 - Participação em Fundos Rotativos, 3.03.08 - Patrimônio Líquido - Fundações, 3.03.09 - Outras Participações e 3.24.02 - Submúltiplos de Cruzeiro - IN/SECIN/Nº 4/82, e altera a conta 3.03.01 - Ações de Sociedades de Economia Mista.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 29 DE MARÇO DE 1983

Edita novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, subsequente ao aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, consolidando alterações e aperfeiçoamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 1983

Aprova adequações ao Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, editado pela IN/SECIN/Nº 002, de 29.03.83.



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004,
DE 15 DE JULHO DE 1983

Disciplina os procedimentos de concessão, liberação de recursos e prestação-de-contas de subvenções sociais e auxílios financeiros.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005,
DE 03 DE AGOSTO DE 1983

Disciplina a elaboração e o destino de documentos contábeis com o objetivo de compatibilizá-los ao novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta implantado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29.03.83, complementado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, de 29 de junho de 1983.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

Disciplina a distribuição de exemplares dos Balanços-Gerais da União elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno e compostos de:

- a) 1º Volume - RELATÓRIO
 - Parte I - Atividades Administrativas
 - Parte II - A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal
- b) 2º Volume - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 - Parte I - Administração Direta
 - Parte II - Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações
- c) 3º Volume - RECEITA E DESPESA
 - Parte I - Receita Orçamentária - Prevista e Realizada
 - Parte II - Despesa Orçamentária - Prevista
 - Parte III - Despesa Orçamentária - Realizada

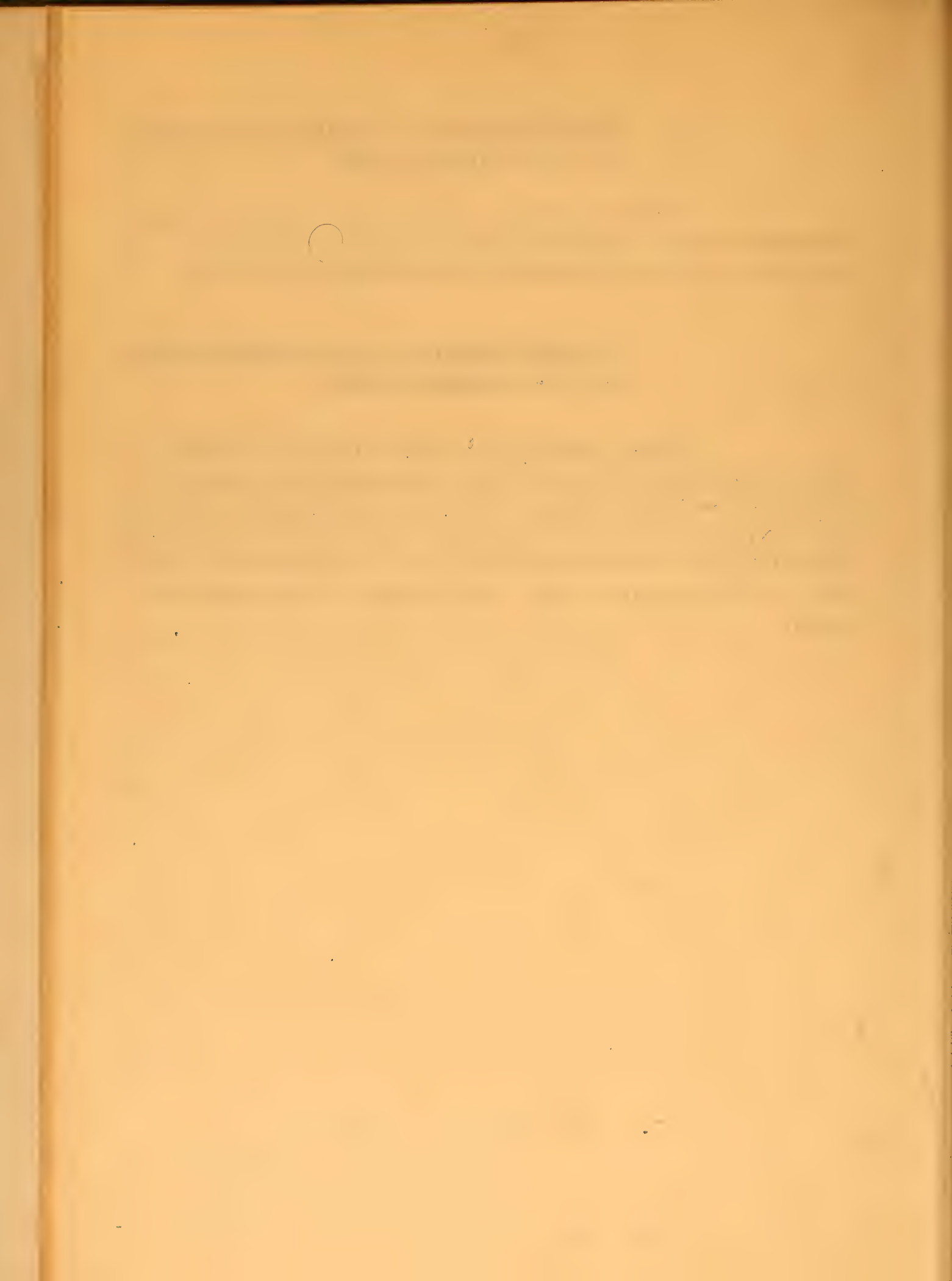


INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

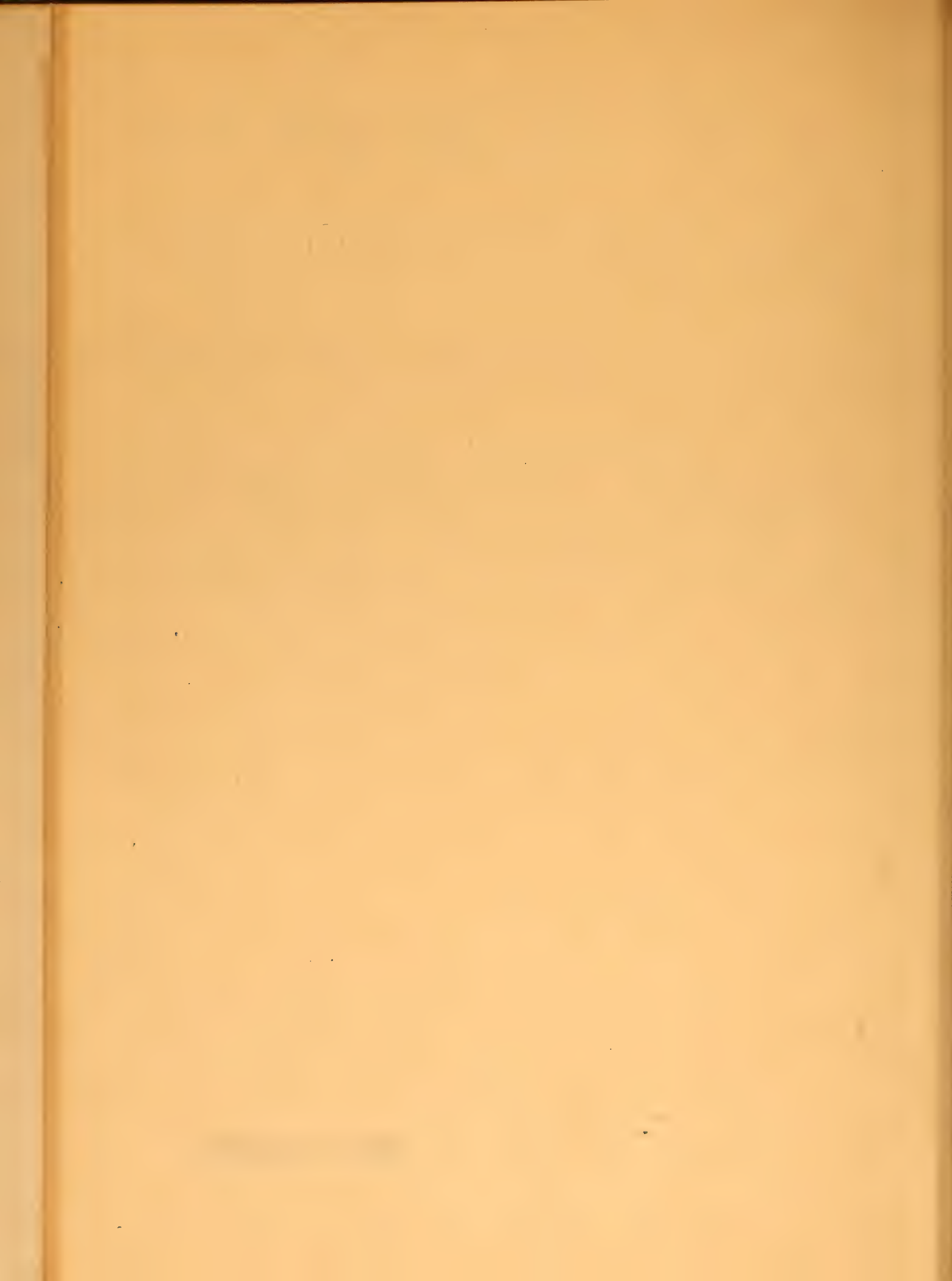
Altera os prazos de entrega de balancetes mensais e demonstrativos à Secretaria-Central de Controle Interno, de que trata a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008,
DE 02 DE DEZEMBRO DE 1983

Delega competência a Secretários de Controle Interno e Autoridades de atribuição equivalente para proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas no próprio exercício, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR/Nºs 003, de 18 de dezembro de 1980 e 004, de 30 de agosto de 1982, explicitados os fluxos que recomendam.



OFICIOS-CIRCULARES



OFÍCIOS CIRCULARES EXPEDIDOS PELA SECIN NO EXERCÍCIO DE 1983

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 01,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Boletins Internos e Relatórios

Recomenda sejam sustadas novas edições de boletins internos e relatórios expondo assuntos administrativos no âmbito das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Restos a Pagar de 1982

Orienta sobre rotina a ser seguida para apurar e registrar os valores de Restos a Pagar de 1982, em cada Capital de Estado.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 03,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Restos a Pagar de 1982 - Inscrição

Retransmite, sob cópia, o ofício circular nº 02, originalmente encaminhado apenas às Delegacias -Regionais de Contabilidade e Finanças.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60601-3043
TEL: (773) 837-3000
FAX: (773) 837-3000

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 04,
DE 07 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Processo DASP-22706/82 - Primeira composição das categorias funcionais do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno.

Oferece cópia de peças constitutivas do processo em referência e no qual a Secretaria de Pessoal Civil-DASP fixou a orientação aplicável à primeira composição das categorias funcionais do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 05,
DE 12 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Fundos Especiais Autônomos

Presta esclarecimentos sobre a matéria em referência.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 06,
DE 14 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis - 1982

Solicita às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças o encaminhamento do rol de responsáveis de 1982.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 07,
DE 14 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis - 1982

De teor idêntico ao anterior, dirigido às Secretarias de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 08,
DE 18 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Entidades da Administração Indireta - Balanço - Geral da União/1982

Solicita às Secretarias de Controle Interno o encaminhamento dos balanços financeiro e patrimonial do exercício de 1982 contendo as operações das autarquias, fundações e empresas públicas e pelhadas nos modelos que anexa.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 09,
DE 18 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Plano de Contas - Atualizado

Oferece exemplar da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, de 17 de janeiro de 1983.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 10,
DE 20 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis/1982 - Administração Indireta

Solicita às Secretarias de Controle Interno o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de rol de responsáveis pelas entidades da administração indireta, referente ao exercício de 1982.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 11,
DE 25 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Guia Financeira/Exigência da Ciset/MEC

Transmite, sob cópia, o ofício nº 034, encaminhado à Ciset/MEC, através do qual torna sem efeito sua exigência de que as unidades gestoras preencham sem "guia financeira" ao encaminhar seus documentos às DECOF's/SECIN.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 12,
DE 25 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Guia Financeira/Exigência da Ciset/MEC - Descabimento

Transmite, sob cópia, o ofício nº 034, encaminhado à Ciset/MEC, tornando sem efeito a exigência do documento referido.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 13,
DE 27 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS : DECOF's

ASSUNTO: Redistribuição de Pessoal

Anexa o formulário "Comunicado de Ocorrências", visando a uniformizar o tratamento de informações sobre a redistribuição de servidores dos Ministérios para as Delegacias - Regionais.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 14,
DE 31 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Autarquias - IN/SECIN/Nº 4/82

Esclarece sobre os procedimentos a serem uniformemente adotados pelas autarquias em face da disciplina da Instrução Normativa.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 15,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos
ASSUNTO: BNH/FGTS - Eliminação de Centavos

Informa sobre a expedição, pelo Banco Nacional de Habitação-BNH, da Circular nº 04/83, dirigida à rede bancária e empresas depositantes, a respeito da eliminação dos centavos de Cruzeiro nos recolhimentos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 16,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's (EXCEÇÃO DO DASP E SEPLAN)
ASSUNTO: Transferência de Bens

Encaminha cópia da Portaria SECIN/SEPLAN/PR/ Nº. 007, de 22 de fevereiro de 1983, que constitui Comissão para, no prazo de 30 dias, dar cumprimento ao artigo 22 do Decreto nº 84.362/79.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 17,
DE 01 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos
ASSUNTO: Frações de Cruzeiro

Oferece cópia do ofício SECIN/SEPLAN/PR/Nº 078, da mesma data, dirigido ao Sr. Secretário da Receita Federal para solicitar àquele órgão a remessa de instruções aos setores intervenientes do sistema de arrecadação de tributos, com vistas à eliminação das frações de Cruzeiro.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 18,
DE 08 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's (À EXCEÇÃO DO DASP E SEPLAN)

ASSUNTO: Cadastro - tomadas e prestações de contas

Oferece, para ser preenchido e devolvido, para fins de elaboração de cadastro, formulário relativo a órgãos e entidades sujeitos a tomadas e prestações de contas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 19,
DE 08 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: SECIN - Novas Instalações

Comunica que a SECIN se instalou em 07.03.83 no Edifício INTERCON, situado no SRTVS - Lote 8 - CEP. 70.330, em Brasília-DF.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 20,
DE 18 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Incentivos Fiscais - Aplicação no FINOR e FINAM - Ano Base 1982

Retransmite, sob cópia, o ofício nº 113 da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, para divulgação, pela SECIN, de matéria disciplinadora da aplicação, pelas empresas vinculadas aos respectivos Ministérios e Órgãos, de 100% das parcelas dedutíveis para incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda em favor do FINOR e FINAM (Exercício de 1983/Ano Base de 1982).

1. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10

Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

2. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

3. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

4. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

5. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

6. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

7. *Amphispiza bilineata* (Aud.)
1851 - August 19 - 10
Amphispiza bilineata (Aud.)
1851 - August 19 - 10

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 21,
DE 23 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Empresas Privatizadas - Prestação de Contas

Solicita encaminhamento, à SECIN, no prazo de 90 dias a partir da respectiva transação, da prestação de contas das empresas privatizadas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 22,
DE 22 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's e DECOF's

ASSUNTO: Servidor Redistribuído - IN/DASP/Nº 101/79

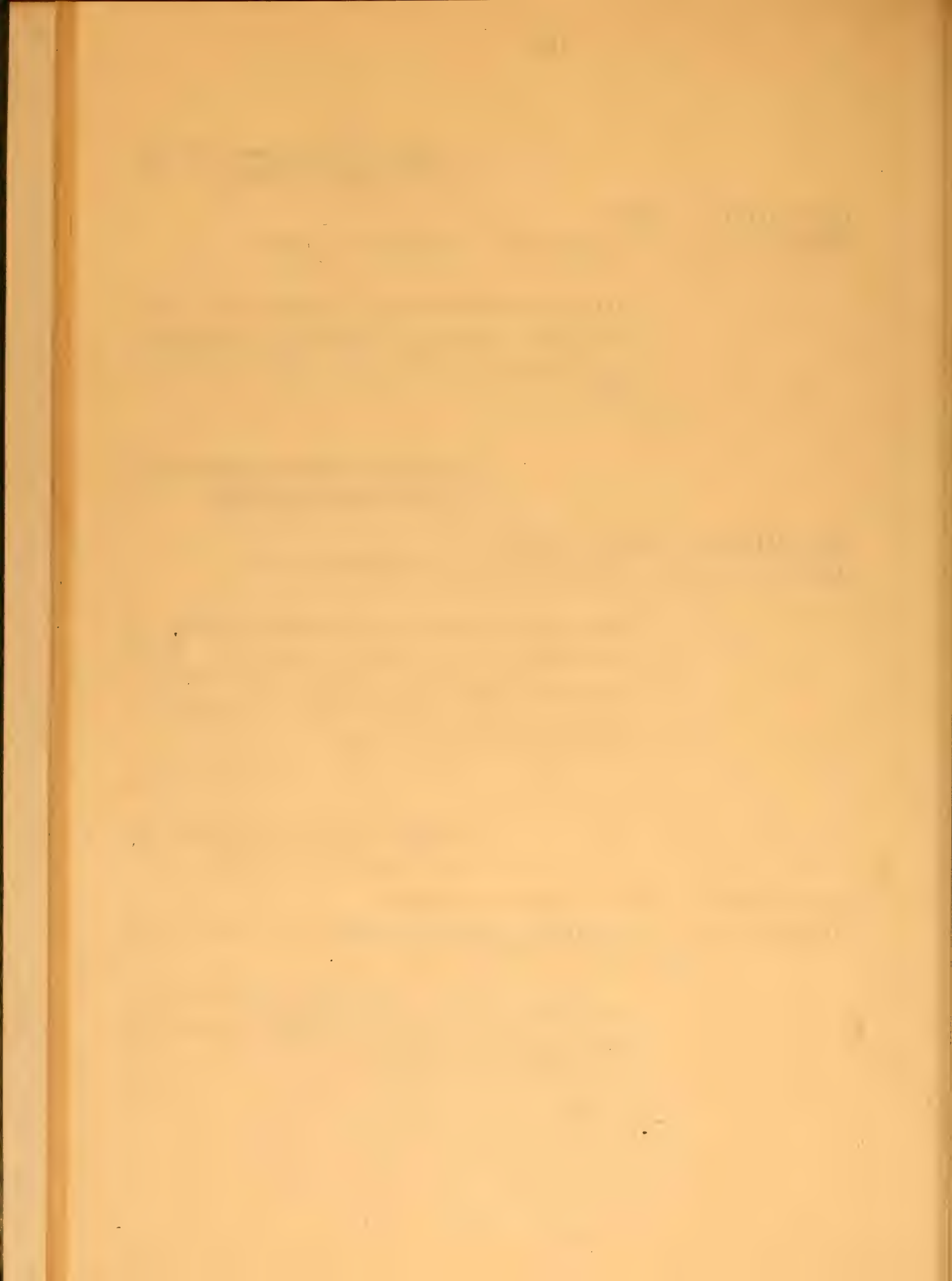
Comunica, em face da orientação constante da IN/DASP/Nº 101, de 30/03/79, que não serão acolhidos requerimentos ou pedidos formulados por servidor redistribuído postulando o retorno ao órgão de origem.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 23,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Manual de Instrução SECIN/DAPRO/Nº 1/82 - Atualização do Novo Plano de Contas Único

Atualiza o Manual de Instrução nº 1/82 para adequar o processamento de dados ao Plano de Contas Único da União.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 24,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Inspeções

Solicita encaminhamento à SECIN de cópia de toda e qualquer inspeção já realizada ou que venha a ser realizada pelas Secretarias de Controle Interno, na forma de seus Regimentos Internos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 25,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Pessoal

Solicita proceder a levantamento mensal dos gastos com remuneração de todos os servidores em exercício nas Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, conforme modelo do quadro que anexa.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 26,
DE 09 DE MAIO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Balanços-Gerais da União/1982

Oferece os três volumes dos Balanços-Gerais da União de 1982.

C

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 27,
DE 17 DE MAIO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos
ASSUNTO: Controle Interno

Retransmite comentário divulgado pela Rádio Man
chete de Brasília, em 17 de maio de 1983, no Pro
grama "CINCO MINUTOS COM ALEXANDRE GARCIA", a
respeito da Secretaria-Central de Controle Inter
no.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 28,
DE 25 DE MAIO DE 1983

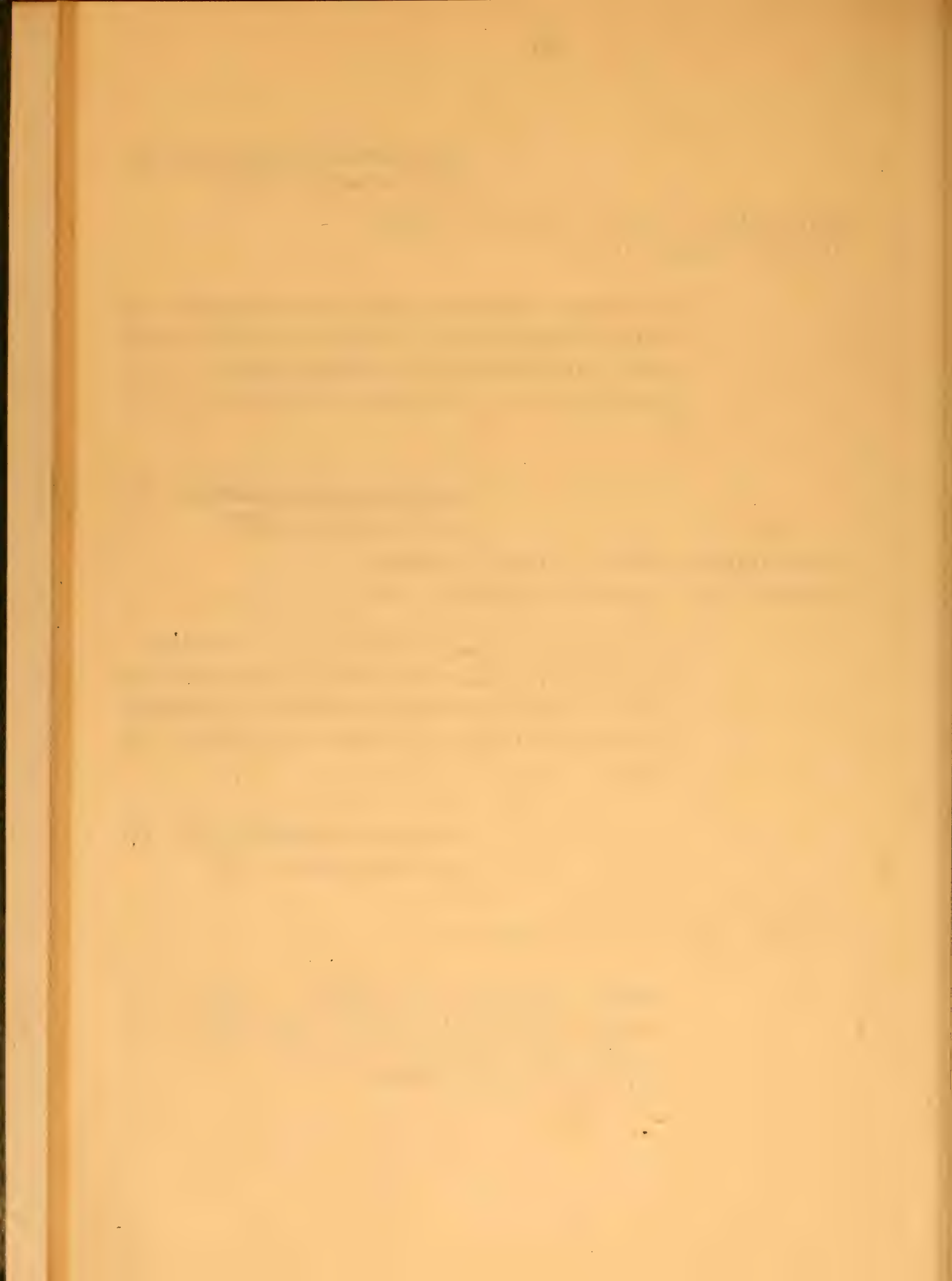
DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos
ASSUNTO: TCU - Decisão do Plenário - IAA

Oferece cópia de peças do processo nº 6021/82 -
GM/SEPLAN, relativo a Decisão do Plenário do Tri
bunal de Contas da União a propósito de inspeção
ordinária realizada no Instituto do Açúcar e do
Alcool.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 29,
DE 17 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's
ASSUNTO: Transferência de Recursos

Solicita transferir, sob destaque, à SECIN, os
recursos orçamentários dotados a programas a car
go das extintas Divisões de Auditoria das Secre
tarias de Controle Interno.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 30,
DE 23 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: IAPAS - Fração de Cruzeiro (Dec.Lei nº 1970/82)

Retransmite matéria oferecida pela Secretaria de Controle Interno da SEPLAN, a respeito da abrangência da Ordem de Serviço IAPAS/SAF/Nº 117, de 16 de março de 1983.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 31,
DE 23 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: DERAU/RJ

Comunica a nomeação do Delegado-Regional de Auditoria no Estado do Rio de Janeiro/RJ.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 32,
DE 28 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Abono Pecuniário de Férias - Classificação Orçamentária (3111-01)

Retransmite orientação sobre o assunto contida em telexograma da Secretaria de Orçamento e Finanças da SEPLAN.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 33,
DE 29 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's

ASSUNTO: Suprimento de Fundos

Retransmite resposta da SECIN à consulta da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Agricultura, favorável ao entendimento de que poderá ser concedido suprimento de fundos a unidades administrativas de pequeno porte, localizadas em pontos desprovidos de agência bancária.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 34,
DE 30 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Organização Militar do Ministério da Marinha equivalente a Secretaria de Controle Interno.

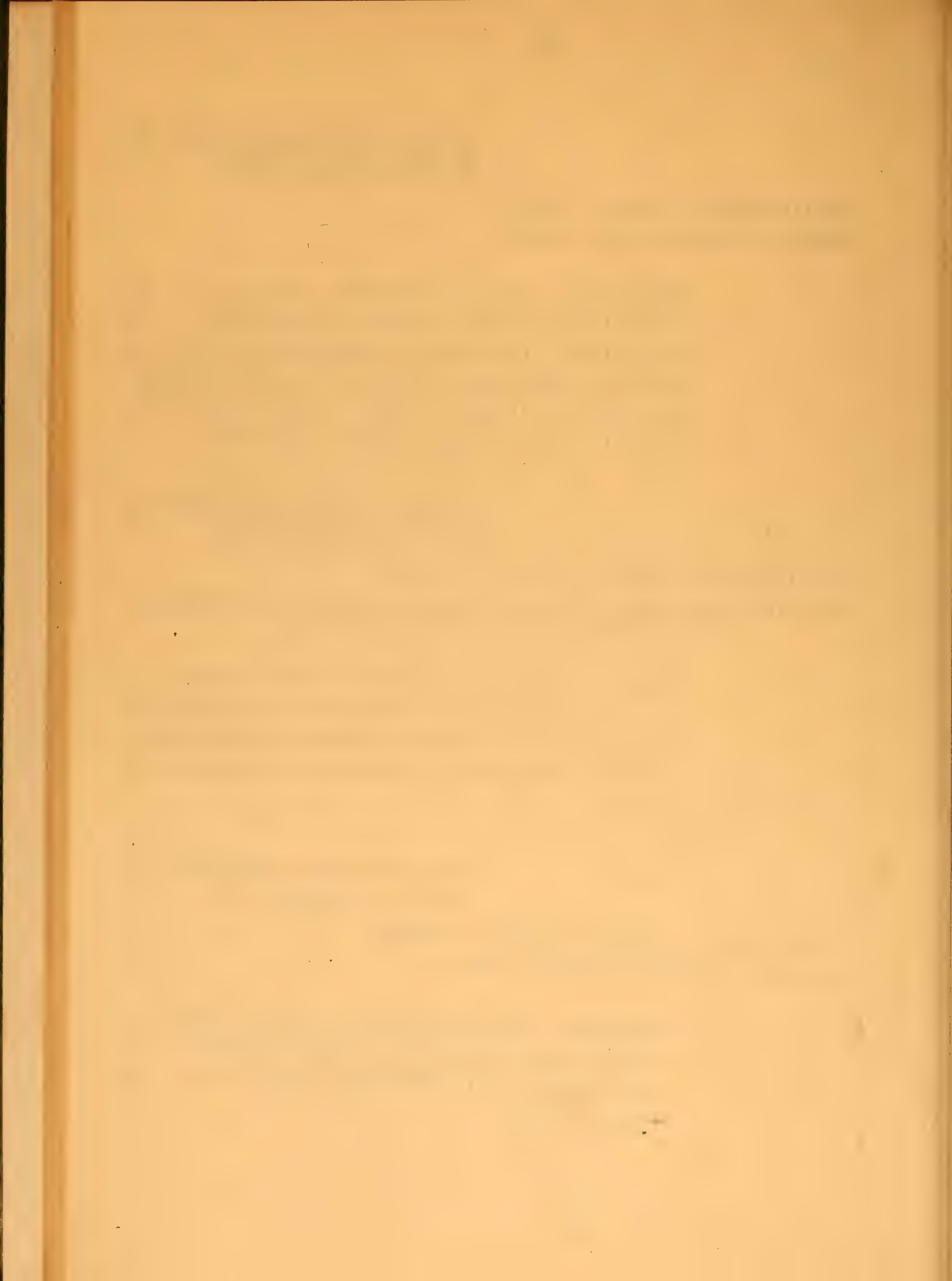
Oferece, sob cópia, o ofício nº 0317 no qual o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Marinha comunica ser a Diretoria de Finanças da Marinha a unidade equivalente a Secretaria de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 35,
DE 01 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: IN/SECIN/SEPLAN/Nº 003/83

Encaminha a Instrução Normativa em referência, que aprova alterações à Instrução Normativa nº. 002 (Plano de Contas Único da União), de 29 de março de 1983.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 36,
DE 15 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Departamentos de Pessoal e Ciset's.

ASSUNTO: Parecer COLEPE/DASP/Nº 142/83.

Encaminha o Parecer supra.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 37,
DE 15 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: DAI

Comunica designações para encargos do Grupo DAI-
-110, relativos a servidores das DECOF's.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 38,
DE 17 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: IN/SECIN/SEPLAN/Nº 004/83

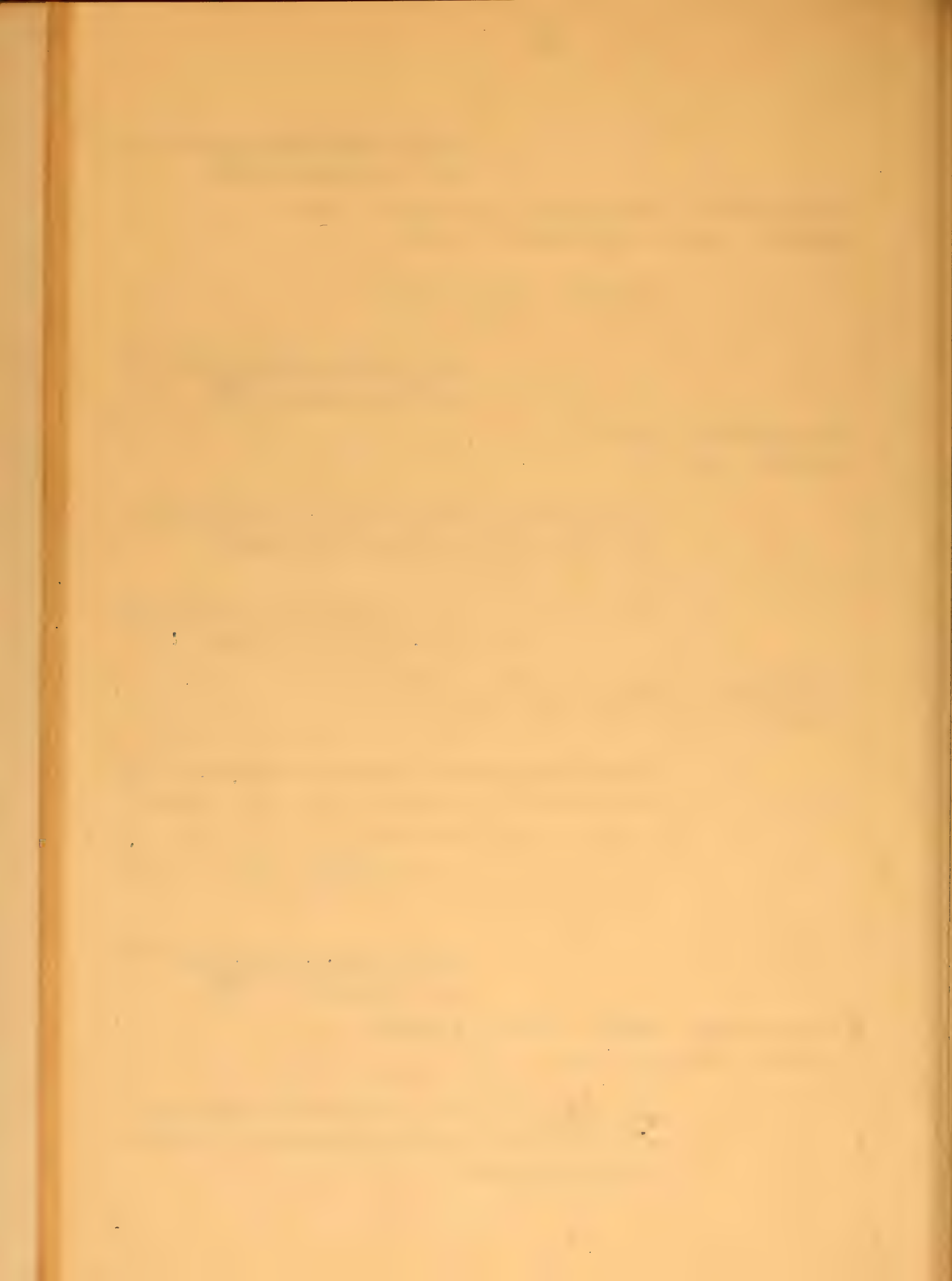
Encaminha exemplar da Instrução Normativa nº 004
da SECIN, de 15 de julho de 1983, cujo escopo é
a disciplina dos procedimentos de concessão, li-
beração de recursos e prestação de contas de sub-
venções sociais e auxílios financeiros.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 39,
DE 20 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: TCU/IRCE - PB

Esclarece, em face da solicitação da IRCE/TCU -
PB, que a matéria cabe ser remetida ao Tribunal
de Contas da União.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 40,
DE 08 DE AGOSTO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Pagamento de Tributos Federais (desprezo de centavos)

Transmite cópia da Instrução Normativa nº 078 ,
de 04 de agosto de 1983, do Secretário da Receita
Federal, sobre o desprezo de centavos no
preenchimento de documentos de arrecadação de
tributos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 41,
DE 22 DE AGOSTO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Exame de prestações e tomadas de contas

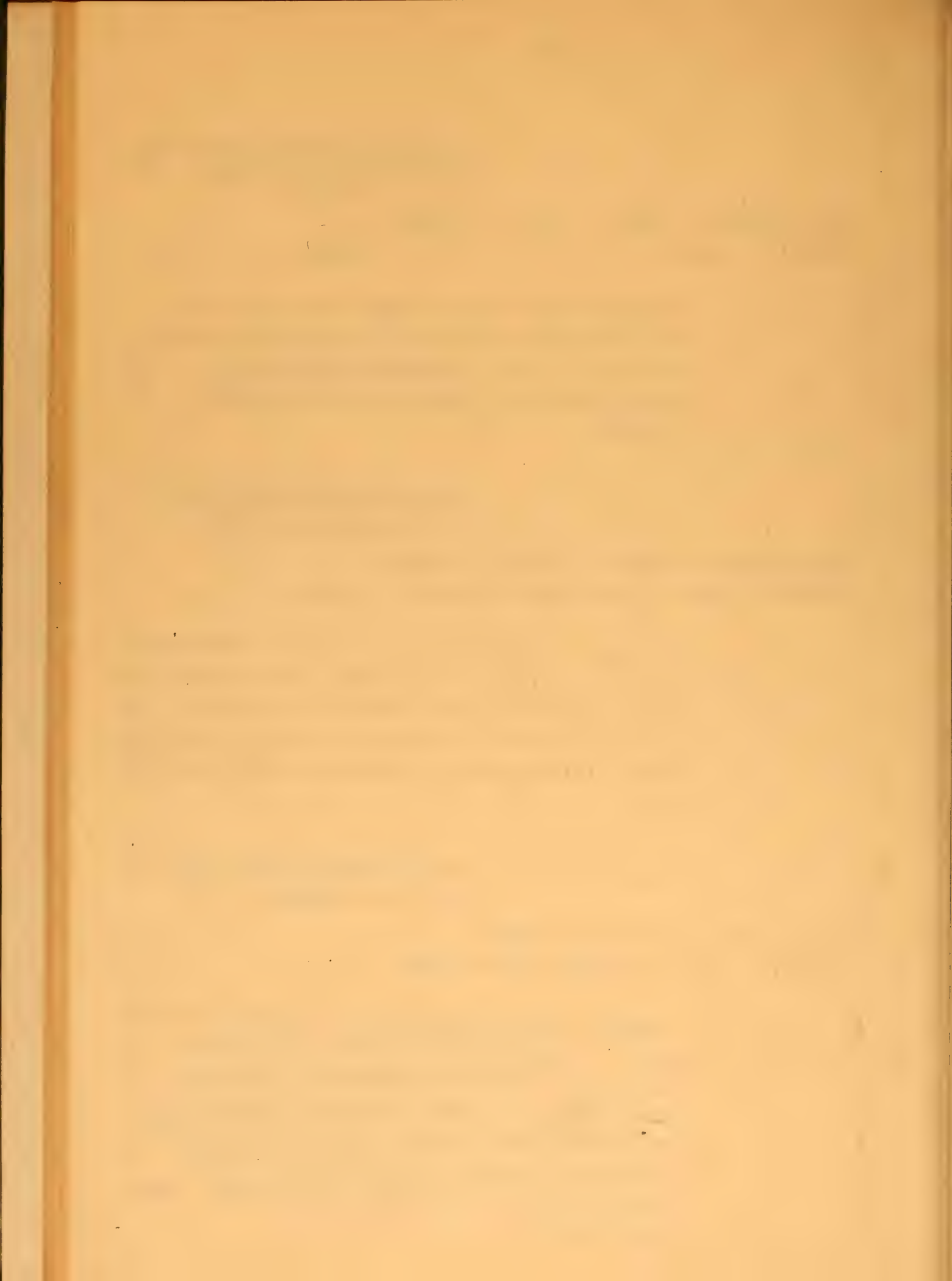
Divulga a aprovação, pelo Tribunal de Contas da
União, de dilação de prazo para apresentação de
exames auditoriais de tomadas e prestações de
contas de órgãos e entidades da Administração Fe-
deral, relativamente a 1982 e exercícios anterio-
res.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 42,
DE 21 DE SETEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Reclassificação Grupo-CI-1800

Comunica que, em cumprimento ao disposto no arti-
go 7º do Decreto nº 85.233/80, o Departamento de
Pessoal da SEPLAN/PR encaminhou à Secretaria de
Pessoal Civil do DASP minuta da Instrução Norma-
tiva objetivando disciplinar o processo seletivo
de reclassificação aplicável aos servidores do
Grupo-Atividades Específicas de Controle Inter-
no (CI-1800).



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 43,
DE 29 DE SETEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, Derau's e Órgãos

ASSUNTO: Ofício Circular nº 002 - SP/83, do TCU.

Transmite, sob cópia, o Aviso GM/Nº 887, de
28/09/83, dirigido pelo Sr. Ministro-Chefe da
SEPLAN/PR ao Sr. Ministro-Presidente do Tribunal
de Contas da União.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 44,
DE 04 DE OUTUBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Balancetes em atraso.

Orienta servidores das Delegacias-Regionais de
Contabilidade e Finanças quanto às dúvidas mais
comuns na elaboração de balancetes e solicita co
laboração para que não haja atrasos nos traba -
lhos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 45,
DE 14 DE OUTUBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Sistema de Controle Interno - Carência de Pessoal

Retransmite ofício nº 509, de 14/10/83, dirigido
à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças
no Estado do Pará, manifestando preocupação quan
to à deficiência de pessoal e expectativa quanto
à reclassificação, em estudo no DASP, a que fa
zem jus os integrantes do Grupo-Atividades Espe
cíficas de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 46,
DE 02 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: NESAF's - Concurso - Suprimento de Fundos.

A propósito de entendimentos mantidos entre a Escola de Administração Fazendária - ESAF e a SECIN transmite instruções a respeito de concessão de suprimento de fundos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 47,
DE 07 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Diárias - pessoal de campo. Concessão através de modelos coletivos.

Oferece o parecer nº SEPEC/351/83, no processo DASP nº 7.683/83, em que o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP se manifesta favoravelmente a respeito da validade de concessão de diárias em formulário coletivo, quando se tratar de pessoal de campo.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 48,
DE 09 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Decreto nº 88.931/83
Coeficiente de atualização monetária

Retransmite colaboração da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, consubstanciada em quadro atualizado dos Valores de Referência de que trata o Decreto nº 88.931/83.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 49,
DE 09 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, CÂMARA DOS DEPUTADOS, SENADO FEDERAL e
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ASSUNTO: Fundos Especiais e Entidades da Administração Indireta - Balanço-Geral da União/1983

Solicita o encaminhamento à SECIN, até 20 de fevereiro de 1984, dos balanços financeiro e patrimonial relativos ao exercício de 1983 e de responsabilidade de fundos especiais autônomos, autarquias, fundações subvencionadas e empresas públicas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 50,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Festividades Natalinas - 1983

Informa que as despesas ligadas a festividades natalinas obedecerão às instruções e recomendações contidas na Portaria nº 220, de 10 de novembro de 1982, do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 51,
DE 06 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (entidade de autarquia).

Transmite, sob cópia, o ofício nº 561, dirigido ao Sr. Secretário de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura, para reafirmar serem competentes os órgãos de contabilidade analítica para proceder à escrituração das operações realizadas somente pelos órgãos da administração direta.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 52,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Provimento de cargos/funções

Solicita suspender, a partir de 01 de janeiro de 1984, o encaminhamento sobre "Levantamento Financeiro", conforme OF/CIRC/SECIN/Nº 025, de 27/04/83, e anexa modelo de formulário desenvolvido para registro mensal sobre cargos ou funções providos e o quantitativo do pessoal disponível.

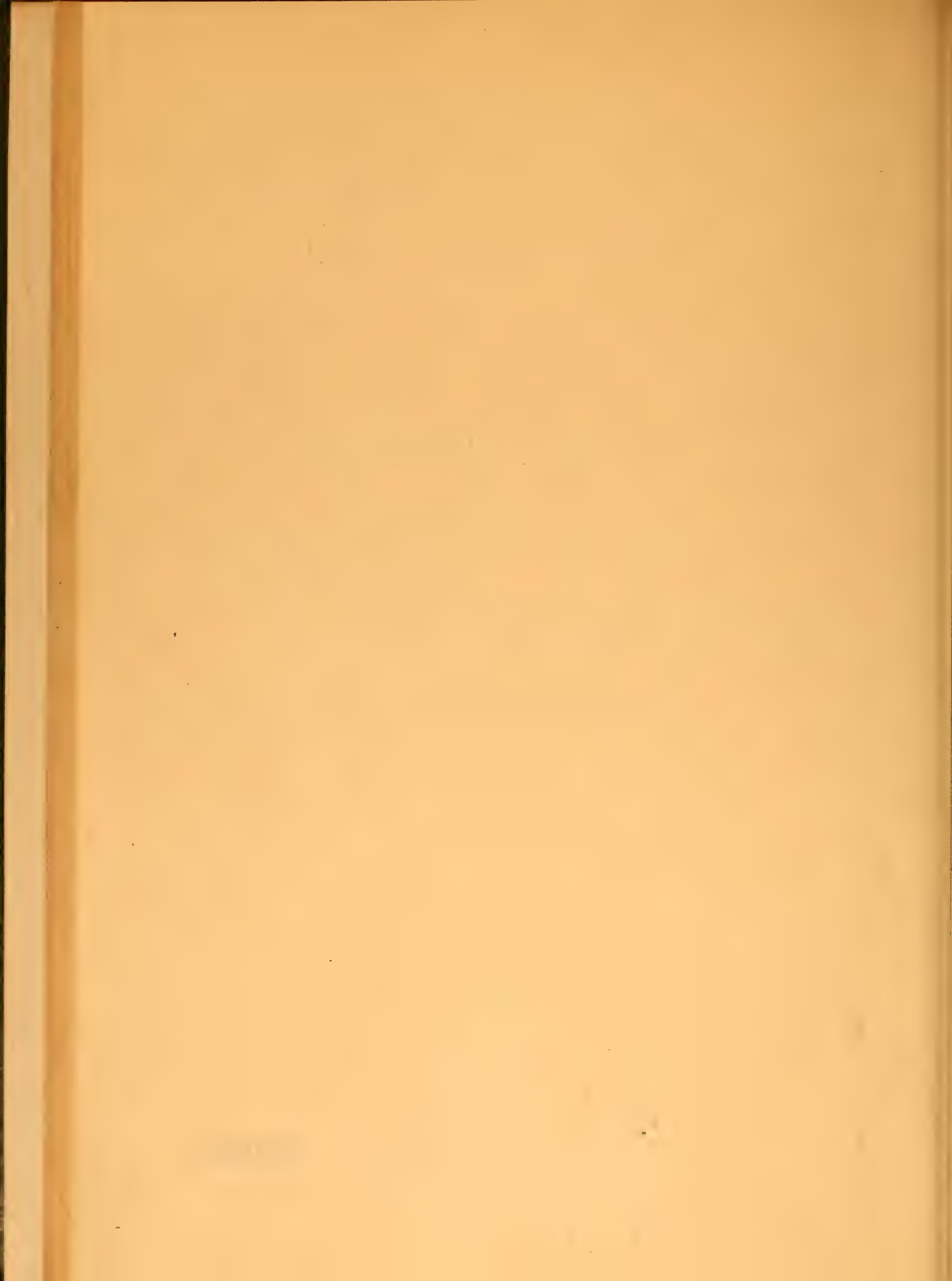
OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 53,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Cópia de Cheque - Modelo Padronizado

Solicita a cooperação das áreas de controle interno no sentido de ser obtida a padronização de modelo de cópia de cheque.

PORTARIAS



PORTARIAS BAIXADAS PELA SECIN/SEPLAN/PR NO EXERCÍCIO DE 1983

A Secretaria-Central de Controle Interno, no decorrer de 1983, baixou Portarias, em sua grande maioria de caráter funcional, versando sobre designação, dispensa, localização ou substituição de servidores afetos a sua área.

Aquelas que, pela natureza do assunto, manifestam interesse geral são destacadas a seguir.

PORTARIA Nº 002,
DE 07 DE JANEIRO DE 1983

Desativou os grupos-de-trabalho constituídos através das Portarias nºs 02, de 23 de janeiro, 08, de 06 de março e 09, de 29 de abril, todas de 1980, e consignou o reconhecimento da SECIN aos servidores que contribuíram com sua participação à aqueles grupos.

PORTARIA Nº 005,
DE 24 DE JANEIRO DE 1983

Delegou competência à Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para movimentar recursos orçamentários e financeiros adjudicados à Secretaria-Central de Controle Interno.

PORTARIA Nº 007,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 1983

Constituiu Comissão Integrada por dez servidores para proceder ao levantamento e transferência dos recursos materiais, instalações e bens oriundos das extintas divisões de auditoria dos Ministérios Civis e Órgãos da Presidência da República, para o acervo da Secretaria-Central de Controle Interno.

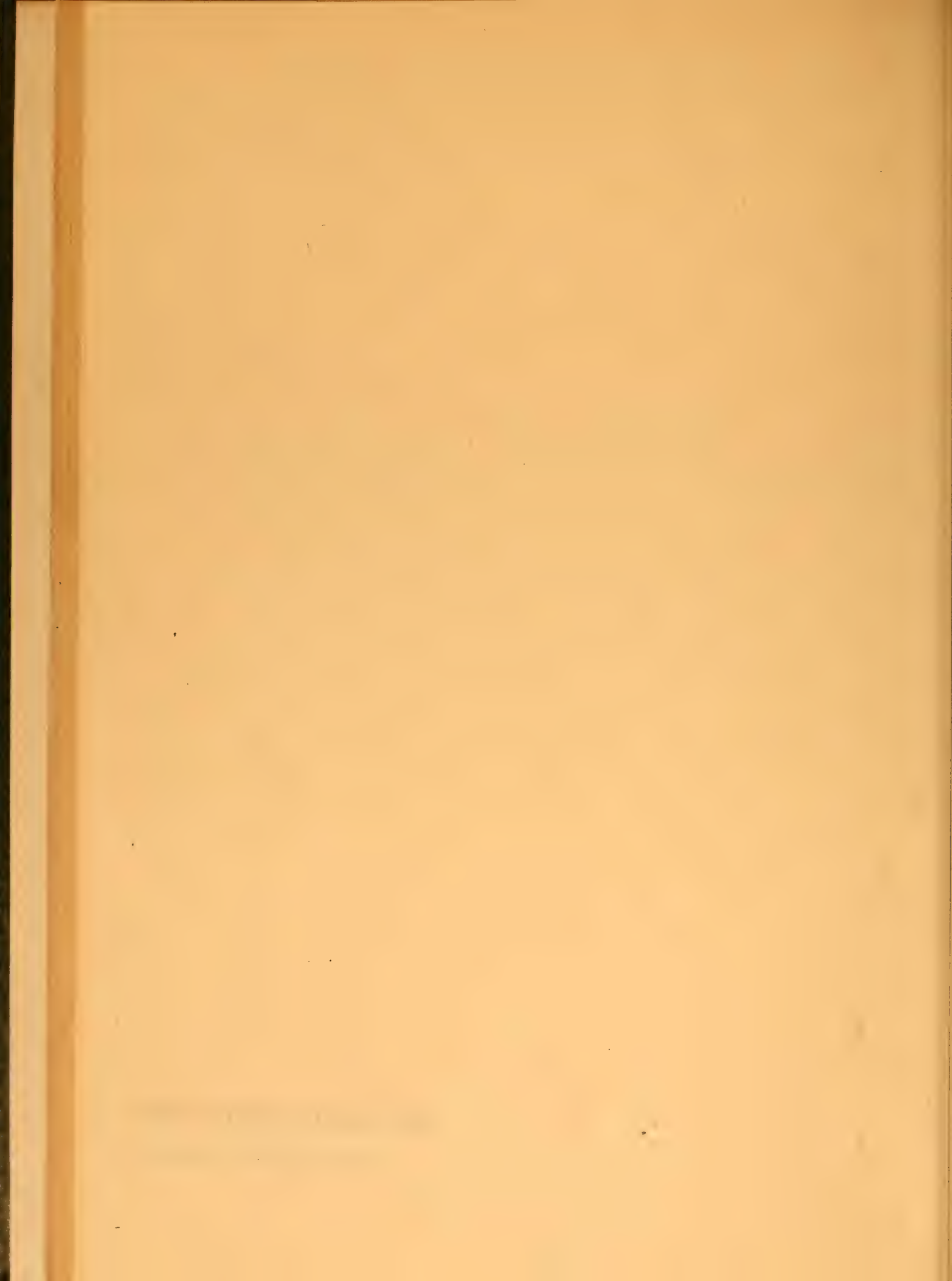
PORTARIA Nº 012,
DE 22 DE MARÇO DE 1983

Incluiu mais dois servidores na Comissão criada pela Portaria nº 007/83 e prorrogou seu prazo para conclusão dos trabalhos.

PORTARIA Nº 028,
DE 27 DE JUNHO DE 1983

Aprovou normas visando a orientar as unidades componentes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno relativamente a atos de remoção ou localização de servidores.

NOVO PLANO DE CONTAS UNICO
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA)



PLANO DE CONTAS ÚNICO

A contabilização dos fatos da gestão federal, no âmbito da administração direta, obedeceu até 1982 ao "Plano de Contas Único Para os Órgãos da Administração Direta" aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969 e às alterações posteriores.

A série de modificações havidas no campo da administração federal, com maior ênfase nos fluxos orçamentário-financeiros, tornou aquele Plano desatualizado e seu elenco de contas não mais atendia às necessidades de um registro fiel de todos os passos dos eventos.

A SECIN, por isso, fez elaborar o novo Plano de Contas Único o qual foi aprovado pela Instrução Normativa SECIN / SEPLAN/PR nº 002, de 29 de março de 1983.

O trabalho resultou de pesquisas realizadas pela equipe integrante da Secretaria de Contabilidade desta SECIN e teve a coordenação da Dra. Sumie Rutuem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR e Dr. José Augusto Taveira Filho, Secretário da CREDE/SECIN.

Diversas são as vantagens trazidas pelo novo Plano.

Dentre elas podemos ressaltar aquela que permite visualizar no Balanço a quantia com que o ORÇAMENTO da União contemplou cada Governo Estadual, Municipal, o Distrito Federal, e as instituições nacionais e estrangeiras. Antes mostrava-se impossível essa discriminação.

Hoje é possível detectar através da contabilidade todos os recursos em movimentação no país à margem do Orçamento Fiscal, bem como seus dispêndios. São valores oriundos do exterior em alguns casos e, em outros, originários do Orçamento, mas, desacompanhados do respectivo crédito orçamentário na fase



final de sua aplicação.

Vale reproduzir, a propósito, a mensagem divulgada nas páginas do exemplar confeccionado pela Imprensa Nacional e distribuído a todas as áreas de controle interno:

"APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, destinado ao procedimento de operações contábeis ligadas a atos e fatos da gestão administrativa, com reflexo nas atividades orçamentário-financeiro-patrimoniais, a partir de janeiro de 1983, resulta de natural exigência imposta pelo dinamismo do setor público federal.

Não representa ele, apenas, a atualização do pioneiro trabalho vindo a lume por via do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, constantemente revisto e melhorado, senão, também, o repositório de novas idéias a respeito do papel esclarecedor — ao lado da função controladora — da imagem refletida pela Contabilidade.

Gostaríamos de assinalar, neste particular, à guisa de esteio da nova concepção, o perfil delineado, por exemplo, para as contas de Despesa Realizada, agora distribuídas pelos diferentes níveis de governo. A despesa pública passará a identificar o direto e verdadeiro beneficiário, nem sempre nominado no Orçamento. Referimo-nos às transferências que se fazem em benefício de Estados e Municípios, do Distrito Federal e de Instituições Privadas, nacionais e estrangeiras.

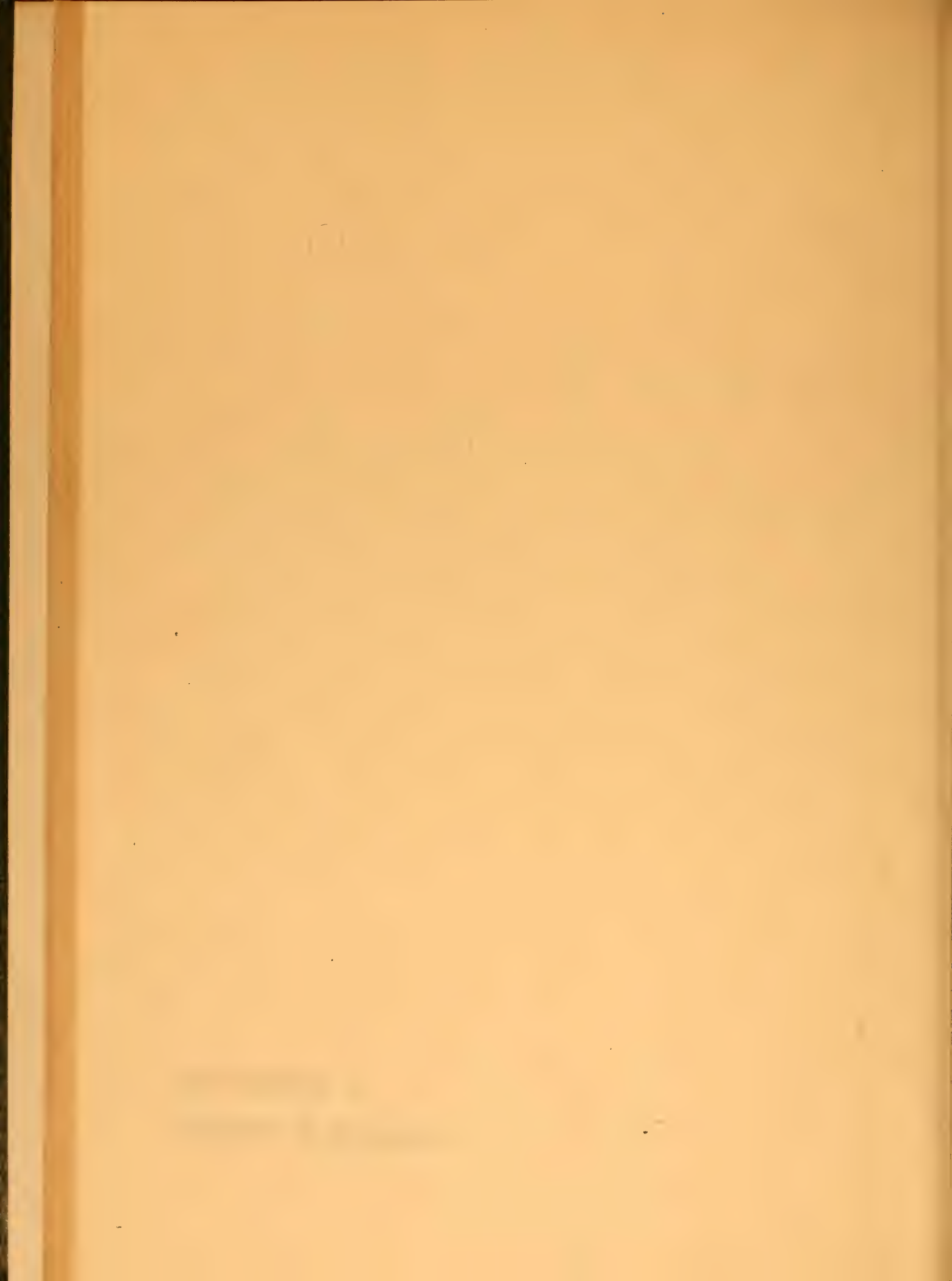
A União passará a espelhar os valores que tiver aplicado nos próprios serviços, a seu cargo, apartados e distintos dos transferidos a outros governos, cuja identificação se fará, também.

Há outras inovações, que os estudiosos da Contabilidade de Pública desde logo observarão. No fundo, acreditamos haver produzido trabalho até mais simplificado, embora atento e submisso ao rigor técnico e, quando necessário, fiel ao pormenor.

As equipes da Ciset/SEPLAN/PR e da SECIN se desdobram no afã de produzir tarefa útil, a qual estará sempre aberta às bemvindas sugestões de todos — indistintamente.

Brasília-DF, 1983, março."

A CENTRALIZAÇÃO
DO SISTEMA DE AUDITORIA



A CENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA DE AUDITORIA

O artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, sabemos, impôs à Secretaria-Central de Controle Interno, em decorrência de seu inciso II, a obrigação seguinte:

"exercerá em caráter exclusivo a atividade de auditoria contábil e de programas, tanto de órgãos da administração direta quanto de entidades da administração indireta, sem prejuízo da supervisão ministerial".

Longo e espinhoso, como já vimos, foi o caminho até aqui palmilhado pela Secretaria-Central de Controle Interno, que se via a braços, de um lado, com a necessidade de implantar o novo perfil do Controle e, de outro, paradoxalmente, com a indisponibilidade de espaço físico.

Com a entrega, entretanto, do Edifício "INTERCON", em 07 de março de 1983, começaram a chegar os primeiros contingentes de Auditores. E essa oportunidade não poderia ser desperdiçada, em termos de efetiva implementação do Sistema de Auditoria, mesmo que isso nos custasse alguns dissabores a mais. Todavia, para quem enfrentara tantos outros, anteriores, não estava enfrentando mais um. O administrador, todo administrador, precisa tomar decisões, ainda que estas se ressentam de imperfeições. O dilema hamletiano do "ser ou não ser" deve estar sempre vivo e presente na mesa do dirigente maior, que não pode simplesmente ver escoar o tempo e ocupá-lo em coisas inúteis. E, principalmente, quando se trata de cumprir leis ou regulamentos.

THE HISTORY OF THE

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

Fazer ou não fazer é o desafio do "to be or not to be" proferido por Hamlet. E nós, que estamos habituados a construir e não a demolir, tínhamos que decidir pela imediata centralização da auditoria, ganhando um ano no calendário, ou aceitar a acomodação e nesse caso permitir continuassem os serviços a cargo das antigas Divisões de Auditoria, retardando o cumprimento do Decreto nº 84.362/79.

Ora, seria imperdoável deixar escapar essa preciosa oportunidade de assumir a condução dos trabalhos auditoriais relativos ao exercício financeiro de 1982. E por tal razão optamos pelo "fazer", depois de conhecido o volume de tomadas-de-contas e de prestações-de-contas de todos os Ministérios (órgãos e entidades vinculadas).

Nossa primeira e honesta preocupação, contudo, foi reconhecer francamente, sem receio de nos envergonhar, que, dentro dos prazos tradicionalmente preestabelecidos, não poderíamos realizar tarefa de tal vulto. A apresentação de relatórios e certificados de auditoria de tomadas-de-contas (órgãos da administração direta), por exemplo, tinha de ser feita ao Tribunal de Contas da União até 30 de junho de 1983 e seria simplesmente temerário supor que o conseguíssemos. Afinal, eram 1.595 exames a realizar, compreendidos aí os órgãos e as entidades da administração direta, numa sequência de prazos de ultimização a recomendar prudência e ponderação.

Não foi outro o motivo pelo qual nos dirigimos ao Egrégio Tribunal de Contas da União para solicitar o alongamento dos prazos, em caráter excepcional. E não sabíamos, a essa altura, que algumas fundações — então sob a responsabilidade da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura — estavam com os exames atrasados desde 1976, sem que nada lhes acontecesse, a não ser a sucessiva prorrogação de prazos solicitados, concedidos e nunca obedecidos. E esse peso aumentou o fardo da Secretaria-Central de Controle Interno.



Em resumo, os novos prazos por nós solicitados foram concedidos. E aqui deixamos consignado nosso agradecimento ao digno Assessor de Planejamento, Coordenação e Controle do Tribunal de Contas da União, Professor Ivo Krebs Montenegro, bem como aos não menos ilustres titulares das Inspetorias-Gerais de Controle Externo da mesma Corte, que se manifestaram, nesse episódio, unanimemente, pela outorga da dilação de prazo, — de resto fielmente cumprido.

PROCESSAMENTO DE DADOS

PROCESSAMENTO DE DADOS

No transcorrer do exercício de 1983, a Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO concluiu e implantou, com absoluto sucesso, todos os projetos iniciados no exercício anterior. A DAPRO se dedicou, também, a atividades de aprimoramento dos atuais sistemas, desenvolvimento de sistemas de consulta, estudo de nova solução alternativa a ser adotada no processamento a nível nacional, além das atividades de operação, prestando atendimento a diversos órgãos tecnicamente ligados à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN.

IMPLANTAÇÃO

Com a conclusão dos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Integrado de Contabilidade e Execução Orçamentária-CAF, todos os esforços da DAPRO foram concentrados na consecução dessa meta.

A primeira parte, composta do módulo I - Contabilidade e Execução Orçamentária Analítica, ocorreu durante os meses de março e abril, atingindo todas as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's/SECIN.

Esse sistema, além de atender a todas as DECOF's/SECIN, está também implantado nas Secretarias de Controle Interno dos Ministérios da Fazenda, Justiça, Comunicações, Saúde,

Trabalho, Educação e Cultura, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e no órgão de contabilidade do Conselho de Segurança Nacional. As Secretarias de Controle Interno do Ministério do Interior, Previdência e Assistência Social, Relações Exteriores, Transportes e Aeronáutica receberam cópias do sistema por terem manifestado à Secretaria-Central de Controle Interno interesse em sua utilização.

A segunda parte, composta dos módulos II e III, 1ª consolidação e consolidação geral, respectivamente, foi implantada na DAPRO/SECIN no mês de julho.

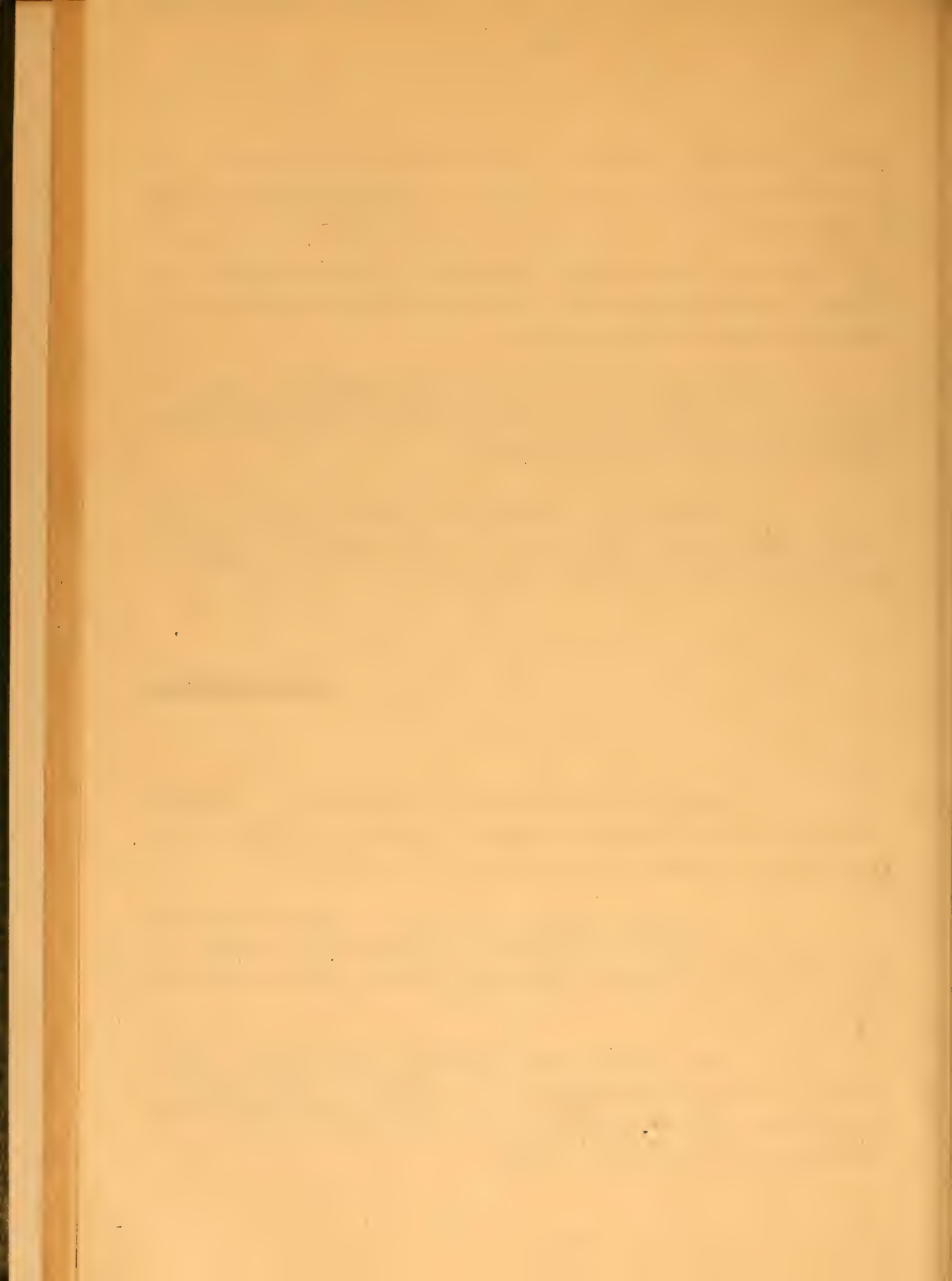
O módulo IV - Extração dos Balanços-Gerais foi integralmente testado e apto a ser utilizado quando da emissão dos Balanços-Gerais da União, do corrente exercício de 1983.

DESENVOLVIMENTO

Foram feitos no exercício de 1983 dois trabalhos distintos na área de desenvolvimento: o sistema de consulta aos cadastros e o estudo de uma alternativa de processamento.

O sistema "consulta" permite ao usuário acessar, em diversos níveis, dados orçamentários, financeiros e contábeis, tanto a nível de Unidade da Federação, quanto a nível consolidado.

Esse sistema foi implantado no Tribunal de Contas da União através da instalação de um terminal e de uma impressora "escrava", ligados remotamente ao computador central da Secretaria-Central de Controle Interno.



Com o objetivo de atender a outros usuários está em estudo na DAPRO uma evolução desse sistema diversificando os níveis de consulta.

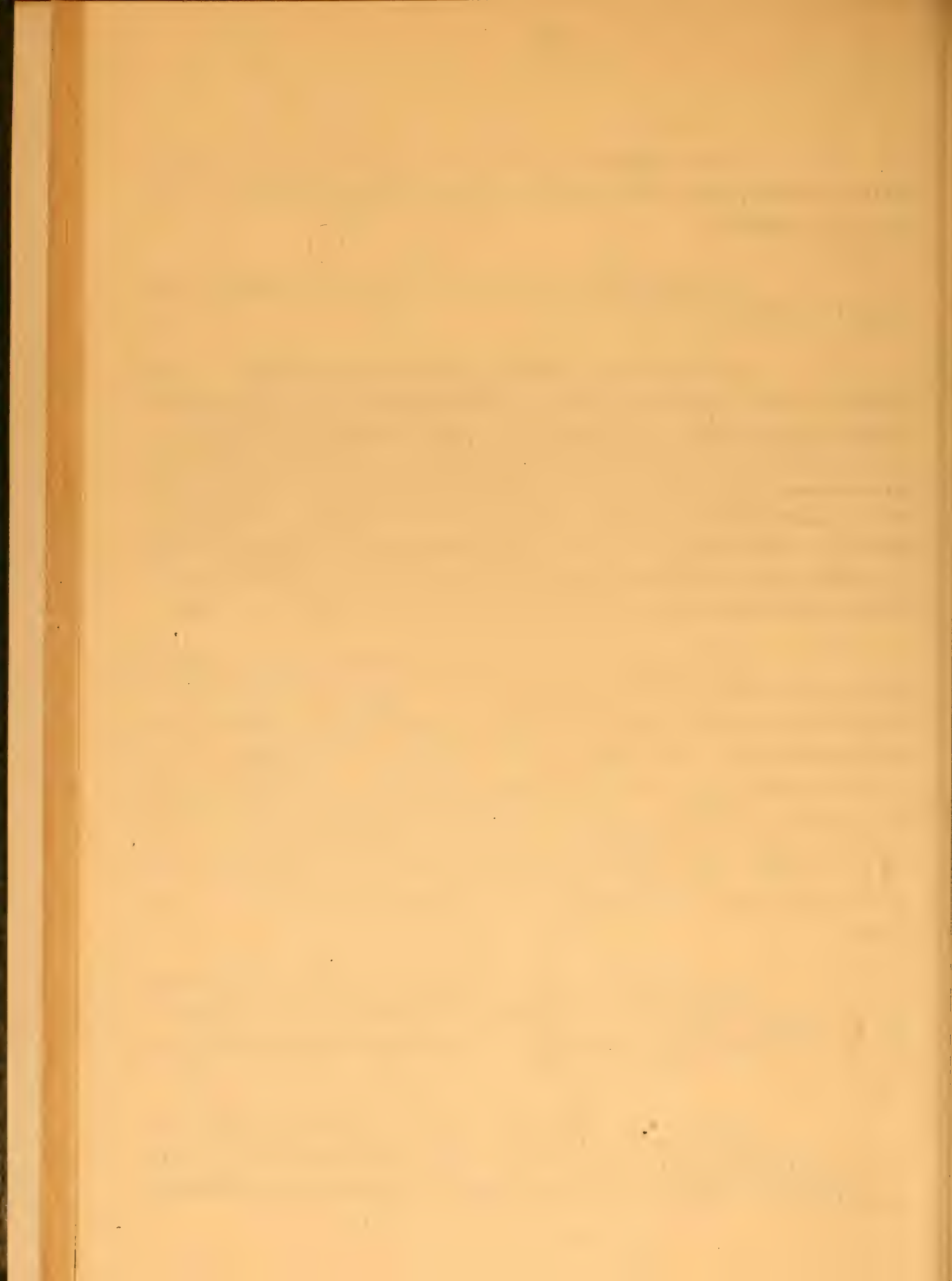
A implementação desse novo sistema está prevista para o 1º semestre de 1984.

Em função dos enormes problemas enfrentados pela DAPRO na atual instalação, como a obsolescência do equipamento COBRA-400 instalado em 18 capitais, necessidade de treinamento a nível nacional de operadores de computador, capacidade máxima de processamento ultrapassada em equipamento de diversos estados, gasto de manutenção dos atuais equipamentos COBRA-400 e, principalmente, a implantação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro-AFFIN, previsto para o exercício de 1984, foi realizado minucioso estudo visando a encontrar uma solução adequada.

Este estudo, baseado em performance e custo, aponta como melhor medida um processamento parcialmente centralizado, composto de centros regionais (polos) equipados com computadores de pequeno porte (os COBRA-530 já existentes). Tais polos atenderiam diretamente aos usuários locais (DECOF's) e aos usuários geograficamente próximos, através de telecomunicações. Desta forma o usuário servir-se-ia apenas de terminais e impressoras não mais se preocupando com a operação do equipamento, à exceção das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's-polos (5 no todo).

Esse propósito prevê também a existência de um centro principal, equipado com computador de médio porte, em Brasília-DF, no qual seriam agregadas as informações oriundas dos polos.

O fluxo de informações entre os polos regionais e o centro principal seria realizado por meio de transporte de fita magnética ou através de telecomunicações conforme a necessidade de



agilização dos dados a processar.

EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos da COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. dois terminais de vídeo modelo TI 100-1 e duas impressoras 180 CPS para instalação no Tribunal de Contas da União-TCU e na Secretaria de Controle Interno da SEPLAN (CISSET/SEPLAN/PR).

A instalação de um terminal e uma impressora no Tribunal de Contas da União faz parte da implantação do sistema-consulta naquela Corte e disponível a partir de outubro/1983.

O outro conjunto — terminal mais impressora — será utilizado pela CISSET/SEPLAN no seu processamento diário do sistema de contabilidade e execução orçamentária.

Esses terminais e as impressoras serão ligados remotamente ao computador central da DAPRO/SECIN.

INSTALAÇÕES

O ano de 1983 presenciou, ainda, a efetiva instalação dos equipamentos COBRA-530 nas DECOF's de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em consequência desse bom impulso, aliado à anterior ativação de idênticos equipamentos COBRA-530, nas DECOF's do Rio de Janeiro e São Paulo, foi feita a doação dos computadores COBRA-400 às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios da

Saúde, Justiça e Comunicações e, também, instalado um computador COBRA-400 na Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado do Acre.

PRODUÇÃO

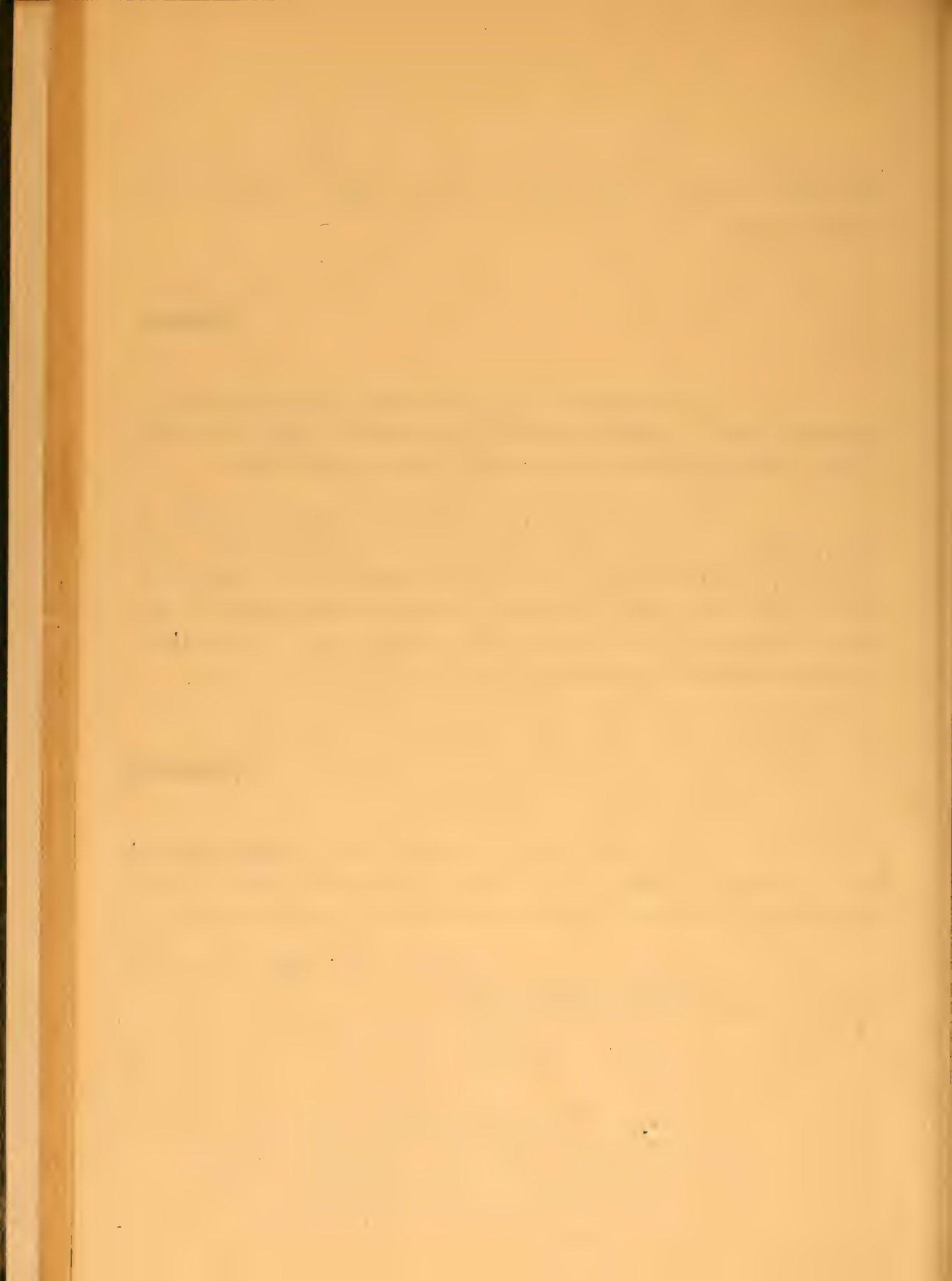
Com referência ao processamento de informações propriamente dito, a DAPRO se dedicou basicamente a duas tarefas distintas: execução direta dos serviços e apoio operacional.

Foi executado diretamente pela DAPRO o sistema de consolidação e extração dos Balanços-Gerais da União, além dos serviços de contabilidade e execução orçamentária das CISET's da SEPLAN e dos Ministérios da Saúde, Justiça e Comunicações, até que os equipamentos desses ministérios possam ser instalados — presumivelmente no primeiro trimestre de 1984.

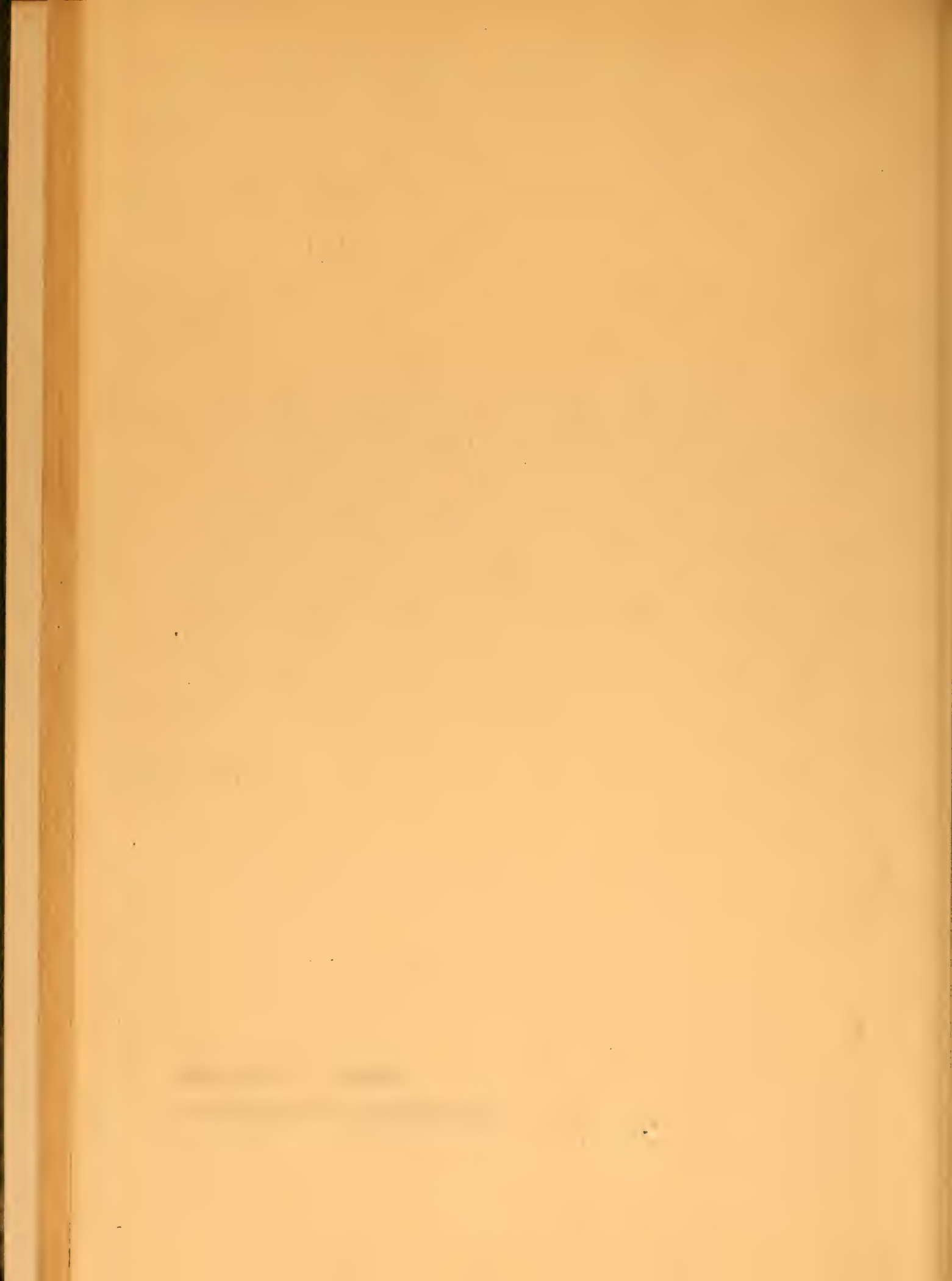
TREINAMENTO

Foram realizados em conjunto com a COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. cursos de operação COBRA-530 para funcionários das DECOF's onde se instalaram tais equipamentos.

O mesmo tipo de treinamento foi também oferecido a todos os operadores da DAPRO/SECIN.



CURSOS, PALESTRAS
CONFERENCIAS E TREINAMENTOS



CURSOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS E CONFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO DE 1983

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SEPLAN/PR

LOCAL: Edifício-Sede da SEPLAN/PR - Brasília/DF

TEMA : Treinamento sobre o Novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta editado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29.03.83

DATA : 02 de maio de 1983

EXPOSITORES: Sumie Butuem

José Augusto Taveira Filho

PARTICIPANTES: Delegados-Regionais de Contabilidade e Finanças de todos os Estados.

MINISTÉRIO DA MARINHA - ESCOLA DE GUERRA NAVAL

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

TEMA : Estrutura da Administração Pública Federal e Controle Interno

DATA : 14 de junho de 1983

CONFERENCISTA: Fernando de Oliveira

Em face do alto nível dos participantes — oficiais superiores da Marinha — o conferencista esquematizou a palestra de forma a realçar os campos orçamentário, de administração financeira, contábil e auditorial.

Foram os seguintes os tópicos enfocados:

I
ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
DIRETA E INDIRETA

- . Organograma - Administração Direta
- . Organograma - Administração Indireta

II
SISTEMA ORÇAMENTÁRIO NACIONAL

- . Os Instrumentos de Planejamento
- . Plano Geral do Governo
- . Planos Gerais, Setoriais e Regionais de Duração Plurianual
- . Receita por Unidade da Federação
- . Confronto entre a Receita Estimada e Arrecadada
- . Dívida Ativa da União
- . Orçamento Programa Anual
- . Programação Financeira de Desembolso
- . Despesa Realizada
- . Despesa por Órgãos, segundo a sua Natureza
- . Despesa por Funções, segundo a Categoria Econômica
- . Despesa por Unidade da Federação

III
SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA,
CONTABILIDADE E AUDITORIA

- . Controle: Sua Imposição
- . Controle Interno
- . As Secretarias de Controle Interno
- . Planejamento, Execução e Controle
- . Planejamento, Coordenação e Controle
- . A Conjuntura Econômico-Financeira
- . Como Exercer o Controle
- . Administração Financeira
- . Contabilidade



- . Auditoria
- . Higiene das Finanças Públicas
- . Empresas Estatais

SEMINÁRIO SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO/IBM

LOCAL: Centro Educacional Residencial da Gávea-Rio de Janeiro/RJ

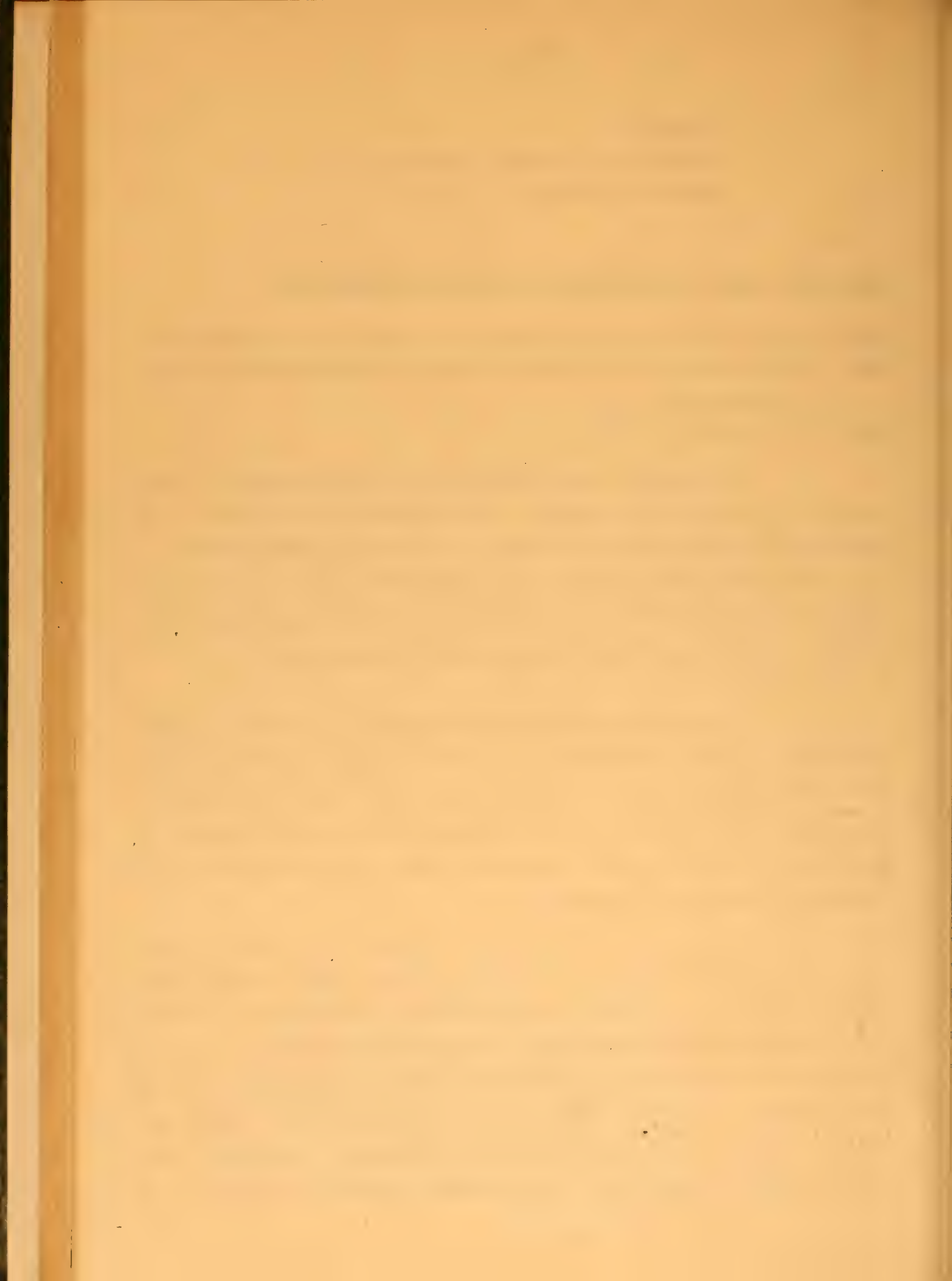
TEMA : O Novo Modelo de Controle Interno e o Acompanhamento Físico-Financeiro

DATA : 07 de julho de 1983

O Seminário SECIN/IBM foi desenvolvido durante o dia inteiro e teve como tema central a necessidade de se colocar em programa de processamento de dados o sistema de acompanhamento físico-financeiro cujos estudos, pela equipe da SECIN, já se encontravam em avançado estágio. O contato com a IBM procurou obter algumas das respostas, a nível de computador, exigidas pela enorme massa de trabalho com que tínhamos de nos defrontar.

Logo à primeira hora do expediente da manhã altos dirigentes da IBM receberam a equipe da SECIN e fizeram objetiva exposição a respeito da empresa, sua origem, estrutura, programas de trabalho, suas filiais, preocupação com o sempre bom atendimento da clientela e, destacadamente, o contínuo esforço de manutenção de seus quadros funcionais dentro de altos padrões de estímulo e recíprocos benefícios.

A delegação da SECIN se compunha de Fernando de Oliveira, Secretário-Central de Controle Interno; Sumie Rothow, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR; José Augusto Taveira Filho, Secretário de Contabilidade; Dimas Moreira, Secretário de Administração Financeira; Fernando Meddalaní Neves, Secretário de Processamento de Dados; Geraldo de Castro, Delegado-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado do Rio de Janeiro; e Juili Rodrigues Loureiro, Diretor de Divisão da DRECOF/RJ. Integrou a delegação, também, na qualidade de convidado especial, o Diretor do



Departamento de Administração da SEPLAN/PR, José Clemente de Moura. Ainda na parte da manhã, essas autoridades tiveram oportunidade de expor aos técnicos e dirigentes da IBM os seguintes assuntos:

- . Órgãos e Entidades - conceito
- . Controles: Externo e Interno
- . Novo Modelo de Controle Interno
- . Planejamento, Execução e Controle
- . Como exercer o Controle
- . Administração Financeira
- . Contabilidade
- . Auditoria Contábil
- . Auditoria de Programas
- . Relatórios de Auditoria

Após o almoço, gentilmente oferecido pelos anfitriões, houve apresentação sobre Sistema de Administração de Recursos Financeiros, Sistema de Elaboração e Acompanhamento Orcamentário e Sistema para Administração de Projetos, através de objetivas palestras ministradas por qualificados técnicos da IBM do Brasil-Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., cabendo deixar aqui registrados nossos melhores agradecimentos pelas atenções a nós dirigidas por essa respeitável Empresa.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

LOCAL: Auditório do QG - Setor Militar Urbano - Brasília/DF

CURSO: V Curso de Atualização em Matéria Orcamentária, sob os auspícios da Escola de Administração Fazendária-ESAF

DATA: 08 de agosto de 1983

CONFERENCISTA: Fernando de Oliveira

TEMA: O Sistema de Controle Interno

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

LOCAL: Itaipava/RJ - Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-PLANFAP

Centro de Estudos e Conferências da CALLB (Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras)

CURSO: Seminário de Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria

DATA : 05 a 09 de setembro de 1983

EXPOSITORES:-Fernando de Oliveira

Controles Interno e Externo

-Sumie Butuem

Contabilidade - Novo Plano de Contas Único

-José Augusto Taveira Filho

Contabilidade Analítica, Contabilidade Sintética e

Contabilidade Geral

-Fernando Mejdalani Neves

Processamento de Dados nos Órgãos de Contabilidade

Analítica, Setoriais e Central

O Seminário teve por objetivo familiarizar Unidades Orçamentárias, Administrativas, Gestoras e de Controle aos procedimentos ligados à execução orçamentário-financeira e ao controle. Contou com 34 participantes, executores e controladores, envolvendo as seguintes áreas:

- Órgãos do Ministério das Minas e Energia; e
- Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças da SECIN no Estado do Rio de Janeiro.

A coordenação técnica e administrativa do Seminário teve a cargo do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-PLANFAP.



SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SEPLAN/PR

LOCAL: Auditório do Edifício INTERCON/SECIN - Brasília-DF

CURSO: Treinamento e Aperfeiçoamento de Auditores

DATA : novembro e dezembro de 1983

EXPOSITOR: Antônio dos Santos Oliveira

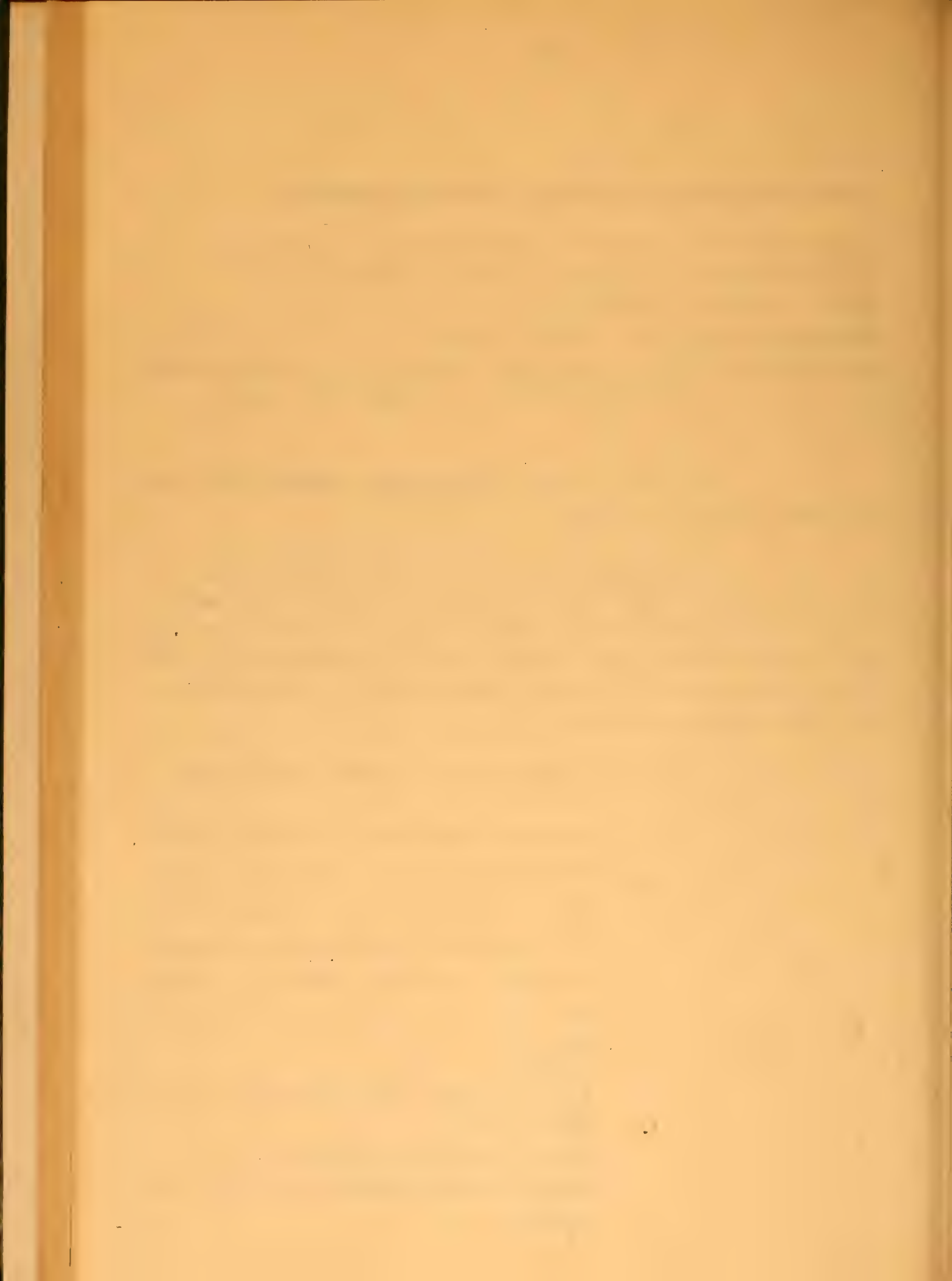
PARTICIPANTES: Todos os Auditores lotados na Secretaria-Central de Controle Interno, divididos em 3 turmas.

O curso foi ministrado em duas semanas por turma, em aulas diárias de 5 horas.

As lições introdutórias, que permitiram uma visão geral sobre a legislação, estatutos, forma admitida em direito e plano de contas das empresas estatais, foram sucedidas por estudos práticos dos exames formais a se realizarem nos livros, balancetes e orçamentos das empresas, aprofundando-se por fim na análise contábil.

Assim se sumarizaram os assuntos verificados:

- . Introdução (Legislação, Estatutos, Forma Admitida em Direito, Plano de Contas)
- . Exames Formais (Livros comerciais, Livros de Atas, Balancete do Livro Razão no final do exercício, Declaração do Imposto de Renda, Orçamentos próprios da empresa)
- . Ativo
- . Passivo
- . Contas de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados
- . Contas de Resultado do Exercício
- . Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos



- . Notas Explicativas
- . Jurisprudência do Controle Externo
- . Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001,
de 02.02.81
- . Conclusão

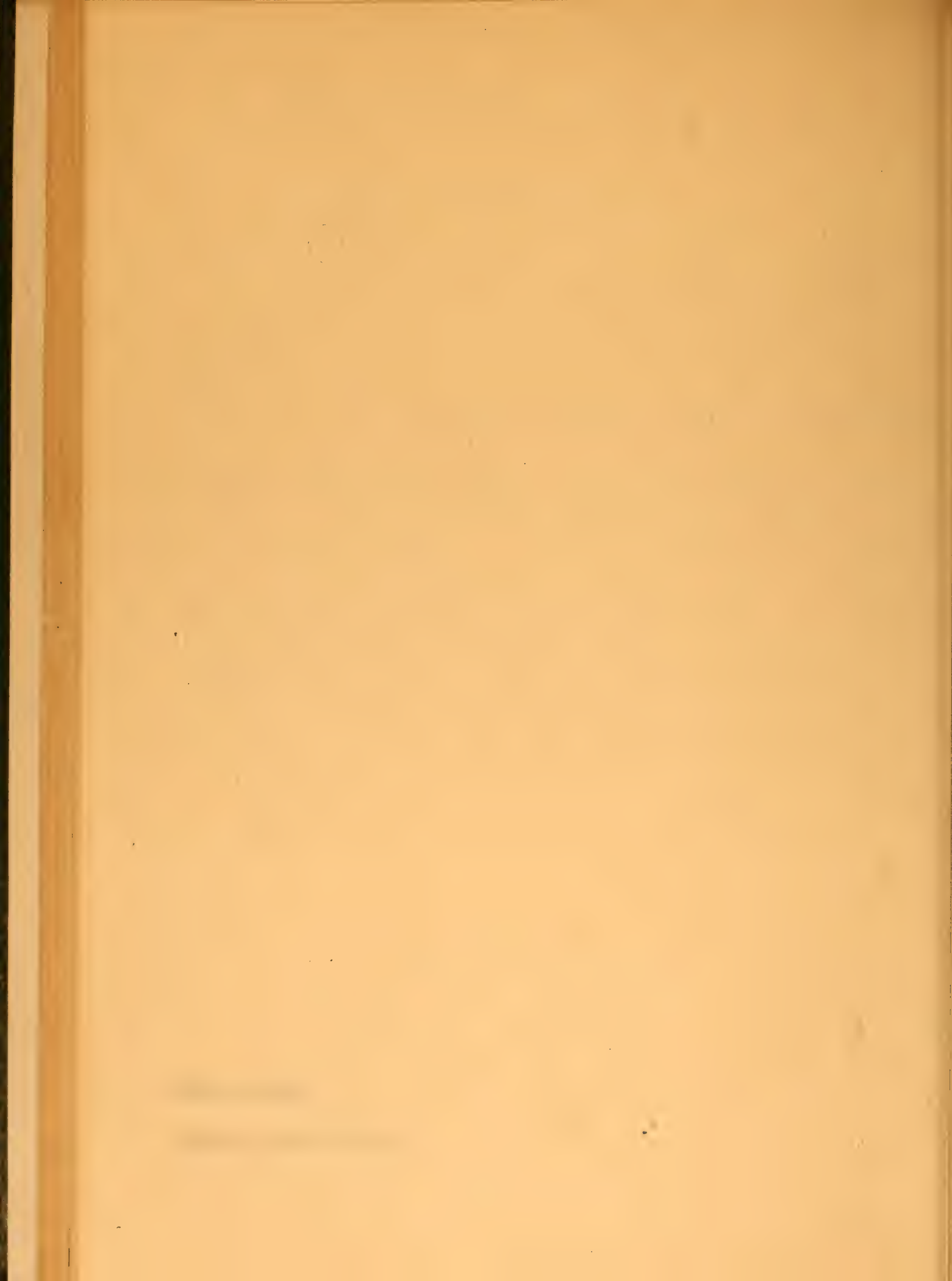
ENCONTRO DE DIRIGENTES DA SECIN/SEPLAN/PR

LOCAL: Auditório do Edifício INTERCON - Sede da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN/SEPLAN/PR

DATA: 16 de dezembro de 1983

O Encontro reuniu os dirigentes da sede central , os titulares das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados e o Delegado-Regional de Auditoria no Estado do Rio de Janeiro, com o escopo de apresentar e debater dúvidas e problemas comuns ligados ao encerramento do exercício financeiro de 1983.

CENTRALIZAÇÃO
OU DESCENTRALIZAÇÃO ?



CENTRALIZAÇÃO OU DESCENTRALIZAÇÃO ?

A centralização da auditoria na Secretaria-Central de Controle Interno deu margem a que se ressuscitasse a sempre polêmica questão: centralizar ou descentralizar?

As atividades técnicas devem ser centralizadas. As de mera execução, dentro de rotinas ou manuais específicos, devem, ao contrário, ser descentralizadas. Esse é um dos postulados fundamentais da Administração Federal, inscrito no complexo da Reforma Administrativa. A auditoria é atividade técnica, colocada no bojo de outro princípio fundamental, que é o Controle.

O que vale, porém, mesmo, é a vontade governamental, expressa em ato próprio do Presidente da República e acorde à lei. Se Sua Excelência houve por bem decidir que a área de auditoria devesse integrar a Secretaria-Central de Controle Interno e, por via de consequência, extintas fossem as Divisões de Auditoria dos Ministérios Cíveis, nada mais restará a questionar nem discutir.

Essa vontade soberana está definida no Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

Cessem, pois, as objeções quanto à propriedade ou inconveniência de centralizar ou descentralizar, divulgadas inclusive pelos jornais e dirigidas frontalmente ao Sistema de Controle Interno, mais especificamente à Secretaria-Central de Controle Interno, porque em verdade o afã dos inconformados fá-los esquecer-se de que estão criticando uma decisão do mais alto nível hierárquico, que a nós cabe apenas cumprir — e bem.

Alguns ficam brandindo braços e vociferando para causar efeito a um auditório muitas vezes ávido pela contestação e disposto a aplaudir a quem, preconcebidamente, pretende ser crítico de obras prontas.

Deleitam-se certas criaturas em lançar ferinos dardos contra quem se esforça por fazer jus à honrosa escolha de levar adiante a obra encomendada, sabendo-a áspera. Fácil é a crítica, difícil é a arte.

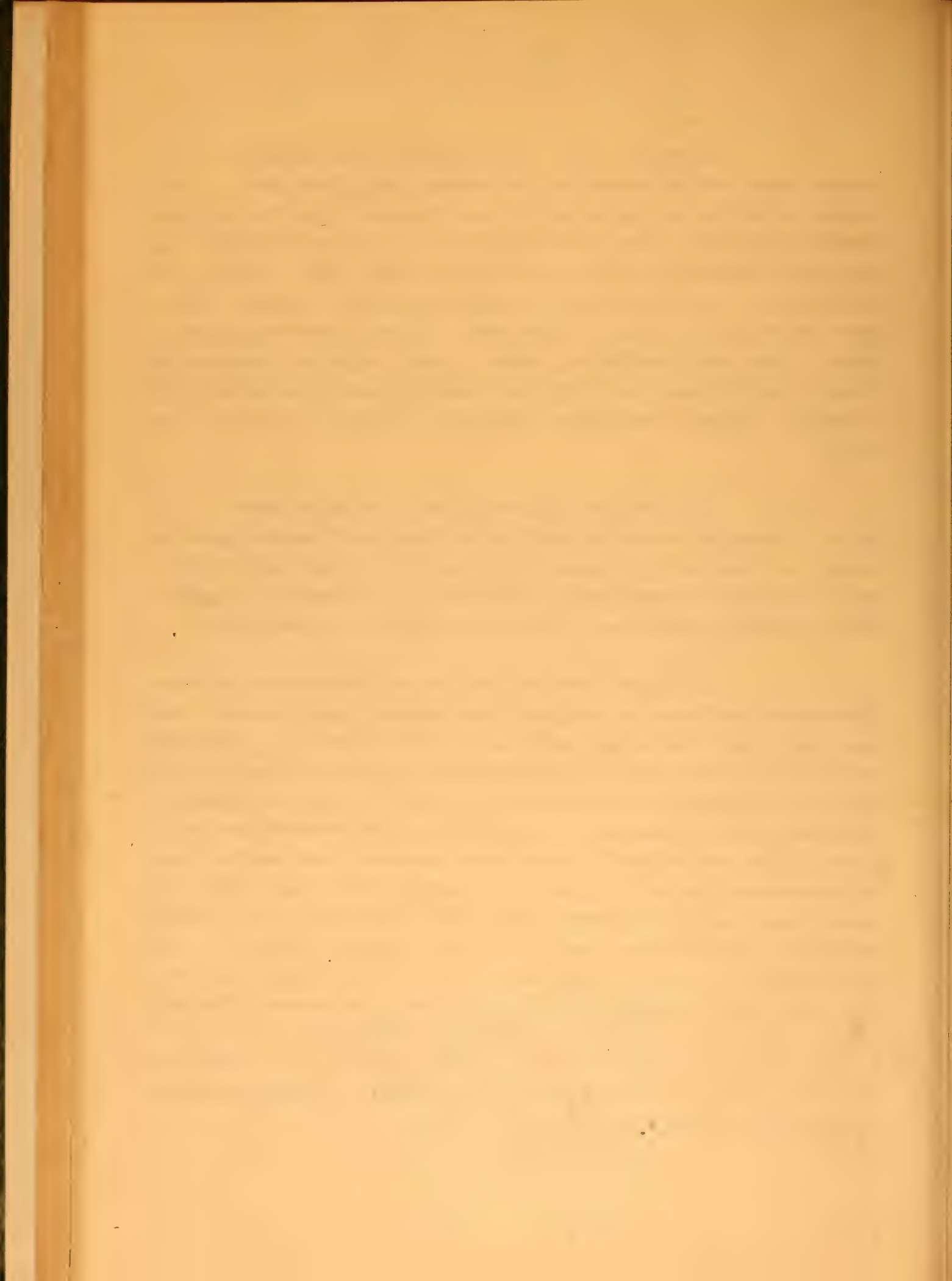
Quando, todavia, os doestos partem da própria área de controle, instala-se o caos, tal como o inimigo dentro de nossa trincheira. Os que brandem seus tacapes e bordunas atingem, dolorosamente, não as pessoas em seu aspecto externo, físico, porém, o que nelas há de mais puro e recatável, que é seu próprio íntimo, a consciência, a vontade de ser útil, de não se corromper e, até, se preciso for, perder os amigos que eventualmente lhe estejam ao lado. Em nosso caso, é preciso manter a fidelidade à origem, construída em berço humílimo e pobre — mas caminhando pelo Mundo com a cabeça permanentemente erguida, olhando nos olhos do interlocutor, com altivez, sem jaca nem temor. Não é o cargo que confere dignidade ao ocupante. Bem ao contrário, é o indivíduo que empresta sua dignidade ao cargo. As obras, quando destinadas a perpetuar-se, têm prazo muito mais longo que a efêmera passagem de seu autor pela Vida. Não é o nosso nome que perdura ou está em jogo, senão a obra que tenhamos talvez conseguido construir.

Recusamos, porisso, que os críticos de última hora, ou de sempre, — ignoramos se por inspiração pessoal ou arautos de sermões alheios — venham a perturbar o silêncio de quem nada mais deseja senão trabalhar. E isto não quer absolutamente significar queiramos receber branduras ou blandícias, mas, severos e vigilantes reparos, quando merecidos e a qualquer tempo.

Em meio a tantos obstáculos, pela ausência de recursos materiais e humanos e, repitamos, de instalações, a Secretaria-Central de Controle Interno alcançou o meritório êxito jamais registrado pelos anti-controles: os Balanços-Gerais da União correspondentes aos exercícios de 1980, 1981 e 1982, foram colocados a tempo em mãos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, isto é, bem antes do prazo constitucional e fatal. Pôde Sua Excelência, assim, fazer chegar ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União as suas prestações-de-contas aquém da data-termo prevista na Constituição, 30 de abril.

É importante registrar que o Balanço-Geral da União é fruto de exaustiva análise e final acolhimento, pelo controle, de cada um dos documentos do gestor e compreende todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial de toda a Administração Federal — e de todos os Poderes da República.

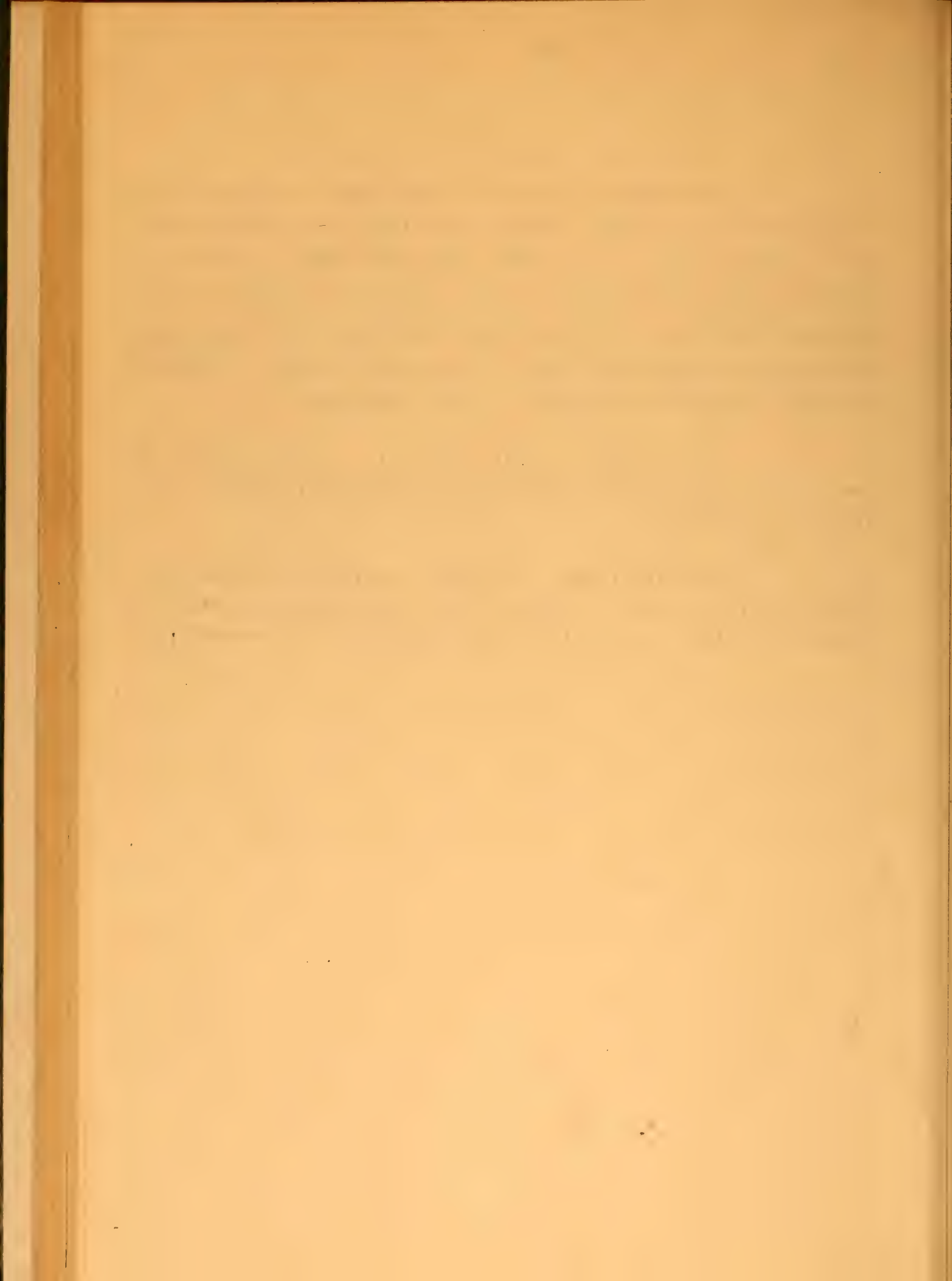
Vê-se que somente pessoas mal informadas ou intencionalmente maldosas — sabido é que apenas alguns poucos homens patriotas e honestos admitem ser controlados — poderiam encetar tão tumultuada e virulenta crítica contra o Controle Interno pela simples circunstância de haver sido justificadamente retardado o encerramento, pela auditoria, das tomadas-de-contas e prestações-de-contas. Ignoram essas pessoas, certamente, que as tomadas-de-contas oferecem utilidade objetiva quase nula e constituem figuras obsoletas. Não foram abolidas, ainda, em decorrência do formalismo legal, já a esta altura carecedor de reformulação. É preciso, em suma, proscrever as tomadas-de-contas, supérfluas porque repetitivas dos atos de controle executados no dia-a-dia em todos os documentos, nunca por amostragem. E neste propósito não estamos isolados. Estamos em excelente companhia, porque a área técnica do Tribunal de Contas da União compartilha de nosso ideal.



Superadas as sucessivas agressões à Secretaria-Central de Controle Interno e agora ao encerrar mais um Balanço-Geral da União, o de 1983, lavramos com orgulho neste relatório o singular fato de que a SECIN, assim como suas co-irmãs, as Secretarias de Controle Interno, em nenhum momento puderam ser alvo de lembranças menos airozas por atos praticados e que lhes pudessem denegrir a honra ou a marca de sua total lisura e intenso trabalho em benefício do país e de sua comunidade.

Temos muito a fazer, sabemos-lo. Somos cômico de que nos falta apresentar o remate das extensas atribuições definidas na legislação.

Não aceitamos, no entanto, qualquer execração que concorra para confundir a opinião pública em detrimento da boa imagem do Sistema a cuja frente momentaneamente nos encontramos.



A PENOSA MONTAGEM DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



A PENOSA MONTAGEM DO NOVO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O longo e sinuoso itinerário percorrido até 07 de março de 1983 foi, aparentemente, pouco produtivo. Limitávamo-nos, dentro da precariedade de acomodações físicas — inobstante, repetimos, os espaços cedidos pela Ciset/SEPLAN —, a elaborar instruções normativas, portarias, ofícios-circulares, projetos-de-leis, projetos-de-decretos-leis, projetos-de-decretos e outros instrumentos, ou auxiliando a prepará-los, inclusive a pedido do Programa Nacional de Desburocratização, assim como cuidando da matéria exigida pela nova concepção do sistema de controle interno.

A criação de funções de direção e assessoramento superior e intermediário obrigou-nos a nos empenhar arduamente no sentido de obter os valores remuneratórios de dirigentes, chefes, assessores e pessoal de nível intermediário, não apenas para a SECIN, mas, simultaneamente, para todas as Secretarias de Controle Interno. Esse esforço foi enfim concretizado através do Decreto nº. 86.863, de 19 de janeiro de 1982 (para a área SEPLAN/PR, dentro de sua nova condição de órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria). Seguiram-se-lhe os Decretos abrangendo as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis, Órgãos da Presidência da República e Unidades equivalentes das Pastas Militares.

A implementação da área de contabilidade analítica nos Estados, após desativadas as inspetorias-seccionais de finanças e núcleos de contabilidade analítica dos Ministérios Civis, constituiu um aspecto positivo. Instaladas em meados de setembro de 1982, as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças da SECIN colheram nesses quase três meses de 1982 toda a experiência que viria a ser posta vigorosamente, a partir de 1983, e já com todas as observações a respeito do comportamento de cada uma das unidades gestoras locais, a serviço do homogêneo tratamento das operações por elas praticadas.

Definido por alguns colegas do controle interno como o "período de arrumação", foi esse último trimestre de 1982, na verdade, o elo entre o passado das Inspetorias-Gerais de Finanças e o futuro das Secretarias Central e Setoriais de Controle Interno, no campo da contabilidade analítica. No Distrito Federal, contudo, a diferença não chegou a ser percebida, porque as operações praticadas em Brasília continuaram a ser escrituradas pelas mesmas e antigas inspetorias-seccionais de finanças no DF, cujas atribuições se mantiveram inalteradas, em sua maioria, salvo quanto à denominação delas, que passou a ser, como nos Estados, Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças, com direta filiação às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis, DASP e SEPLAN.

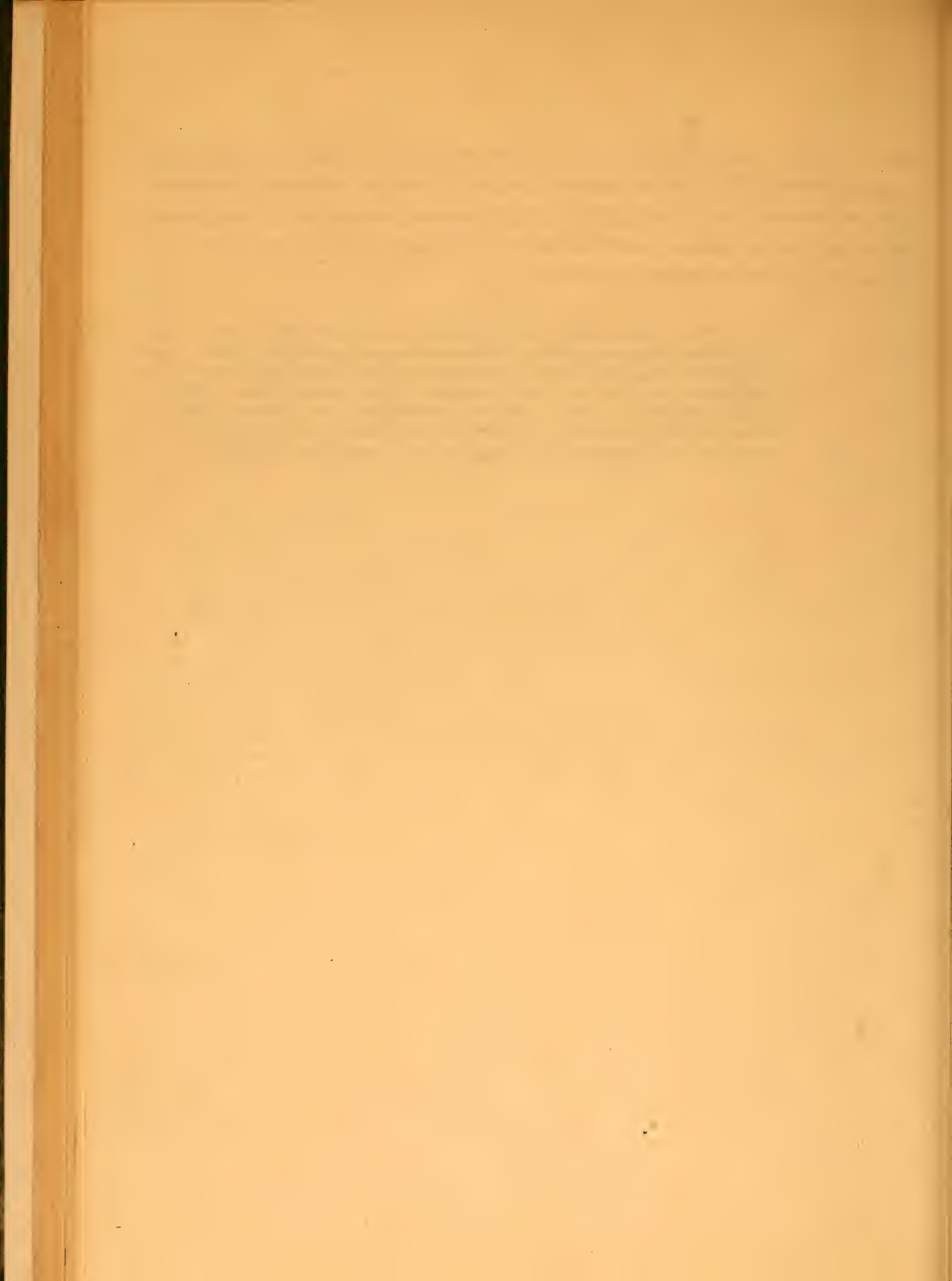
A reformulação dos procedimentos de natureza orçamentária e financeira, operada via IN/SECIN/Nº 004, de agosto de 1982, foi outra etapa repleta de dificuldades. O tratamento dispensado a suprimento de fundos, por exemplo, sofreu e sofre até hoje contestação. Muitos se habituaram ao cômodo sistema de realizar boa parte da despesa mediante o regime excepcional de suprimento de fundos, em lugar de o fazerem sob o processamento normal da despesa pública (empenho prévio). Claro está que certas autoridades não gostaram do inovador cerceamento da proliferação dos gastos públicos sob a responsabilidade de apenas um agente pagador.

Outro percalço foi a eliminação de centavos de Cruzeiro no resultado final dos cálculos. As objeções quase se nivelavam ao franco acolhimento. Poucas pessoas assimilavam, de início, o verdadeiro motivo da eliminação das frações de nossa moeda, localizado na necessidade de otimizar as máquinas calculadoras (importadas e de alto custo) e permitir um campo mais útil para os computadores. Ademais, dentro da atual conjuntura financeira e inflacionária de nosso país, nenhuma representatividade oferecem os centavos. Mas, como sempre sói acontecer, certos burocratas, muito mais atentos à própria conveniência da velha rotina estabelecida, preferiam conviver com os centavos, em lugar de aceitar o realismo de sua inutilidade.

Hoje, ultrapassada essa difícil e para nós desgastante fase, o Serviço Público Federal já baniu para sempre os centavos

de Cruzeiro. Contribuintes, fornecedores, prestadores de serviços e servidores públicos da administração direta e indireta comportam-se de acordo com a IN/SECIN/nº 4/82, ainda porque está ela envolvida na obrigatoriedade construída pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº. 1970, de 29 de novembro de 1982:

"Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, em que figurem órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como as fundações por estes mantidas ou instituídas, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de Cruzeiro (Cr\$)".



EDIFÍCIO-SEDE
DA SECIN/SEPLAN

EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SECIN

Os percalços antepostos à instalação física da Secretaria-Central de Controle Interno começaram a partir de 1980, quando foi adquirido o Edifício "Hertz", situado no Setor de Rádio e Televisão Sul (SRTVS), Lote 8, em Brasília, no Distrito Federal. Seria demasiado longo descrever aqui os estorvos que o Serviço de Engenharia da SEPLAN teve de arredar a fim de permitir fosse o imóvel dotado de condições mínimas de segurança e habitabilidade.

Seria oportuno reler o Relatório das Atividades Administrativas que acompanhou os Balanços-Gerais da União de 1981, em cujas páginas 32 e 33 comentávamos os obstáculos impeditivos da presença da SECIN no prédio que lhe havia sido destinado.

Em 07 de março de 1983, finalmente, o imóvel, já então sob a denominação de Edifício "INTERCON", nos foi entregue. A partir daí é que se tornou possível localizar sob o mesmo teto os servidores e dirigentes das áreas integrantes do órgão-central do sistema de controle interno. Sem qualquer decoração, anote-se.

Fiquem aqui assinalados os agradecimentos a todos quantos direta ou indiretamente contribuíram para que a sede da SECIN fosse concluída e dotada de móveis, instalações, divisórias, aparelhos telefônicos, telex, equipamento de processamento de dados, unidades de ar condicionado e bom ambiente, máquina xerocopiadora e outros benefícios. De maneira muito especial, o reconhecimento é dirigido ao Departamento de Administração da SEPLAN, conduzido pelo Dr. José Clemente de Moura e coadjuvado pela equipe que

THE HISTORY OF THE UNITED STATES OF AMERICA

The history of the United States of America is a story of growth and change. It begins with the first settlers, who came to the New World in search of a better life. They found a land of opportunity, but also a land of challenge. The early years were marked by conflict and struggle, as the settlers fought to establish their own society. Over time, the United States grew from a small colony into a powerful nation. It has faced many challenges, but it has always emerged stronger and more united. The story of the United States is a story of hope and achievement. It is a story that inspires and motivates us all.

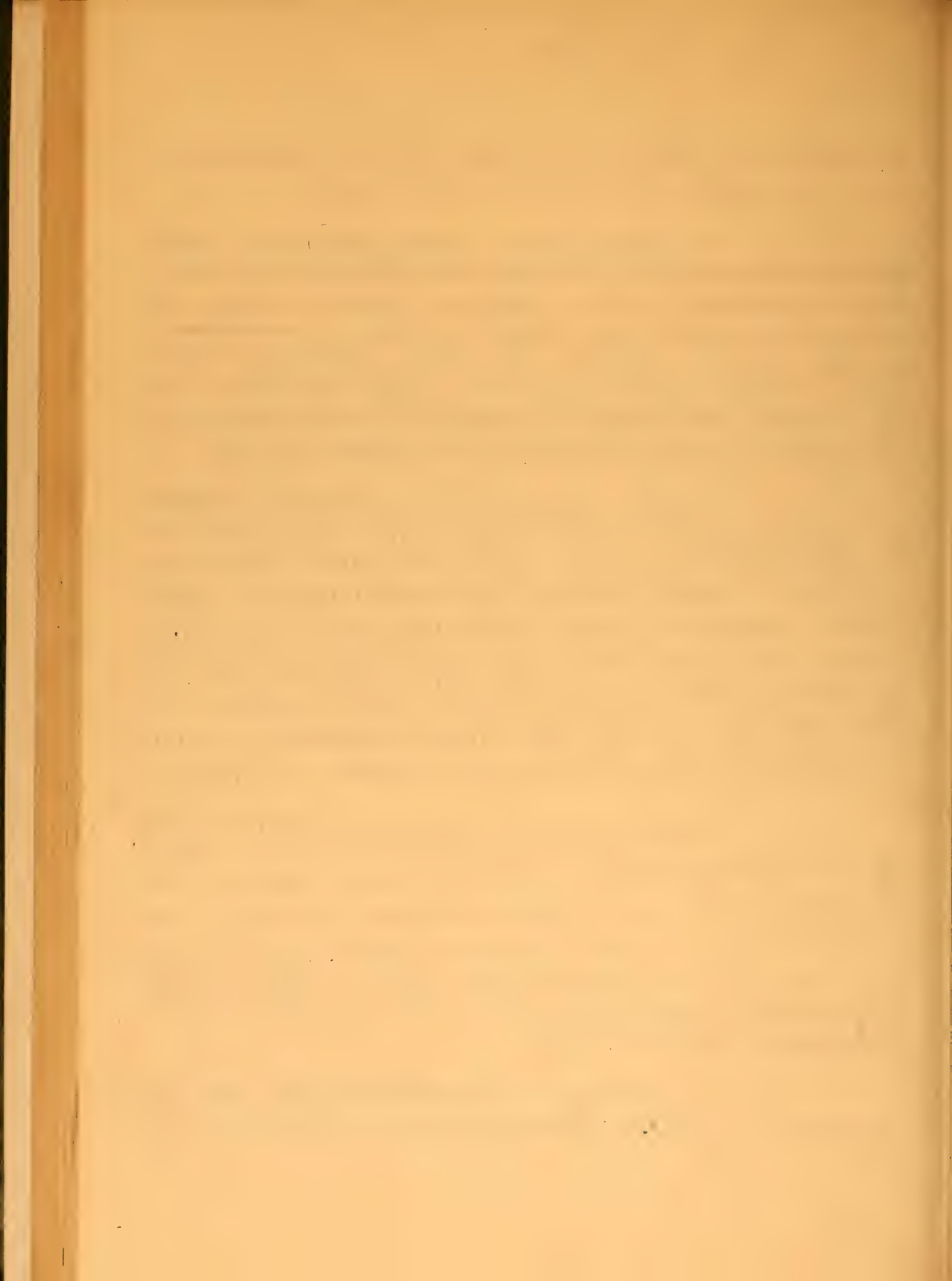
se desdobrou para cumprir, como cumpriu, com zelo e dedicação, a tarefa que seguidas dificuldades teimavam em obstar.

Não logramos obter a honrosa presença do Senhor Presidente da República e a do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento no dia da inauguração, embora tivéssemos nos esforçado intensamente para conseguí-lo. Afinal, os verdadeiros donos desta Casa são o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo e o Ministro Antônio Delfim Netto, porque foram eles os autores da grande transformação do sistema de controle interno iniciada através do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

O ato de inauguração oficial do Edifício INTERCON foi bastante simples — apenas um bolo e alguns refrigerantes foram servidos —, sem discursos, alarde, fotografias ou efeito publicitário. Lembramo-nos de que vieram compartilhar de nossa alegria, irmanando-se à equipe da Secretaria-Central de Controle Interno, o Dr. Gilson Ribeiro Reis, Diretor-Geral do Departamento de Pessoal da SEPLAN, o Dr. José Clemente de Moura, Diretor do Departamento de Administração da SEPLAN e outras autoridades do D.A., assim como nossos prezados colegas Secretários de Controle Interno dos Ministérios Civis e órgãos da Presidência da República.

Estavam presentes, também, os principais responsáveis pela entrega definitiva da sede da SECIN, Arquiteto Rêlcio de Freitas Cordeiro e Arquiteta Beatriz Cristino Jácomo, que se desdobraram, dia e noite, e também aos sábados e domingos, para vencer os inúmeros desafios colocados no caminho da obra a concluir. Não foi outra a razão de termos pedido à Arquiteta Beatriz que cortasse a primeira fatia do bolo e assim se inaugurasse simbolicamente o Edifício INTERCON.

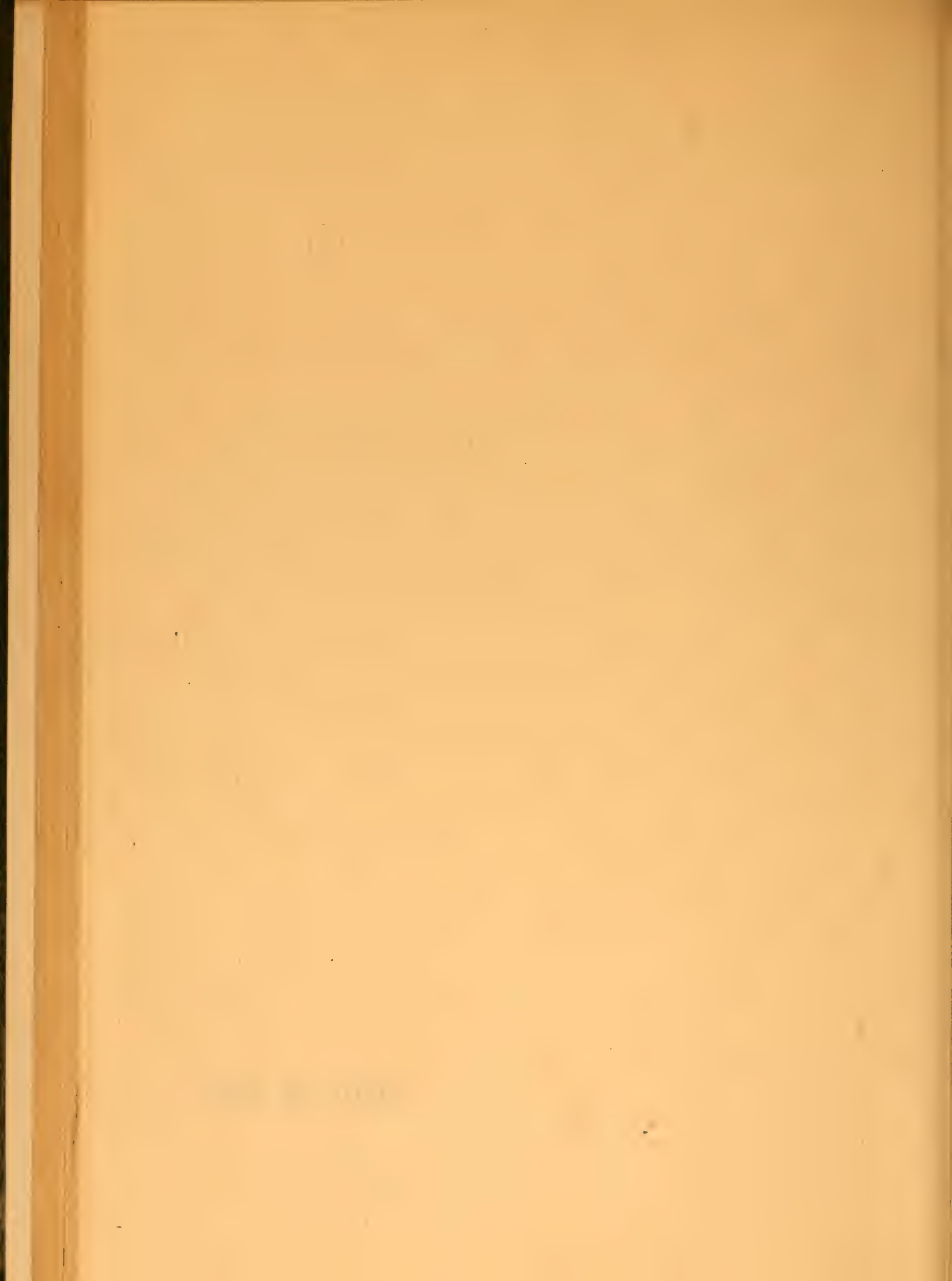
A esta altura, caberia perguntar: onde estava anteriormente localizada a Secretaria-Central de Controle Interno?



Estava no Edifício-Sede da SEPLAN/PR, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", em Brasília-DF, na sobreloja, ocupando espaços da Secretaria de Controle Interno, gentilmente cedidos. E não podia implementar todas as atribuições, principalmente as da área de auditoria, por falta absoluta de espaço físico para acolher os auditores disseminados por todas as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis, os quais somente puderam ser requisitados a partir de março de 1983.

Fique aqui lançada nossa eterna gratidão à Senhora Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR, Drª Sumie Batuen, bem como aos seus companheiros de trabalho, pelo acolhimento dispensado à ainda pequena equipe da SECIN, desde 02 de janeiro de 1980 até 07 de março de 1983, porquanto o órgão recém-nascido dependia de tudo e de todos. E essa compreensão da CISET/SEPLAN já mais nos faltou.

VISITA ÀS DECOF'S



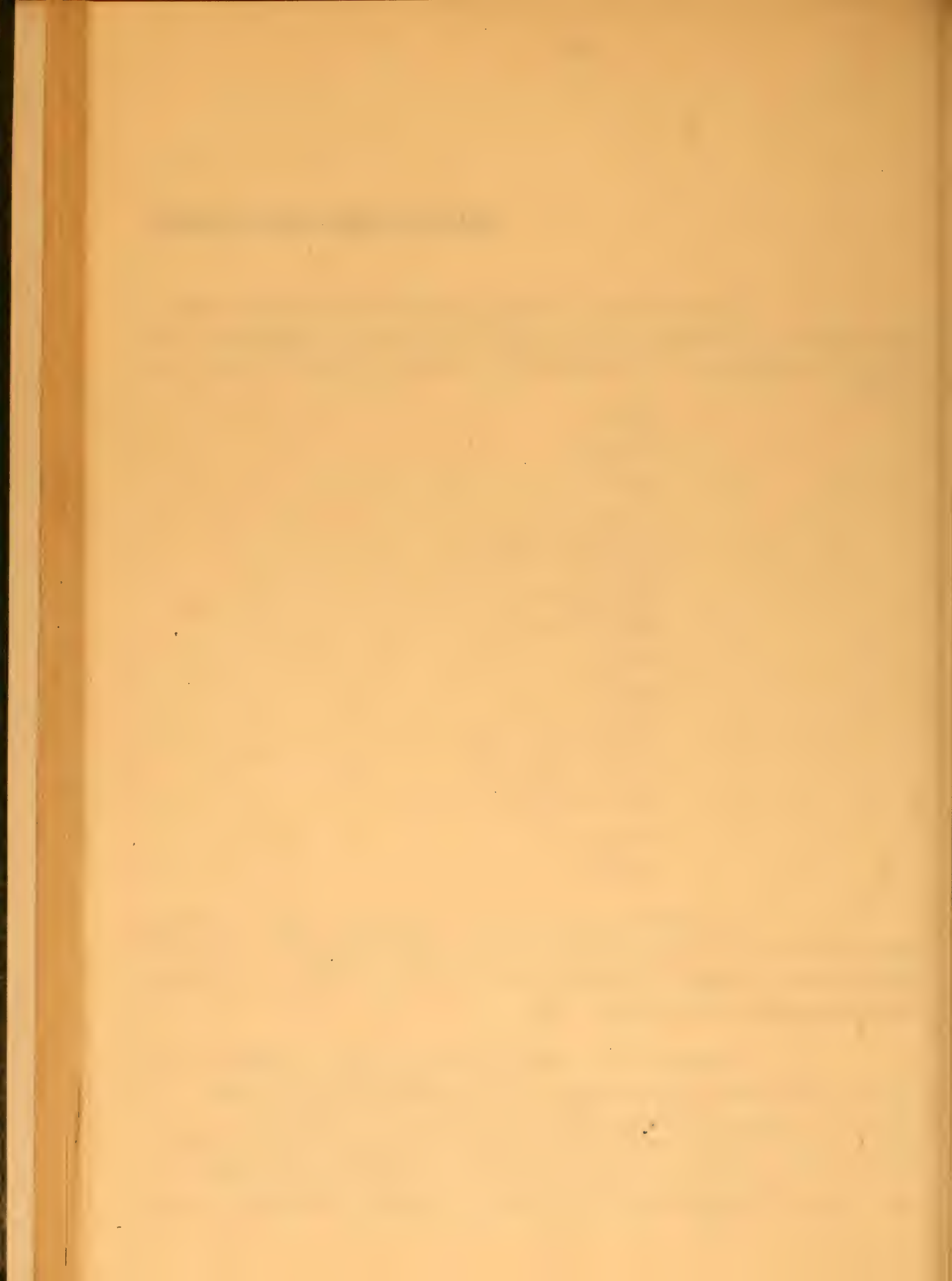
VISITA ÀS DECOF'S NOS ESTADOS

O titular da Secretaria-Central de Controle Interno visitou, no decorrer do 2º semestre de 1983, as seguintes Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças (DECOF's) nos Estados:

- . Acre
- . Alagoas
- . Bahia
- . Ceará
- . Espírito Santo
- . Maranhão
- . Mato Grosso
- . Minas Gerais
- . Pará
- . Paraná
- . Piauí
- . Rio Grande do Sul
- . Rio de Janeiro
- . Santa Catarina
- . São Paulo
- . Sergipe

As DECOF's dos Estados do Amazonas, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, assim como a Delegacia-Regional de Auditoria (DERAU) no Estado do Rio de Janeiro foram incluídas na programação de visitas de 1984.

Assinale-se a circunstância de que — embora instaladas e em efetivo funcionamento desde setembro de 1982, com a posse dos Delegados-Regionais de Contabilidade e Finanças — somente um ano depois, praticamente, pôde o chefe da SECIB conhecê-las fisicamente, bem como aos servidores lotados em cada uma delas, desde o delegado até os diretores, chefes, assistentes, secre-



tários, funcionários técnicos e administrativos, assim como os de apoio, cujas mãos foram apertadas com o mesmo carinho e respeito, sem distinção de hierarquia.

Os problemas ou dificuldades levados a nosso conhecimento, na oportunidade, foram de pronto resolvidos ou anotados, para solução posterior. Desde logo, contudo, ficou ressaltado o positivo reflexo da unificação dos serviços de contabilidade analítica num só órgão, pela homogeneidade exigível em relação aos procedimentos a cargo das unidades gestoras dos Ministérios Civis — antes ligados a Inspetorias-Seccionais de Finanças (ISE's) ou Núcleos de Contabilidade Analítica (NC's) da Pasta a cuja estrutura se subordinavam as Inspetorias-Gerais de Finanças.

A Sr^a Sumie Butuem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR, teve igualmente oportunidade de visitar as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados, às quais transmitiu suas observações a respeito do comportamento verificado em termos de execução orçamentária, financeira e contábil das operações por elas praticadas na condição de unidades gestoras da SEPLAN.

Recorde-se que não temos, ainda, Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia, assim como nos Territórios do Amapá e de Roraima. As operações das unidades gestoras de Mato Grosso do Sul são contabilizadas pela DECOF/São Paulo; as de Rondônia, pela DECOF/Goiás; as do Amapá, pela DECOF/Pará; e as de Roraima, pela DECOF/Amapá.

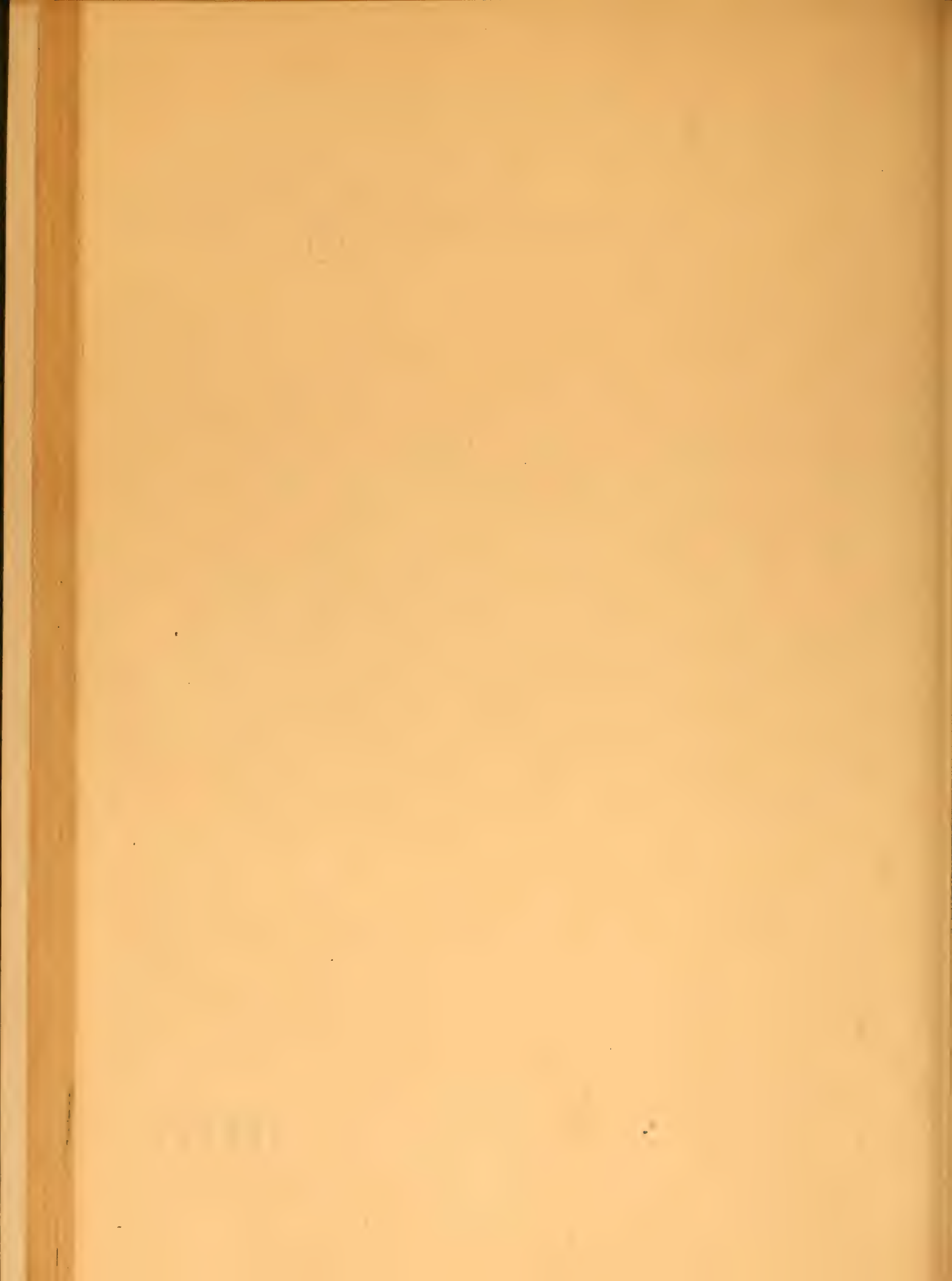
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E TOMADA-DE-CONTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E TOMADA-DE-CONTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada-de-Contas da Câmara dos Deputados nos honrou, em 1983, com amável e informal convite no sentido de que pudéssemos contribuir para o esclarecimento de alguns pontos ligados ao Balanço-Geral da União, do exercício de 1982, durante a fase de exame e seu posterior julgamento pelo Congresso Nacional.

Externamos aqui nosso melhor agradecimento aos Excelentíssimos Senhores Presidente e Deputados-Membros daquela Douta Comissão, assim como a seu operoso corpo de assessores, pela distinção com que pudemos discutir, através de diálogo franco, objetivo e cordial, todas as dúvidas e questões nessa oportunidade levantadas.

ANEXOS



SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 17 DE JANEIRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno baixado com a Portaria nº 008, de 21 de janeiro de 1981 do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

A T U A L I Z A R o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, através das seguintes medidas: (*)

.....

* (a matéria está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional).

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29 de março de 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, combinado com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, resolve,

E D I T A R novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, subsequente ao aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, consolidando alterações e aperfeiçoamento adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, assim integrado: (*)

- a) composição de dígitos (anexo I);
- b) elenco de contas dos Sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação (anexo II);
- c) função das contas (anexo III); e
- d) correspondência das contas anteriores e atuais (anexo IV).

2. O presente Plano de Contas Único será adotado a partir das operações contábeis do mês de janeiro de 1983.

3. Revogam-se as disposições em contrário.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

(*) (a matéria objeto dos Anexos I, II, III e IV desta IN está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional-DIN).



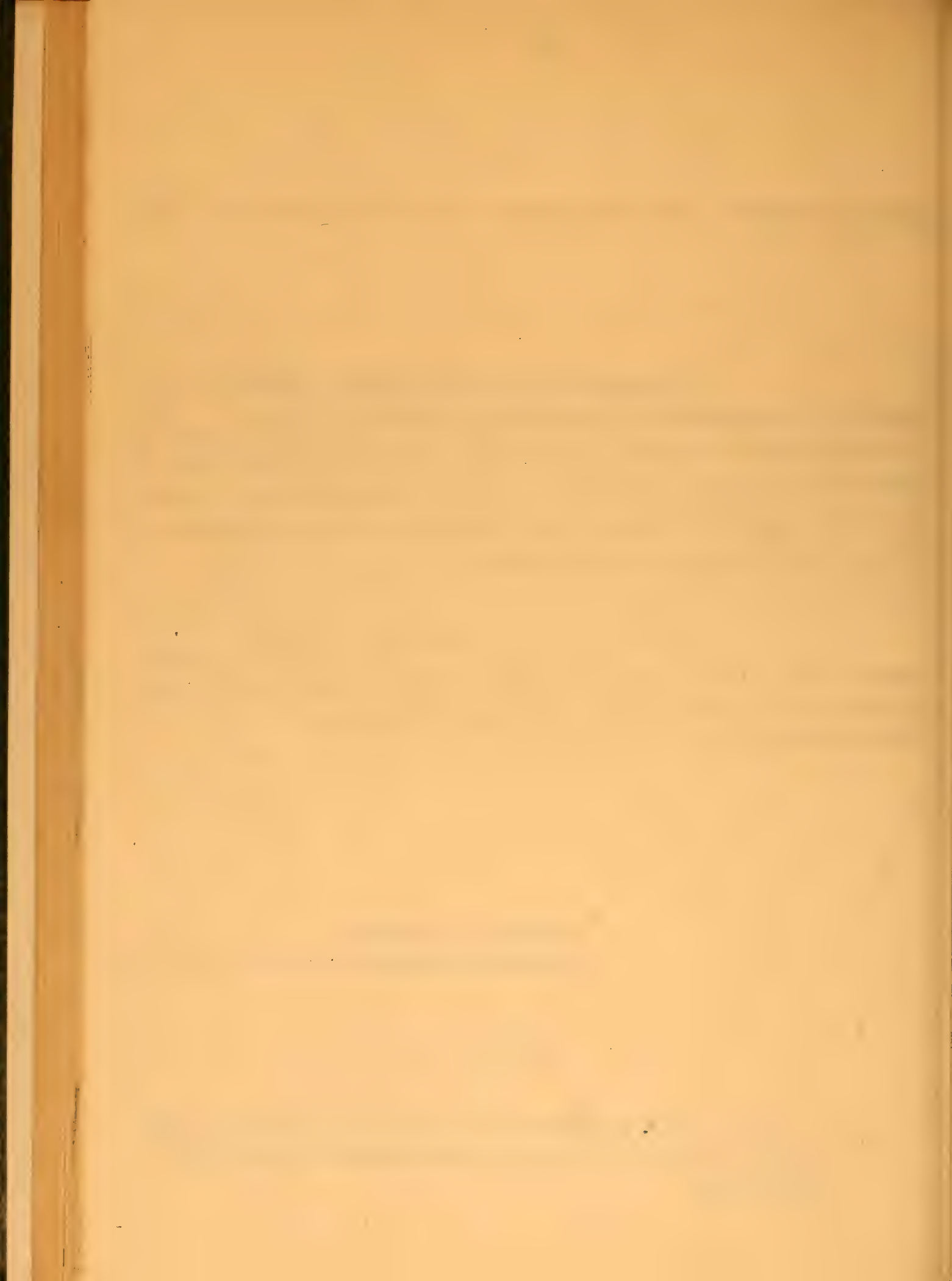
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, combinado com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, resolve

A P R O V A R as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Instrução e sua integração ao novo PLANO DE CONTAS ÚNICO PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA expedido pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29 de março de 1983. (*)

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

(*) (a matéria objeto dos Anexos I, II, III e IV desta IN está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional-DIN).



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 15 DE JULHO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320/64, resolve:

E X P E D I R a presente Instrução Normativa com a finalidade de disciplinar os procedimentos de concessão, liberação de recursos e prestação de contas de subvenções sociais e auxílios financeiros.

I - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS

2. Somente serão beneficiadas com subvenções ou auxílio financeiro as entidades que visem a promover:

- a) a educação e o desenvolvimento da cultura;
- b) a defesa da saúde e a assistência médico-social; e
- c) o amparo social da coletividade.

3. Não se concederá subvenção ou auxílio financeiro a instituição que:

- a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes;
- b) constitua patrimônio de pessoa ou de sociedade sem caráter filantrópico;
- c) não tenha sido fundada ou organizada regularmente até 31 de dezembro do ano anterior ao da lei orçamentária;
- d) não tenha pedido registro ao Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS) ou cujo registro tenha sido

negado em definitivo, exceção feita às entidades do Poder Público; e

- e) não tenha prestado contas de subvenção ou auxílio financeiro anteriormente recebido.

II - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

4. A liberação dos recursos de que trata esta Instrução será efetuada pelo Banco do Brasil S.A., em nome da entidade beneficiada.

5. A entidade contemplada com subvenção ou auxílio financeiro em anos pretêritos somente terá seus recursos liberados se comprovada a regular aplicação dos valores anteriormente entregues.

6. Os recursos recebidos pelas entidades, a título de subvenções ou auxílios financeiros, terão suas aplicações definidas no programa de trabalho, modelo anexo, vedada a aplicação em finalidade diferente daquela para a qual foram concedidos.

III - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7. As prestações de contas de subvenções ou auxílios financeiros deverão ser apresentadas ao órgão ou entidade concedente até 60 (sessenta) dias após a aplicação dos recursos, para fins de aprovação e integração à tomada de contas do ordenador de despesa.

8. As prestações de contas se constituirão de relatório sucinto sobre a aplicação dos recursos, comprovando sua utilização em obediência ao programa de trabalho, e do balancete financeiro elaborado pela entidade beneficiada, cuja documentação comprobatória conservará pelo prazo de 5 (cinco) anos, à disposição dos órgãos de fiscalização e controle.

9. O ordenador de despesa, de posse da prestação de contas, promoverá os meios necessários à verificação da autenticidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas, após o que a encaminhará ao órgão de contabilidade analítica, para a competente baixa.

10. A presente Instrução Normativa alcança, no que couber, subvenções e auxílios financeiros já concedidos e ainda pendentes de prestação de contas.

11. Esta Instrução Normativa não se aplica às operações reguladas em leis especiais ou delegadas e entra em vigor na data de sua publicação.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS FINANCEIROS

PROGRAMA DE TRABALHO

Exercício de 198...

Natureza do recurso

Subvenção

Auxílio

☐☐

ENTIDADE BENEFICIADA:

RECURSO RECEBIDO Cr\$

FINALIDADE:

- MODALIDADE DA APLICAÇÃO -	Cr\$
T O T A L	

Em / / 198...

Responsável pela elaboração

Dirigente da Entidade

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005, DE 03 DE AGOSTO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da República, resolve

DISCIPLINAR a elaboração e o destino de documentos contábeis com o objetivo de compatibilizá-los ao novo Plano de Contas Único Para os Órgãos da Administração Direta implantado pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02, de 29 de março de 1983 e complementado pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 03, de 29 de junho de 1983.

DA ELABORAÇÃO

2. Os documentos contábeis que espelham os fatos orçamentário-financeiro-patrimoniais da administração pública federal são constituídos de peças conforme modelos anexos a esta Instrução e assim identificados:

I - BALANCETES

- a) BM - Balancete Mensal-País
- b) BE - Balancete Mensal-Exterior

II - DEMONSTRATIVOS-PAÍS

- a) DA - Demonstrativo da Despesa Autorizada;
- b) DE - Demonstrativo da Despesa Empenhada;
- c) DR - Demonstrativo da Despesa Realizada;
- d) OB - Demonstrativo de Empenhos por Órgão Beneficiado; e

- e) ER - Demonstrativo da Execução da Receita.
(modelo da IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02/80)

III - DEMONSTRATIVOS-EXTERIOR

- a) EE - Demonstrativo da Execução da Despesa -
-Exterior.

3. Os Balancetes Mensais compreendem os Sistemas:

- a) ORÇAMENTÁRIO;
- b) FINANCEIRO;
- c) PATRIMONIAL; e
- d) DE COMPENSAÇÃO.

DO DESTINO

4. Os documentos contábeis relativos à gestão orçamentário-financeira, no âmbito do Poder Executivo, obedecem aos seguintes fluxos e destinos:

- a) da DECOF/SECIN para a Unidade Gestora, os Demonstrativos descritos no item 2, em 2 (duas) vias, salvo se a Unidade Gestora for a própria Unidade Orçamentária, caso em que receberá apenas 1 (uma) via;
- b) da UNIDADE GESTORA para a UNIDADE ORÇAMENTÁRIA correspondente, 1 (uma) via dos Demonstrativos recebidos da DECOF;
- c) da DECOF/SECIN para a CREDE/SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes e Demonstrativos de cada Unidade Gestora sediada fora do Distrito Federal, para fins de encaminhamento à respectiva CISET;

- d) da DECOF/SECIN para a CREDE/SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes consolidados por Ministério e acompanhados dos respectivos Demonstrativos ; e
- e) da Ciset para a SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes e Demonstrativos contendo a consolidação das Unidades localizadas no Distrito Federal e Exterior.

5. Os documentos contábeis previstos nos itens 2 e 3 desta Instrução, de responsabilidade dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como dos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República, serão encaminhados à SECIN pelas Unidades de atribuição equivalente a Secretaria de Controle Interno.

6. A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, à guisa de colaboração, poderá oferecer às Unidades Gestoras, não sediadas no Distrito Federal, relatório periódico de empenhos emitidos, pagos e anulados.

7. A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN poderá ainda oferecer às Ciset's, como subsídio as suas atividades, os balancetes e Demonstrativos contendo a consolidação das operações de todo o Território Nacional, inclusive o Distrito Federal e, também, do Exterior.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, I, do Regimento Interno implementado pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, resolve

DISCIPLINAR a distribuição, consoante Anexo, de exemplares dos Balanços-Gerais da União, elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno e compostos de:

a) 1º Volume - RELATÓRIO

Parte I - Atividades Administrativas

Parte II - A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal

b) 2º Volume - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Parte I - Administração Direta

Parte II - Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações

c) 3º Volume - RECEITA E DESPESA

Parte I - Receita Orçamentária - Prevista e Realizada

Parte II - Despesa Orçamentária - Prevista

Parte III - Despesa Orçamentária - Realizada

2. É revogada, em consequência, a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 22 de abril de 1982.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

ANEXO À INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 31 DE OUTUBRO/1983

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO

(conjunto)

DESTINATÁRIOS	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
<u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>		
Presidente da República (pessoal)	1	-
Presidente da República-p/Congresso Nacional	1	-
Presidente da República-p/Tribunal de Contas da União	1	-
Diretoria Administrativa da Presidência da República	-	1
Gabinete da Vice-Presidência da República	-	1
Conselho de Segurança Nacional	-	1
Consultoria-Geral da República	-	1
Estado Maior das Forças Armadas	-	1
Secretaria de Planejamento-SEPLAN/PR		
Ministro-Chefe (pessoal)	1	-
Secretaria-Geral	1	-
Secretaria de Controle das Empresas Estatais	-	2
Secretaria de Orçamento e Finanças	-	4
Instituto de Planejamento Econômico e Social		
IPEA	-	1
IPLAN	-	2
Secretaria-Central de Controle Interno		
Gabinete do Secretário-Central	1	-
Secretaria de Administração Financeira	1	-
Secretaria de Contabilidade	1	-
Secretaria de Auditoria	1	-
Secretaria de Processamento de Dados	1	-
Secretaria de Normas e Desenvolvimento	1	-
Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças	-	23
Delegacias-Regionais de Auditoria	-	10
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	-	3
<u>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</u>		
Gabinete dos Ministros	-	9
Ministro-Relator	-	1
Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle	-	1
<u>MINISTÉRIO DA FAZENDA</u>		
Ministro	1	-
Secretaria-Geral	-	1
Secretaria da Receita Federal	-	1
Secretaria de Economia e Finanças	-	1
<u>SECRETARIAS DE CONTROLE INTERNO</u>		
Do Poder Executivo:		
Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP/PR	-	1
Secretaria de Planejamento da Presidência da República	-	1
Serviço Nacional de Informações-SNI/PR	-	1
Ministérios:		
Aeronáutica	-	1
Agricultura	-	1

DESTINATÁRIOS	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
Comunicações	-	1
Educação e Cultura	-	1
Exército	-	1
Fazenda	-	1
Indústria e do Comércio	-	1
Interior	-	1
Justiça	-	1
Marinha	-	1
Minas e Energia	-	1
Previdência e Assistência Social	-	1
Relações Exteriores	-	1
Saúde	-	1
Trabalho	-	1
Transportes	-	1
Do Poder Legislativo:		
Câmara dos Deputados	-	1
Senado Federal	-	1
Tribunal de Contas da União	-	1
Do Poder Judiciário:		
Conselho da Justiça Federal	-	1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	1
Superior Tribunal Militar	-	1
Supremo Tribunal Federal	-	1
Tribunal Federal de Recursos	-	1
Tribunal Superior Eleitoral	-	1
Tribunal Superior do Trabalho	-	1
<u>ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS</u>		
Banco do Brasil S.A.	-	1
Banco Central do Brasil		
Presidência	-	1
Departamento Econômico	-	1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	-	1
Caixa Econômica Federal	-	1
<u>COLEGIADOS E ORGANISMOS</u>		
Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas-Câmara dos Deputados	-	2
Comissão de Programação Financeira	-	2
Fundação Getúlio Vargas	-	2
Fundo Monetário Internacional	-	1
<u>BIBLIOTECAS</u>		
Biblioteca Nacional	1	-
Escola de Administração Fazendária	1	-
Escola de Guerra Naval	1	-
Escola Nacional de Informações	1	-
Escola Superior de Guerra	1	-
Ministério da Fazenda	1	-
Secretaria de Planejamento da Presidência da República	1	-
<u>ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</u>		
Secretaria de Fazenda ou Finanças	-	26
ARQUIVO SECIN	2	5
<u>S O M A S</u>		
	21	116
		137

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007, DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II e III, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, combinado com o inciso 4 da Portaria nº 145, de 13 de outubro de 1983, ambas do Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

ALTERAR os prazos de entrega de balancetes mensais e demonstrativos à Secretaria-Central de Controle Interno, de que trata a IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83, na seguinte conformidade:

- a) até 15 de março, as peças do mês de janeiro;
- b) até 30 de março, as do mês de fevereiro;
- c) até o dia 08 dos meses subsequentes, as de março a novembro; e
- d) até o dia 10 de fevereiro, as de dezembro do exercício imediatamente anterior.

São derogados, em decorrência, os prazos fixados nas letras a, b, c e d, item 7.4, da IN/SCCI/SEPLAN/Nº 002, de 10 de abril de 1980.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, resolve

DELEGAR competência a Secretários de Controle Interno e Autoridades de atribuição equivalente para proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas no próprio exercício, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR nºs 003, de 18 de dezembro de 1980, e 004, de 30 de agosto de 1982, respeitados, ainda, os fluxos a seguir recomendados.

2. As listagens objeto do tópico anterior serão entregues pelos gestores, até 30 de dezembro, às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's a que estejam jurisdicionados. Após exame,

- a) as DECOF's do Distrito Federal submeterão a matéria às respectivas Secretarias de Controle Interno-CISET's dos Ministérios Cíveis, para autorizar a inscrição e baixa de Restos a Pagar, cujos lançamentos contábeis serão a seguir efetuados pelas mesmas DECOF's; e
- b) as DECOF's sediadas nas capitais de Estado encaminharão essas listagens à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, que se incumbirá de enviá-las às CISET's dos Ministérios Cíveis, para os mesmos fins, restituindo-se-as, também por intermédio da SECIN, em seguida, às DECOF's subordinadas, para procedimentos contábeis.

4. As Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças atuarão no sentido de que a entrega das relações de Restos a Pagar a inscrever e a baixar, às Secretarias de Controle Interno, se faça até 06 de janeiro do exercício subsequente.

5. As Secretarias de Controle Interno diligenciarão de forma a restituir as listagens à Secretaria-Central de Controle Interno até 10 de janeiro seguinte, no que tange às unidades não localizadas no Distrito Federal.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

ADENDOS

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982

ACRÉSCIMOSa) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1300.27.16 - Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis-PROVÁRZEAS

b) MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

1400.27.04 - Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL

c) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1500.27.21 - Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF

d) MINISTÉRIO DA FAZENDA

1700.20.18 - Comissão de Política Aduaneira

e) MINISTÉRIO DO INTERIOR

1900.09.01 - Representação da Secretaria do Meio Ambiente/CE

1900.17.01 - Representação da Secretaria do Meio Ambiente/MG

f) MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

2200.22.02 - Escritório de Representação do Conselho Nacional do Petróleo-CNP em Curitiba/PR.

g) MINISTÉRIO DA SAÚDE

2500.01.02 - Distrito da SUCAM em Guajará-Mirim/RO

2500.01.03 - Distrito da SUCAM em Ji-Paraná/RO

2500.02.03 - Distrito da SUCAM em Cruzeiro do Sul/AC

2500.03.04 - Distrito da SUCAM em Itacoatiara/AM

2500.03.05 - Distrito da SUCAM em Tefé/AM

2500.03.06 - Distrito da SUCAM em Humaitá/AM

- 2500.05.04 - Distrito da SUCAM em Altamira/PA
- 2500.05.05 - Distrito da SUCAM em Breves/PA
- 2500.05.06 - Distrito da SUCAM em Cametã/PA
- 2500.05.07 - Distrito da SUCAM em Capanema/PA
- 2500.05.08 - Distrito da SUCAM em Marabá/PA
- 2500.05.09 - Distrito da SUCAM em Santarém/PA
- 2500.05.10 - Distrito da SUCAM em Conceição do Araguaia/PA
- 2500.07.03 - Distrito da SUCAM em Chapadinha/MA
- 2500.07.04 - Distrito da SUCAM em Codó/MA
- 2500.07.05 - Distrito da SUCAM em Imperatriz/MA
- 2500.07.06 - Distrito da SUCAM em Pedreiras/MA
- 2500.07.07 - Distrito da SUCAM em Pindaré-Mirim/MA
- 2500.07.08 - Distrito da SUCAM em São João dos Patos/MA
- 2500.08.04 - Distrito da SUCAM em Campo Maior/PI
- 2500.08.05 - Distrito da SUCAM em Floriano/PI
- 2500.08.06 - Distrito da SUCAM em Parnaíba/PI
- 2500.08.07 - Distrito da SUCAM em Picos/PI
- 2500.09.05 - Distrito da SUCAM em Baturité/CE
- 2500.09.06 - Distrito da SUCAM em Crato/CE
- 2500.09.07 - Distrito da SUCAM em Sobral/CE
- 2500.10.04 - Distrito da SUCAM em Caiocó/RN
- 2500.10.05 - Distrito da SUCAM em São José de Mipibu/RN
- 2500.11.03 - Distrito da SUCAM em Campina Grande/PB
- 2500.11.04 - Distrito da SUCAM em Itabaiana/PB
- 2500.12.03 - Distrito da SUCAM em Vitória de Santo Antão/PE
- 2500.12.04 - Distrito da SUCAM em Caruaru/PE
- 2500.12.05 - Distrito da SUCAM em Garanhuns/PE
- 2500.12.06 - Distrito da SUCAM em Salgueiro/PE
- 2500.13.03 - Distrito da SUCAM em Palmeira dos Índios/AL
- 2500.13.04 - Distrito da SUCAM em Penedo/AL
- 2500.15.03 - Hospital de Aracajú/SE
- 2500.15.04 - Distrito da SUCAM em Estância/SE
- 2500.16.03 - Distrito da SUCAM em Barra/BA
- 2500.16.04 - Distrito da SUCAM em Bom Jesus da Lapa/BA
- 2500.16.05 - Distrito da SUCAM em Caravelas/BA
- 2500.16.06 - Distrito da SUCAM em Feira de Santana/BA

- 2500.16.07 - Distrito da SUCAM em Ilhéus/BA
- 2500.16.08 - Distrito da SUCAM em Itaberaba/BA
- 2500.16.09 - Distrito da SUCAM em Jequiê/BA
- 2500.16.10 - Distrito da SUCAM em Juazeiro/BA
- 2500.16.11 - Distrito da SUCAM em Pernambuco/BA
- 2500.17.03 - Distrito da SUCAM em Caratinga/MG
- 2500.17.04 - Distrito da SUCAM em Diamantina/MG
- 2500.17.05 - Distrito da SUCAM em Januária/MG
- 2500.17.06 - Distrito da SUCAM em Montes Claros/MG
- 2500.17.07 - Distrito da SUCAM em Pirapora/MG
- 2500.17.08 - Distrito da SUCAM em Teófilo Otoni/MG
- 2500.17.09 - Distrito da SUCAM em Uberaba/MG
- 2500.17.10 - Distrito da SUCAM em Varginha/MG
- 2500.18.03 - Distrito da SUCAM em Linhares/ES
- 2500.18.04 - Distrito da SUCAM em Vila Velha/ES
- 2500.19.03 - Distrito da SUCAM em Três Lagoas/MS
- 2500.19.04 - Distrito da SUCAM em Dourados/MS
- 2500.19.05 - Distrito da SUCAM em Rio Verde/MS
- 2500.20.10 - Distrito da SUCAM em Campos/RJ
- 2500.20.11 - Distrito da SUCAM em Niterói/RJ
- 2500.20.12 - Distrito da SUCAM em Nova Iguaçu/RJ
- 2500.20.13 - Distrito da SUCAM em Macaé/RJ
- 2500.20.14 - Divisão Nac.de Vigilância Sanit. de Portos,Aeroportos e Fronteiras/RJ.
- 2500.22.03 - Distrito da SUCAM em Cascavel/PR
- 2500.22.04 - Distrito da SUCAM em Foz do Iguaçu/PR
- 2500.22.05 - Distrito da SUCAM em Londrina/PR
- 2500.22.06 - Distrito da SUCAM em Paranaguá/PR
- 2500.23.03 - Distrito da SUCAM em Blumenau/SC
- 2500.23.04 - Distrito da SUCAM em Joinville/SC
- 2500.24.03 - Distrito da SUCAM em Santa Maria/RS
- 2500.24.04 - Distrito da SUCAM em Santa Rosa/RS
- 2500.25.03 - Distrito da SUCAM em Cáceres/MT
- 2500.25.04 - Distrito da SUCAM em Nortelândia/MT
- 2500.25.05 - Distrito da SUCAM em Rondonópolis/MT
- 2500.26.03 - Distrito da SUCAM em Ceres/GO
- 2500.26.04 - Distrito da SUCAM em Formosa/GO

- 2500.26.05 - Distrito da SUCAM em Jataí/GO
- 2500.26.06 - Distrito da SUCAM em Porto Nacional/GO
- 2500.26.07 - Distrito da SUCAM em Taguatinga/GO
- 2500.26.08 - Distrito da SUCAM em Tocantinópolis/GO
- 2500.27.21 - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária

h) CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

- 1103.27.02 - Conselho de Segurança Nacional

EXCLUSÕES

a) MINISTÉRIO DA SAÚDE

- 2500.20.03 - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária/RJ

RETIFICAÇÕES

a) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- . onde se lê: 1300.06.04 - Delegacia Federal de Agricultura/Amapá
- leia-se: 1300.06.01 - Delegacia Federal de Agricultura/Amapá
- . onde se lê: 1300.21.03 - Centro Nacional de Engenharia Rural-CENRA
- leia-se: 1300.21.03 - Centro Nacional de Engenharia Agrícola-CENRA

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E

A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982, editou o Orçamento para o Exercício Financeiro de 1983.

A Receita foi estimada em Cr\$8.989.000.000.000,00 - (ingressos do Tesouro) e a Despesa fixada em igual importância. Nasceu a peça orçamentária de 1983, assim, rigorosamente equilibrada.

As receitas e despesas não dependentes do Tesouro, previstas e autorizadas para as entidades da administração indireta e fundações instituídas pelo Poder Público, somaram o valor de Cr\$1.058.300.000.000,00. Trata-se de organismos que se nutrem de recursos por eles mesmos gerados, ou alimentados por outras fontes, obviamente excluídas as Transferências da União. A peça orçamentária espelhou, por via da agregação desses valores, a soma de Cr\$10.047.300 milhões

A chamada lei-de-meios bipartiu-se em dois Anexos compreendendo, o Anexo I, a estimativa da Receita, e, o Anexo II, a autorização da Despesa. Completa-a o Anexo III, identificador da Programação de entidades supervisionadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações subvencionadas e outros beneficiários de valores consignados no Orçamento Geral).

Admitidas tão-somente as receitas e despesas derivadas da própria gestão do Tesouro, deste modo se consubstancia o quadro das previsões e realizações:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1983
RECEITAS E DESPESAS DO TESOURO
CONFRONTO ENTRE A PREVISÃO E A REALIZAÇÃO

CR\$1.000

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DIF. % B/A
I - RECEITA	8.989.000.000	11.779.847.503	+31
Receitas Correntes	8.774.108.000	11.577.596.371	+32
Receitas de Capital	214.892.000	202.250.932	- 6
II - DESPESA	8.989.000.000	11.104.585.323	+23
Despesas Correntes	5.859.483.176	8.537.106.422	+45
Despesas de Capital	1.928.853.644	2.567.478.901	+33
Reserva de Contingência (*)	1.200.663.180		
III - SUPERÁVIT		675.262.180	

(*) A realização está compreendida em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As receitas e despesas de entidades da Administração Indireta e fundações subvencionadas foram qualificadas em instrumentos orçamentários adequados (Anexo III), segundo a lei. Os procedimentos de execução estão revelados em Balanços e peças demonstrativas componentes do 2º Volume dos Balanços-Gerais da União, Parte II. Tais organismos estão sendo considerados em tópico oportuno, neste relatório.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

(AUTORIZADOS)

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982 (ou lei-de-meios) deferiu competência ao Poder Executivo, através do artigo 5º, III, para

"abrir créditos suplementares, mediante utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

....."

Essa faixa de 25%, aplicada ao total da despesa autorizada no artigo 1º, de Cr\$10.047.300.000.000,00, permitiria ao Executivo suplementar o Orçamento em Cr\$2.511.825.000.000,00, utilizando como fonte de recursos compensatórios, de um lado, a Reserva de Contingência e, de outro, a anulação parcial ou total de dotações ou créditos adicionais autorizados em lei, segundo o art.43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Por outro lado, e por via da Lei nº 7.124, de 19 de setembro de 1983, foi o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$1.903.900.000.000,00, mediante a utilização de recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro Nacional, ao amparo do item II, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A soma dessas autorizações legislativas permitiu fossem abertos créditos suplementares até o limite, portanto, de Cr\$4.415.725.000.000,00, no decurso de 1983:

Lei 7053/82 (Lei-de-Meios).....	2.511.825.000.000,00
Lei 7124/83.....	<u>1.903.900.000.000,00</u>
Soma.....	<u>4.415.725.000.000,00</u>

CRÉDITOS SUPLEMENTARES
(ABERTOS)

Com apoio nos veículos de autorização legislativa pôde o Executivo abrir créditos suplementares, ao longo de 1983, no valor líquido de Cr\$4.362.498.250.394,00, assim desdobrado:

	<u>Cr\$1,00</u>
À conta do excesso de arrecadação.....	2.336.422.159.394
Mediante compensação de créditos orçamentários.....	2.397.336.991.000
	4.733.759.150.394
Menos: suplementações feitas à Reserva de Contingência.....	371.260.900.000
Valor total das Suplementações.....	<u>4.362.498.250.394</u>

Em face de haver sido concedido o limite de Cr\$4.415.725.000.000,00, fica evidenciada a não utilização da parcela remanescente, de Cr\$53.226.749.606,00.

O Orçamento de 1983 apresentou-se, em síntese, quanto à posição líquida da despesa, desta maneira:

Inicial.....	8.989.000.000.000
Suplementação com efetivo reflexo no aumento da despesa autorizada.....	<u>2.336.422.159.394</u>
Total do Orçamento mais Suplementações.....	<u>11.325.422.159.394</u>

1871

1872

1873

CRÉDITOS ESPECIAIS

Créditos Especiais foram abertos pelo Executivo, sob permissão legislativa, em benefício dos seguintes Ministérios, no valor total de Cr\$5.154.666.000,00:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- . para reforma do Instituto Nacional do Câncer

LEI Nº 7101, de 13/06/83..... 950.000.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- . para reformulação do sistema penitenciário

LEI Nº 7114, de 17/08/83..... 1.000.000.000,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- . para desenvolvimento das atividades da Fundação Universidade de Rondônia

LEI Nº 7124, de 19/09/83..... 390.000.000,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- . para interiorização das ações sanitárias e implementação da rede de suprimento e distribuição de sangue e hemoderivados

LEI Nº 7153, de 01/12/83..... 2.814.666.000,00

5.154.666.000,00

Os créditos especiais descritos foram amparados pelo produto da anulação de dotações orçamentárias e, também, pelo excesso de arrecadação.

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

Não houve reabertura de créditos especiais vigentes no último quadrimestre de 1982.

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Nenhum crédito extraordinário foi aberto no exercício de 1983.

1871

1872

1873

DESPESA AUTORIZADA
(TOTAL)

Em consequência das modificações havidas no campo da Despesa Autorizada, consoante já se demonstrou, a despesa total autorizada se fixou no limite máximo de Cr\$11.330.576.825.394,00, a saber:

Orçamento Inicial.....	8.989.000.000.000,00
Mais: Créditos Suplementares líquidos.....	<u>2.336.422.159.394,00</u>
Subtotal.....	11.325.422.159.394,00
Mais: Créditos Especiais.....	<u>5.154.666.000,00</u>
Total da Despesa Autorizada.....	<u>11.330.576.825.394,00</u>

1871

1872

1873

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1811

1811

1811

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Nenhuma inovação foi efetivamente trazida para o campo da execução orçamentário-financeira, em decorrência do Decreto nº 87.978/82.

A norma contida no artigo 21, qual seja a de restringir o aumento de capital de empresa pública e sociedade de economia mista para apenas quando haja dotação específica no Orçamento, tem o papel de rememorar diplomas legais existentes.

De igual forma, a vedação do uso de recurso orçamentário no mercado financeiro — artigo 22 — é objeto do Decreto-Lei nº 1.290/73.

Em suma, o Decreto nº 87.978, de 24 de dezembro de 1982, baixado para disciplinar a execução do Orçamento do Exercício Financeiro de 1983, limitou-se a reproduzir os preceitos tradicionalmente inseridos em semelhantes editos anteriores.

1871

1872

1873

A REALIZAÇÃO DA RECEITA

1871

1871

1871

A REALIZAÇÃO DA RECEITA**NOVO ELENCO DA RECEITA**

O novo esquema de classificação da Receita Orçamentária, divulgado através do Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, foi rigorosamente respeitado nos procedimentos contábeis e de administração financeira.

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982, que estimou a Receita e fixou a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1983 (Lei-de-Meios), reproduziu, em seu artigo 2º, o desdobramento (Anexo I) das Receitas do Tesouro, igualmente espelhado nos Balanços-Gerais da União de 1983, como segue:

	Em Cr\$1.000
RECEITAS CORRENTES/PREVISÃO	8.774.108.000
Receita Tributária.....	6.563.581.000
Receita de Contribuições.....	1.818.830.000
Receita Patrimonial.....	152.000.000
Receita Agropecuária.....	306.200
Receita Industrial.....	1.213.000
Receita de Serviços.....	61.896.000
Transferências Correntes.....	71.590
Outras Receitas.....	176.210.210
RECEITAS DE CAPITAL.....	214.892.000
RECEITAS DO TESOURO-TOTAL.....	8.989.000.000

Esse é o motivo pelo qual entre algumas rubricas de Receita não há correspondência entre os anos de 1982 e 1983. Alguns títulos de 1982 foram banidos em 1983 e outras denominações substitutivas surgiram em 1983.

100

卷之四

...

REALIZAÇÃO DA RECEITA

O comportamento da Receita Orçamentária e seus desdobramentos está retratado nas seguintes demonstrações:

EM CR\$1,00

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES.....	11.577.596.571.581
RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>202.250.932.191</u>
SOMA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	<u>11.779.847.503.772</u>

A arrecadação geral da Receita superou a estimativa, de Cr\$8.989.000.000.000, em 31,0%, quase 1/3.

COMPOSIÇÃO DE RECEITAS CORRENTES

TRIBUTÁRIA.....	8.836.691.236.728
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	2.400.486.179.039
RECEITA PATRIMONIAL.....	90.480.072.785
RECEITA AGROPECUÁRIA.....	1.044.350.974
RECEITA INDUSTRIAL.....	1.941.520.065
RECEITA DE SERVIÇOS.....	51.654.255.178
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	85.684.292.314
OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	<u>109.614.684.498</u>
SOMA DE RECEITAS CORRENTES.....	<u>11.577.596.571.581</u>

COMPOSIÇÃO DE RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	200.171.563.491
ALIENAÇÃO DE BENS.....	1.696.971.226
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	<u>582.397.473</u>
SOMA DE RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>202.250.932.191</u>

卷之四

...

COMPOSIÇÃO DA RECEITATRIBUTÁRIA

Impostos.....	8.469.402.498.031
Taxas.....	367.288.425.473
Contribuições de Melhoria.....	313.224
Soma.....	<u>8.836.691.236.728</u>

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Contribuições Sociais.....	1.051.644.370.710
Contribuições Econômicas.....	1.348.841.808.329
Soma.....	<u>2.400.486.179.039</u>

RECEITA PATRIMONIAL

Receitas Imobiliárias.....	9.198.946.595
Receitas de Valores Mobiliários.....	76.147.609.524
Outras Receitas Patrimoniais.....	5.133.516.666
Soma.....	<u>90.480.072.785</u>

RECEITA AGROPECUÁRIA

Receita de Produção Vegetal.....	1.044.067.917
Receita da Produção Animal e Derivados	283.057
Soma.....	<u>1.044.350.974</u>

RECEITA INDUSTRIAL

Receita da Indústria de Transformação.	1.941.435.545
Receita da Indústria de Construção....	84.520
Soma.....	<u>1.941.520.065</u>

1870

1870

1870

RECEITA DE SERVIÇOS

Serviços Comerciais	34.506.362.146
Serviços Financeiros	1.017.150.464
Serviços de Saúde	554.339.409
Serviços de Processamento de Dados	117.346.737
Serviços Contr.Anal.Mercad.Drog.Med.Aliment.	445.675.494
Serviços de Metrologia	7.906.239.952
Serviços Administrativos	865.330.126
Serviços Educacionais	643.891.535
Serviços Agropecuários	345.436.186
Serviços Consult.Assist. Téc.Anal.Projeto	158.556.755
Serviços Reg.Marcas, Patentes, Transf.Tecnolog. ..	3.817.563.819
Tarifa de Utilização de Faróis	877.284.374
Tarifas Aeroportuárias	167.468.404
(Demais Receitas de Serviços)	231.589.777
Soma	<u>51.654.235.178</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Transferências Intragovernamentais	85.682.006.336
Transferências Intergovernamentais	1.300
Transferências de Instituições Privadas ..	2.275.000
Transferências do Exterior	5.458
Transferências de Pessoas	4.220
Soma	<u>85.684.292.314</u>

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Multas e Juros de Mora	61.846.181.221
Indenizações e Restituições	9.288.052.116
Receita da Dívida Ativa	12.057.310.174
Receitas Diversas	26.423.140.987
Soma	<u>109.614.684.498</u>

12/10/1917

REPORT ON THE PROGRESS OF THE WORK

1917

A RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADASEGUNDO AS REGIÕES ARRECADADORAS

O perfil da arrecadação de receita orçamentária apresenta-se regionalmente assim:

<u>R E G I Ã O</u>	<u>Cr\$1,00</u>	<u>§</u>
<u>NORTE</u> (AC, AM, AP, PA, RO e RR).....	174.251.229.416	1,48
<u>NORDESTE</u> (AL, BA, CE, FN, MA, PB, PE, PI, RN e SE).....	695.037.151.424	5,90
<u>SUL</u> (PR, RS e SC).....	1.007.981.225.985	8,55
<u>CENTRO-OESTE</u> (DF, GO, MT e MS).....	2.970.174.606.754	25,22
<u>SUDESTE</u> (ES, MG, RJ e SP).....	6.932.403.290.195	58,85
<u>S O M A S.....</u>	<u>11.779.847.503.772</u>	<u>100,00</u>

UNIDADES FEDERATIVAS MAIS EXPRESSIVAS

As Unidades Federativas mais significativamente arrecadoras da Receita Orçamentária são as seguintes:

1871

1872

1873

UF'S ARRECADADORAS MAIS EXPRESSIVAS

UNIDADE FEDERATIVA	Cr\$1,00	% s/o total
SÃO PAULO/SP.....	3.849.061.914.710	32,67
DISTRITO FEDERAL/DF.....	2.869.873.036.024	24,36
RIO DE JANEIRO/RJ.....	2.291.306.668.930	19,45
MINAS GERAIS/MG.....	737.681.124.436	6,26
RIO GRANDE DO SUL/RS.....	510.165.723.293	4,33
PARANÁ/PR.....	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO/PE.....	252.118.536.234	2,14
BAHIA/BA.....	227.632.446.400	1,93
SANTA CATARINA/SC.....	135.884.494.926	1,15
DEMAIS UF's (18) COM ARRECA- DAÇÃO INFERIOR A 1%.....	544.192.551.053	4,64
S O M A S.....	11.779.847.503.772	100,00

ARRECAÇÃO POR UNIDADES FEDERATIVAS

EM ORDEM ALFABÉTICA

Por ordem alfabética de Unidade Federativa arrecadadora, a receita orçamentária teve o seguinte desempenho em 1983:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE FEDERATIVA	RECEITA Cr\$1,00	1
ACRE	4.777.194.262	0,04
ALAGOAS	28.019.016.197	0,24
AMAPÁ	5.190.503.969	0,04
AMAZONAS	69.969.155.312	0,59
BAHIA	227.632.446.400	1,93
CEARÁ	88.561.906.585	0,75
DISTRITO FEDERAL	2.869.873.036.024	24,36
ESPÍRITO SANTO	54.353.582.117	0,46
FERNANDO DE NORONHA	-	-
GOIÁS	56.251.251.491	0,48
MARANHÃO	17.566.036.704	0,15
MATO GROSSO	20.944.319.596	0,18
MATO GROSSO DO SUL	23.105.999.643	0,20
MINAS GERAIS	737.681.124.436	6,26
PARÁ	83.223.257.987	0,71
PARAÍBA	23.629.088.246	0,20
PARANÁ	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO	252.118.536.234	2,14
PIAUI	14.844.246.158	0,13
RIO DE JANEIRO	2.291.306.668.930	19,45
RIO GRANDE DO NORTE	23.206.134.223	0,20
RIO GRANDE DO SUL	510.165.723.293	4,33
RONDÔNIA	8.981.599.446	0,08
RORAIMA	2.109.518.440	0,02
SANTA CATARINA	135.884.494.926	1,15
SÃO PAULO	3.849.061.914.710	32,67
SERGIPE	19.459.740.677	0,17
TOTAL GERAL	11.779.847.503.772	100,00

18/10/1907

SCIENTIA MUNDI HISTORIE SIMONEN

18/10/1907

RECEITA DAS UF'S/COMPARATIVO 1983/1982

A receita das principais Unidades Federativas, em 1983, mostra o seguinte desempenho:

Cr\$ milhões		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO	3.849.061,9	32,7
DISTRITO FEDERAL	2.869.873,0	24,4
RIO DE JANEIRO	2.291.306,7	19,4
MINAS GERAIS	737.681,1	6,3
RIO GRANDE DO SUL	510.165,7	4,3
PARANÁ	361.931,0	3,1
OUTROS	1.159.828,1	9,8

A arrecadação do exercício de 1982 tivera o seguinte comportamento:

Cr\$ milhões		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO	1.587.048,7	33,3
RIO DE JANEIRO	1.118.869,3	23,4
DISTRITO FEDERAL	873.966,1	18,3
MINAS GERAIS	321.188,8	6,7
RIO GRANDE DO SUL	228.563,0	4,8
PARANÁ	142.749,8	3,0
OUTROS	502.429,3	10,5

Os números acima alinhados trazem à baila, desde logo, a informação de que o Distrito Federal, assumiu, em 1983, o 2º lugar na arrecadação da receita desalojando o Estado do Rio de Janeiro dessa honrosa posição, que sempre detivera.

1811/10/10

1811/10/10

1811/10/10

Curioso é notar a pequena variação havida nos demais Estados, que mantêm praticamente a mesma classificação percentual do ano de 1982.

Será, não obstante, verdadeiro o 2º lugar conquistado pelo Distrito Federal?

Podemos assegurar que não. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e Relativos a Títulos e Valores (codinome IOF) e o Imposto sobre a Exportação, aquele no valor de Cr\$785.416.483.914,00 e este no de Cr\$212.623.219.837,00, continuam a ser considerados como se no Distrito Federal tivessem sido recolhidos. Esse montante de quase 1 trilhão de cruzeiros — e que praticamente representou 11,29% da Receita Tributária (Cr\$8.836.691.236.728) de 1983 — foi arrecadado nas diferentes Unidades Federativas pelos agentes financeiros, mas, transferido diretamente ao Banco Central do Brasil, com matriz em Brasília-DF.

Em virtude disso, a Receita do antigo Imposto sobre Operações Financeiras (hoje Imposto sobre Operações de Crédito etc.) e de Exportações é concentrada em Brasília, em prejuízo da real posição dos Estados no desempenho arrecadador.

Em nossos relatórios anteriores temos chamado a atenção para essa anomalia, que reclama urgente corretivo. Nada se tem feito, no entanto. Ninguém se preocupa com a aberração que distorce o quadro arrecadador e percentual dos Estados, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais a coleta desses tributos, como se sabe, é preponderante e significativa, sem falar de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e outros.

Fique aqui registrada, pela terceira vez seguida, nossa repulsa ao quadro teratológico que somos obrigados a produzir, baseado em números oficiais colhidos no balancete setorial do Ministério da Fazenda e registrados por nossa contabilidade — e que longe está de exprimir a correta fisionomia da verdade.

18101257

LIBRARY MUSEUM HISTORICAL SOCIETY

18101257

Paciência, pois.

Nosso intuito, no caso, lastimavelmente coincide com o pensamento de um alto executivo norte-americano, divulgado no livro "Como subir na vida sem fazer força", segundo o qual

"o memorando é expedido apenas para guardarmos a cópia, e não para ser necessariamente lido pelo destinatário".

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR

RECEITA COMPARADA/1982 E 1983

Afigura-se-nos oportuno mostrar o quadro comparativo das Receitas hauridas nos exercícios financeiros de 1982 e 1983, em termos de incrementos nominais, sem levar portanto em conta a taxa inflacionária do ano de 1983.

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ARRECADACÃO		Cr\$ milhões
	1982	1983	(R) s/ 1983
Receita Orçamentária	4.774.815,1	11.779.847,5	146,7
Receitas Correntes	4.726.843,1	11.577.596,6	144,9
Receitas de Capital	47.972,0	202.250,9	321,3
Receita Tributária	3.900.939,7	8.836.691,2	126,3
Receita de Contribuições	-	2.400.486,2	-
Receita Patrimonial	69.366,2	90.180,0	30,0
Receita Agropecuária	-	1.044,3	-
Receita Industrial	1.015,9	1.941,5	88,4
Receita de Serviços	-	51.654,2	-
Transferências Correntes	348.239,4	85.684,3	306,0
Receitas Diversas	407.281,8	-	-
Outras Receitas Correntes	-	109.614,7	-
Operações de Crédito	47.050,7	200.171,6	324,9
Alienação de Bens	401,2	1.697,0	323,2
Amortização de Empréstimos ...	510,3	382,4	30,8
Impostos	3.634.202,3	8.469.402,5	133,0
Taxas	234.543,2	367.288,4	56,6
Contribuições de Melhoria	-	0,3	-

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN

1910

ELENCO DE IMPOSTOS

Os impostos que formaram a Receita Tributária são os seguintes, em ordem decrescente de representatividade:

I M P O S T O S	VALOR CR\$1,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS	
DE QUALQUER NATUREZA	4.044.178.406.213
Pessoa Física 286.632.762.380	
Pessoa Jurídica 1.763.981.600.777	
Retido na Fonte 1.993.564.043.056	
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.299.752.960.833
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS E RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES (IOF)	785.416.483.914
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.....	400.058.165.481
IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA	271.173.755.799
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	212.625.219.877
IMPOSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUS- TÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL	192.355.490.898
IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS	88.811.950.718
IMPOSTO SOBRE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RO- DOVIÁRIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL ...	82.277.164.052
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCU - LAÇÃO DE MERCADORIAS	2.493.021.908
IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS	261.976.458
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS.	15.121.118
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	580.495
S O M A	8.469.402.498.031

1772/10/10

1772/10/10

1772/10/10

ANALISE DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

RENDA

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza está assim subdividido:

	<u>Em Cr\$1,00</u>
Pessoas Físicas	286.632.762.380
Pessoas Jurídicas	1.763.981.600.777
Retido nas Fontes	<u>1.993.564.043.056</u>
Soma	<u><u>4.044.178.406.213</u></u>

A estimativa de Cr\$2.282.000 milhões, foi ultrapassada em 77%. Em relação ao ano anterior, em que a arrecadação registrou Cr\$1.456.861.998.738 o crescimento significa 178%.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

O Segundo maior tributo, Imposto sobre Produtos Industrializados, responsabilizou-se pela coleta no valor de Cr\$2.299.752.960.839, superior em 12% à previsão de Cr\$1.950.000 milhões. Em 1982 o ingresso estampou Cr\$1.063.687.621.805. O aumento percentual registra em favor de 1983 a marca de 116%.

10F

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e Relativas a Títulos e Valores, terceiro maior tributo, foi estimado em Cr\$960.000 milhões e arrecadou Cr\$785.416.483.914.

BIBLIOTHECA

BIBLIOTHECA MUSEI HISTORICI SMONEN-

BIBLIOTHECA

18% inferior à previsão. Por outro lado, comparado à arrecadação de Cr\$555.879.190.928 em 1982, produziu mais 41%. Recorde-se que este tributo, em 1982, era denominado "Imposto sobre Operações Financeiras" (IOF).

IMPORTAÇÃO

Este é o quarto maior imposto. Sua arrecadação em 1983 consignou Cr\$490.038.165.481, contra uma estimativa de Cr\$400.000 milhões, ultrapassada em 22%. Comparado a 1982, cujo ingresso mostrou Cr\$233.803.531.258, cresceu 109%.

ENERGIA ELÉTRICA

O Imposto Único sobre Energia Elétrica — 5º colocado — responde por Cr\$271.172.755.799, 5% aquém da estimativa, calculada em Cr\$280.000 milhões. A adução de 1982, porém, no valor de Cr\$127.375.017.109, ficou superada em 113%.

EXPORTAÇÃO

O Imposto sobre a Exportação (6º colocado), estimado em Cr\$19.000 milhões, produziu a arrecadação no total de Cr\$212.625.219.877, 1019% a maior. Comparado a 1982, cuja marca foi de Cr\$7.052.023.191, o crescimento traduz-se em 2015%.

BIBLIOTHECA

MUSEO HISTORICO NACIONAL

BIBLIOTHECA

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

O Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis detém o 7º lugar e coloca Cr\$192.355.490.898 no mapa de arrecadação. Ficou abaixo da estimativa (Cr\$225.000 milhões) em 13%. Comparado a 1982, cujo ingresso exprime Cr\$111.774.684.049, o crescimento nominal foi de 72%.

MINERAIS

O Imposto Único sobre Minerais (8ª posição) arrecadou Cr\$88.811.950.719, em contraste com a previsão de Cr\$63.000 milhões, vencida em 40%. Cotejado a 1982, a que forneceu o valor de Cr\$37.222.464.288, foi superior em 138%.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

O Imposto sobre Serviços de Transportes Rodoviários, colocado no 9º patamar arrecadador, exhibe a soma de Cr\$82.277.364.052, 30% além da previsão (calculada em Cr\$36.000 milhões). Poste em confronto com 1982, quando gerou Cr\$39.458.357.929, cresceu 108%.

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias, arrecadado pela União nos Territórios, situa-se em Cr\$1.493.071.908 e ocupa o 10º lugar. Permaneceu 7% abaixo de sua estimativa de Cr\$2.670 milhões. Contraposto a 1982, cuja arrecadação atingiu Cr\$1.296.151.805, progrediu 92%.

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR

OUTROS IMPOSTOS

Os demais impostos — Impostos Extraordinários , Impostos sobre Transmissão de Bens Imóveis e Imposto Territorial Rural — não merecem comentário, em face de sua inexpressiva performance.

ÊLENCO DE TAXAS

As Taxas que igualmente constituíram a Receita Tributária são, pela ordem de importância, as seguintes:

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA...	10.059.084.416
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	357.229.341.037
SOMA.....	<u>367.288.425.473</u>

No conjunto de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia vamos encontrar as Taxas de Migração, somando o valor de Cr\$3.181.563.150; a Taxa de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, somando Cr\$2.380.673.353, a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e do Comércio de Sementes, somando Cr\$347.595.879; a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e Comércio de Fertilizantes Corretivos, somando Cr\$347.595.879; a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e Comércio de Fertilizantes Corretivos, somando Cr\$165.572.125; a Taxa de Inspeção e Fiscalização de Bebidas, somando Cr\$137.829.121; Taxa de Fiscalização das Telecomunicações com Cr\$3.678.820.873 e outras taxas de menor expressão.

No bloco de Taxas pela Prestação de Serviços vamos encontrar a Taxa Rodoviária Única, com Cr\$242.102.094.686; a Taxa de Melhoramento dos Portos, com Cr\$75.491.091.971; as Pensões Militares, com Cr\$23.419.529.482; a Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, com Cr\$6.318.945.024; as Custas Judiciais com Cr\$4.592.127.342; a Taxa de Exploração de Loterias com

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR

Cr\$2.130.762.712; os Emolumentos Consulares, com Cr\$1.183.927.826 e outras rubricas de menor consistência.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Este grande título, responsável por ingressos no valor de Cr\$2.400.486.179.039, apresenta as seguintes principais subcontas:

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1.051.644.370.710
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS.....	1.348.841.808.329
	<u>2.400.486.179.039</u>

Os valores componentes de Contribuições Sociais , por ordem de vulto, estão assim identificados:

CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTI- MENTO SOCIAL.....	670.200.537.418
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	215.379.101.900
COTA DE PREVIDÊNCIA.....	132.851.673.841
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL....	15.959.116.683
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO.....	1.027.033.917
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO..	3.217.779.614
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	9.027.178
	<u>1.051.644.370.710</u>

As Contribuições Econômicas, também por ordem de significação, se desdobram conforme demonstrativo seguinte:

CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS

CONTRIBUIÇÃO	Cr\$1,00 VALOR
COTAS DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO....	531.655.371.384
SOBRETARIFAS DE TELECOMUNICAÇÕES	234.813.015.778
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL-PIN	157.928.842.741
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O CONSUMO DE AÇÚCAR E ADICIONAL	148.002.663.995
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA-PROTERRA	105.028.001.126
COTA-PARTE DO VALOR DO PETRÓLEO BRUTO DE PRODUÇÃO NACIONAL	29.848.631.256
COTA-PARTE DA MARGEM DE REVENDA DOS COMBUSTÍVEIS	32.513.171.389
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS	27.181.771.111
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	18.707.777.166
TAXA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DA BORRACHA	16.214.601.723
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO...	15.813.019.222
SELO ESPECIAL DE CONTROLE	17.867.702.303
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	13.265.238.783
S O M A	1.348.841.808.329

RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial arrecadada se apresenta sob os seguintes desdobramentos:

(BIBLIOTECA)

BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONEN

BIBLIOTECA

RECEITAS IMOBILIÁRIAS

Aluguéis	209.752.138	
Arrendamentos	39.341.308	
Foros	106.921.317	
Laudêmios	4.030.139.389	
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.810.600.993	
Outras Receitas Imobiliárias.	<u>2.191.450</u>	9.198.946.595

RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Juros de Títulos de Renda..	123.406	
Dividendos	76.147.052.723	
Participações	<u>433.395</u>	76.147.609.524

OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS5.133.516.66686.774.022.912RECEITA AGROPECUÁRIA

A Receita Agropecuária compõe-se de apenas 2 (dois) itens:

RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.044.067.917
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	<u>283.053</u>
	<u>1.044.350.974</u>

Acentue-se que o baixo desempenho da arrecadação da Receita Agropecuária se deve ao fato de que, no Ministério da Agricultura, os ingressos a esse título são totalmente destinados ao Fundo Federal Agropecuário, entidade autônoma diretamente vinculada ao Titular da Pasta.

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN
ANN ARBOR, MICHIGAN

1924

RECEITA INDUSTRIAL

A Receita Industrial, tal como a Receita Agropecuária, é formada por apenas duas rubricas:

RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	1.941.435.345	
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO.....	84.520	
	<u>1.941.520.065</u>	

RECEITA DE SERVIÇOSSERVIÇOS COMERCIAIS

Serviços de Comercialização de Medicamentos	34.462.865.843	
Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Material Escolar e Outros...	15.602.846	
Outros Serviços Comerciais.	<u>27.893.457</u>	54.506.562.146

SERVIÇOS FINANCEIROS:

Juros de Empréstimos	326.987.053	
Taxa pela Concessão de Aval do Tesouro Nacional	688.131.633	
Outros Serviços Financeiros	<u>2.031.778</u>	1.017.150.464

SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Transporte Rodoviário	3.582.386	
Transporte Aéreo	<u>640</u>	3.583.026

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	355.552	
SERVIÇOS DE SAÚDE	554.339.409	

18101010101

18101010101

18101010101

SERVIÇOS PORTUÁRIOS.....	328.799
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....	117.346.737
SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO.....	43.826.023
SERVIÇOS DE METROLOGIA.....	7.906.239.952
SERVIÇOS TECNOLÓGICOS.....	56.658.425
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	865.330.126
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	17.300
SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.....	34.419.136
SERVIÇOS EDUCACIONAIS.....	643.891.535
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	345.436.186
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO.....	23.776
SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS.....	158.556.755
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO.....	6.930
SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERÊNCIA DE TEC NOLOGIA.....	3.817.563.819
SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO.....	109.784
TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS.....	877.284.374
TARIFAS AEROPORTUÁRIAS.....	167.468.494
TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA.....	91.851.396
SERVIÇO DE CONTROLE E ANÁLISE DE MER- CADORIAS, DROGAS, MEDICAMENTOS E ALIMENTOS.....	445.675.494
OUTROS SERVIÇOS.....	409.430
	<u>51.654.235.178</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A composição deste agrupamento no total de
Cr\$85.684.292.314 tem os seguintes elementos:

(BIBLIOTHECA)

8310754 MISIO HENRIQUE SMONTER

(BIBLIOTHECA)

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS:

(Transferências da União)

Transferência de Recursos da Con-
tribuição para os Programas Es-
peciais.....

83.056.672.245

Outras Transferências.....

2.625.334.091 85.682.006.336

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

(Transferências dos Municípios)

1.300

TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRI-
VADAS.....

2.275.000

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR.....

5.458

TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS.....

4.220

85.684.292.314OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Sob este título figuram as seguintes rubricas:

MULTAS E JUROS DE MORA.....

61.846.181.221

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....

9.288.052.116

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA.....

12.057.310.174

RECEITAS DIVERSAS.....

26.423.140.987109.614.684.498

LIBRARY

UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR

RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital, derradeiramente, se ap~~resen~~
tam assim concebidas:

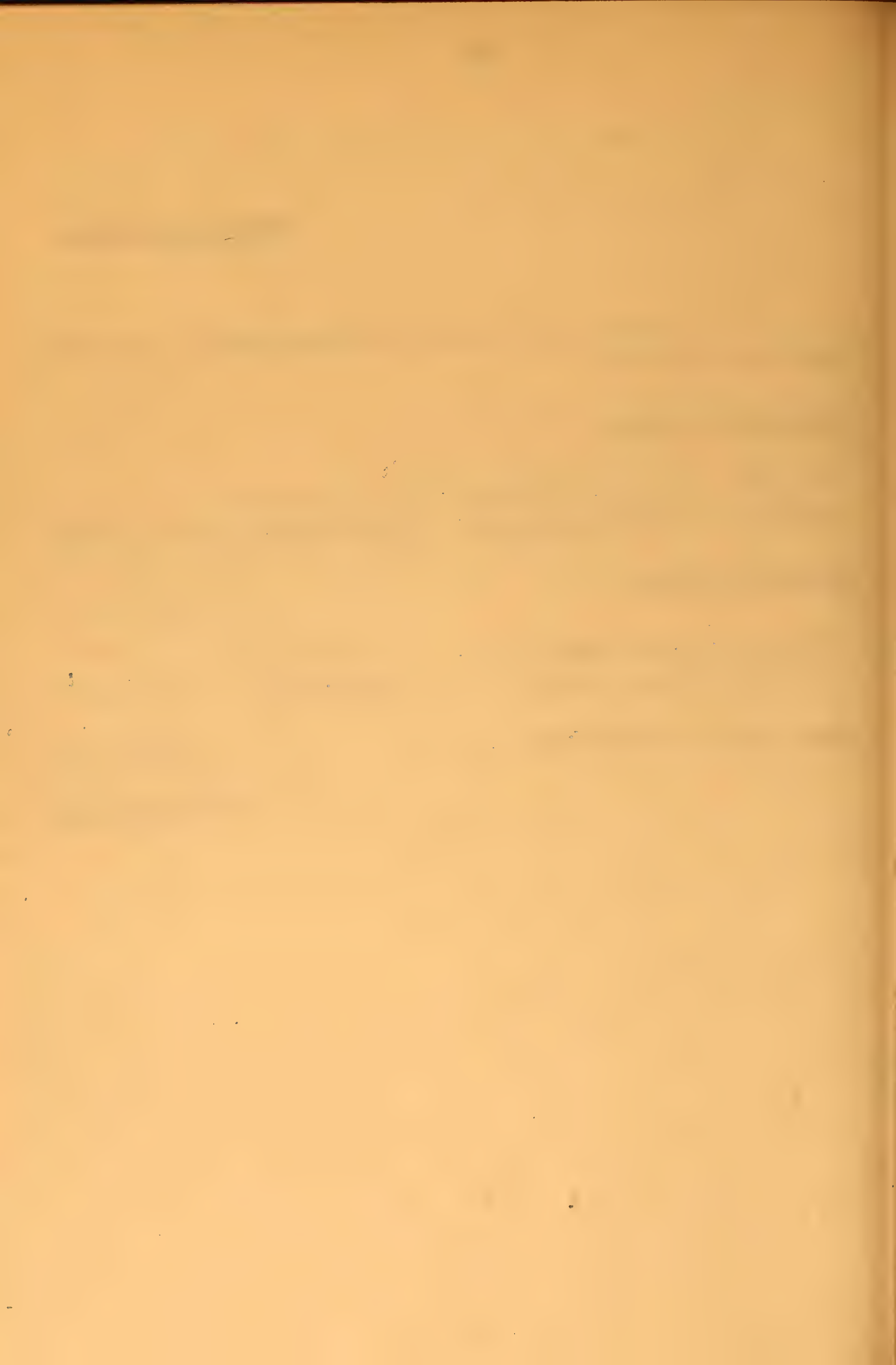
OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

Operações de Crédito Internas...	141.611.641.908	
Operações de Crédito Externas...	<u>58.559.921.584</u>	200.171.563.492

ALIENAÇÃO DE BENS:

Alienação de Bens Móveis.....	127.977.313	
Alienação de Bens Imóveis.....	<u>1.568.993.913</u>	1.696.971.226
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....		<u>382.597.475</u>

202.250.932.191



IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (*)

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, vinculado ao Ministério Extraordinário para os Assuntos Fundiários, apresentou em 1983 o seguinte desempenho relativamente ao Imposto Territorial Rural (ITR):

<u>ARRECADAÇÃO DE EXERCÍCIOS</u>	<u>Em Cr\$ 1,00</u>
Anteriores a 1983:	
Parte das Prefeituras.....	1.798.361.719
Parte do INCRA.....	448.601.062
Sub-soma.....	2.246.962.781

ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO

Fiscal de 1983:

Integralmente em favor das Prefeituras.....	10.412.996.845
Soma.....	12.659.959.626

A Distribuição desses ingressos assim se comportou:

Às Prefeituras (1.798.361.719 + 10.412.996.845)....	12.211.358.564
Ao INCRA.....	448.601.062
Soma.....	12.659.959.626

Assinale-se que, por força da Resolução do Senado Federal nº 337, de 27/09/83, aprovando decisão do Supremo Tribunal Federal, foi suspensa a parcela de 20% do produto do ITR em favor do INCRA, motivo pelo qual a arrecadação de 1983, como se observa, foi totalmente repassada às Prefeituras.

O quadro a seguir mostra, pormenorizadamente, as Unidades da Federação beneficiadas com a arrecadação do tributo, assim como os valores relativos a anos anteriores a 1983 e do próprio ano de 1983.

(*) FONTE: Instituto de Colonização e Reforma Agrária

Confrontada com 1982, cuja arrecadação marcou Cr\$132.603,5 milhões, a coleta de 1983 correspondeu ao aumento de 447,89%. Ressalve-se, contudo, em favor do ano de 1982, que a coleta não cobriu todo o exercício.



DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ITR EM 1983 (*)

131

Em Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRECAÇÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO FISCAL 1983	TOTAL APRECIADO E DISTRIBUÍDO	
	PREFEITURAS	INCRA		PREFEITURAS	INCRA
ACRE	17.226.620	4.307.724	37.094.142	54.320.762	4.307.724
ALAGOAS	16.460.246	4.115.233	8.385.855	24.846.101	4.115.233
AMAPÁ	5.046.001	1.261.464	5.888.200	10.934.201	1.261.464
AMAZONAS	16.402.752	4.099.776	30.684.740	47.087.492	4.099.776
BAHIA	110.660.105	27.687.982	334.245.564	444.905.669	27.687.982
CEARÁ	18.200.330	4.637.987	49.590.516	67.790.846	4.637.987
DISTRITO FEDERAL	5.232.982	1.308.164	24.332.646	29.565.628	1.308.164
ESPÍRITO SANTO	16.955.661	4.237.305	237.933.960	254.889.621	4.237.305
GOIÁS	175.820.783	43.990.492	895.267.416	1.071.088.199	43.990.492
MINAS GERAIS	156.869.339	39.215.899	1.287.258.349	1.444.127.688	39.215.899
MARANHÃO	20.089.321	5.020.969	35.247.653	55.336.974	5.020.969
MATO GROSSO	173.301.361	43.339.564	462.630.169	635.931.530	43.339.564
MATO GROSSO DO SUL	94.831.768	23.714.164	460.664.995	555.496.763	23.714.164
PARÁ	64.528.045	14.955.880	222.512.032	287.040.077	14.955.880
PARANÁ	12.017.585	3.003.752	76.608.785	88.626.370	3.003.752
PARANÁ	176.164.109	44.047.029	1.166.198.436	1.342.362.545	44.047.029
PERAMBUCO	28.570.233	7.144.457	110.505.929	139.076.162	7.144.457
PIAUI	18.941.731	4.733.675	32.968.619	51.910.350	4.733.675
RIO GRANDE DO NORTE	9.567.570	2.341.335	26.468.801	35.836.171	2.341.335
RIO GRANDE DO SUL	165.586.273	41.348.234	1.066.004.751	1.231.391.024	41.348.234
RIO DE JANEIRO	52.981.622	8.243.626	260.780.692	293.762.314	8.243.626
RONÔNIA	20.857.473	5.213.884	85.309.288	106.166.761	5.213.884
RORAIMA	1.870.375	467.487	5.493.260	7.363.635	467.487
SANTA CATARINA	56.283.127	14.071.631	172.980.463	229.263.590	14.071.631
SÃO PAULO	574.151.505	95.556.878	3.281.553.578	3.655.705.083	95.556.878
SERGIPE	10.145.002	2.536.471	56.388.006	46.533.008	2.536.471
T O T A I S	1.798.361.719	448.601.062	10.412.996.845	12.211.358.564	448.601.062

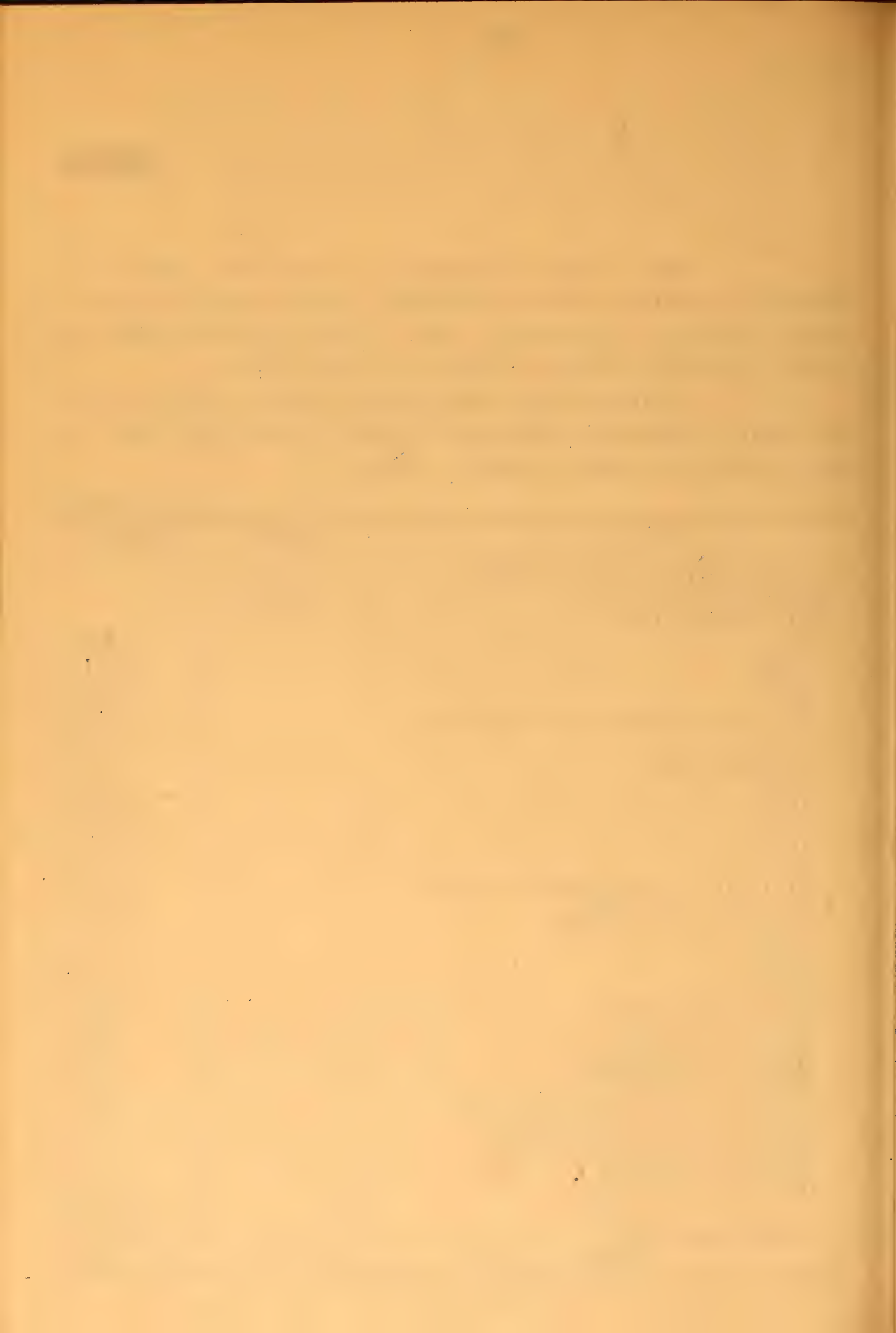
(*) Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

FINSOCIAL

Como se disse no Relatório do exercício anterior, o Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL, de que trata o Decreto - Lei nº 1940, de 25 de maio de 1982, é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

Os elementos por nós obtidos junto ao gestor permitem descrever as operações realizadas durante o ano de 1983, com todas as minúcias a nosso alcance, a saber:

(Cr\$ milhões)		
O P E R A Ç Õ E S	RECEITA	DESPESA
SALDO DISPONÍVEL EM 31/12/1982	95.229,5	
ARRECADAÇÃO EM 1983	726.529,7	
APLICAÇÕES EM 1983:		
BNH		47.500,0
CEME		12.740,9
DNOCS		3.673,6
BNB		2.900,0
Fundo de Assistência ao Educando		40.000,0
FNDE		4.400,0
Fundação SESP		2.837,0
GETAT		7.419,7
IAPAS		4.088,0
INAN		40.754,6
INCRA		6.900,0
LBA		8.218,0
Ministério da Educação e Cultura		4.621,1
Ministério da Saúde		6.900,1
Ministério do Interior		2.000,0
SUCAM		11.153,2
SUDENE		119.509,0
SUDESUL		2.400,0
Estado de Alagoas		661,5
Estado da Bahia		800,0
Estado da Paraíba		838,5
Estado de Pernambuco		1.200,0
Estado do Paraná		412,7
Estado do Rio Grande do Norte		800,0
Estado do Rio Grande do Sul		383,3
Estado de Santa Catarina		4.700,0
Estado de Sergipe		200,0
Território do Amapá		160,0
		538.211,2
SALDO PARA 1984		483.547,8
Somas	821.759,0	821.759,0



INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais deduzidos do imposto de renda de pessoa jurídica, ao amparo do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, mostraram em 1983 o seguinte desempenho:

		<u>Em Cr\$1.000</u>
FINOR		141.600.408,0
FINAM		57.225.444,0
FISET:		
Pesca	1.956.256,9	
Turismo	4.766.528,0	
Reflorestamento	<u>96.146.917,0</u>	102.869.701,9
GERES		2.979.617,7
EMBRAER		11.421.872,0
MOBRAL		<u>21.616.131,0</u>
		<u>337.713.174,6</u>

Por outro lado, o PIN e o PROTERRA transferiram também recursos a alguns fundos, na seguinte proporção:

RECURSOS DO PIN:		
FINOR/BNB	95.385.065,6	
FINAM/BASA	38.572.192,1	
OUTROS/BNB	<u>70.006.726,2</u>	203.963.983,9
RECURSOS DO PROTERRA:		
FINOR/BNB	63.642.507,3	
FINAM/BASA	25.687.905,4	
OUTROS/BNB	23.342.801,7	
OUTROS/BASA	<u>23.342.801,7</u>	136.016.016,1
		<u>339.980.000,0</u>



Em resumo, os programas beneficiados com incentivos fiscais de pessoa jurídica receberam a apreciável alocação de recursos de quase 678 bilhões de cruzeiros, como o demonstra esta discriminação:

	<u>Em Cr\$1.000</u>
Através da opção de pessoa jurídica	337.713.174,6
Através de contribuições do PIN e PROTERRA	339.980.000,0
	<u>677.693.174,6</u>

No campo dos incentivos fiscais de pessoa física não houve qualquer arrecadação.

Saliente-se que esse benefício em favor de pessoas físicas, instituído desde 1967 pelo Decreto-Lei nº 157 (daí o nome de Fundo 157), foi revogado por força do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



A EXECUÇÃO DA DESPESA

A Despesa Realizada à conta de recursos orçamentários da União, inobstante fixada no marco de Cr\$11.330.576.825.394,00, comportou-se no limite de apenas Cr\$11.104.585.323.599,00. Os créditos não utilizados, decorrentemente, corresponderam a Cr\$225.991.501.795,00.

Os grandes valores da despesa se espelham assim:

Cr\$1,00

C R É D I T O S	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
Orçamentários e Suplementares.....	11.325.422.159.394	11.099.430.851.505
Especiais.....	5.154.666.000	5.154.472.094
Soma.....	11.330.576.825.394	11.104.585.323.599

A realização da despesa compreende os recursos emanados de receitas vinculadas a programas específicos.

Sob o ângulo da classificação por classe econômica, a posição é esta:

CATEGORIA ECONÔMICA	Cr\$1.000	PARTICIPAÇÃO
Despesas Correntes....	8.537.106.422	77%
Despesas de Capital...	2.567.478.901	23%
Soma.....	11.104.585.323	100%

A despesa realizada engloba a parcela de Cr\$918.351.447.861,00, que se relaciona a empenhos emitidos e não liquidados nem pagos no exercício, cuja inscrição se fez em conta de Restos a Pagar de 1983.

Os dispêndios do Poder Legislativo consumiram Cr\$100,518 bilhões, significando 0,9% do total.

O Poder Judiciário utilizou Cr\$101,947 bilhões, ou sejam 0,9%.

O Poder Executivo administrou gastos de Cr\$10.902,121 bilhões, correspondendo a 98,2%. Nesse total, contudo, está incluída a despesa de Encargos Gerais da União (Cr\$1.300,492 bilhões), as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (Cr\$2.064,176 bilhões), e os Encargos Financeiros (Cr\$1.485,931 bilhões), e os Encargos Previdenciários (Cr\$967,092 bilhões). Esses valores devem ser deduzidos do custo do Poder Executivo, que passará finalmente a ostentar os dispêndios em seu próprio âmbito, na quantia líquida de Cr\$5.084,430 bilhões (45,8%).

As Despesas Correntes, com Cr\$8.537,106 bilhões, superaram o índice de 1982, quando expressaram a soma de Cr\$3.521,783 bilhões. O crescimento acusa 142,4%.

As Despesas de Capital, com Cr\$2.567,479 bilhões, postas em cotejo com 1982, quando acusaram Cr\$1.097,988 bilhões, subiram 133,6%.

As Despesas Correntes estão decompostas nos seguintes históricos:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Despesas de Custeio	1.835.593,146
Transferências Correntes	<u>6.701.513,276</u>
Despesas Correntes	<u>8.537.106,422</u>

As Despesas de Capital são formadas pelos seguintes números:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Investimentos.....	820.077,645
Inversões Financeiras.....	359.389,885
Transferências de Capital.....	<u>1.388.011,370</u>
Despesas de Capital.....	<u>2.567.478,900</u>

Dentro de Despesas de Custeio, vamos encontrar os seguintes elementos:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Pessoal.....	1.126.115,006
Material de Consumo.....	248.638,564
Serviços de Terceiros e Encargos.....	457.911,670
Diversas Despesas de Custeio.....	<u>2.927,906</u>
Despesas de Custeio.....	<u>1.835.593,146</u>

Sob Transferências Correntes vamos encontrar:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Transferências Intragovernamen- tais.....	2.547.017,021
Transferências Intergovernamen- tais.....	2.054.745,931
Transferências a Instituições Privadas.....	543.408,456
Transferências ao Exterior.....	19.828,058
Transferências a Pessoas.....	916.883,092
Encargos da Dívida Interna.....	191.037,606
Encargos da Dívida Externa.....	207.214,353



Contribuição ao PASEP.....	116.878,499
Diversas Transferências	
Correntes.....	<u>4.500,059</u>
Transferências Correntes.....	<u>6.701.513,275</u>

Sob as Despesas de Capital, vamos localizar as seguintes subdivisões:

Cr\$ milhão

INVESTIMENTOS

Obras e Instalações.....	43.365,632	
Equipamentos e Material Per manente.....	69.255,703	
Investimentos em Regime de Execução Especial.....	467.228,665	
Constituição ou Aumento de Capital.....	240.074,605	
Diversos Investimentos.....	<u>153,040</u>	820.077,645

INVERSÕES FINANCEIRAS

Aquisições de Imóveis.....	2.469,389	
Aquisições Títulos Represen tativos Capital já Integra lizado.....	158,930	
Constituição ou Aumento de Capital de Empresa Comer - cial ou Industrial.....	296.097,490	
Concessão de Empréstimos.....	23.577,304	
Depósitos Compulsórios.....	35.533,000	
Diversas Inversões Financeiras.	<u>1.553.772</u>	359.389,885

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Transferências Intragoverna mentais.....	716.668,491
Transferências Intergoverna mentais.....	190.470,847

C

Transferências a Instituições

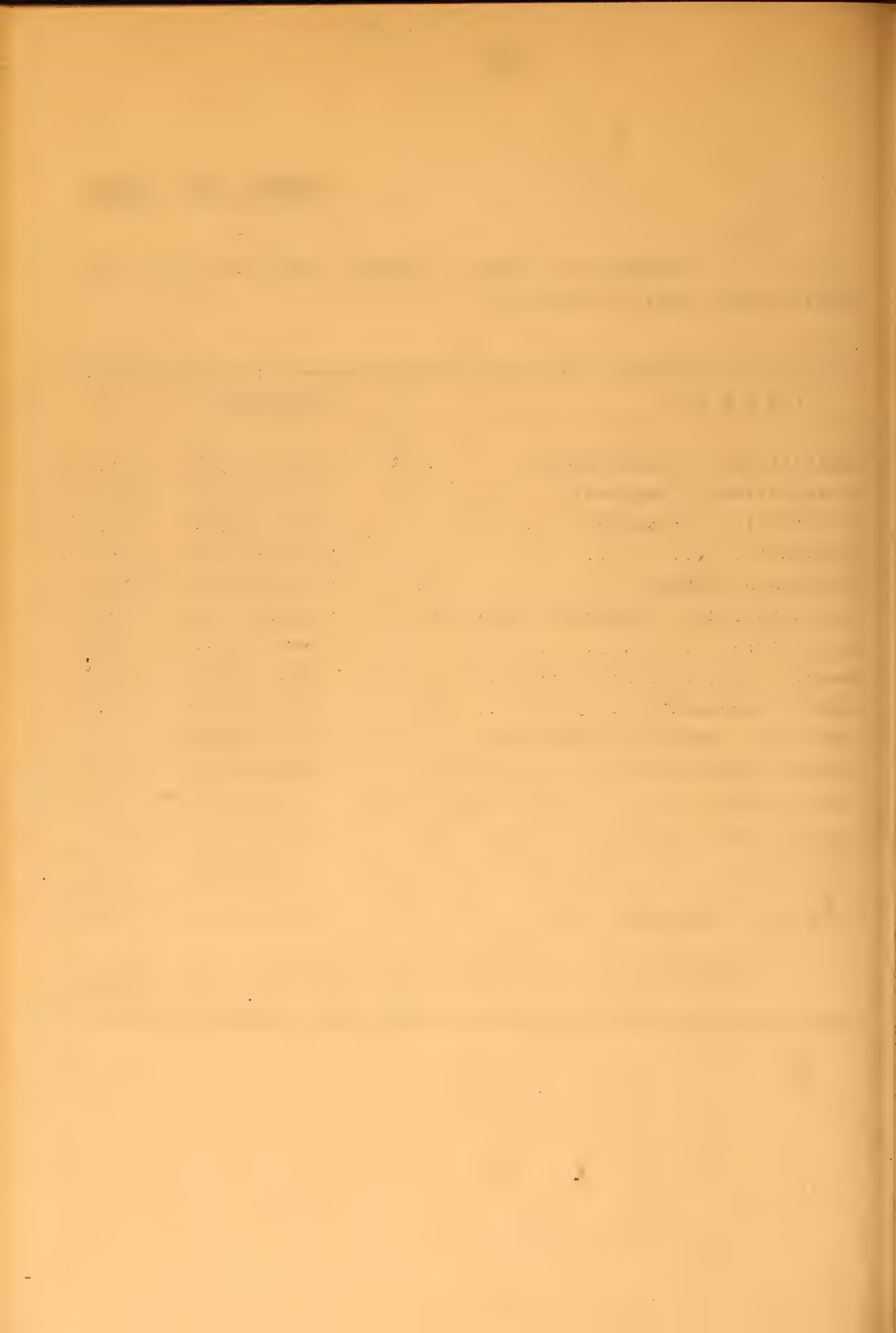
Privadas.....	8.781,470	
Transferências ao Exterior.....	111.742	
Amortização da Dívida Interna....	37.424,460	
Amortização da Dívida Externa....	<u>434.554,360</u>	<u>1.388.011,370</u>
Soma de Despesas de Capital.....		<u>2.567.478,900</u>



DESPESA POR FUNÇÃO

A Despesa por Função, segundo a ordem decrescente de significação, assim se mostra:

F U N Ç Ã O	Cr\$ MILHÃO	%
Administração e Planejamento.....	2.482.551,416	22,55
Desenvolvimento Regional.....	1.527.983,971	13,76
Assistência e Previdência.....	1.396.192,885	12,57
Transporte.....	1.328.412,329	11,96
Educação e Cultura.....	1.133.493,046	10,21
Defesa Nacional e Segurança Pública..	1.108.087.155	9,98
Agricultura.....	680.474,346	6,13
Energia e Recursos Minerais.....	553.598,526	4,99
Saúde e Saneamento.....	265.787,526	2,39
Indústria, Comércio e Serviços.....	173.096,182	1,56
Relações Exteriores.....	104.005,567	0,94
Comunicações.....	95.121,403	0,86
Legislativa.....	94.219,769	0,85
Judiciária.....	89.654,091	0,81
Trabalho.....	48.177.539	0,43
Habitação e Urbanismo.....	23.729.272	0,21
T O T A L.....	11.104.585.323	100,00



DESPESAS DE PESSOAL

As despesas de pessoal se situaram em Cr\$3.325.044,906 milhões ou sejam 29,9%, sobre a Despesa Realizada.

Comparadas a 1982, quando espelharam o valor de Cr\$1.506.306,122 milhões, mostram o crescimento de 120,78%.

As despesas de pessoal e suas repercussões se originam das seguintes rubricas:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Pessoal Civil.....	487.883.990	
Pessoal Militar.....	601.363.030	
Obrigações Patronais.....	36.867.986	
Remuneração de Serviços Pessoais...	<u>1.365.815</u>	1.127.478.819

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Transferências Operacionais

Pessoal e Encargos Sociais..... 827.680.587

Subvenções Econômicas

Pessoal e Encargos Sociais..... 248.037.167

Contribuições Correntes

Pessoal e Encargos Sociais..... 688.044

Transferências Operacionais

a Territórios

Pessoal e Encargos Sociais..... 27.506.152 1.105.711.990

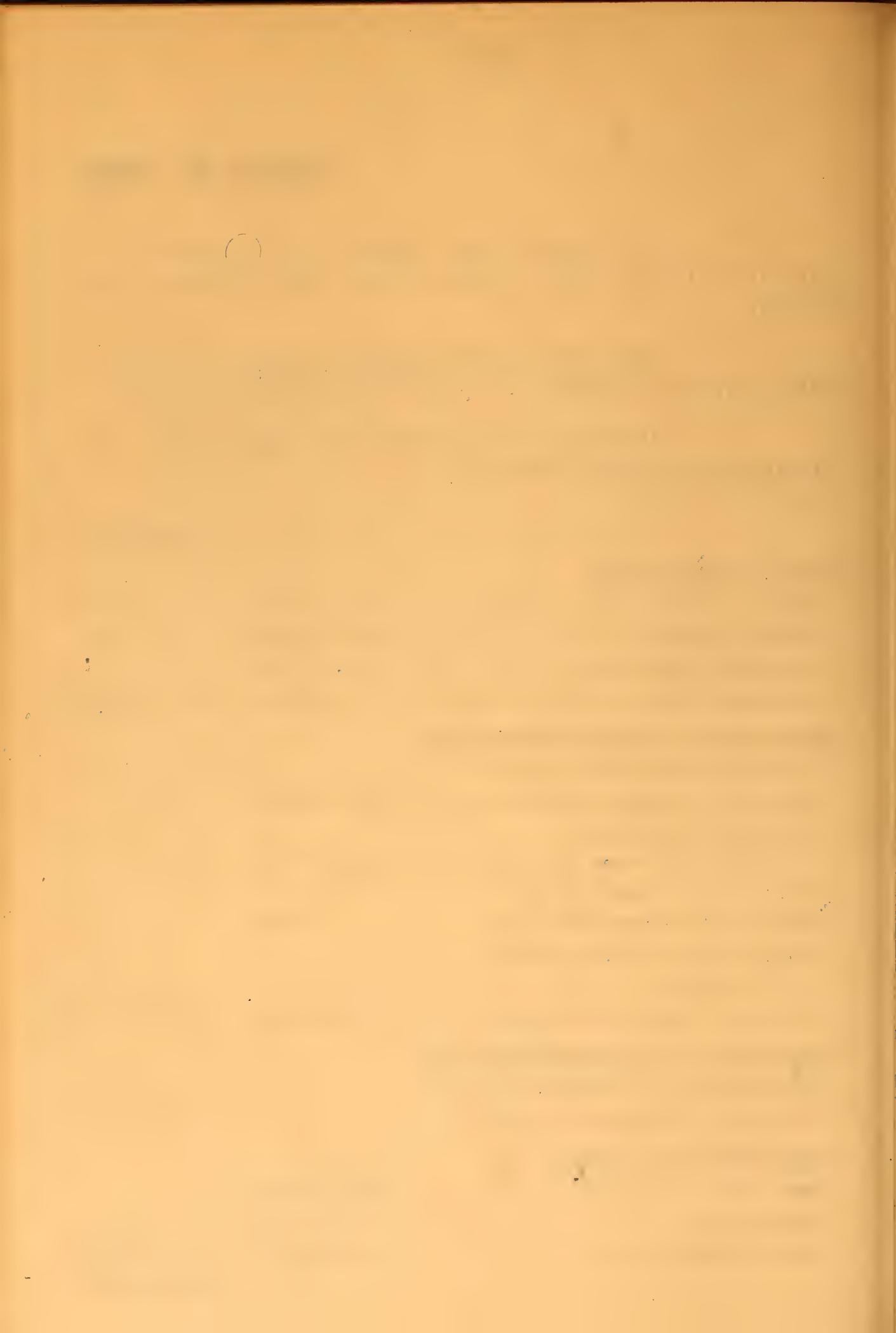
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Transferências a Estados e ao DF

Pessoal e Encargos Sociais..... 190.293.202

TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS

Inativos.....	606.661.826	
Pensionistas.....	274.944.750	
Salário-Família.....	<u>21.854.359</u>	903.560.935
		<u>3.325.044.906</u>



RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O contraste entre a Receita e a Despesa desde logo põe em evidência o superávit orçamentário de Cr\$675.262,2 milhões

	<u>Cr\$ milhão</u>	
<u>RECEITA ARRECADADA</u>		
Correntes.....	11.577.596,6	
de Capital.....	<u>202.250,9</u>	11.779.847,5
<u>DESPESA REALIZADA</u>		
Correntes.....	8.537.106,4	
de Capital.....	<u>2.567.478,9</u>	<u>11.104.585,3</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO		675.262,2

POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

A poupança do setor público é demonstrada através dos seguintes elementos:

	<u>Cr\$ milhão</u>
RECEITAS CORRENTES.....	11.577.596,6
(-) DESPESAS CORRENTES.....	<u>8.537.106,4</u>
SALDO EM CONTA CORRENTE.....	3.040.490,2
(+) RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>202.250,9</u>
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL.....	3.242.741,1
(-) DESPESAS DE CAPITAL.....	<u>2.567.478,9</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO.....	<u>675.262,2</u>



TRANSFERÊNCIAS
DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O MONETÁRIO



TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O ORÇAMENTO MONETÁRIO

Segundo o Relatório sobre o Desempenho da Economia (fonte: Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA), as transferências do orçamento fiscal em favor do orçamento monetário estão assim sintetizadas (vide página 285 deste volume):

	<u>Cr\$ bilhões</u>
. Para cobertura de subsídios e encargos da dívida pública interna federal...	2.696,0
. Para atender a dispêndios de empresas estatais.....	5.091,0
	<u>5.787,0</u>

As pesquisas por nós efetuadas junto à Secretaria de Controle das Empresas Estatais-SEST indicam os seguintes beneficiários desses recursos com trânsito pelo Tesouro Nacional:

Cr\$ bilhões

ÁREAS DIVERSAS:

SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO.....	677,9
SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA....	434,7
DNER.....	347,9
RFFSA.....	403,0
SUDENE.....	366,4
SIDERBRÁS.....	128,9
PORTOBRÁS.....	103,2
NUCLEBRÁS.....	80,6



IBGE.....	67,6
EMBRAPA.....	67,6
CNPq.....	64,2
INFRAERO.....	67,1
TELEBRÁS.....	54,6
DNOCS.....	52,9
EBTU.....	50,3
ELETROBRÁS.....	50,0
FUNDAÇÃO SESP.....	40,2
EMBRATER.....	28,9
CODEVASF.....	37,0
FINEP.....	34,0
DNOS.....	25,8
SUDEVEA.....	25,3
SUDEPE.....	21,8
CNEN.....	21,5
INCRA.....	21,1
IBC.....	21,8
SUDESUL.....	15,3
IAA.....	19,4
FUNAI.....	13,2
CVRD.....	14,3
CIBRAZÉM.....	8,6
FIOCRUZ.....	12,4
INAN.....	12,3
SUDECO.....	10,1
OUTROS.....	78,0

ÁREA BANCÁRIA:

BNDES.....	629,7
BNB.....	8,1
BNCC.....	7,5
BASA.....	4,2
Soma.....	<u>4.127,5</u>

A diferença de Cr\$1.659,7 bilhões corresponde a encargos da dívida interna (ORTN's).



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FLUXO DOS BALANÇOS



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FLUXO DOS BALANÇOS

PRELIMINARES

Mister se faz conduzir desde logo o leitor às páginas 153/155 de nosso Relatório do exercício anterior, onde abordávamos a singular figura dicotômica dos "fundos especiais autônomos" ou "fundos contábeis" subordinados, de um lado, à administração direta, mas, por outro, dotados de competência para gerir recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais como se à administração indireta pertencessem.

Agrada-nos dizer que os frutos do aperfeiçoamento já começam, a partir de 1983, a ser colhidos. Chegaram os primeiros balanços dos chamados "Fundos" mostrando a Receita e a Despesa e, também, a posição do Ativo e Passivo — fato que sobremaneira enriquece o conhecimento das operações realizadas pela Administração Federal e na maior extensão possível.

Congratulamo-nos, por isso, com os gestores desses organismos dotados de administração autônoma e que elaboraram peça contábil identificadora das operações especiais sob sua direta responsabilidade.

FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

(PRIMEIRA INCORPORAÇÃO)

Os pioneiros fundos especiais autônomos que responderam a nosso apelo e conseqüentemente colaboraram para que pudéssemos incorporar-lhes os balancetes, constituem o seguinte elenco:



SENADO FEDERAL

Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal
 Fundo Centro Gráfico do Senado Federal

JUSTIÇA ELEITORAL

Fundo Partidário

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS/PR

Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR

Fundo da Reforma Administrativa

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Fundo Federal Agropecuário
 Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas
 Fundo Geral do Cacau

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Fundo de Educação Especial
 Fundo de Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
 Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais
 Fundo de Construção e Equipamentos Escolares
 Fundo de Direito Autoral
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Fundo do Exército

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização-FUNDAF
 Fundo Especial de Administração de Empresas Incorporadas
 Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento-FUNTREDE



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Fundo de Amparo à Tecnologia

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundo de Imprensa Nacional

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Fundo Especial de Reajuste de Estrutura de Preços dos Combustíveis e Lubrificantes

Fundo Nacional de Mineração

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundo Central de Medicamentos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundo Nacional da Saúde

Fundo Especial da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Fundo da Marinha Mercante

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Fundo Especial do Serviço Nacional de Informações

Sob essa auspiciosa expectativa, resta-nos esperar que, um dia, todos, sem exceção, venham a compor os Balanços Gerais da União, a fim de que a Contabilidade Pública possa demonstrar, em toda a plenitude, o universo de todos quantos detêm ou sejam responsáveis por dinheiros, bens e outros valores do Erário — e não somente uma parte da constelação.



FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

Como resultado do acolhimento dos balanços levantados pelos administradores de órgãos autônomos, e incorporados à Parte II do Volume 2º (Balanço das Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações), podemos divulgar os números correspondentes a ingressos e dispêndios das operações típicas praticadas por esses entes atípicos:

Cr\$1.000		
MINISTÉRIO/ÓRGÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
SENADO FEDERAL		
Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal	513.516	32.775
Fundo Centro Gráfico do Senado Federal	478.431	116.004
JUSTIÇA ELEITORAL		
Fundo Partidário	185.615	107.831
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS/PR		
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	1.407.060	772.253
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR		
Fundo da Reforma Administrativa.....	299.296	293.834
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA		
Fundo Federal Agropecuário ...	6.522.716	4.814.752
Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas	6.853.886	3.727.366
Fundo Geral do Cacau	26.761.465	26.486.813
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	4.654.108	2.054.905
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Fundo de Educação Especial ...	15.098	---
Fundo de Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário	25.912	7.195
Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais	4.816	809
Fundo de Construção e Equipamentos Escolares	1.019	---



Fundo de Direito Autoral.....	45.662	21.923
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior..	228.954	3.087
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO		
Fundo do Exército	100.289.035	33.679.890
MINISTÉRIO DA FAZENDA		
Fundo Especial de Desenvolvi- mento e Aperfeiçoamento das Ativi- dades de Fiscalização	21.675.450	16.941.334
Fundo Especial de Administra- ção de Empresas Incorporadas..	2.967.627	967.515
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	640.618	602.926
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		
Fundo de Amparo à Tecnologia ..	21.070.212	18.358.700
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
Fundo de Imprensa Nacional	2.214.211	2.003.428
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		
Fundo Especial de Reajuste de Estrutura de Preços dos Combus- tíveis e Lubrificantes	1.161.748.741	1.160.252.737
Fundo Nacional de Mineração ...	598.001	354.122
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Fundo Central de Medicamentos..	50.364.519	44.698.621
MINISTÉRIO DA SAÚDE		
Fundo Nacional da Saúde	1.639.535	959.711
Fundo Especial da Superintendên- cia de Campanhas de Saúde Pú- blica	15.513	- - -
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		
Fundo da Marinha Mercante	428.032.098	401.051.437
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		
Fundo Especial do Serviço Nacio- nal de Informações	6.445.921	2.653.696
Soma	1.845.699.035	1.732.965.684

Os Fundos Especiais Autônomos incorporados ao Ba-
lanço-Geral, e não constantes, porém do 2º Volume Parte II, têm
seus valores assim representados:



Cr\$1.000

MINISTÉRIO/ÓRGÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL Fundo de Atividades de Informática	75.152	726
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA Fundo Aeronáutico	295.498.831	262.492.769
MINISTÉRIO DA MARINHA Fundo de Desenvolvimento do En- sino Profissional Marítimo	7.986.532	8.031.917
MINISTÉRIO DO TRABALHO Fundo Especial de Bolsas de Es- tudo	1.423.352	576.038
S O M A	304.983.867	271.101.450

Acresça-se, ainda, o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados com Cr\$451.773 mil de ingressos e Cr\$88.489 mil de dispêndios.

Temos, em consequência, o seguinte quadro global dos recursos geridos à conta da anômala figura de Fundos Especiais Autônomos:

DISCRIMINAÇÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
BALANCETES (Volume 2º - Parte II) INCORPORADOS AO BALANÇO-GERAL (não constantes do Volume 2º).....	1.845.699.035	1.722.965.684
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTA- DOS	304.983.867	271.101.450
	451.773	88.489
T O T A L	2.151.134.675	1.984.155.623

Os saldos financeiros dos Fundos Especiais Autônomos estão assim especificados:

REMANESCENTES DE 1982	393.855
DE 1983	<u>156.979.052</u>
TOTAL	<u>157.372.907</u>

Resulta, em suma, que permaneceram em poder dos gestores dos Fundos Especiais Autônomos Cr\$157.372.907 mil.

Esse é o montante ocioso e integralmente ausente da Caixa do Tesouro Nacional, conquanto originário, na quase totalidade, do Orçamento Fiscal.

É importante observar que a soma de Cr\$1.994.155.623 mil foi despendida à margem das normas de realização da despesa pública afrontando, inclusive, a concepção Funcional-Programática do Orçamento.

Lembramos, por oportuno, a nossos legisladores a imprescindível urgência do reexame das leis.

Penoso é admitir o uso dos dinheiros públicos por via de mecanismos que facilitam e até estimulam a criação de gastos adversos à política de combate à inflação.



ENTIDADES (MUTAÇÕES)

Durante o ano de 1983 ocorreram as seguintes alterações no campo das entidades da administração indireta:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Exclusão: FINAME-Agência Especial de Financiamento Industrial

Motivo : Por estar incluída no movimento do BNDES

Inclusão: Companhia de Desenvolvimento de Barcarena-CODEBAR

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Exclusão: PRÓLOGO S/A-Produtos Eletrônicos

Motivo : Por estar incluída no movimento da IMBEL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Exclusão: Superintendência Nacional da Marinha Mercante-SINAMM

Motivo : Por haver sido transformada em Fundo da Marinha Mercante

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Inclusão: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-FAPES

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Inclusão: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

MINISTÉRIO DA MARINHA

Inclusão: Empresa Gerencial de Projetos Navais

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inclusão: Fundação Abrigo Cristo Redentor

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FONABEM

Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Inclusão: Conselho Federal de Fonoaudiologia

Todos os balanços aqui recebidos foram incorporados aos Balanços-Gerais da União/1983 e divulgados na Parte II do Volume 29.



VISÃO DOS DISPÊNDIOS PÚBLICOS
POR ENTIDADE



VISÃO DOS DISPÊNDIOS PÚBLICOS POR ENTIDADE

Tivemos oportunidade de afirmar, no tópico "Plano de Contas Único", deste relatório, que o novo instrumento contábil para os Órgãos da Administração Direta representava para nós esperançosa crença de que os dispêndios públicos pudessem ser identificados segundo os organismos realmente destinatários das alocações.

O quadro a seguir mostra, num aspecto, que nosso anseio foi concretizado e, noutro, como o Orçamento viu as dotações aplicadas por tipo de entidade:

Cr\$1,00

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidades Orçamentárias e Gestoras (ou Administrativas)...	5.044.713.459.032
Fundos Especiais Autônomos (Contabilidade própria).....	<u>26.043.972.470</u> 5.070.757.431.502

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquias.....	1.568.351.587.644
Empresas Públicas.....	981.950.047.627
Sociedades de Economia Mista..	603.494.456.869
Fundações Subvencionadas.....	<u>427.201.724.353</u> 3.580.997.816.493
SOMA DA UNIÃO.....	8.651.755.247.995
ESTADOS.....	1.485.057.762.422
MUNICÍPIOS.....	648.253.737.052
DISTRITO FEDERAL.....	136.631.609.915
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-PAÍS.....	182.882.609.902
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-EXTERIOR.....	<u>1.728.313</u>
TOTAL DA DESPESA REALIZADA...	<u>11.104.585.737.999</u>

QUADROS DEMONSTRATIVOS

CONFRONTO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A ARRECADADA

1 9 8 3

Cr\$ milhões

159

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ESTIMADA (A)	ARRECADADA (B)	MAIOR ARRECADADO	MENOR ARRECADADO	INCRÉMENTO % B/A	% S/ ARRECA DAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	8.774.108	11.577.596	2.803.488		32	98
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.563.581	8.836.691	2.273.110		35	75
IMPOSTOS	6.259.700	8.469.403	2.209.703		35	72
Importação	400.000	490.038	90.038		23	4
Exportação	19.000	212.625	193.625		1.019	2
(*) Territorial Rural	15.000	1		14.999	-100	0
Transmissão de Bens Imóveis	30	18		12	- 40	0
Renda	2.282.000	4.044.178	1.762.178		77	34
Física	128.000	286.633	158.633		124	2
Jurídica	773.000	1.763.981	990.981		128	15
Fonte	1.381.000	1.993.564	612.564		44	17
Produtos Industrializados	1.950.000	2.299.753	349.753		18	19
Circulação de Mercadorias	2.670	2.493		177	- 7	0
(**) Operações de Crédito, Câmbio etc.	960.000	785.417		174.583	- 18	7
Transporte Rodoviário	63.000	82.277	19.277		31	1
Lubrificantes e Combustíveis	225.000	192.356		32.644	- 15	2
Energia Elétrica	280.000	271.173		8.827	- 3	2
Minerais	63.000	88.812	25.812		41	1
Impostos Extraordinários	-	262	262		100	-
TAXAS	303.881	367.288	63.407		21	3
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	0	-		-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.818.830	2.400.486	581.656		32	20
RECEITA PATRIMONIAL	152.000	90.480		61.520	- 40	1
RECEITA AGROPECUÁRIA	306	1.045	738		241	0
RECEITA INDUSTRIAL	1.213	1.941	728		60	0
RECEITA DE SERVIÇOS	61.896	51.654		10.242	- 17	0
TRANSPÊNCIAS CORRENTES	72	85.684	85.612		1.090	1
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.210	109.615		66.595	- 38	1
RECEITA DE CAPITAL	214.892	202.251		12.641	- 6	2
T O T A L	8.989.000	11.779.847	3.766.643	975.796	31	100

(*) Arrecadação feita pelo INCRA

(**) Antigo imposto sobre Operações Financeiras



1980/1983

Cr\$ milhões

160

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ARRECADACÃO				INCREMENTOS NOMINAIS %		
	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	2/1	3/2	4/3
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.230.018	2.351.966	4.774.815	11.779.847	91	103	146
RECEITAS CORRENTES	1.220.085	2.334.156	4.726.843	11.577.596	91	102	144
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.002.704	1.929.554	3.900.940	8.836.691	92	102	126
IMPOSTOS	913.416	1.790.023	3.634.203	8.469.403	96	103	133
Importação	87.109	139.918	233.804	490.038	60	67	110
Exportação	20.638	11.780	7.052	212.625	- 43	- 40	203
Atribuídos à União nos Territórios	584	1.745	20		198	- 99	-100
Transmissão de Bens Imóveis				18			100
Renda	320.336	674.019	1.456.862	4.044.178	110	116	177
Física	19.168	40.290	62.132	286.633	110	54	362
Jurídica	80.656	195.251	499.050	1.763.981	142	155	253
Fonte	220.512	438.478	895.680	1.993.564	98	104	122
Produtos Industrializados	272.153	524.609	1.063.688	2.299.753	93	103	116
Circulação de Mercadorias			1.296	2.493			93
Operações de Créditos, Câmbio, etc	117.700	279.351	555.879	785.417	137	99	41
Transporte Rodoviário	10.081	19.751	39.458	82.277	96	100	110
Lubrificantes e Combustíveis	48.302	60.140	111.546	192.356	24	85	73
Energia Elétrica	26.801	60.575	127.375	271.173	126	110	113
Minerais	9.712	18.135	37.223	88.812	87	105	139
Impostos Extraordinários				262			100
Território Rural				1			100
TAXAS	85.202	127.709	234.543	367.288	50	84	56
CORREÇÃO MONETÁRIA	4.086	11.822	32.194		189	172	-100
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				0			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				2.400.486			100
RECEITA PATRIMONIAL				90.480	99	70	31
RECEITA AGROPECUÁRIA				1.045			100
RECEITA INDUSTRIAL	301	377	1.016	1.941	25	170	91
RECEITA DE SERVIÇOS				51.654			100
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.341	160.476	348.239	85.684	47	117	-307
RECEITAS DIVERSAS	87.255	202.957	407.282		133	101	-100
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				109.615			100
RECEITAS DE CAPITAL	9.933	17.810	47.972	202.251	79	169	322



RECEITA ORÇAMENTÁRIA-POR UNIDADE FEDERATIVA
1983

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	%
SÃO PAULO.....	3.849.061.914.710	32,67
DISTRITO FEDERAL.....	2.869.873.036.024	24,35
RIO DE JANEIRO.....	2.291.306.668.930	19,45
MINAS GERAIS.....	737.681.124.436	6,26
RIO GRANDE DO SUL.....	510.165.723.293	4,33
PARANÁ.....	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO.....	252.118.536.234	2,14
BAHIA.....	227.632.446.400	1,93
SANTA CATARINA.....	135.884.494.926	1,15
CEARÁ.....	88.561.906.585	0,75
PARÁ.....	83.223.257.987	0,71
AMAZONAS.....	69.969.155.312	0,59
GOIÁS.....	56.251.251.491	0,48
ESPÍRITO SANTO.....	54.353.582.117	0,46
ALAGOAS.....	28.019.016.197	0,24
PARAÍBA.....	23.629.088.246	0,20
RIO GRANDE DO NORTE.....	23.206.134.223	0,20
MATO GROSSO DO SUL.....	23.105.999.643	0,20
MATO GROSSO.....	20.944.319.596	0,18
SERGIPE.....	19.459.740.677	0,17
MARANHÃO.....	17.566.036.704	0,15
PIAUÍ.....	14.844.246.158	0,13
RONDONIA.....	8.981.599.446	0,08
AMAPÁ.....	5.190.503.969	0,05
ACRE.....	4.777.194.262	0,04
RORAIMA.....	2.109.518.440	0,02
FERNANDO DE NORONHA.....	0	0
TOTAL.....	11.719.847.503.172	100,00

DESPESA POR ÓRGÃOS, SEGUNDO A SUA NATUREZA

1983

Cr\$ milhões

ÓRGÃOS E MINISTÉRIOS	DESPEAS CORRENTES	DESPEAS DE CAPITAL	TOTAL	% S/ TOTAL
Câmara dos Deputados.....	49.648.210	3.078.487	52.726.697	0,48
Senado Federal.....	36.790.274	2.036.160	38.826.434	0,35
Tribunal de Contas da União.....	8.815.705	148.755	8.964.460	0,08
Supremo Tribunal Federal.....	3.060.652	835.556	3.896.208	0,04
Tribunal Federal de Recursos.....	4.451.064	134.410	4.585.474	0,05
Justiça Militar.....	4.391.718	101.302	4.493.020	0,04
Justiça Eleitoral.....	14.243.680	177.235	14.420.915	0,13
Justiça do Trabalho.....	51.427.383	786.810	52.214.193	0,47
Justiça Federal de 1ª Instância.....	9.433.295	295.844	9.729.139	0,09
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.....	6.492.141	143.401	6.635.542	0,06
Presidência da República.....	211.617.750	7.556.276	219.174.026	1,97
Ministério da Aeronáutica.....	410.274.442	49.924.294	460.198.736	4,14
Ministério da Agricultura.....	209.400.997	90.814.181	300.215.178	2,70
Ministério das Comunicações.....	16.966.658	78.154.745	95.121.403	0,86
Ministério da Educação e Cultura.....	694.658.852	71.970.085	766.628.937	6,90
Ministério do Exército.....	413.694.313	40.009.190	453.703.503	4,09
Ministério da Fazenda.....	141.696.131	7.672.496	149.368.627	1,35
Ministério da Indústria e do Comércio.....	76.738.533	116.965.057	193.703.590	1,74
Ministério do Interior.....	104.396.018	271.092.982	375.489.000	3,38
Ministério da Justiça.....	40.344.150	3.072.010	43.416.160	0,39
Ministério da Marinha.....	288.447.988	59.040.906	347.488.894	3,13
Ministério das Minas e Energia.....	47.036.970	98.540.231	145.577.201	1,31
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	271.294.418	37.447	271.331.865	2,44
Ministério das Relações Exteriores.....	96.807.892	7.159.774	103.967.666	0,94
Ministério da Saúde.....	133.872.343	13.182.064	147.054.407	1,32
Ministério do Trabalho.....	41.119.893	7.057.646	48.177.539	0,43
Ministério dos Transportes.....	551.385.606	418.399.309	969.784.915	8,73
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO.....	507.232.064	793.260.375	1.300.492.439	11,71
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS DE e MUNICÍPIOS.....	2.048.160.076	16.015.844	2.064.175.920	18,59
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO.....	1.076.114.816	409.816.029	1.485.930.845	13,38
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO.....	967.092.390	-	967.092.390	8,71
T O T A L.....	8.537.106.422	2.507.478.901	11.104.585.323	100,00



DESPESA POR FUNÇÕES SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

1 9 8 3

Cr\$ milhões

F U N Ç Õ E S	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	T O T A L	% S/ TOTAL
Legislativa.....	89.218.015	5.001.754	94.219.769	0,85
Judiciária.....	81.091.967	8.562.124	89.654.091	0,81
Administração e Planejamento.....	1.591.513.524	891.037.892	2.482.551.416	22,35
Agricultura.....	560.593.512	119.880.834	680.474.346	6,13
Comunicações.....	16.966.658	78.154.745	95.121.403	0,86
Defesa Nacional e Segurança Pública...	979.994.401	128.092.754	1.108.087.155	9,98
Desenvolvimento Regional.....	1.199.366.266	328.617.705	1.527.983.971	13,76
Educação e Cultura	1.057.644.438	75.848.608	1.133.493.046	10,21
Energia e Recursos Minerais.....	312.896.095	240.702.431	553.598.526	4,99
Habituação e Urbanismo.....	1.561.716	22.167.556	23.729.272	0,21
Indústria, Comércio e Serviços.....	59.178.813	113.917.669	173.096.482	1,56
Relações Exteriores.....	96.807.892	7.197.675	104.005.567	0,94
Saúde e Saneamento.....	224.012.528	41.774.998	265.787.526	2,39
Trabalho.....	41.119.893	7.057.646	48.177.539	0,43
Assistência e Previdência.....	1.394.277.168	1.915.717	1.396.192.885	12,57
Transporte.....	830.863.536	497.548.793	1.328.412.329	11,96
T O T A L	8.537.106.422	2.567.478.901	11.104.585.323	100,00

DESPESA DA UNIÃO
1980/1983

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	1.190.994	2.254.895	4.619.772	11.104.585	89,3	104,9	140,4
DESPESAS CORRENTES.....	784.084	1.399.089	3.521.784	8.537.106	78,4	151,7	142,4
DESPESAS DE CUSTEIO.....	227.499	416.769	880.202	1.835.593	83,2	111,6	108,5
Pessoal Civil.....	56.499	111.017	227.587	487.883	96,5	105,0	114,4
Pessoal Militar.....	66.772	137.508	280.574	601.363	105,9	104,0	114,4
Obrigações Patronais.....	3.380	7.426	15.700	36.867	119,7	111,4	134,8
Outros Custeios.....	100.848	160.818	356.341	709.480	59,5	121,6	99,3
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	556.585	982.320	2.641.582	6.701.513	76,5	168,9	153,7
Inativos.....	63.090	130.425	291.561	606.662	106,7	123,6	108,5
Pensionistas.....	28.627	55.308	124.707	274.945	93,2	125,5	121,7
Salário-Família.....	3.169	5.604	10.765	21.954	76,9	92,1	104,0
Pessoal Adm. Descentralizada.....	120.543	272.676	555.412	1.294.005	126,2	103,7	133,1
Outras Transferências.....	341.156	518.307	1.659.137	4.503.947	51,9	220,1	171,5
DESPESAS DE CAPITAL.....	406.910	855.806	1.097.988	2.567.479	110,3	28,3	134,0
INVESTIMENTOS.....	92.276	361.239	472.501	820.078	291,5	30,8	73,7
INVERSOES FINANCEIRAS.....	13.070	37.994	192.781	559.390	190,7	407,5	8,2
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	301.564	456.573	432.706	1.388.011	51,4	- 5,2	221,3

DESPESA DA UNIÃO
1980/1983

Cr\$ milhões

MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA TOTAL.....	1.190.994	2.254.895	4.619.772	11.104.585	89	104	140
PODER LEGISLATIVO.....	9.284	18.240	40.389	100.518	96	121	151
Câmara dos Deputados.....	5.061	9.385	19.906	52.727	85	112	177
Senado Federal.....	3.192	6.799	16.192	38.826	113	138	143
Tribunal de Contas da União.....	1.031	2.056	4.291	8.965	99	108	124
PODER JUDICIÁRIO.....	9.746	19.341	46.351	95.974	98	139	108
Supremo Tribunal Federal.....	313	615	1.580	3.896	96	157	160
Tribunal Federal de Recursos.....	452	923	1.981	4.585	104	114	141
Justiça Militar.....	515	924	1.911	4.493	79	106	136
Justiça Eleitoral.....	1.899	3.459	8.024	14.421	82	131	80
Justiça do Trabalho.....	5.072	10.153	25.024	52.214	100	146	109
Justiça Federal de 1ª Instância.....	1.074	2.094	5.241	9.729	95	150	94
Justiça do DF e dos Territórios.....	1.421	1.173	2.590	6.636	175	120	232
PODER EXECUTIVO.....	434.963	1.031.026	2.328.678	5.090.402	137	125	118
Presidência da República.....	20.609	48.863	102.735	219.174	137	110	114
Ministério da Aeronáutica.....	32.997	62.138	162.431	460.199	88	161	184
Ministério da Agricultura.....	21.848	60.009	141.089	300.215	175	135	113
Ministério das Comunicações.....	1.943	3.790	59.449	95.121	95	126	61
Ministério da Educação e Cultura.....	73.896	172.519	391.561	766.629	133	140	96
Ministério do Exército.....	50.886	92.188	221.772	453.703	81	95	52
Ministério da Fazenda.....	19.199	40.767	79.510	149.369	112	140	89
Ministério da Indústria e do Comércio.....	12.181	23.796	130.622	193.704	95	448	49
Ministério do Interior.....	36.585	88.209	159.036	375.489	141	80	136
Ministério da Justiça.....	4.992	9.417	21.369	43.416	89	126	107
Ministério da Marinha.....	31.680	60.750	149.149	347.489	92	145	133
Ministério das Minas e Energia.....	13.515	45.643	103.020	145.577	238	125	41
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	25.252	97.515	77.434	271.332	286	- 20	252
Ministério das Relações Exteriores.....	5.552	14.386	33.380	103.968	159	132	215
Ministério da Saúde.....	16.390	31.319	71.927	147.054	91	129	107
Ministério do Trabalho.....	5.247	9.515	20.623	48.178	81	116	140
Ministério dos Transportes.....	62.191	170.202	403.571	969.785	174	137	140
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO.....	377.450	623.918	382.057	1.300.492	65	- 30	240
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO(*).....	-	-	441.583	1.485.931	-	160	237
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, DE TERRITÓRIOS, DE TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS.....	216.429	431.665	460.661	967.092	-	100	110
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO(**).....	132.306	112.604	920.053	2.064.176	99	113	124
FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO(**).....	10.816	18.101	-	-	15	-100	-
					67	-100	-

(*) Até 1981, inclusos os Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União

(**) Extintos a partir de 1982



DESPESA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1983

Cr\$1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% S/O TOTAL
Distrito Federal.....	4.024.054.164.148	36,24
Rio de Janeiro.....	2.889.515.823.258	26,02
Exterior.....	299.750.791.516	2,70
São Paulo.....	236.102.321.566	2,13
Rio Grande do Sul.....	181.894.192.286	1,64
Minas Gerais.....	179.869.309.714	1,62
Pernambuco.....	106.235.455.413	0,96
Bahia.....	94.227.793.672	0,85
Ceará.....	84.448.151.083	0,76
Paraná.....	72.755.219.863	0,65
Rondônia.....	70.741.720.196	0,64
Santa Catarina.....	67.376.033.941	0,61
Mato Grosso.....	66.834.463.830	0,60
Pará.....	64.433.176.755	0,58
Paraíba.....	59.456.573.817	0,53
Rio Grande do Norte.....	47.421.287.848	0,43
Maranhão.....	46.264.353.360	0,42
Amazonas.....	45.249.799.045	0,41
Alagoas.....	42.596.803.562	0,38
Piauí.....	36.935.129.812	0,33
Goiás.....	35.669.823.520	0,32
Mato Grosso do Sul.....	30.638.259.182	0,27
Espírito Santo.....	27.886.655.036	0,25
Alagoas.....	27.343.561.332	0,25
Sergipe.....	21.873.019.469	0,20
Amapá.....	19.811.061.871	0,18
Acre.....	15.765.144.385	0,14
Roraima.....	18.729.662	0,00
Fornando de Noronha.....	2.209.416.403.437	19,89
Diversas Unidades Federativas (*).....	11.104.185.323.599	100,00

(*) recursos alocados em favor de projetos regionais: abrangem, portanto, mais de uma Unidade Federativa.



DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

1 9 8 3

Cr\$1.000

167

UNIDADES OU ESTADOS	SALDO 1982	INSCRIÇÃO	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO PARA 1984
DISTRITO FEDERAL	380.542	898.298	69.069	24.482	1.185.289
GOIÁS	353.889	1.078.454	303.463	2.825	1.126.055
MATO GROSSO	145.156	108.306	120.541	13.477	119.444
MATO GROSSO DO SUL	2.117.891	188.545	88.649	-	2.217.787
AMAZONAS	620.559	644.382	232.121	28.275	1.004.545
PARÁ	1.032.003	677.547	148.128	22.966	1.538.456
RORAIMA	-	-	-	-	-
ACRE	-	-	-	-	-
RONDÔNIA	-	-	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-	-	-
MARANHÃO	275.509	686.138	231.630	32.816	697.201
PIAUÍ	99.815	131.022	104.875	-	125.962
CEARÁ	447.023	700.619	84.691	49.981	1.012.970
RIO GRANDE DO NORTE	654.022	452.894	206.564	4.591	895.761
PARAÍBA	803.324	869.801	130.195	33.912	1.509.018
PERNAMBUCO	2.226.796	1.001.086	662.320	94.086	2.471.476
ALAGOAS	222.599	242.542	46.977	71.279	346.885
SERGIPE	279.933	209.622	84.865	-	404.695
BAHIA	1.245.756	1.022.125	390.491	156.403	1.720.987
MINAS GERAIS	3.596.867	5.323.160	233.259	466.369	8.200.399
ESPÍRITO SANTO	513.655	326.299	184.333	57.777	797.644
RIO DE JANEIRO	11.152.220	13.292.830	1.125.353	791.296	24.528.401
SÃO PAULO	40.534.975	40.165.645	3.514.162	18.894	35.167.564
PARANÁ	2.673.159	3.867.986	935.110	29.738	4.376.297
SANTA CATARINA	1.740.056	1.365.519	217.068	117.332	3.231.215
RIO GRANDE DO SUL	4.794.542	3.585.140	600.391	1.312.374	8.466.717
T O T A L	75.410.336	80.037.960	11.734.655	3.328.873	140.384.768

BALANÇO FINANCEIRO



BALANÇO FINANCEIROOPERAÇÕES DE RECEITA E DESPESA

A movimentação das contas do Tesouro Nacional está assim compactada:

	<u>Cr\$1.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
ORÇAMENTÁRIA.....	77.763.524.568	75.269.962.126
EXTRAORÇAMENTÁRIA.....	19.532.440.545	36.687.960.876
INTERLIGAÇÃO-SISTEMAS		
CONTÁBEIS.....	<u>19.688.415.937</u>	<u>2.028.764.078</u>
	116.984.381.050	113.986.687.080
 SALDO DE 1982.....	 3.375.757.908	 -
SALDO PARA 1984.....	<u>-</u>	<u>6.373.451.878</u>
	<u>120.360.138.958</u>	<u>120.360.138.958</u>

Passemos a decompor os valores contidos nestes grandes agrupamentos, a seguir.



OPERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Este grande agrupamento, com a Receita no valor de Cr\$77.763.524.568 mil e a Despesa de Cr\$75.269.962.126 mil, dobra-se nestes títulos:

Cr\$1.000

	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	11.779.847.504	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA EM PROL:		
(Cr\$11.104.585.323.599,00)		
DA UNIÃO.....		5.070.757.432
DE ENTIDADES FEDERAIS.....		3.580.997.817
DE ESTADOS.....		1.485.057.762
DE MUNICÍPIOS.....		648.253.737
DO DISTRITO FEDERAL.....		136.631.610
DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS....		182.882.610
DE INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS.		4.356
OPERAÇÕES DE ENTIDADES FEDERAIS..	63.832.994.162	62.171.309.668
FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS....	<u>2.150.682.902</u>	<u>1.934.067.134</u>
	<u>77.763.524.568</u>	<u>75.269.962.126</u>

Não podemos nos furtar ao prazer de exhibir, pela primeira vez na história da Contabilidade Pública Federal, como resultado concreto da nova concepção do Plano de Contas Único, a despesa do Orçamento Fiscal subdividida pelos diferentes organismos beneficiados, como se vê na demonstração ora oferecida. Sabe-se agora, por exemplo, que a despesa realizada em proveito da administração direta da própria União, no valor de Cr\$5.070.757.432 mil, corresponde a somente 43,60% do total. Os



outros 54,34% foram alocados à administração indireta (empresas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações subven-
cionadas) e, também, a outras esferas de governo e insti-
tuições privadas.

OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Com a Receita de Cr\$19.532.440.545 mil e a despesa de Cr\$36.687.960.876 mil, o agrupamento se apresenta com a seguinte identificação:

	Cr\$1.000	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
INGRESSO/E DISPÊNDIO EXTRAORÇAMENTÁRIO..	183.170.105	157.050.276
AGENTES FINANCEIROS.....	13.104.922.812	31.082.788.010
ENTIDADES FEDERAIS	11.970.974	51.834.137
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS..	438.401	460.547
OUTRAS ENTIDADES.....	245.125.056	252.936.588
OUTRAS CONTAS.....	5.986.813.197	5.142.891.318
	<u>19.532.440.545</u>	<u>36.687.960.876</u>

O vulto de OUTRAS CONTAS aconselha a que façamos a demonstração de seu conteúdo:

	Cr\$1.000	
<u>COMPOSIÇÃO DE OUTRAS CONTAS</u>	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
Diversos Responsáveis	63.402.282	64.427.209
Despesas a Regularizar	5.394.872	5.395.101
Depósito Judicial	67.688	38.575
Restos a Pagar	918.898.132	172.089.189
Serviço da Dívida a Pagar	2.351.159	48.810
Depósitos de Diversas Origens	570.514.085	543.798.068
Consignações	163.837.876	164.891.222
Encargos Sociais	31.620.987	31.605.886
Valores em Trânsito	1.470.669.507	1.457.921.381
Restituição de Receita	2.745.788.841	2.702.675.882
Convênios a Cumprir	14.267.768	-
	<u>5.986.813.197</u>	<u>5.142.891.318</u>

INTERLIGAÇÃO - SISTEMAS CONTÁBEIS

Este título, que sepultou, como se sabe, as antigas contas denominadas "Transferências Financeiras" e "Transferências Patrimoniais", tem a função de espelhar as operações financeiras que tenham diretamente afetado o Sistema Patrimonial, quer na Receita, quer na Despesa.

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (1982)

O saldo do exercício anterior, no valor de Cr\$ 3.375.757.908.381,00, está representando os haveres imediatamente disponíveis do Tesouro Nacional em poder dos seguintes agentes consignatários:

Cr\$1.000

· DISPONÍVEL

Caixa	1.275	
Bancos-c/Movimento	164.671.227	
Repartições Fiscais-c/Arrecadação ...	53	
Bancos-c/Arrecadação	248.097.350	
Banco do Brasil-c/Recolhimento - -Interior	44.697	
Banco do Brasil-c/Recolhimento - -Capital	99.186.944	
Banco do Brasil-Agência Centrali- zadora	9.024.850	
Banco do Brasil-Agência Centro/DF ...	760.704	
Entidades Federais	2.628.981.594	
Fundos Especiais Autônomos	<u>23.897.412</u>	3.174.446.100



VINCULADOS

Bancos-c/Convênios	639.694	
Bancos-Programas Especiais	197.982.854	
Bancos-Serviço Dívida Externa	784.568	
Bancos-Depósitos e Cauções	144.923	
Suprimento de Fundos	<u>1.539.763</u>	<u>201.091.802</u>
Soma		<u>3.375.757.908</u>

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (1984)

O valores monetários em poder de agentes do Tesouro Nacional, ao findar-se o ano de 1983, assim se explicam:

DISPONÍVEL

Bancos-C/Movimento	168.873.561	
Rede Bancária-Arrecadação	604.890.739	
Banco do Brasil-c/Recolhimento- Interior	2.301	
Banco do Brasil-c/Recolhimento-Capital	477.866.575	
Banco do Brasil-Agência Centralizadora	343.495.198	
Entidades Federais	4.300.813.726	
Fundos Especiais Autônomos	<u>157.572.907</u>	<u>6.053.313.007</u>

VINCULADO

Bancos-Convênios	2.861.703	
Bancos-Programas Especiais	311.915.229	
Bancos-Serviço da Dívida Externa	3.086.917	
Bancos-Depósitos e Cauções	2.165.587	
Bancos-Depósito Judicial	70.206	
Suprimento de Fundos	<u>59.229</u>	<u>320.138.331</u>
Soma		<u>6.373.451.878</u>

Outro fato positivo a destacar: o montante de Suprimento de Fundos (dinheiros em poder de agentes pagadores) estava representado, em 31 de dezembro de 1982, por Cr\$1.339.763 mil (mais de 1,5 bilhão de cruzeiros). Esse valor caiu vertiginosa -



mente, em 31 de dezembro de 1983, para apenas Cr\$39.229 mil (39 milhões e 200 e poucos mil cruzeiros), mercê da rígida disciplina baixada por nossa Instrução Normativa nº 04/82, que restringiu fortemente a proliferação das despesas públicas pagas por suprimimento de fundos. Houve, é claro, como sempre, reclamações acerca dessa restrição. Os números provam que inúmeras despesas, outrora realizadas pelo processo mais cômodo, passaram a ser efetuadas através do normal processamento da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

DÍVIDA FLUTUANTE

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

As Letras do Tesouro Nacional, emitidas com a finalidade de obter recursos de antecipação da receita, tiveram suas operações conduzidas assim:

	Cr\$1.000
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1982	1.160.000.410
EMISSIONES EM 1983	<u>5.720.000.000</u>
	7.180.000.410
RESGATES EM 1983	<u>5.980.000.260</u>
SALDO PARA 1984	<u>1.200.000.150</u>

AGENTES FINANCEIROS

O movimento das contas de Receita e Despesa do Tesouro Nacional a cargo de seu agente financeiro, o Banco do Brasil S/A, está compreendido no demonstrativo seguinte, onde se exhibe o saldo "a descoberto", em 31 de dezembro de 1983, de Cr\$212.101.808.606,00. Esse valor negativo, contudo, estará seguramente atenuado pelos números da arrecadação em trânsito no próprio dia 31 de dezembro.



DEMONSTRATIVO DAS CONTAS "RECEITA E DESPESA"
DA UNIÃO NC BANCO DO BRASIL S.A.

Cr\$1,00

MÊS	RECEITA	DESPESA	DEVEDOR	CREDOR
SALDO ANTERIOR.....		171.483.761.620	171.483.761.620	-
JANEIRO.....	326.607.712.242	449.554.310.811	122.946.598.569	-
FEVEREIRO.....	542.342.537.266	719.858.869.606	177.516.332.340	-
MARÇO.....	847.178.991.322	797.861.075.336	-	49.317.915.986
ABRIL.....	622.527.158.684	562.460.265.887	-	60.066.892.797
MAIO.....	948.079.610.401	743.601.132.500	-	204.478.477.901
JUNHO.....	679.090.980.123	746.621.667.233	67.530.687.110	-
JULHO.....	701.656.252.399	806.278.660.358	104.622.407.959	-
AGOSTO.....	1.079.461.854.420	815.063.803.262	-	264.398.051.158
SETEMBRO.....	807.362.237.690	761.570.601.603	-	45.791.636.087
OUTUBRO.....	978.486.182.078	1.279.859.061.285	301.352.879.207	-
NOVEMBRO.....	1.215.446.835.039	1.019.108.572.812	-	196.538.262.227
DEZEMBRO.....	1.707.994.570.290	1.795.034.948.247	87.040.377.957	-
SOMA.....	10.456.234.921.954	10.668.336.730.560	1.032.493.044.762	820.591.236.156
SALDO.....	212.101.808.606			212.101.808.606
TOTAL GERAL.....	10.668.336.730.560	10.668.336.730.560	1.032.493.044.762	1.032.493.044.762

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria de Controle Interno/DIBAN

BALANÇO PATRIMONIAL



BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO E PASSIVO**

O Balanço Patrimonial — vivo quadro a espelhar os resultados colhidos na gestão orçamentário-financeiro-econômica do exercício e, acumuladamente, a posição derradeira da azienda federal, com a identificação do saldo do Patrimônio — é constituído do seguinte arcabouço:

Cr\$1.000

TÍTULOS	ATIVO	PASSIVO
FINANCEIRO.....	37.619.996.709	8.130.416.387
PENDENTE.....	229	73.360
PERMANENTE.....	429.564.222	28.275.451.448
CRÉDITOS.....	156.866.728	-
VALORES.....	4.383.105.915	-
DIVERSOS.....	93.398.299.966	79.418.284.760
	135.987.833.769	115.824.225.874
 SALDO PATRIMONIAL		
(resultado positivo).....	-	20.163.607.895
	135.987.833.769	135.987.833.769



FINANCEIRO

O agrupamento FINANCEIRO é decomposto, por sua vez, nos seguintes elementos:

Cr\$1.000

TÍTULOS	ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL.....	6.053.313.007	
VINCULADO.....	320.138.871	
REALIZÁVEL.....	31.246.544.831	
EXIGIBILIDADE.....		8.130.416.387
	37.619.996.709	8.130.416.387

DISPONÍVEL

O conjunto DISPONÍVEL explicita os haveres monetários prontamente disponíveis pelo Tesouro Nacional, em 31 dezembro de 1983, no montante de mais de 6 trilhões de cruzeiros:

Cr\$1.000

TÍTULOS	VALOR
Bancos-Movimento.....	168.875.501
Rede Bancária-Arrecadação.....	604.890.739
Banco do Brasil-Arrecadação.....	821.362.074
Entidades Federais.....	4.300.813.726
Fundos Especiais Autônomos.....	157.372.907
	6.053.313.007



VINCULADO

O bloco corresponde a haveres também monetários de positados em bancos ou em poder de agentes pagadores (caso de suprimento de fundos), sempre adstritos ao implemento de uma obrigação:

	<u>Cr\$1.000</u>
BANCOS-CONVÊNIOS.....	2.861.703
BANCOS-PROGRAMAS ESPECIAIS.....	311.915.229
BANCOS-SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA.....	3.086.017
BANCOS-DEPÓSITOS E CAUÇÕES.....	2.165.587
BANCOS-DEPÓSITO JUDICIAL.....	70.206
SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	39.229
	<u>320.138.871</u>

REALIZÁVEL

O compartimento REALIZÁVEL abriga, por fim, englobando os valores ativos do grupo FINANCEIRO, estas rubricas:

	<u>Cr\$1.000</u>
AGENTES FINANCEIROS-DEVEDORES.....	51.051.999.107
ENTIDADES FEDERAIS-DEVEDORAS.....	39.964.369
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E	
MUNICÍPIOS-DEVEDORES.....	201.453
OUTRAS ENTIDADES-DEVEDORAS.....	155.061.086
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	1.318.215
	<u>31.246.544.830</u>



As quatro primeiras contas representam haveres não monetários da União junto a Agentes, Entidades Federais, outras esferas de governo e Entidades não Federais, passíveis de realização. A conta de Diversos Responsáveis refere-se a imposição de responsabilidade a gestores ou ordenadores de despesa, suscetível, outrossim, de cobrança.

EXIGIBILIDADE

Este título encerra o grupo FINANCEIRO (no Passivo) e é a representação dos seguintes valores passivos, ou os créditos de terceiros perante a União:

	<u>Cr\$1.000</u>
RESTOS A PAGAR.....	905.515.901
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR.....	3.079.328
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	36.330.435
BENS DE AUSENTES.....	38
CONSIGNAÇÕES.....	444.998
ENCARGOS SOCIAIS.....	22.474
VALORES EM TRÂNSITO.....	246.493.852
RESTITUIÇÃO DE RECEITA.....	44.885.803
AGENTES FINANCEIROS-CREDORES.....	6.789.178.975
ENTIDADES FEDERAIS-CREDORAS.....	40.514
OUTRAS ENTIDADES-CREDORAS.....	90.147.171
CONVÊNIOS A CUMPRIR.....	14.267.768
	<u>8.130.416.387</u>



RESTOS A PAGAR

A conta de RESTOS A PAGAR, incrustada no grupo de EXIGIBILIDADE, apresenta o seguinte desempenho:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1982.....	158.706.958
(+) INSCRIÇÃO - 1983.....	918.351.448
	<u>1.077.058.406</u>
(-) PAGAMENTOS E BAIXAS - 1983.....	<u>171.542.505</u>
SALDO PARA 1984.....	<u>905.515.901</u>

PENDENTE-DEVEDORESPENDENTE-CREDORES

Estes grandes títulos do Ativo e Passivo mostram os valores de, respectivamente, Cr\$229 mil cruzeiros, que correspondem a Despesas a Regularizar (impugnações de despesa realizada, portanto) e Cr\$73.360 mil, referentes a estas contas:

	<u>Cr\$1.000</u>
OPERAÇÕES-LEI nº 2426/55.....	2.038
FINANCIAMENTO DO ALGODÃO.....	1.117
DEPÓSITO JUDICIAL.....	<u>10.205</u>
	<u>73.360</u>

PERMANENTE

O agrupamento PERMANENTE reúne, no Ativo e Passivo FINANCEIRO, os seguintes valores:

Cr\$1.000

NO ATIVO PERMANENTE**BENS DA UNIÃO:**

Bens Imóveis.....	290.099.130
Bens Móveis.....	<u>139.465.092</u>
	<u>429.564.222</u>

NO PASSIVO PERMANENTE

Dívida Fundada Interna.....	24.419.496.546
Dívida Fundada Externa.....	<u>3.855.954.902</u>
	<u>28.275.451.448</u>

CRÉDITOS

Este agrupamento congrega, exclusivamente no Ativo do Balanço Patrimonial, a soma de Cr\$156.866.728 mil, derivada desta compilação:

Cr\$1.000

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.....	140.384.768
DEVEDORES-PARCELAMENTO DE DÍVIDAS.....	<u>16.481.108</u>
RESPONSÁVEIS POR DANOS.....	<u>252</u>
	<u>156.866.728</u>



DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Somos compelidos a deixar aqui, tal como já o fizéramos no ano anterior (pág. 161 do Relatório de 1982), nossa queixa sobre o lento processo de cobrança da Dívida Ativa da União:

Cr\$1.000

SALDO DE 1982.....		75.410.336
INSCRIÇÃO EM 1983.....		<u>80.037.960</u>
		155.448.296
1983:		
COBRANÇA.....	11.734.655	
CANCELAMENTO.....	<u>5.328.875</u>	<u>15.063.528</u>
		<u>140.384.768</u>

A cobrança efetuada em 1983 corresponde a apenas 15,56% do saldo transportado de 1982.

Se fizermos a agregação do saldo de 1982 com o total das inscrições feitas em 1983, o esforço percentual cairá para 7,54%, apenas.

A recuperação dos tributos inscritos em Dívida Ativa continua a se processar de forma visivelmente tardia: na realidade, o saldo em 31 de dezembro de 1983 significou o crescimento de 86,16% — quase o dobro da posição acusada ao findar-se o ano de 1982.

VALORES

Outro grande título do Ativo do Balanço Patrimonial é o ATIVO-VALORES. Abriga ele a soma destes componentes:

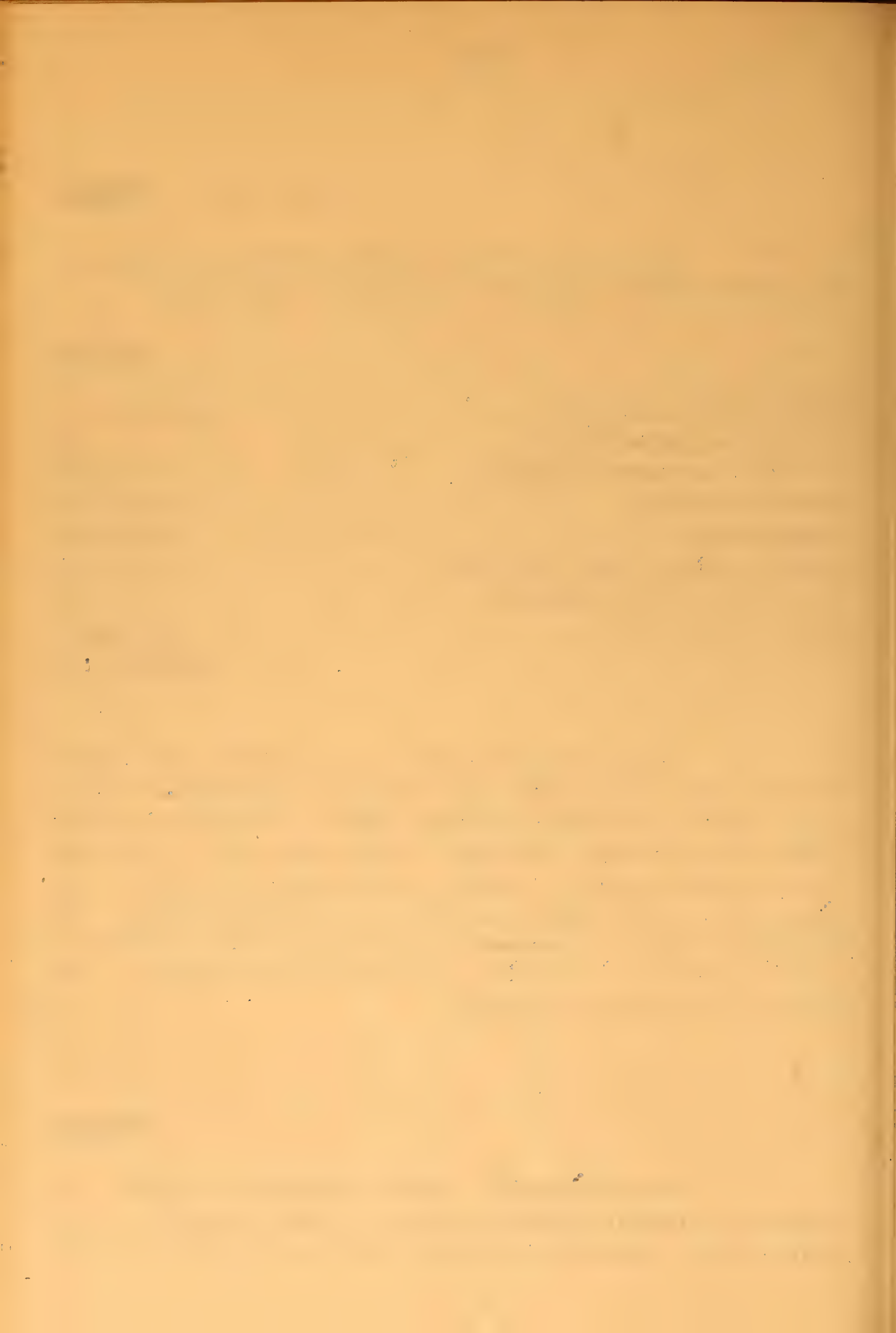
Cr\$1.000

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	4.002.016.937
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	158
TÍTULOS E DOCUMENTOS DIVERSOS.....	24.018
OURO EM DEPÓSITO.....	203.282.856
ALMOXARIFADO.....	97.590.631
PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS ROTATIVOS.....	55.697.768
PATRIMÔNIO-LÍQUIDO-FUNDAÇÕES.....	1.174.622
OUTRAS PARTICIPAÇÕES.....	16.478.920
	<u>4.383.105.916</u>

Seria despiciendo dizer que os valores acima identificados constituem os haveres históricos das aquisições de títulos acionários, de papéis da dívida pública, de documentos representativos de valores investidos, de ouro depositado, de existências em almoxarifados e, também, a participação do Erário no Fundo Rotativo Habitacional do DASP e a representatividade do patrimônio líquido de fundações instituídas. O número dominante, como se observa, é o relativo à participação em sociedades, com mais de 4 trilhões de cruzeiros.

DIVERSOS

Derradeiramente, o grande agrupamento DIVERSOS do Balanço Patrimonial ostenta, no Ativo, a conta Entidades Federais-Ativo, com Cr\$93.398.299.966.204,00 e, no Passivo, a con-



ta Entidades Federais-Passivo, com Cr\$79.418.284.679.519,00. O contraste entre esses valores positivos e negativos mostra, em favor do Ativo, a apreciável diferença de quase 14 trilhões de cruzeiros, que se traduz no patrimônio líquido do universo das entidades da administração descentralizada.

SALDO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial refere-se, também, ao saldo patrimonial (patrimônio líquido da União ao término de 1985) . no valor de Cr\$20.163.607.894.671,00.

Falaremos sobre esses 20 trilhões mais adiante.



RESULTADO FINANCEIRO

É superavitário o estado financeiro, consoante o ates
ta o Balanço Patrimonial:

Cr\$1.000

ATIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA:**

Disponível, Vinculado e Realizável	37.619.996.708,7	
(-) Entidades Federais-Saldos...	<u>4.300.813.725,6</u>	33.319.182.983,1

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

(pg.211, Vol. 2º)

Entidades Federais-Ativo Finan- ceiro.....	59.034.157.872,6	
Entidades Federais-Ativo Realizável Longo Prazo.....	<u>22.758.080.691,3</u>	<u>81.792.238.563,9</u>

SOMA DO ATIVO FINANCEIRO.....		<u>115.111.421.547,0</u>
-------------------------------	--	--------------------------

PASSIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA:**

Exigibilidade.....	8.130.416.386,5	
--------------------	-----------------	--

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

(pg. 211, Vol. 2º)

Entidades Federais-Passivo Fi- nanceiro.....	<u>71.412.274.117,0</u>	<u>79.542.690.503,3</u>
---	-------------------------	-------------------------

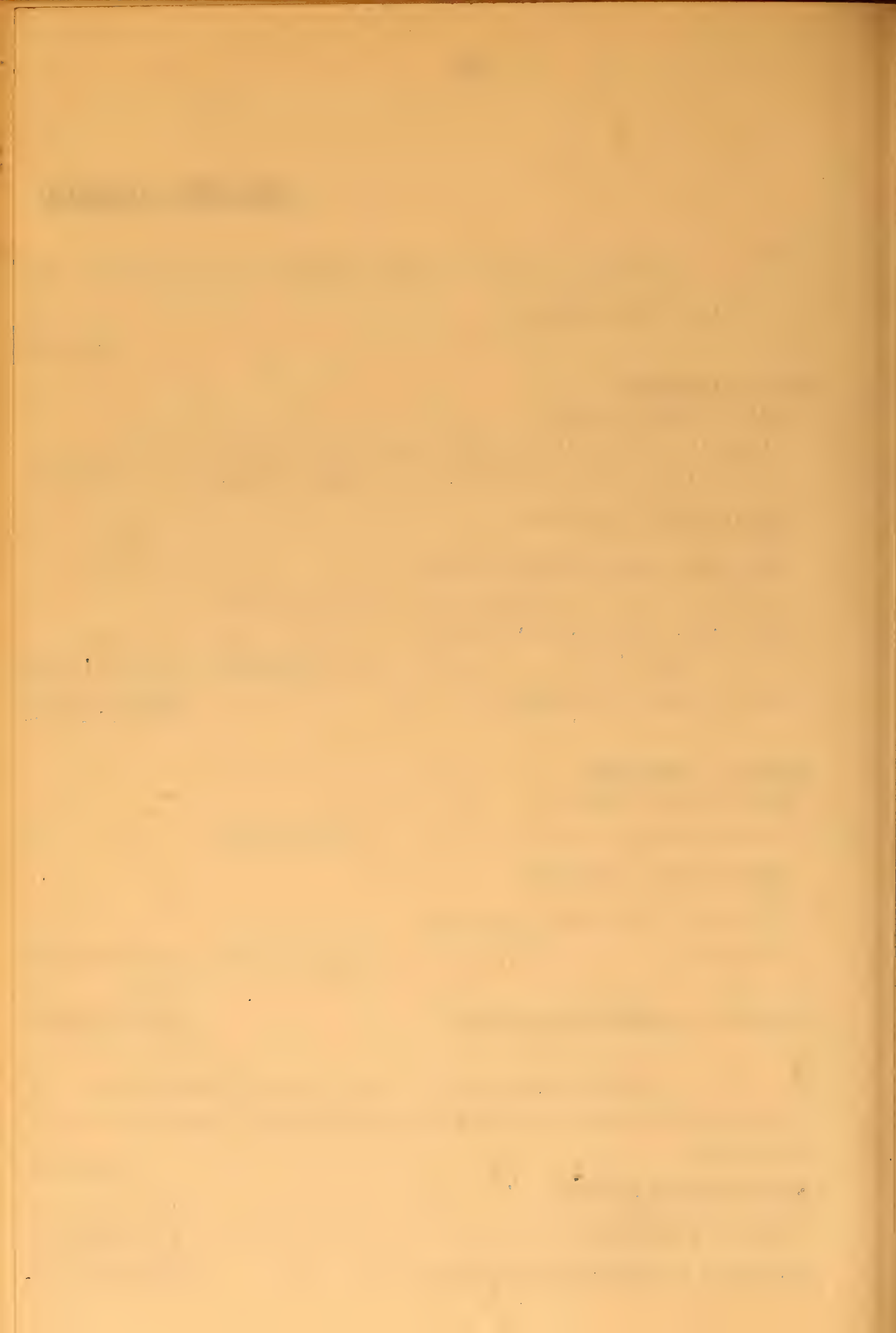
<u>SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO....</u>		<u>55.568.751.043,5</u>
---	--	-------------------------

Se nos abstermos de incluir nessa demonstração a vida própria da Administração Descentralizada, chegaremos a este resultado:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ATIVO FINANCEIRO.....		33.319.182.983,1
PASSIVO FINANCEIRO.....		<u>8.130.416.386,5</u>
<u>SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOUREO.....</u>		<u>25.188.766.596,6</u>



RESULTADO PATRIMONIAL

As operações orçamentárias e extraorçamentárias nos conduzem ao seguinte resultado patrimonial, feito o cotejo entre as variações ativas (positivas) e as variações passivas (negativas):

Cr\$1.000

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAVARIAÇÕES ATIVAS

Receita Orçamentária	11.779.847.503,8
Receita de Entidades Federais.	63.832.994.162,5
Receita de Fundos Especiais Au tônomos	<u>2.150.682.901,8</u>
	77.763.524.568,1

(+) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

Bens Imóveis-Aquisição	108.877.100,5
Bens Móveis-Aquisição	55.954.260,6
Material de Consumo-Aquisição.	109.191.824,8
Títulos e Valores-Aquisição...	672.554,0
Variação Cambial (positiva)...	<u>4.107.018,4</u> 78.022.327.346,4

(-) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

Bens Imóveis-Alienação	21.265.369,2
Bens Móveis-Alienação	181.799.139,2
Dívida Ativa-Cobrança	11.289.648,5
Correção Monetária	<u>948.550,9</u> 218.502.715,5
Soma das Variações Ativas	<u>77.804.024.632,9</u>

VARIAÇÕES PASSIVAS

Despesa Orçamentária.....	11.104.585.323,6	
Despesa de Entidades Federais.	62.171.309.668,3	
Despesa de Fundos Especiais Au		
tônomos.....	<u>1.994.067.134,2</u>	75.269.962.126,1

(-) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

Bens Imóveis-Incorporação.....	47.803.002,1	
Bens Móveis-Incorporação.....	<u>197.536.086,6</u>	245.339.088,7
Soma das Variações Passivas...		<u>75.024.623.037,4</u>

O contraste das variações positivas e negativas nos transporta ao primeiro resultado patrimonial:

RECEITA EFETIVA.....	77.804.024.632,9
DESPESA EFETIVA.....	<u>75.024.623.037,4</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA..	<u>2.779.401.595,5</u>

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAVARIAÇÕES ATIVAS

Dívida Ativa Inscrição.....	80.037.961,5
Correção Monetária.....	503.548,0
Outros Créditos-Inscrição.....	10.743.438,5
Empréstimos Tomados-Resgate.....	753,5
Empréstimos Concedidos.....	50,8
Dívidas Passivas-Cancelamento.....	7.702.435,2
Ingressos Extraorçamentários.....	<u>183.170.104,8</u>
Superveniências Diversas.....	79.327,1
Administração Direta-Variações Diversas.....	<u>21.452.730.327,6</u>
Administração Indireta-Variações Diversas...	<u>73.757.088.024,7</u>
	<u>95.392.065.871,7</u>

Cr\$1.000

VARIAÇÕES PASSIVAS

Dívida Ativa-Cancelamento.....	3.328.872,9
Dívida Ativa-Restabelecimento.....	7.727,8
Outros Créditos-Baixa.....	4.597.158,7
Variação Cambial (negativa).....	1.555.510,7
Dispêndios Extraorçamentários.....	157.050.275,6
Insubsistências Diversas.....	630.853,3
Empréstimos Tomados.....	310.262,0
Administração Direta-Variações Diversas.....	22.402.573.462,1
Administração Indireta-Variações Diversas....	<u>61.017.551.697,3</u>
	<u>83.587.605.820,4</u>

Esta concepção de números extraorçamentários descortina o seguinte resultado:

VARIAÇÕES POSITIVAS.....	95.392.065.871,7
VARIAÇÕES NEGATIVAS.....	<u>83.587.605.820,4</u>
SUPERÁVIT EXTRAORÇAMENTÁRIO.....	<u>11.804.460.051,3</u>

Os resultados, associados, levam-nos ao seguinte resultado patrimonial (ou resultado econômico) do exercício financeiro de 1983:

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA..	2.779.401.595,5
SUPERÁVIT EXTRAORÇAMENTÁRIO.....	<u>11.804.460.051,3</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1983.....	<u>14.583.861.646,8</u>

Se olharmos esse resultado à luz de outro ângulo, chegaremos à mesma conclusão, ao compulsar o Balanço Patrimonial:

	<u>Cr\$1.000</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO EM 31/12/83.....	20.163.607.894,7
ATIVO REAL LÍQUIDO EM 31/12/82.....	<u>5.579.746.247,9</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1983.....	<u>14.583.861.646,8</u>



BALANÇO DE COMPENSAÇÃO



BALANÇO DE COMPENSAÇÃO

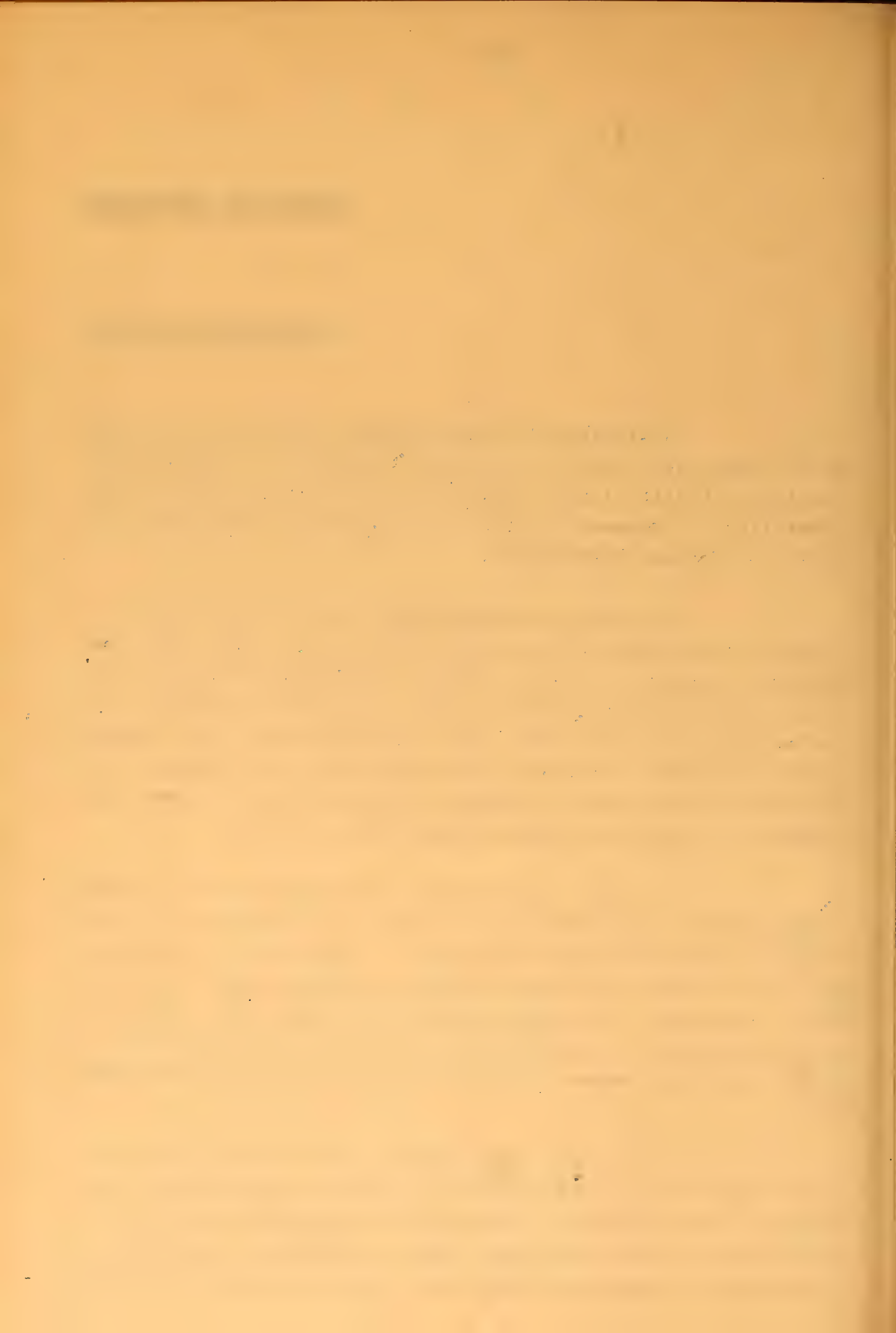
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

A tradição da Contabilidade tem mantido o sistema de compensação dentro do Balanço Patrimonial. A própria Contabilidade Pública jamais fugiu a esse preceito, porque sempre identificou as chamadas contas "de registro" ou "de ordem" envolvidas no Sistema Patrimonial.

As contas de compensação, sabe-se, constituem o registro formal de atos ou fatos administrativos que desde logo afetem ou venham a afetar o estado do patrimônio. Mas essa afetação irá atingir em primeiro lugar o sistema orçamentário, pela incidência do ato gerador da receita ou despesa; em segundo plano, o sistema financeiro, pelo recebimento ou pagamento da obrigação reciprocamente avençada e, por último, o sistema patrimonial, pelo final reflexo da operação praticada.

No mais, as partidas e contrapartidas do sistema compensatório encerram-se por si mesmas, sem qualquer eco no resultado administrativo-operacional — desde que se conduziam, por certo, dentro da rigorosa linha dos comuns preceitos acordados. O movimento é acrescido quando se assinam novos contratos ou se estabelecem correlacionadas obrigações. E é diminuído à medida que esses mesmos contratos ou obrigações vão sendo cumpridos.

Essa linha de pensamento insere-se em o novo Plano de Contas Único, induzindo-nos a oferecer em apartado, quebrando a linha vetusta, o Balanço de Compensação, que exhibe — sem perder de vista inobstante todas as operações envolvidas — o conjunto de responsabilidades que a União assumiu perante ter



ceiros e, por igual, as obrigações a que terceiros se comprometeram perante a União.

ATIVO COMPENSADO

O Ativo Compensado do Balanço de Compensação mostra todo o conjunto de responsabilidades que a União assumiu em seu nome ou em benefício de terceiros, dentro do seguinte desdobramento:

Cr\$1.000

VALORES COM TERCEIROS

Devedores-Títulos	8.590.012	
Responsáveis por Bens da União	635.308	
Depositantes FGTS-Não op tantes	<u>10.724</u>	9.236.044

VALORES DE TERCEIROS

Depósitos e Cauções	2.113.769	
Valores Alheios	356.839	
Mercadorias Apreendidas ..	<u>12.660.263</u>	15.130.871

VALORES E OBRIGAÇÕES

Avales Concedidos	9.154.060.143
Ações a Integralizar	1.754
Garantias Diversas	685.008.277
Empréstimos Externos-Estados e Municípios	2.039.154
Responsáveis Diversos:	
Espécimes e Moedas	82.507
Execução de Contratos	1.019.959.627



Execução de Convênios...	540.042.427	
Auxílios, Subvenções e Contribuições	<u>168.781.806</u>	11.569.975.695

EMOLUMENTOS CONSULARES

Selos		<u>7.629</u>
		<u>11.594.350.239</u>

PASSIVO COMPENSADO

O Passivo Compensado do Balanço de Compensação oferece, em contra-partida, o conjunto de responsabilidades recíprocamente assumidas entre a União e terceiros, dentro das subdivisões já pormenorizadas no Ativo:

	<u>Cr\$1.000</u>
CONTRAPARTIDA-VALORES COM TERCEIROS	9.236.044
CONTRAPARTIDA-VALORES DE TERCEIROS	15.130.871
CONTRAPARTIDA-VALORES E OBRIGAÇÕES	11.569.975.695
CONTRAPARTIDA-EMOLUMENTOS CONSULARES	<u>7.629</u>
	<u>11.594.350.239</u>



EXIBIÇÃO DE SUPERÁVITS



EXIBIÇÃO DE SUPERÁVITS

O SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO, resultante do maior volume de receita orçamentária sobre a despesa orçamentária, exhibe o valor de Cr\$675.262,2 milhões, superior em 335% ao do exercício de 1982, quando mostrou Cr\$155.043 milhões.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOIRO, resultante do maior volume do Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro da Administração Direta, acusa o valor de Cr\$25.188.766,5 milhões. A importância apurada em 1982, de Cr\$6.681.191,4 milhões, foi ultrapassada em 277%.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO, aí compreendida a posição das entidades da administração indireta, revela o montante de Cr\$35.568.731,0 milhões. Em relação a 1982, quando marcou Cr\$11.865.900,1 milhões, cresceu 200%.

O SUPERÁVIT PATRIMONIAL, que é o mais incisivo dentre quantos possam ser demonstrados, produz o apreciável resultado de Cr\$14.583.861,6 milhões (mais de 14,5 trilhões de cruzeiros), que suplantou o índice colhido em 1982, de Cr\$4.154.095,2 milhões, em 250%.

É o relatório.





O SILÊNCIO DO MUTIRÃO



O SILÊNCIO DO MUTIRÃO

De todos os fatos lembrados neste relatório, este, por justiça, será o de mais alto brado: o esforço conjunto de nossos servidores que em silencioso mutirão vivifica o nosso rumar na meta traçada.

Não atingimos ainda o ápice de nossa aspiração.

Ver extirpados por completo os gastos públicos supérfluos — as decantadas mordomias, as obras faraônicas inúteis, a ostentação a espicaçar os olhos do assalariado — é a nossa meta.

Assistir a uma comunidade menos deprimida a quem o ônus da tributação possa recair sem retirar-lhe o pão de cada dia jejum. E que o aquinhado da sorte ou o privilégio da situação conjuntural seja menos ousado em suas grínças. Há a nossa ambição.

É ainda diminuto tudo que fizemos, mas conforta-nos saber que a nossa presença começou a perturbar aquela que antes nunca tivera sequer o cuidado da dignidade em seus atos.

Do que já fez o Controle Interno em benefício do País jamais noticiou a imprensa "marrom", pois, alimentam-se os observatórios do bem. A estes sobeja tempo para a febre da inveja.

Narcisistas, empolgam-se com sua própria imagem, da qual cada vez mais se enamoram, com o bafejo de virtudes e de dores sempre dispostos a realçar-lhes a vaidade.

Os louros da vitória de pontos batem no espaldado de suas angústias não os proclamam no espaço público.

Não importa.

O mérito pertence a nossos servidores, em sua grande maioria irrisoriamente remunerados — e saibam todos de que muitos de nosso mutirão privam-se do café matinal e comparecem ao trabalho a portar u'a marmita cujo parco almoço consiste, quase sempre, de um singelo arroz e farinha. Humildes servidores, brilhantes orientados pela dignidade de melhor servir.

De John Fitzgerald Kennedy herdamos esta lapidar lição:

"Don't ask your country what it can do for you, but say your country what you will do for it".

"Não pergunta a teu país o que ele pode fazer por ti, mas dize a teu país o que tu farás por ele".

é o signo de nossa pequena equipe.

Aos abnegados colaboradores do Sistema de Controle Interno, o mais profundo reconhecimento do atual Secretário-Geral do Controle Interno.

DEUS LHES PAGUE !



FERNANDO DE OLIVEIRA

GRÁFICOS

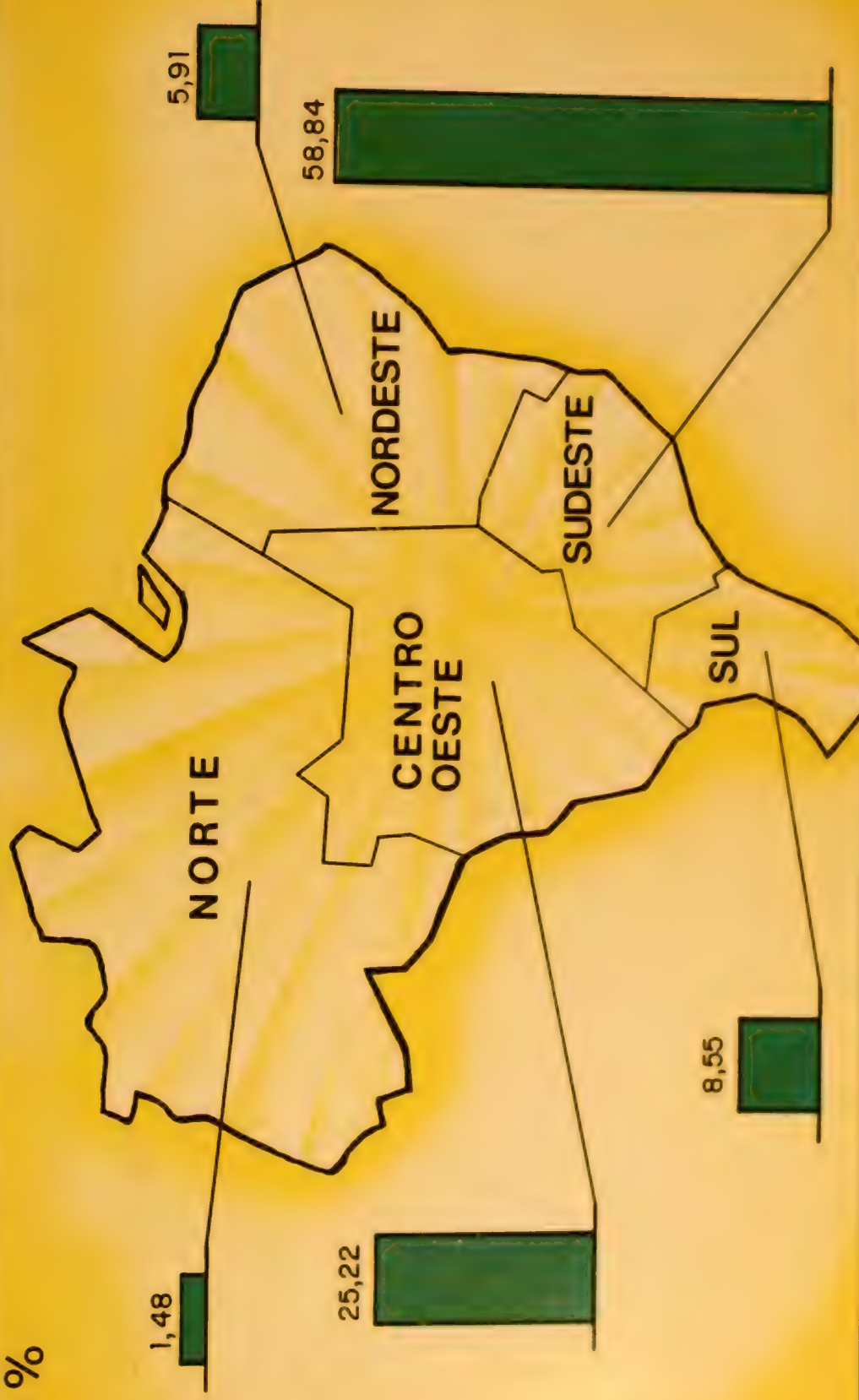


Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

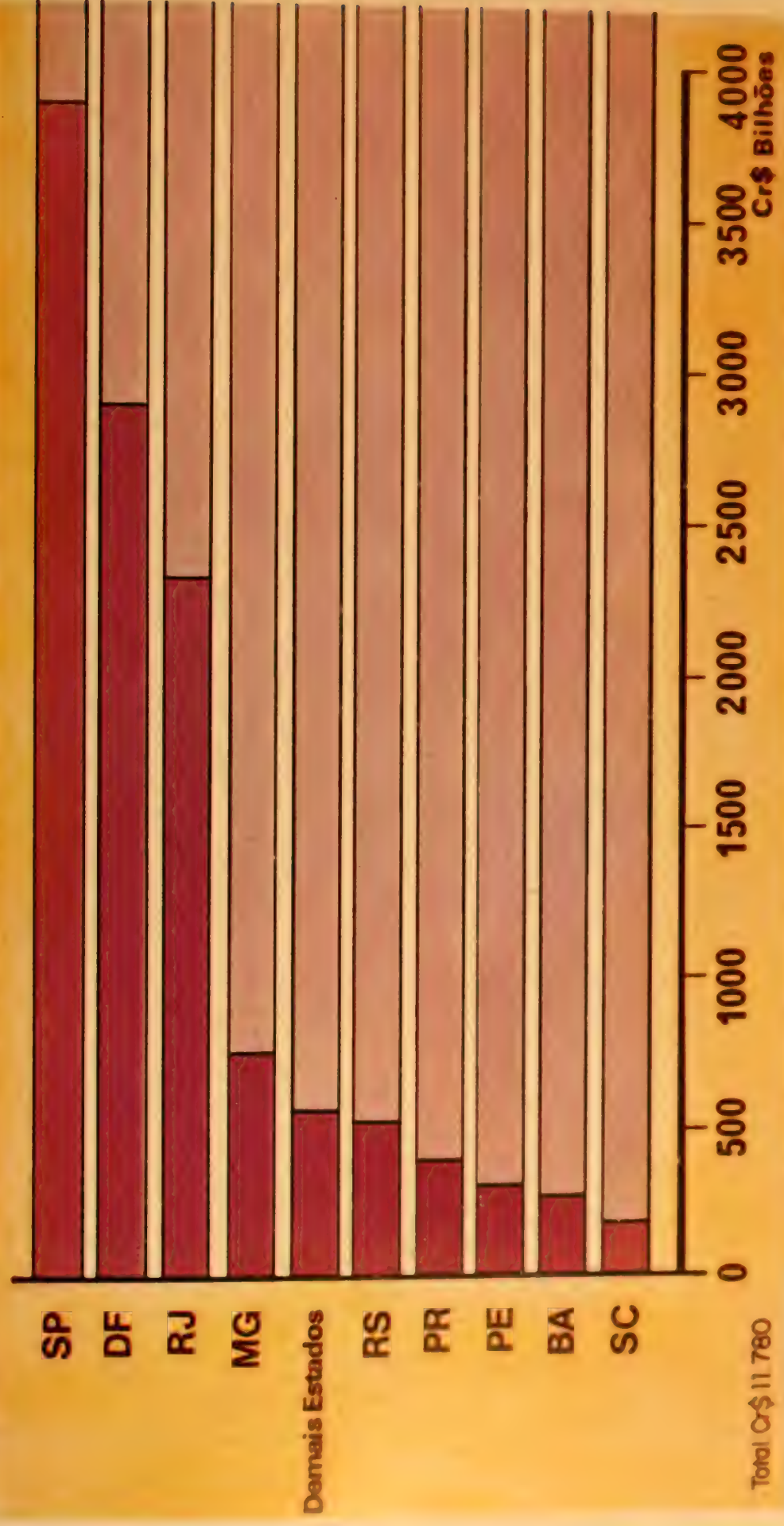
RECEITA ARRECADADA-Segundo as Regiões- 1983

Em %



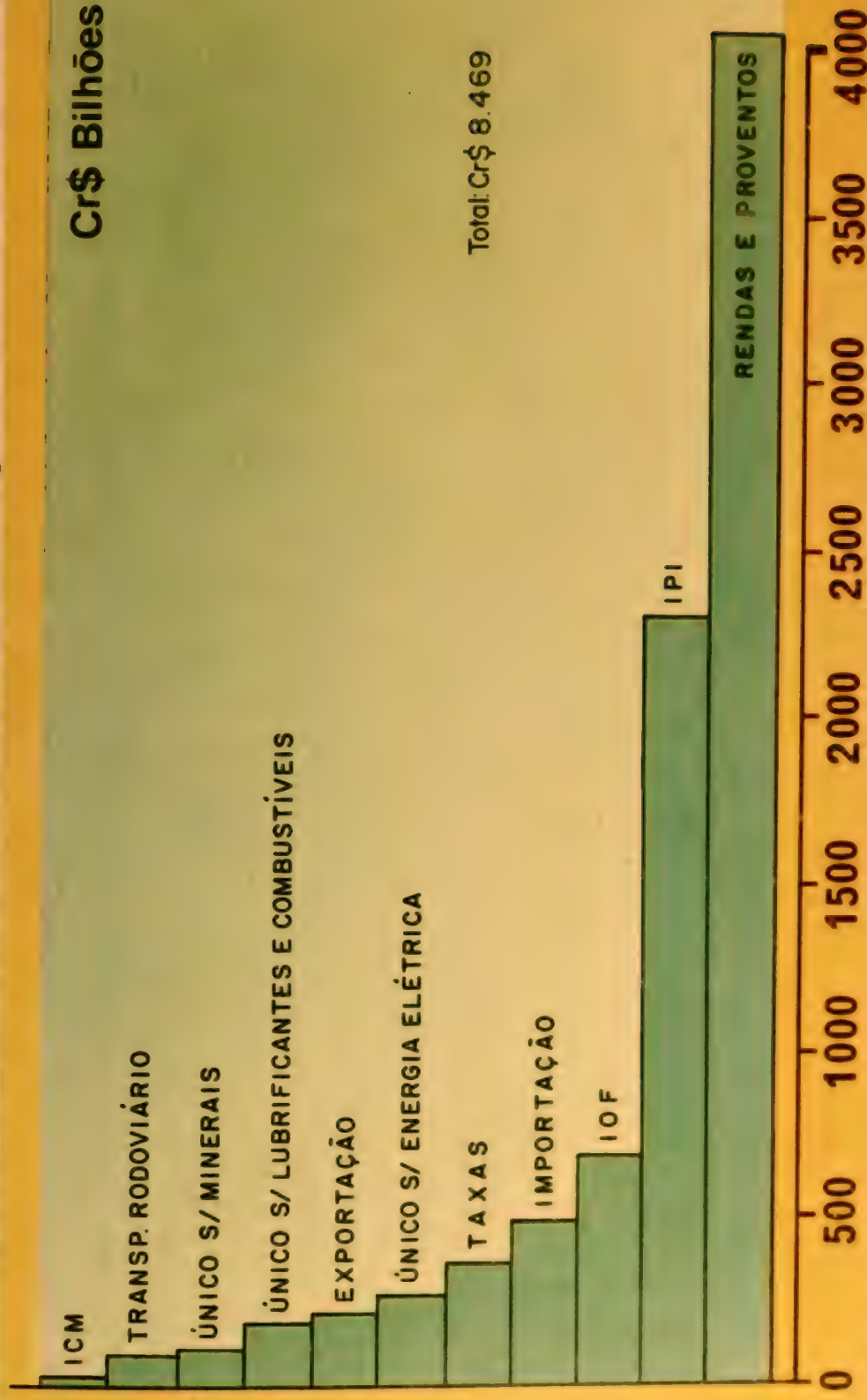


RECEITA ARRECADADA - por Unidade da Federação - 1983





RECEITA TRIBUTÁRIA - Discriminação por Tributos-1983





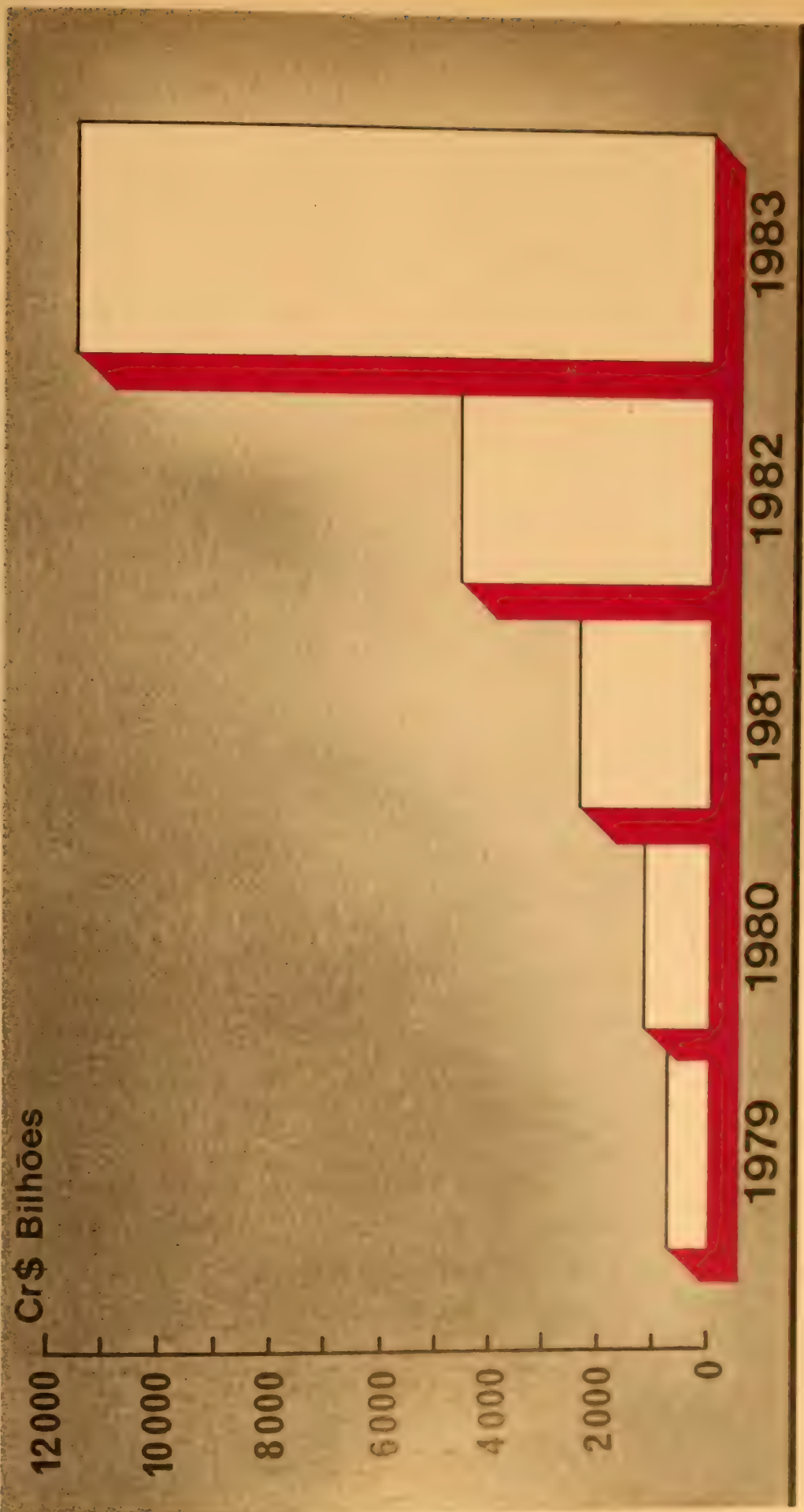
RECEITA TRIBUTÁRIA





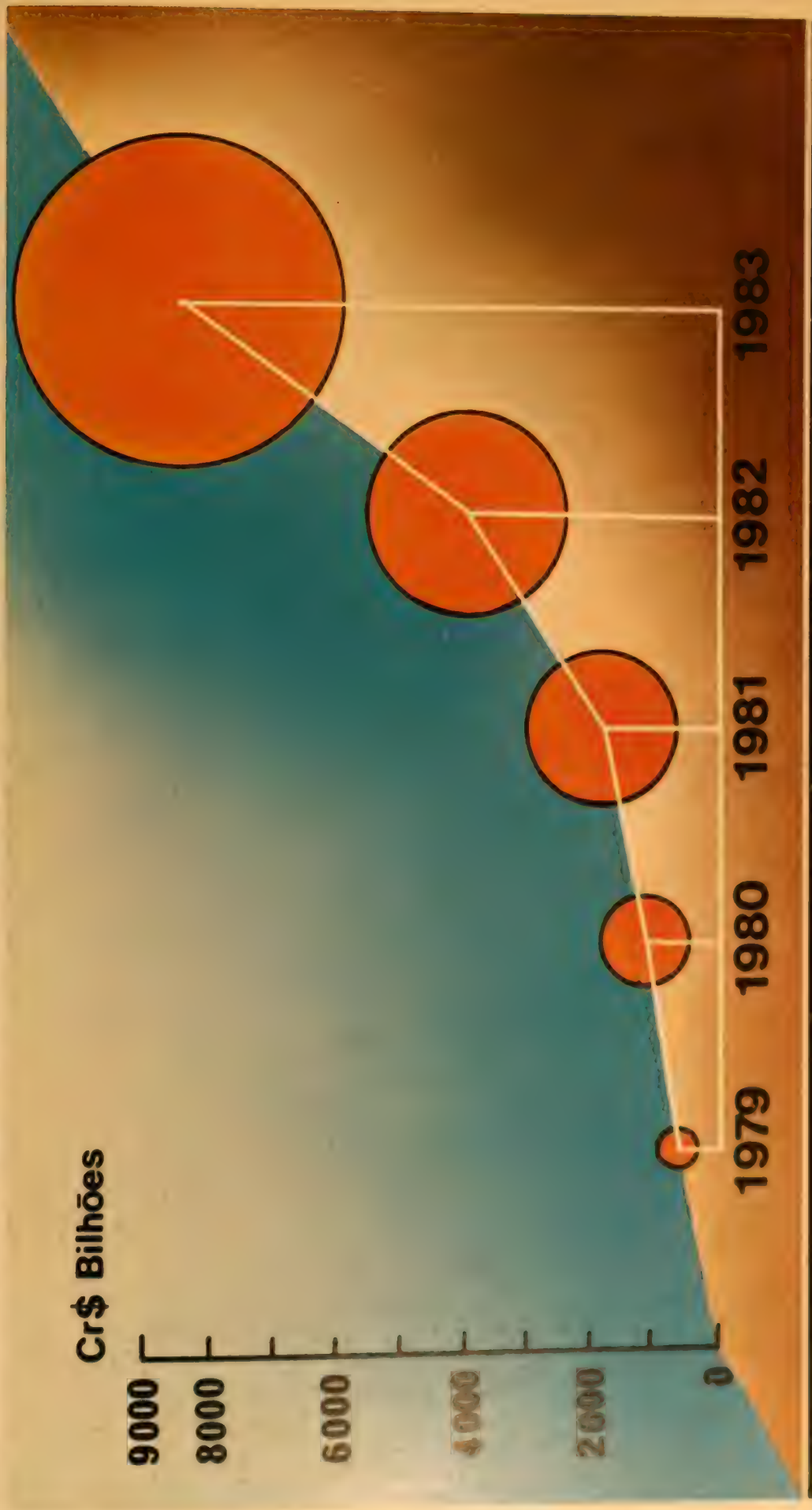
Secretaria de Planejamento
Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITAS CORRENTES - Evolução no Período - 1979/1983



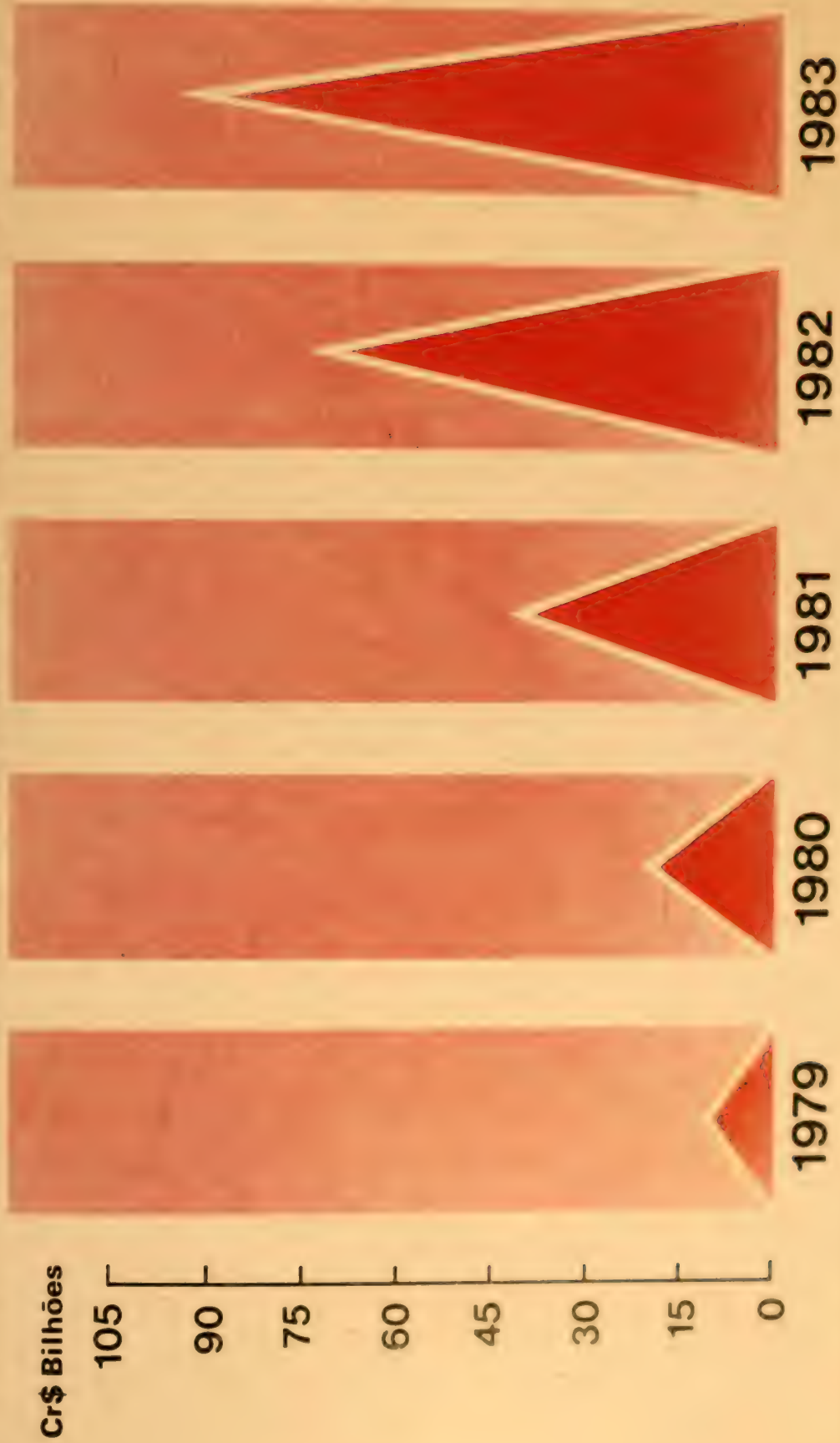


RECEITA TRIBUTÁRIA - Evolução no Período-1979/1983

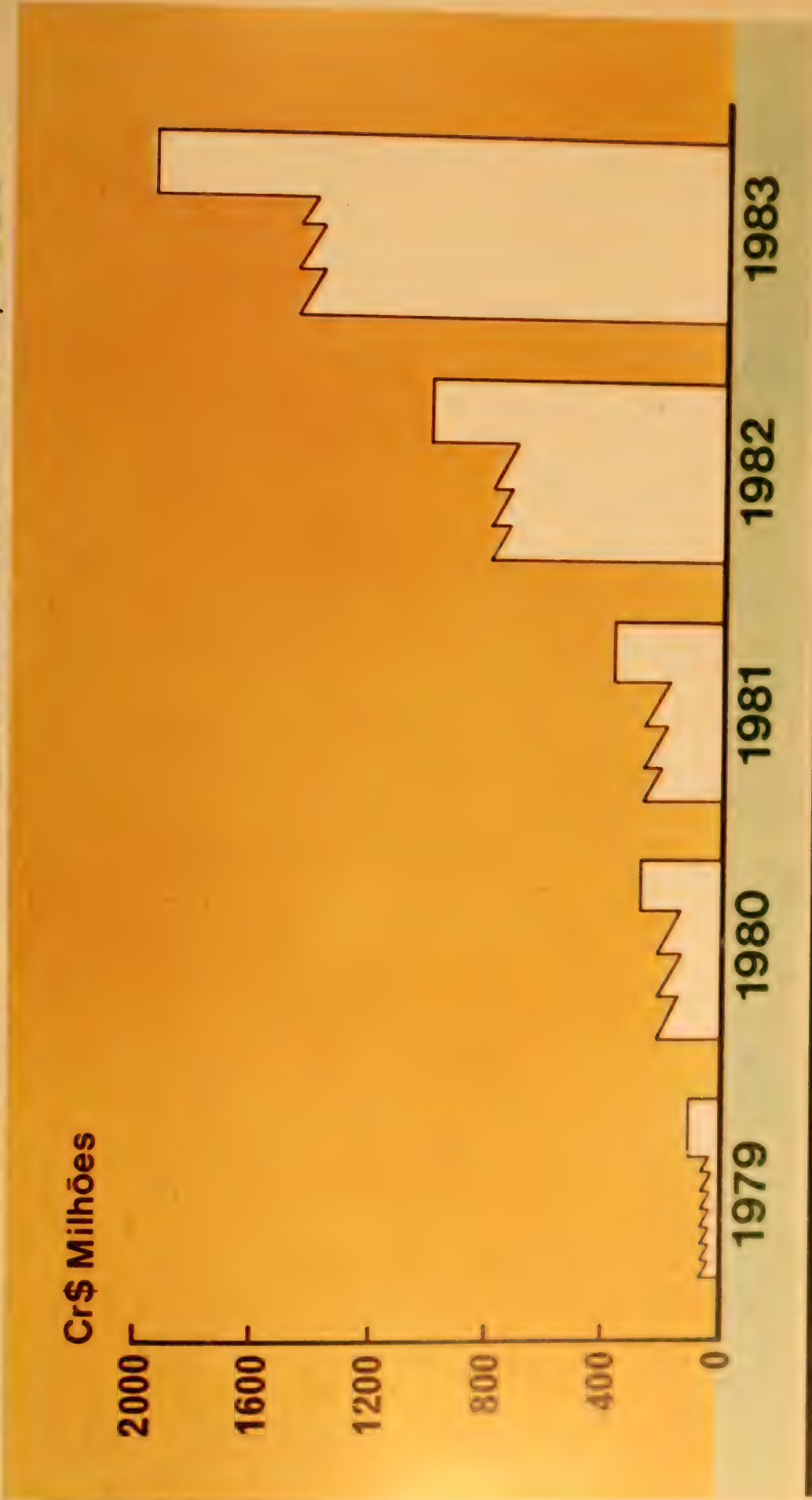




RECEITA PATRIMONIAL - Evolução no Período-1979/1983



RECEITA INDUSTRIAL - Evolução no Período-1979/1983

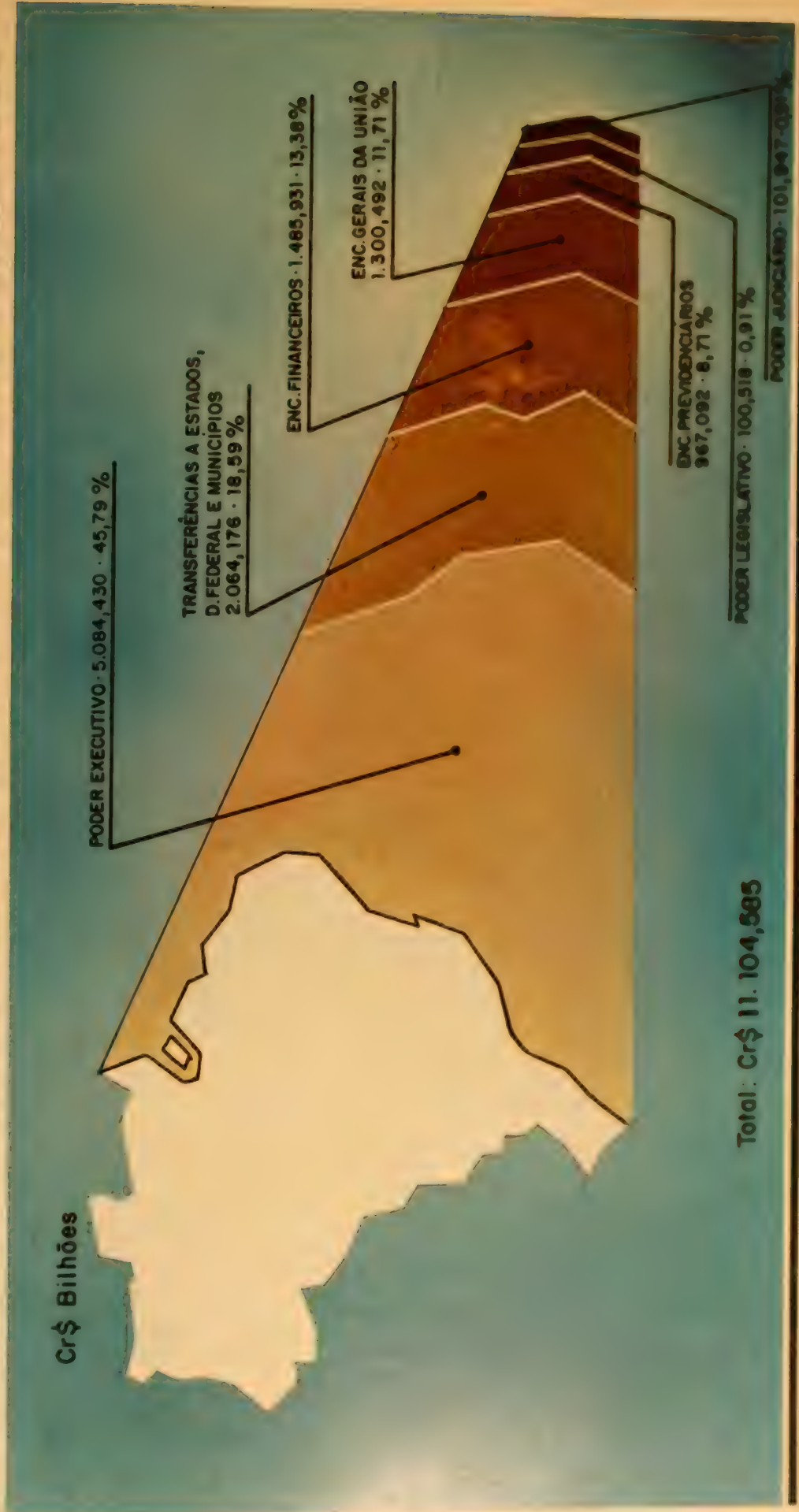




Secretaria de Planejamento

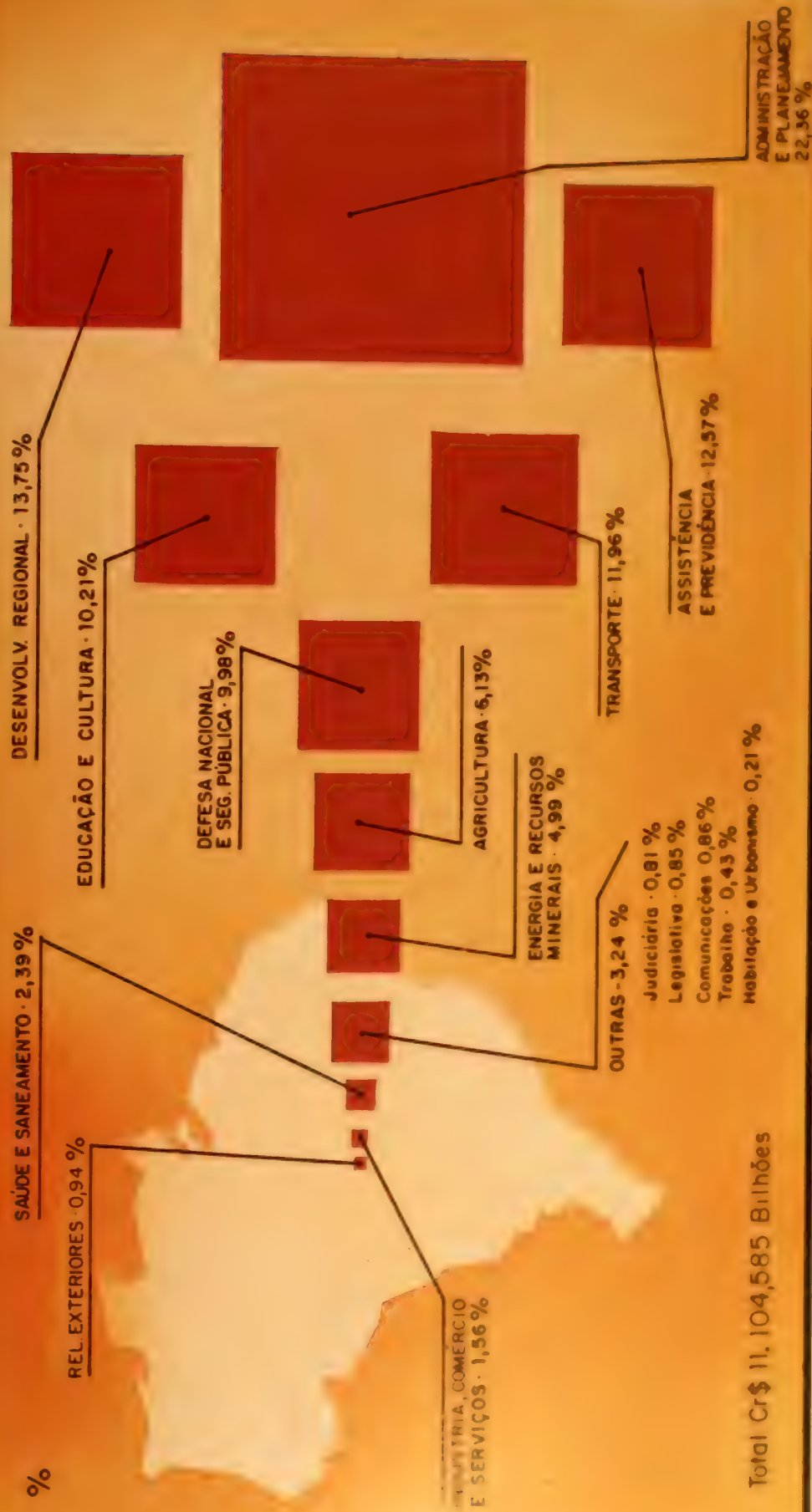
Secretaria-Central de Controle Interno

DESPESA REALIZADA·Orçamento e Créditos Adicionais.1983





DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Por Funções - 1983

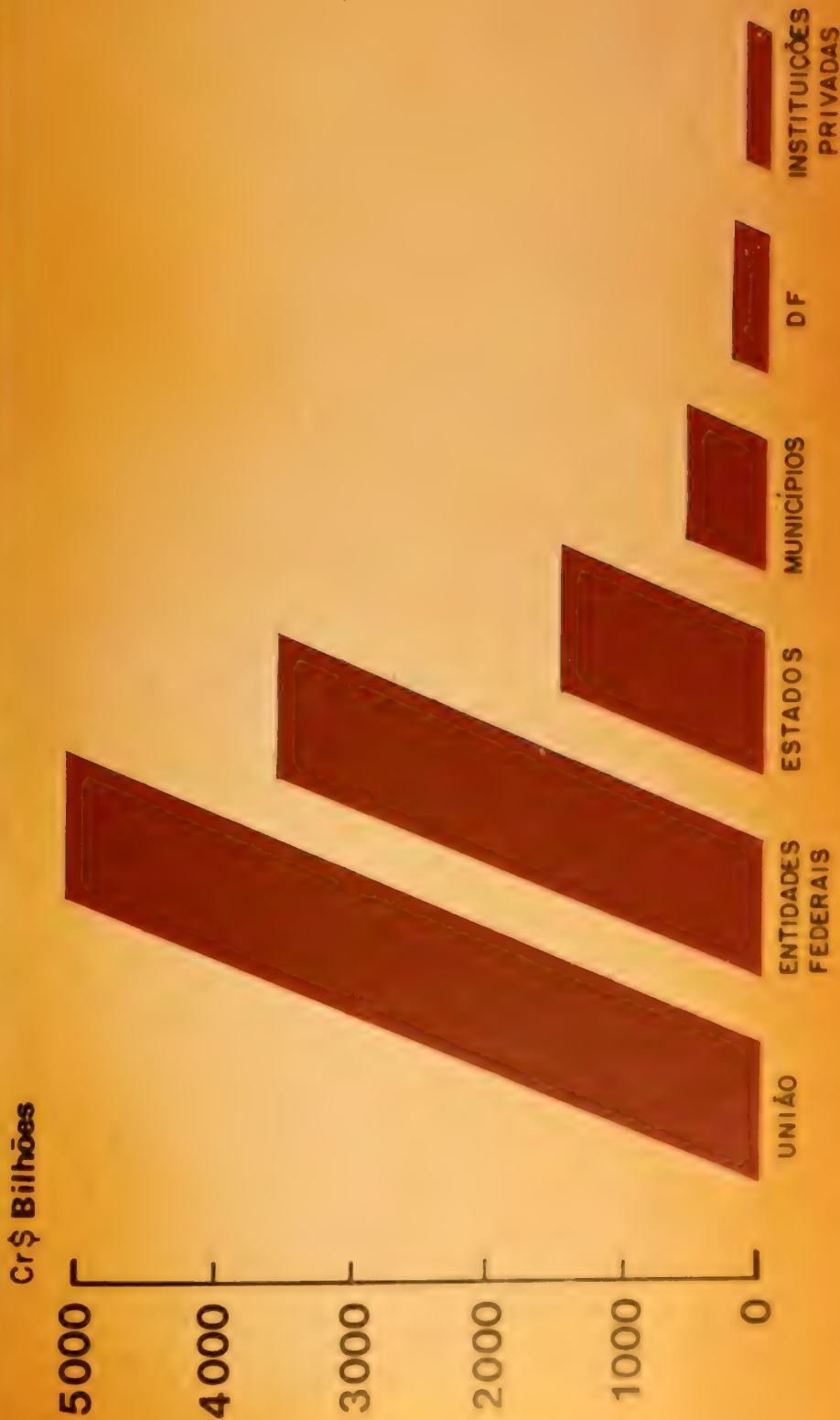




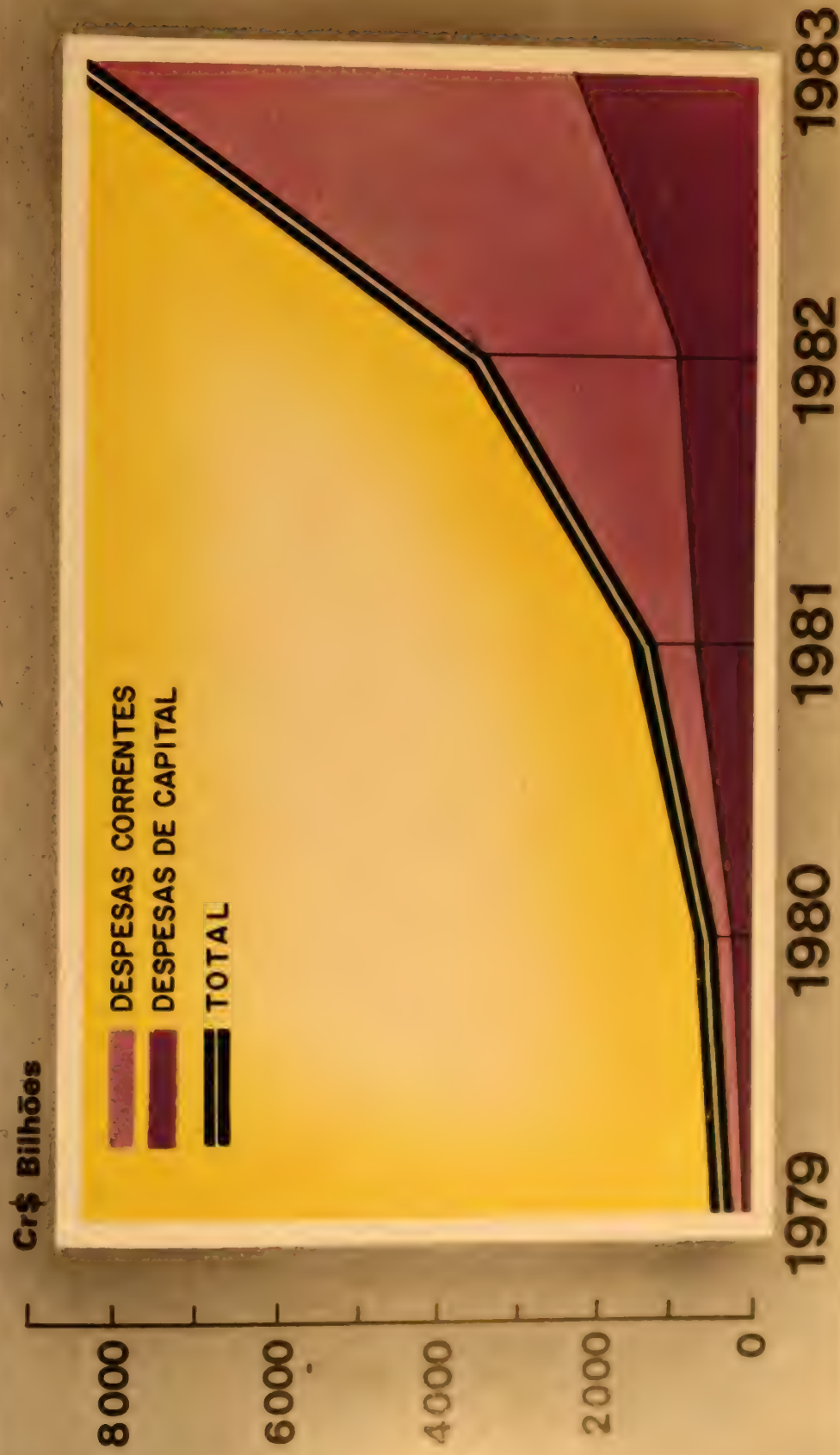
Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

DESPESA REALIZADA · Por Beneficiário · 1983



DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Evolução 1979/1983



MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES
DA
ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA



DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS



DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS (*)

DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FEDERAL

A responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação, até dezembro de 1983, situava-se em Cr\$25.456.747 milhões, representando um incremento nominal de 223,5% sobre o saldo em 31.12.82, ficando a variação real, deflacionada pelo IGP-DI do período, em 4,0%. Deste montante, Cr\$20.722.935 milhões referem-se a ORTN.

Neste período, a colocação líquida de títulos federais situou-se em Cr\$1.717.992 milhões, sendo Cr\$1.014.609 milhões decorrentes de emissões de ORTN. Contrariamente ao verificado em 1982, quando houve resgate líquido de Cr\$562.108 milhões de LTN, até dezembro a colocação líquida desses títulos montou a Cr\$704.383 milhões.

Como reflexo do aumento da dívida, foram carreados para o Tesouro Nacional recursos líquidos no montante de Cr\$ 1.899.912 milhões, decorrentes da diferença entre a receita de Cr\$10.232.299 milhões e a despesa de Cr\$8.332.387 milhões. O resultado líquido observado com ORTN foi de Cr\$1.195.529 milhões enquanto o com LTN ficou em Cr\$704.383 milhões.

A maior colocação de papéis de curto prazo (LTN) em relação ao ano anterior fez com que o prazo médio da dívida com ORTN e LTN mostrasse substancial redução passando de 29 meses e 20 dias em 31.12.82 para 26 meses e 25 dias em dezembro de 1983.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL - TIPO REAJUSTÁVEL

A subscrição bruta de ORTN, à exceção de ágio e deságio, totalizou Cr\$3.359.047 milhões subdivididos em subscrições de natureza voluntária (Cr\$3.195.784 milhões), alterna

(*) Fonte: Banco Central do Brasil.

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

CHAPTER I

The first part of the history of the United States is the history of the discovery and settlement of the continent. The discovery of the continent was made by Christopher Columbus in 1492. The settlement of the continent was made by the English in 1607. The history of the United States is a history of the struggle for freedom and independence. The struggle for freedom and independence was a long and hard one. It was a struggle that was fought by many brave men and women. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the future generations. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the United States. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the world.

CHAPTER II

The second part of the history of the United States is the history of the struggle for freedom and independence. The struggle for freedom and independence was a long and hard one. It was a struggle that was fought by many brave men and women. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the future generations. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the United States. The struggle for freedom and independence was a struggle that was fought for the sake of the world.

tivas ao pagamento de tributos (Cr\$8 milhões), compulsórias (Cr\$ 384 milhões) e especiais (Cr\$162.871 milhões).

As subscrições voluntárias registraram um aumento percentual de 124,45 em relação ao ano de 1982 (Cr\$1.423.826 milhões).

Cabe destacar ainda que mudanças na orientação da política monetária proporcionaram a colocação de ORTN somente através de leilões, não se observando reaplicações.

SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ORTN

ANOS	OFERTAS PÚBLICAS		VALOR A RESGATAR (C)	$\frac{B}{C}$ (D)	TOTAL COLOCADO (E) = (A) + (B)
	leilões	reaplicações			
	(A)	(B)			
1980	138.829	94.772	121.511	78,0	233.601
1981	465.465	130.742	159.931	81,7	596.207
1982	1.038.948	384.878	410.513	93,8	1.423.826
1983	3.195.784	- -	- -	-	3.195.784

Embora o volume de ORTN de 5 anos de prazo tenha sido bastante expressivo (Cr\$989.750 milhões acima do observado em 1982), a participação desses títulos no total verificado em 1983 foi reduzida a 67,3%, favorecendo a elevação do percentual dos papéis de 2 anos de prazo para 32,7%.

SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ORTN DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS PRAZOS

ANOS	Cr\$ milhões				
	TOTAL (A)	2 ANOS (B)	5 ANOS (C)	B/A %	C/A %
1980	226.665	51.923	174.742	22,9	77,1
1981	595.814	157.365	438.449	26,4	73,6
1982	1.423.826	262.698	1.161.128	18,5	81,5
1983	3.195.784	1.044.906	2.150.878	32,7	67,3

OBS: Não inclui ágios e deságios.

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

O total de Letras do Tesouro Nacional em circulação até 30.12.83 foi de Cr\$4.710.000 milhões, representando aumento nominal de 222,6% sobre a posição de 31.12.82. Esta variação de flacionada pelo IGP-DI do mesmo período reflete um acréscimo real de 3,73%. O volume de emissões no período foi de Cr\$9.200.000 milhões enquanto que o de resgates foi de Cr\$5.950.000 milhões resultando em uma colocação líquida de Cr\$3.250.000 milhões.

LETRAS DO TESOURO NACIONAL
EMISSIONES, RESGATES E SALDO EM CIRCULAÇÃO

Cr\$ milhões					
PRAZO	1982 SALDO EM CIRCULAÇÃO (A)	1 9 8 3			B-A % A
		EMIÇÃO	RESGATE	SALDO EM CIRCULAÇÃO (B)	
91 dias	450.000	6.150.000	4.250.000	2.350.000	422,2
182 dias	600.000	2.810.000	1.290.000	2.120.000	353,3
365 dias	410.000	240.000	410.000	240.000	-41,5
TOTAL	1.460.000	9.200.000	5.950.000	4.710.000	222,6

IMPACTO MONETÁRIO DAS OPERAÇÕES COM TÍTULOS FEDERAIS

O saldo acumulado das operações com títulos públicos federais, em 30.12.83, provocou uma expansão de Cr\$2.290.361,9 milhões sobre a base monetária. Este efeito resultou de uma injeção de Cr\$1.966.212,5 milhões por operações da dívida pública e de Cr\$324.149,4 milhões decorrentes de operações de mercado aberto. No entanto, a média diária dos saldos acumulados foi expansionista de



Cr\$621.849,4 milhões, composta de uma injeção de Cr\$266.141,0 milhões no segmento extramercado e de Cr\$355.708,4 milhões no setor mercado.

Na composição deste impacto, o setor privado concorreu com Cr\$1.761.884,8 milhões, sendo injetados Cr\$1.770.430,4 milhões através do mercado primário e retirados Cr\$8.545,6 milhões do mercado secundário. Já o setor público foi responsável por Cr\$528.477,1 milhões, resultantes das injeções de Cr\$195.782,1 milhões, via mercado primário, e de Cr\$332.695,0 milhões pelas operações de mercado aberto.

O volume de resgates superou o de colocações, tanto para ORTN quanto para LTN, sendo que estes últimos foram responsáveis por uma injeção de Cr\$1.178.996,5 milhões, enquanto que com ORTN o saldo das operações da dívida pública foi de Cr\$787.216,0 milhões. Observa-se que, com exceção do 3º trimestre, para as LTN, e 2º trimestre, para as ORTN, as operações de dívida pública com o mercado e extramercado não contribuíram para o giro da dívida pública, em 1983. Quanto às operações de mercado aberto, o efeito expansionista de Cr\$324.149,4 milhões resultou de uma injeção de Cr\$445.506,2 milhões por operações com ORTN e de uma retirada de Cr\$121.356,8 milhões com LTN.

A movimentação de recursos através das operações de mercado aberto alcançou um giro da ordem de Cr\$318.548.339 milhões representando um incremento real de 85,2% sobre o volume de 1982.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL

ORTN E LTN

ANO	Cr\$ milhões				
	Compras Injeção (A)	Vendas Retiradas (B)	Saldo (A-B)	Giro (A+B)	Giro-Preços Constantes(*)
1969	322	3.155	-2.833	3.477	1.384.869
1970	1.975	9.113	-7.138	11.088	3.979.103
1971	5.044	8.587	-3.543	13.631	4.096.797
1972	18.164	25.427	-7.263	43.591	11.310.453
1973	55.977	63.810	-7.833	119.787	26.917.370
1974	103.715	115.465	-11.750	219.180	36.596.972
1975	189.156	205.009	-15.853	394.165	50.862.093
1976	196.396	266.707	-70.311	463.103	40.886.837
1977	389.794	456.591	-66.797	846.385	53.537.251
1978	585.163	679.349	-94.186	1.264.512	57.114.432
1979	719.054	784.860	-65.806	1.503.914	38.332.270
1980	2.971.632	3.126.891	-155.259	6.098.523	73.952.548
1981	9.129.004	9.613.798	-484.794	18.742.802	116.417.445
1982	27.619.272	27.698.844	-79.572	55.318.116	172.036.145
1983	159.436.244	159.112.095	+324.149,4	318.548.339	318.548.339

(*) IGP-DI: 1983 = 100 (Conjuntura Econômica - FGV)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1900-1901

Faculty		Students		Totals	
Professors	Assistants	Graduate	Undergraduate	Graduate	Undergraduate
10	15	100	1000	110	1115
12	18	110	1100	122	1218
14	20	120	1200	134	1320
16	22	130	1300	146	1422
18	24	140	1400	158	1542
20	26	150	1500	170	1670
22	28	160	1600	182	1782
24	30	170	1700	194	1894
26	32	180	1800	206	2016
28	34	190	1900	218	2142
30	36	200	2000	230	2230
32	38	210	2100	242	2342
34	40	220	2200	254	2454
36	42	230	2300	266	2566
38	44	240	2400	278	2678
40	46	250	2500	290	2790
42	48	260	2600	302	2902
44	50	270	2700	314	3014
46	52	280	2800	326	3126
48	54	290	2900	338	3238
50	56	300	3000	350	3350
52	58	310	3100	362	3462
54	60	320	3200	374	3574
56	62	330	3300	386	3686
58	64	340	3400	398	3798
60	66	350	3500	410	3910
62	68	360	3600	422	4022
64	70	370	3700	434	4134
66	72	380	3800	446	4246
68	74	390	3900	458	4358
70	76	400	4000	470	4470
72	78	410	4100	482	4582
74	80	420	4200	494	4694
76	82	430	4300	506	4806
78	84	440	4400	518	4918
80	86	450	4500	530	5030
82	88	460	4600	542	5142
84	90	470	4700	554	5254
86	92	480	4800	566	5366
88	94	490	4900	578	5478
90	96	500	5000	590	5590
92	98	510	5100	602	5702
94	100	520	5200	614	5814
96	102	530	5300	626	5926
98	104	540	5400	638	6038
100	106	550	5500	650	6150
102	108	560	5600	662	6262
104	110	570	5700	674	6374
106	112	580	5800	686	6486
108	114	590	5900	698	6598
110	116	600	6000	710	6710
112	118	610	6100	722	6822
114	120	620	6200	734	6934
116	122	630	6300	746	7046
118	124	640	6400	758	7158
120	126	650	6500	770	7270
122	128	660	6600	782	7382
124	130	670	6700	794	7494
126	132	680	6800	806	7606
128	134	690	6900	818	7718
130	136	700	7000	830	7830
132	138	710	7100	842	7942
134	140	720	7200	854	8054
136	142	730	7300	866	8166
138	144	740	7400	878	8278
140	146	750	7500	890	8390
142	148	760	7600	902	8502
144	150	770	7700	914	8614
146	152	780	7800	926	8726
148	154	790	7900	938	8838
150	156	800	8000	950	8950
152	158	810	8100	962	9062
154	160	820	8200	974	9174
156	162	830	8300	986	9286
158	164	840	8400	998	9398
160	166	850	8500	1010	9510
162	168	860	8600	1022	9622
164	170	870	8700	1034	9734
166	172	880	8800	1046	9846
168	174	890	8900	1058	9958
170	176	900	9000	1070	10070
172	178	910	9100	1082	10182
174	180	920	9200	1094	10294
176	182	930	9300	1106	10406
178	184	940	9400	1118	10518
180	186	950	9500	1130	10630
182	188	960	9600	1142	10742
184	190	970	9700	1154	10854
186	192	980	9800	1166	10966
188	194	990	9900	1178	11078
190	196	1000	10000	1190	11190
192	198	1010	10100	1202	11302
194	200	1020	10200	1214	11414
196	202	1030	10300	1226	11526
198	204	1040	10400	1238	11638
200	206	1050	10500	1250	11750
202	208	1060	10600	1262	11862
204	210	1070	10700	1274	11974
206	212	1080	10800	1286	12086
208	214	1090	10900	1298	12198
210	216	1100	11000	1310	12310
212	218	1110	11100	1322	12422
214	220	1120	11200	1334	12534
216	222	1130	11300	1346	12646
218	224	1140	11400	1358	12758
220	226	1150	11500	1370	12870
222	228	1160	11600	1382	12982
224	230	1170	11700	1394	13094
226	232	1180	11800	1406	13206
228	234	1190	11900	1418	13318
230	236	1200	12000	1430	13430
232	238	1210	12100	1442	13542
234	240	1220	12200	1454	13654
236	242	1230	12300	1466	13766
238	244	1240	12400	1478	13878
240	246	1250	12500	1490	13990
242	248	1260	12600	1502	14102
244	250	1270	12700	1514	14214
246	252	1280	12800	1526	14326
248	254	1290	12900	1538	14438
250	256	1300	13000	1550	14550
252	258	1310	13100	1562	14662
254	260	1320	13200	1574	14774
256	262	1330	13300	1586	14886
258	264	1340	13400	1598	14998
260	266	1350	13500	1610	15110
262	268	1360	13600	1622	15222
264	270	1370	13700	1634	15334
266	272	1380	13800	1646	15446
268	274	1390	13900	1658	15558
270	276	1400	14000	1670	15670
272	278	1410	14100	1682	15782
274	280	1420	14200	1694	15894
276	282	1430	14300	1706	16006
278	284	1440	14400	1718	16118
280	286	1450	14500	1730	16230
282	288	1460	14600	1742	16342
284	290	1470	14700	1754	16454
286	292	1480	14800	1766	16566
288	294	1490	14900	1778	16678
290	296	1500	15000	1790	16790
292	298	1510	15100	1802	16902
294	300	1520	15200	1814	17014
296	302	1530	15300	1826	17126
298	304	1540	15400	1838	17238
300	306	1550	15500	1850	17350
302	308	1560	15600	1862	17462
304	310	1570	15700	1874	17574
306	312	1580	15800	1886	17686
308	314	1590	15900	1898	17798
310	316	1600	16000	1910	17910
312	318	1610	16100	1922	18022
314	320	1620	16200	1934	18134
316	322	1630	16300	1946	18246
318	324	1640	16400	1958	18358
320	326	1650	16500	1970	18470
322	328	1660	16600	1982	18582
324	330	1670	16700	1994	18694
326	332	1680	16800	2006	18806
328	334	1690	16900	2018	18918
330	336	1700	17000	2030	19030
332	338	1710	17100	2042	19142
334	340	1720	17200	2054	19254
336	342	1730	17300	2066	19366
338	344	1740	17400	2078	19478
340	346	1750	17500	2090	19590
342	348	1760	17600	2102	19702
344	350	1770	17700	2114	19814
346	352	1780	17800	2126	19926
348	354	1790	17900	2138	20038
350	356	1800	18000	2150	20150
352	358	1810	18100	2162	20262
354	360	1820	18200	2174	20374
356	362	1830	18300	2186	20486
358	364	1840	18400	2198	20598
360	366	1850	18500	2210	20710
362	368	1860	18600	2222	20822
364	370	1870	18700	2234	20934
366	372	1880	18800	2246	21046
368	374	1890	18900	2258	21158
370	376	1900	19000	2270	21270
372	378	1910	19100	2282	21382
374	380	1920	19200	2294	21494
376	382	1930	19300	2306	21606
378	384	1940	19400	2318	21718
380	386	1950	19500	2330	21830
382	388	1960	19600	2342	21942
384	390	1970	19700	2354	22054
386	392	1980	19800	2366	22166
388	394	1990	19900	2378	22278
390	396	2000	20000	2390	22390
392	398	2010	20100	2402	22502
394	400	2020	20200	2414	22614
396	402	2030	20300	2426	22726
398	404	2040	20400	2438	22838
400	406	2050	20500	2450	22950
402	408	2060	20600	2462	23062
404	410	2070	20700	2474	23174
406	412	2080	20800	2486	23286
408	414	2090	20900	2498	23398
410	416	2100	21000	2510	23510
412	418	2110	21100	2522	23622
414	420	2120	21200	2534	23734
416	422	2130	21300	2546	23846
418	424	2140	21400	2558	23958
420	426	2150	21500	2570	24070
422	428	2160	21600	2582	24182
424	430	2170	21700	2594	24294
426	432	2180	21800	2606	24406

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL

1972/1983

Cr\$ milhões

ANO	RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO				COLOCAÇÃO LÍQUIDA (2)			PRODUTO INTERNO BRUTO (C)	A/C %
	ORTN	LTN (1)	OTN	TOTAL (A)	ORTN	LTN	TOTAL (B)		
1972	15.975	10.204	-	26.179	1.792	5.094	6.886	368.401	7,1
1973	20.944	17.400	-	38.344	1.156	4.601	5.757	508.746	7,5
1974	32.969	14.800	32	47.801	2.539	-5.166	-2.627	740.504	6,5
1975	60.112	37.400	36	97.548	15.312	16.338	31.650	1.052.062	9,3
1976	84.397	69.404	88	153.889	-2.467	13.236	10.769	1.680.233	9,2
1977	119.390	121.001	101	240.492	3.994	18.142	22.136	2.523.101	9,5
1978	163.046	194.508	296	357.850	-6.178	15.537	9.359	3.729.798	9,6
1979	251.159	270.029	340	521.528	-1.304	-2.733	-4.037	6.239.402	8,4
1980	589.240	258.761	384	848.385	119.836	-80.000	39.836	13.104.285	6,5
1981	1.985.554	1.101.944	432	3.087.930	420.848	381.968	802.816	26.832.943	11,5
1982	6.399.359	1.462.578	1.414	7.863.351	1.057.866	-562.108	495.758	53.150.747	14,8
1983	20.722.935	4.712.161	1.651	25.436.747	1.014.609	704.383	1.718.992	129.993.174(3)	19,6

(1) Inclusive LTN Especiais (Lei 6588/78)

(2) Não inclui dotação orçamentária

(3) PIB de 83 - Estimativa DEPEC



OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL
DEMONSTRATIVO DA RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.82	MOVIMENTO DE 1983	POSIÇÃO EM 31.12.83
T O T A L (I+II+III)	7.859.359		25.432.935
I - O.R.T.N.	6.114.472		20.120.069
1. Principal	2.676.576		5.906.396
- Emissões		3.577.575	
- Resgates		347.755	
2. Correção Monetária	3.358.025	10.598.339	13.956.364
3. Juros	79.871	177.438	257.309
II - O.R.T.N. (DEC.-LEI 1911/81)	284.887		602.866
1. Principal	180.000	-	180.000
2. Correção Monetária	95.028	317.896	412.924
3. Juros	9.859	83	9.942
III - L.T.N.	1.460.000		4.710.000
1. Emissões		9.200.000	
- Valor Líquido		6.654.383	
- Descontos Concedidos		2.545.617	
2. Resgates		5.950.000	
- Valor Líquido		4.414.286	
- Descontos Liquidados		1.535.714 (*)	

(*) Incluídos Cr\$15.429 milhões referentes ao resgate de papéis de 365d., ocorrido a 21.12.83, valor só contabilizado em 24.01.84.



PAPEL - MOEDA

Montante das emissões e resgates de papel-moeda, no ano de 1983:

	Cr\$
. Meio Circulante Transferido em 01.04.65	1.504.777.846,56
. Emissão líquida de 01.04.65 a 31.12.83	2.045.945.000.000,00
. Moeda não resgatada	140.743.959,56
. Reserva Monetária em 31.12.83	1.374.366.793,16
. Meio Circulante em 31.12.83	2.045.934.667.093,84
. Meio Circulante em 31.12.82	1.111.873.946.833,39
. Emissão bruta em 1983	2.720.000.000.000,00
. Excesso de pagamentos sobre recebimentos	4.060.720.260,43
. Recolhimentos em 1983	1.785.000.000.000,00
. Recolhimento recebido - reforço da Reserva Monetária	5.000.000.000,00
Meio Circulante em 31.12.83	<u>2.045.934.667.093,84</u>

ORTN's E LTN's

Posição de Obrigações Reajustáveis e das Letras do Tesouro Nacional:

	Cr\$ milhões
Posição em 31.12.82	
. ORTN.....	6.399.359
. LTN.....	1.460.000
. Total.....	<u>7.859.359</u>

Total das emissões em 1983

. ORTN.....	14.671.331
- principal.....	3.577.575
- correção monetária	10.916.235
- juros	177.521



. LTN	9.200.000
- valor líquido	6.654.383
- descontos concedidos	2.545.617
Total (a + b)	<u>23.871.331</u>

Total dos resgates em 1983	(em Cr\$ milhões)
. ORTN.....	347.755
. LTN.....	5.950.000
- valor líquido	4.414.286
- descontos liquidados	1.535.714
Total	<u>6.297.755</u>

Saldo em 31.12.83, em circulação	
. ORTN.....	20.722.935
- principal	6.086.396
- correção monetária	14.369.288
- juros	267.251
. LTN.....	4.710.000
Total	<u>25.432.935</u>

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Saldo devedor das operações contratadas pelos órgãos da Administração Federal, em US\$ 1.000 (Posição em 30.09.83): (*)

a) - <u>COM REGISTRO NO FIRCE</u>	<u>US\$ 1.000</u>
Governo Federal	4.709.314
Autarquias Federais	7.324.522
Empresas Públicas Federais	5.578.062
Sociedades de Economia Mista Federais..	17.434.535
Empresas com participação majoritária pública	5.033.508

(*) Para conversão em Cr\$ e US\$, foram utilizadas as taxas cambiais vigentes em 30.09.83.



b) - SEM REGISTRO NO FIRCE:

Governo Federal 2.697.123

AVALES E GARANTIAS DO TESOURO NACIONAL

Montante dos Avals do Tesouro Nacional ou de seus Agentes Financeiros concedidos em seu nome, em Cr\$1.000: (Posição em 30.09.83) (*)

Cr\$1.000

- De 01.01.83 a 30.09.83 6.290.446.624
- Responsabilidades existentes em 30.09.83 ... 31.899.649.265

RESERVAS CAMBIAIS

Posição das reservas cambiais em 31.12.82 e 31.12.83.

Data	Ouro	Direitos especiais de saque	Posição de reserva no FMI	Divisas convertíveis	US\$ milhões
					Total das reservas
31.12.82	65,3	0,3	287,0	3.641,2	3.993,8
31.12.83	207,4	0,1	-	4.355,4	4.562,9

(*) Para conversão em Cr\$ e US\$, foram utilizadas as taxas cambiais vigentes em 30.09.83.



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
E DESEMPENHO DA CAIXA DO TESOURO NACIONAL



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO DA CAIXA DO TESOURO NACIONAL (*)

O ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA 1983

Com um crescimento de 92% em relação ao ano anterior, a Lei de Meios estimou a receita do Tesouro Nacional para o exercício de 1983 em Cr\$8.989,0 bilhões, fixando a despesa nesse mesmo valor.

As receitas de entidades da Administração Indireta inclusive Fundações instituídas pelo Poder Público estimadas em Cr\$1.058,3 bilhões, apresentaram variação de 124,3% em relação ao orçamento anterior. A receita e a despesa ascenderam a Cr\$10.047,3 bilhões.

A receita tributária foi de Cr\$6.563,6 bilhões e constituiu-se uma de suas principais fontes de recursos o Imposto de Renda, com 25% da receita orçamentária. O Imposto sobre Produtos Industrializados também representou importante fonte de recursos, perfazendo Cr\$2.282,0 bilhões, correspondendo a 22% daquele total.

A despesa foi programada com vistas à política de contenção dos gastos públicos e ao atendimento de áreas prioritárias para a economia nacional tais como a Agricultura, Educação, Habitação, Transportes, Saúde, Assistência e Previdência, dando-se ênfase também ao desenvolvimento regional e ao Programa de Mobilização Energética.

A reserva de Contingência orçada em Cr\$1.200,7 bilhões apresentou um crescimento de 81,8% sobre o orçamento inicial de 1982, e foi destinada ao atendimento dos reajustes salariais dos servidores da União e das situações imprevisíveis e emergenciais.

(*) FONTE: Comissão de Programação Financeira



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL

Pelo Decreto nº 87.978, de 24 de dezembro de 1982, foi definida a programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1983, como se observa no quadro a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO-1983

		Cr\$ milhões
RECEITA DO TESOURO		8.989.000
RECEITAS CORRENTES	8.774.108	
Tributária.....	6.563.581	
Contribuições.....	1.818.830	
Patrimonial.....	152.000	
Agropecuária.....	306	
Industrial.....	1.213	
Receita de Serviços.....	61.896	
Transferências Correntes....	72	
Outras Receitas Correntes...	176.210	
RECEITAS DE CAPITAL.....	214.892	
DESPESA DO TESOURO		8.989.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	2.203.380	
Recursos Ordinários.....	2.202.920	
Recursos Vinculados.....	460	
TRANSFER.A ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	1.561.284	
PROGRAMAS ESPECIAIS.....	362.195	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL...	3.661.478	
Recursos Ordinários.....	3.318.128	
Recursos Vinculados(*).....	343.350	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	1.200.663	

(*) Inclui recursos da "Fonte 50"

A Comissão de Programação Financeira, de logo, atuou na gerência de Cr\$5.521,0 bilhões, visto que a parcela restante de Cr\$3.468,0 bilhões constitui-se de recursos vinculados e da Reserva de Contingência.

A programação de desembolso em 1983, caracterizou-se pelo estabelecimento de coeficientes para a utilização mensal dos recursos de Outros Custeios de Capital assegurando-se o adequado posicionamento da Caixa do Tesouro Nacional.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL

RECEITA DE CAIXA

De janeiro a dezembro de 1983 foram carreados Cr\$ 11.335,5 bilhões para os cofres do Tesouro Nacional, representando um crescimento nominal de 145,5% sobre os Cr\$4.617,8 bilhões arrecadados em igual período de 1982, e que se traduz num acréscimo real de 0,5% considerado como deflator IGF - DI - base Jan/82 = 100 e fluxo mensal deflacionado pelo índice correspondente a cada mês.

Ao término do exercício, Cr\$8.840,0 bilhões, ou seja, 78,0% da receita, constituíram-se de recursos livres administrados pela Comissão de Programação Financeira e os restantes Cr\$ 2.495,5 bilhões (22,0%) de receitas com destinação específica.

DESPESA DE CAIXA

A despesa de caixa do Tesouro Nacional atingiu Cr\$ 11.321,2 bilhões, evoluindo 145,5% em relação a 1982.



A despesa autorizada somou Cr\$11.746,8 bilhões, dos quais Cr\$425,6 bilhões não utilizados, permaneceram Cr\$417,9 bilhões no Banco do Brasil S.A. e Cr\$7,7 bilhões na Caixa Econômica Federal.

Foram liberados pela Comissão de Programação Financeira Cr\$8.136,6 bilhões, traduzindo 128,4% de crescimento sobre Cr\$3.562,1 bilhões liberados em 1982:

Cr\$ milhões

ANO	LIBERAÇÃO DE COTAS			RESTOS A PAGAR 4	TOTAL 5 = 3 + 4
	PAÍS 1	EXTERIOR 2	TOTAL 3 = 1 + 2		
1982	3.391.685	154.348	3.546.033	16.114	3.562.147
1983	7.493.070	549.825	8.042.895	93.695	8.136.590

Dos recursos liberados, cerca de Cr\$922 bilhões foram distribuídos às Empresas Estatais: SIDERBRÁS Cr\$97,7 bilhões; NUCLEBRÁS Cr\$65,6 bilhões; DNER Cr\$351,2 bilhões; RFF Cr\$389,6 bilhões; e ELETROBRÁS Cr\$18,7 bilhões.

DESPESA COM "PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS"

A despesa com "Pessoal e Encargos Sociais" atingiu a cifra de Cr\$3.576,8 bilhões, o que representa um aumento de 112,6% sobre os gastos da espécie em 1982.

O quadro seguinte permite visualizar a participação dos principais elementos no total da despesa do Pessoal.

Cr\$ milhões

ELEMENTOS	1982	1983	VARIACAO % B/A	PARTICIPACAO	
	A	B		1982	1983
PESSOAL CIVIL	728.204	1.520.378	108,8	46,2	42,8
PESSOAL MILITAR	285.850	610.428	115,1	18,0	18,0
INATIVOS E PENSIONISTAS	428.597	968.926	126,1	27,2	28,0
OUTROS	135.842	290.584	115,9	8,6	8,5
T O T A L	1.576.493	3.390.316	115,1	100,0	100,0



PROGRAMAS ESPECIAIS

Os Programas Especiais (PIN - PROTERRA), tiveram dotação de Cr\$339.980 milhões, sendo Cr\$203.960 milhões destinados ao PIN e Cr\$136.020 milhões ao PROTERRA.

Observa-se um crescimento de 101,0% sobre as dotações de 1982. Esse aumento denota a atenção governamental pela melhoria das condições de produção e aproveitamento de recursos naturais nas regiões Norte e Nordeste, especificamente, a irrigação, redistribuição de Terras e desenvolvimento de técnicas agrícolas e agropecuárias.

Dos recursos autorizados, no montante de Cr\$339.980 milhões, 73,8%, ou seja Cr\$250.987 milhões foram liberados.

As liberações à conta do PIN alcançaram Cr\$152.512 milhões, perfazendo 61,2% do total liberado e a do PROTERRA com Cr\$97.475 milhões, constituíram os 38,8% restantes.

Foram também liberados Cr\$37.337 milhões correspondentes a valores inscritos em "Restos a Pagar".

As liberações sob a ótica do detalhamento a nível de Programas: coube ao Programa de Irrigação do Nordeste (DNOCS e CODEVASF) o montante mais expressivo com Cr\$51.10% milhões, destacando-se, em seguida, o POLONORDESTE (Cr\$44.340 milhões).

Em termos de órgãos beneficiários ou executores dos programas, o maior contemplado foi o Ministério do Interior (Cr\$ 122.897 milhões).

RESULTADO DE CAIXA E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O balanceamento das contas de receita e despesa do Tesouro Nacional resultou um superávit de Caixa de Cr\$14.291 mi-



lhões, conforme quadro a seguir:

RESULTADO DE CAIXA - 1983

Cr\$ milhões

MESES	RECEITA		DESPESA		RESULTADO DE CAIXA	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	561.991	561.991	556.836	556.836	5.155	5.155
FEVEREIRO	638.867	1.200.858	637.368	1.194.204	1.499	6.654
MARÇO	765.952	1.966.810	763.260	1.957.464	2.692	9.346
ABRIL	751.881	2.718.691	577.322	2.534.786	174.559	183.905
MAIO	902.996	3.621.687	653.425	3.188.211	249.571	433.476
JUNHO	815.070	4.436.757	801.916	3.990.127	13.154	446.630
JULHO	919.827	5.356.584	748.670	4.738.797	171.157	617.787
AGOSTO	952.184	6.308.768	796.567	5.535.364	155.617	773.404
SETEMBRO	997.696	7.306.464	729.240	6.264.604	268.456	1.041.860
OUTUBRO	988.624	8.295.088	1.142.286	7.406.890	153.662	888.198
NOVEMBRO	1.278.948	9.574.036	927.018	8.333.908	351.930	1.240.128
DEZEMBRO	1.761.464	11.335.500	2.987.301	11.321.209	- 1.225.837	14.291

Para os meses de outubro e dezembro, o resultado negativo é atribuído às transferências para as Autoridades Monetárias, através de "Encargos Financeiros da União", realizadas no último dia do mês, com base no resultado de Caixa.

Esses déficits no mês não acarretaram impactos monetários indesejáveis, pois se referiam a despesas realizadas pelo Tesouro Nacional com as próprias Autoridades Monetárias.

O rigoroso controle das liberações dos recursos ordinários (72% do dispêndio global) permitiu manter em níveis elevados o superávit acumulado da execução financeira do Tesouro Nacional.

Para tanto a Comissão de Programação Financeira discriminou as liberações para atendimento das despesas com "Pessoal" e "Outras Despesas de Custeio"; a primeira parcela abodeceu

o valor do cronograma do Ministério ou Órgão e entregue em tempo hábil para o pagamento aos seus funcionários.

As liberações do restante realizaram-se em estrita consonância com o efetivo ingresso de recursos na Caixa do Tesouro.

Efetuuou-se a integração do orçamento fiscal e o orçamento monetário: o Tesouro Nacional, com o excedente de Caixa ao final dos meses, alocou Cr\$2.708.679 milhões para regularização de seus débitos junto às Autoridades Monetárias, sendo Cr\$1.458.679 milhões mediante transferência de dotação orçamentária e a parcela restante de Cr\$1.250.000 milhões ao amparo do Voto nº 444/83 do Conselho Monetário Nacional.

Entre as principais parcelas de recursos transferidos do orçamento fiscal para o orçamento monetário figuram aquelas destinadas a cobertura de encargos da dívida externa (AVISO GB-588/67) no montante de Cr\$1.622.100 milhões à cobertura de encargos de ORTN - (Cr\$180.920 milhões), à cobertura de diferença de comercialização do trigo (Cr\$361.246 milhões) e à política de preço nacional equalizado - Açúcar e Alcool (Cr\$110.960 milhões).

Os recursos do Tesouro Nacional ficaram assim alocados:

RECURSOS LÍQUIDOS - 1983

D I S C R I M I N A Ç Ã O	Cr\$ milhões
<u>FONTES DE RECURSOS</u>	- 1.083.664
Resultado da execução orçamentária	14.291
Endividamento junto ao Público	- 2.290.362
OUTRAS OPERAÇÕES.....	- 7.238.177
<u>RECURSOS LÍQUIDOS</u>	- 9.514.249
Junto às Autoridades Monetárias.....	- 9.521.944
Junto à Caixa Econômica Federal.....	7.695



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (*)

O ato legal de maior significância no exercício foi o Decreto-Lei nº 2.065, de 26.10.83, que, ao lado de tornar mais progressiva a tributação do imposto de renda da pessoa física, reduzindo as iniquidades existentes, fez recair também sobre as empresas de grande porte a exigência de esforços tributários adicionais.

A maior progressividade do imposto de renda da pessoa física foi conseguida pelo aumento da imposição sobre os rendimentos e ganhos de capital e pela extinção ou redução de privilégios fiscais que beneficiavam as classes de renda mais elevada (extinção do incentivo do DL nº 157/67 e diminuição dos limites de redução imposto, a título de incentivo fiscal).

Para assegurar maior participação dos mais abastados de renda na geração de recursos, criou-se empréstimo compulsório através do Decreto-lei nº 2.047, de 20.07.83, incidente sobre rendimentos não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte. Sua arrecadação excedeu a Cr\$5 milhões. Esses recursos foram destinados a custear gastos inesperados provenientes de calamidade pública no Sul e Nordeste do País.

A Emenda Constitucional nº 23, de 01.12.83, aumentou a participação dos Estados e Municípios na partilha dos tributos federais; ampliou a base de incidência do ICM sobre o valor, a importação de bens de capital e matérias-primas, além de revigorar o uso da contribuição de melhorias. O incremento de 21 na alíquota do ICM, contido no DL nº 2.065/83, visa a reduzir o déficit fiscal também a esses níveis de governo.

(*) FONTE: Secretaria da Receita Federal



Disposições objetivando alcançar o superávit de Cr\$9 bilhões na balança comercial de 1984 e as destinadas a estimular o desenvolvimento regional e de setores prioritários completam o elenco das alterações tributárias mais representativas implementadas no exercício.

MEDIDAS LIGADAS DIRETAMENTE À REDISTRIBUIÇÃO DE RENDAS

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

A necessidade adicional de recursos para uma execução orçamentária equilibrada e a redução da taxa de inflação em 1984, impunha a adoção de medidas que resultassem em elevação da carga tributária.

De outro lado, dada a elevada contribuição exigida dos assalariados, fazia-se necessário que o ônus tributário adicional recaísse mais fortemente sobre as classes de renda de maior poder aquisitivo.

À vista disso, foi editado o DL nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, conferindo maior progressividade ao imposto de renda da pessoa física tornando mais eqüitativo o tributo sobre rendimentos do trabalho e do capital.

Dentre as medidas adotadas citem-se:

- a) elevação da alíquota do imposto de renda na fonte
 - . de 15% para 23% sobre lucros ou dividendos de sociedade anônima de capital aberto e sociedade civil de prestação de serviços;



- . de 4% para 8% sobre ganhos em operações no mercado aberto;
 - . de 30% para 40% (títulos com prazo até 24 meses,
 - . de 25% para 35% (de prazo entre 24 e 60 meses),
 - . de 20% para 30% (prazo acima de 60 meses); e
 - . de 15% para 20% sobre honorários e antecipação trimestral de aluguéis (pessoa física) ;
- b) tributação sobre rendimentos de capital auferidos por entidades de previdência privada fechada, com isenção do IRPJ;
- c) elevação de 300% (Cr\$250 mil para Cr\$750 mil) do limite de abatimento dos juros pagos a entidades do Sistema Financeiro Habitacional; e
- d) criação de classe adicional na tabela progressiva do IRPF, com alíquota de 60%.

Estabeleceu o mesmo diploma a correção do imposto retido na fonte com base em coeficiente obtido da média das variações das ORTN's de janeiro a janeiro e sua restituição convertida a ORTN de janeiro e não mais de março como no passado.

TABELAS DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Foram realizadas alterações nas tabelas de desconto do imposto de renda na fonte, aplicáveis aos rendimentos do trabalho.

O DL nº 2028, de 09.06.83, corrigiu antecipadamente, em cerca de 30%, os valores das tabelas com ajuste a partir de outubro. Criou duas classes de renda com alíquotas de 40% a 45% aumentando a progressividade da antecipação.



O DL nº 2067, de 09.11.83, corrigiu em 65%, a partir de 01.01.84, os valores das tabelas aprovadas pelo DL nº 2028/83, perfazendo um total de 114,5% de correção sobre a tabela vigente em 31.12.82.

TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS DAS ORTN'S CAMBIAIS

A desvalorização do Cruzeiro em 18.02.83, em 30%, a fim de estimular as exportações, proporcionou um ganho extra aos portadores de ORTN's com cláusula de opção de resgate pela correção cambial.

Com o objetivo de eliminar essa vantagem os DL's nº 2014, de 21.02.83 e nº 2065, de 26.10.83, estabeleceram que o valor cambial daquelas ORTN's, que exceder a variação da correção monetária do título, a partir do valor cambial em 17.02.83, ficará sujeito ao desconto do imposto de renda na fonte, na base de 45%, exigível à época de resgate.

O mesmo diploma legal dispôs que o valor excedente constituirá rendimento tributável da pessoa física e será considerado lucro tributável da pessoa jurídica, ainda que estas estejam isentas do imposto de renda.

Determinou, ainda, que o imposto retido na fonte constituirá antecipação do imposto devido na declaração do exercício financeiro, não sujeito à correção.

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE CURTO PRAZO

Através do DL nº 2027, de 09.06.83, os rendimentos da pessoa jurídica não financeira auferidos na aquisição e subsequente transferência ou resgate, a curto prazo, de títulos ou valores mobiliários, ficaram sujeitos à retenção do imposto de ren-



da na fonte, como antecipação do devido na declaração, à alíquota de 4%.

GANHOS E RENDIMENTOS DE CAPITAL

Com o DL nº 2030, de 09.06.83, foi acrescido de 10% o valor da retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos de capital.

A medida, que vigorou de 01.07.83 a 31.12.83, visou a angariar recursos adicionais para a Reserva de Contingência considerada insuficiente ante as adversidades climáticas ocorridas no Nordeste e Sul do País.

PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA-SFH

Pelo DL nº 2034, de 20.06.83, foram atualizados os limites mínimo e máximo fixados pelo DL nº 1558, de 12.11.74, para Cr\$16.114,00 e Cr\$19.536,00 respectivamente, relativos a ressarcimento de parte das prestações pagas ao SFH.

CONTENÇÃO DO DÉFICIT GLOBAL DO SETOR PÚBLICO

IPI SOBRE CERVEJAS E REFRIGERANTES

Através do Decreto nº 88.539, de 20.07.83, foram elevadas para 40% e 80% as alíquotas do IPI aplicáveis aos refrigerantes e cervejas.



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A arrecadação do imposto de renda em 1983 (ano base de 1982), permitiu observar que a quase totalidade das instituições financeiras, em especial os bancos comerciais, efetuaram o pagamento do imposto à vista, ou seja, em janeiro, fevereiro e março.

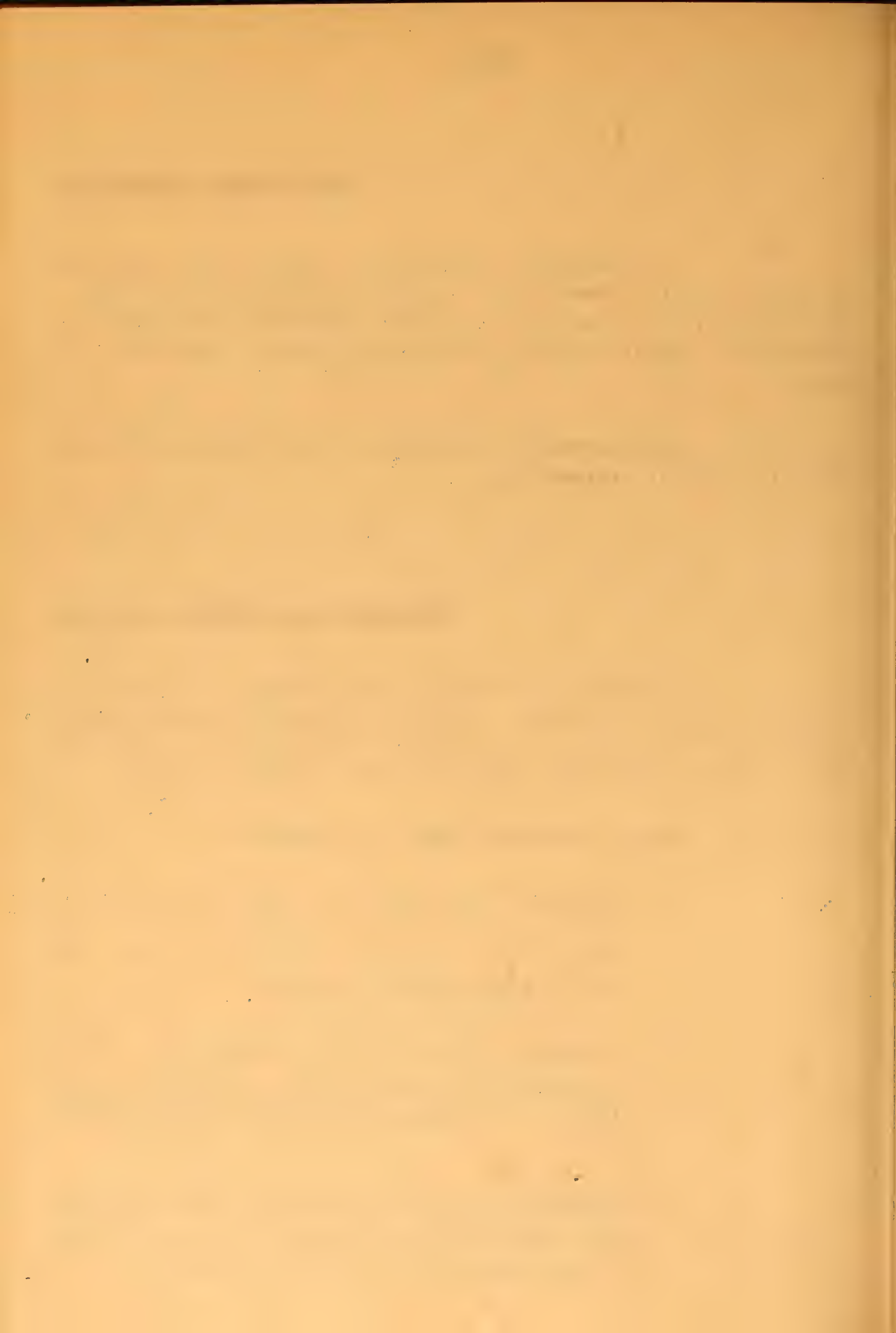
Em decorrência foi editado o DL nº 2031, de 09.06.83, estabelecendo tal sistemática.

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

O citado DL nº 2065/83 tomou medidas adicionais na esfera das pessoas jurídicas, visando à obtenção de recursos para reduzir o déficit público, à correção de distorções e a melhor adequar o sistema impositivo à nova realidade econômica do País.

Dentre as medidas podem ser lembradas:

- a) redução de 60.000 ORTN's do limite de lucros além do qual incidirá um adicional de 15% do IRPJ para as instituições financeiras e de 10% para as demais pessoas jurídicas;
- b) elevação de 30% para 35% da alíquota do IRPJ das empresas de grande porte, com manutenção da alíquota de 25% para as pequenas e médias empresas; e
- c) elevação do limite de isenção do IRPJ, de 4.000 para 10.000 ORTN's de receita bruta anual, beneficiando maior universo de micro empresas.



SETOR FERROVIÁRIO

Através do DL nº 2006, de 06.01.83, foi revigorada, com vigência de 01.01.83 a 31.12.83, a isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados sobre partes e componentes para a fabricação de 120 trens (unidades elétricas) importados por empresas produtoras selecionadas pelo Ministério dos Transportes, em articulação com o Conselho de Desenvolvimento Industrial.

RENOVAÇÃO DA FROTA DE TÁXIS

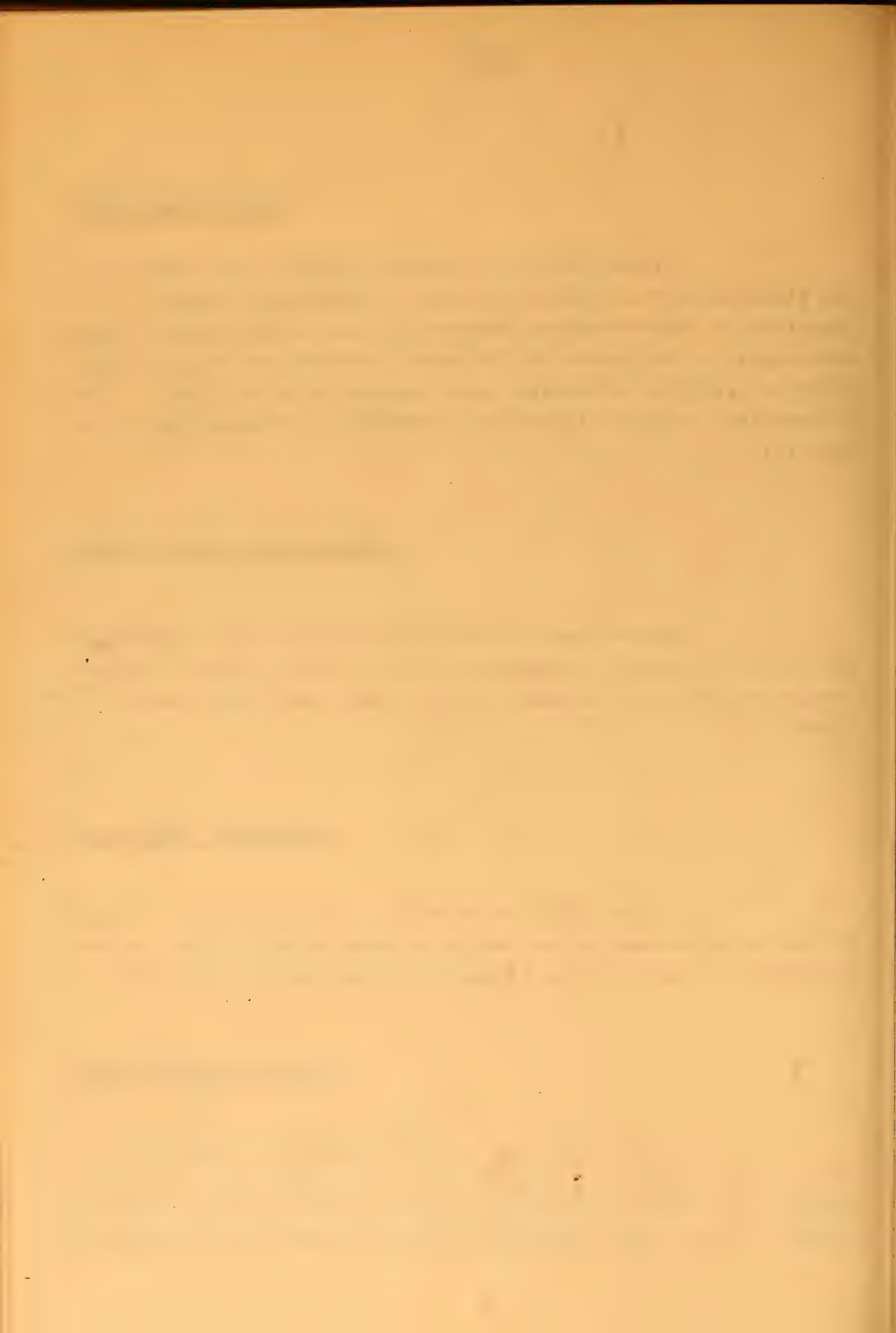
Através do DL nº 2026, de 01.06.83, foi prorrogado até 30.09.83 o prazo de vigência do DL nº 1944/82, que concedeu isenção do IPI sobre automóveis, utilizados como táxi, movidos a álcool.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS

O DL nº 2053, de 16.08.83, estabeleceu a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos na importação de obras de arte destinadas à exposição nas Bienais Internacionais de São Paulo.

DESENVOLVIMENTO URBANO

O DL nº 2044, de 07.07.83, concedeu isenção de IPI sobre os equipamentos, partes e peças importados por empresas contratadas pela Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos-EBTU destinados à fabricação, instalação ou fornecimento dos sistemas elé-



tricos e de trens (unidades elétricas) para os Projetos de Trens Metropolitanos de Belo Horizonte e Recife, e pagos com recursos externos, em decorrência de Acordos de Governo celebrados com a França, Alemanha e Inglaterra.

ATIVIDADES RURAIS

A aflitiva situação econômica das propriedades rurais atingidas por secas ou enchentes ensejou a remissão de débitos, do Imposto Territorial Rural e demais obrigações ligadas a atividade rural, concebida no DL nº 2.066, de 27.10.83

CADERNETAS DE POUPANÇA

Com o fim de estimular a captação de poupança pelo SFI foi editado o DL nº 2.058, de 23.08.83, isentando do imposto de renda a correção monetária e juros dos depósitos em cadernetas do sistema, mesmo quando pagos ou creditados em intervalo inferior a 3 meses.

LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIAS

FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS FINANCEIRAS

Através do DL nº 2.075, de 20.12.83, modificou-se o tratamento tributário na negociação de direitos ao exercício de atividades financeiras, certificados por cartas patentes ou outros títulos de autorização expedidos pelo Banco Central do Brasil.

A nova orientação a par de corrigir distorções e aperfeiçoar normas aplicadas à política de saneamento do sistema finan-



ceiro nacional, procurou tornar rígida a concessão de estímulos fiscais que, diante da atual conjuntura, não mais se justificavam.

LUCROS E DIVIDENDOS/NÃO RESIDENTES NO PAÍS

Pelo DL nº 2073, de 20.12.83, foi antecipado para o momento da contabilização ou da distribuição dos lucros e dividendos aos não residentes no país, o fato gerador do imposto, que até então era o da remessa dos recursos para o Exterior.

A medida harmoniza-se com as disposições do Código Tributário Nacional que considera fato gerador do tributo a disponibilidade da renda e não a sua remessa para o exterior.

Objetivando, entretanto, estimular os investimentos estrangeiros no País, o referido ato exclui da base de cálculo do imposto a parcela dos lucros reinvestidos internamente.

LEGISLAÇÃO DA TRU

O DL nº 2068, de 09.11.83, trouxe novas condições de pagamento da TRU, inclusive isentando do tributo os proprietários de veículos movidos a energia elétrica e os ônibus exclusivamente utilizados em linhas de transporte urbano.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

Com vistas a permitir maior flexibilidade às operações de arrendamento mercantil, editou-se a Lei nº 7.132, de 26.12.83, dispondo inclusive sobre as chamadas "sale lease back".

Ainda nessa área o DL nº 2018, de 22.03.83, veio dispor sobre a concessão de incentivos fiscais às operações de arrendamento mercantil que tenham por objeto bens vinculados à implementação de programas e projetos incentivados.



TRIBUTOS ACESSÓRIOS

Com o DL nº 2062, de 04.10.83, foram dispensados os tributos acessórios, considerados desnecessários ao interesse de tributos federais.

FINSOCIAL

O DL nº 2049, de 01.08.83, disciplinou a cobrança, a fiscalização e o processo administrativo de contribuições do FINSOCIAL.

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

Através da Lei nº 7.105, de 20.06.83, fixou-se em 0,5% sobre o valor financiado e de 2% sobre o restante, as transmissões no SFH. As demais transmissões a título oneroso incidirão a alíquota de 2% e de 4% as outras.

PEDRAS, METAIS PRECIOSOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS

Desde a publicação do DL nº 1038/69, diploma básico do IUM, o enfoque governamental alterou-se fortemente com relação à garimpagem de substâncias preciosas.

Dificulta-se a comercialização clandestina através de medidas de apoio aos garimpeiros, tais como fornecimento de gêneros alimentícios, precauções sanitárias e, sobretudo, a compra do ouro a preço de mercado, pela Caixa Econômica Federal.

A aquisição pela Caixa Econômica Federal de 25 toneladas de ouro, o incremento de 1050% na arrecadação do tributo sob a jurisdição de Santarém e a experiência acumulada no ramo recomendaram a edição do DL nº 2016, de 03.03.83, que regulamenta o controle da comercialização do ouro e outros minerais extraídos de forma rudimentar.



RENDIMENTOS AUFERIDOS POR FUNDOS DE CONDOMÍNIO

Foi baixado o DL nº 2072, de 20.12.83, estabelecendo a tributação na fonte de quaisquer rendimentos pagos aos fundos de condomínio e aos fundos do DL nº 157/67 e impôs novas condições para contabilização dos lucros e dividendos recebidos por pessoa jurídica. Estendeu à pessoa jurídica a tributação incidente sobre deságios auferidos na negociação de obrigações e títulos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE

A ocorrência do 5º ano de seca na região nordeste exigia viabilizar projetos de irrigação com vistas a melhor equipar a economia local contra fenômenos tão adversos.

O DL nº 2032, de 09.06.83 (regulamentado pelo Decreto nº 88.783, de 03.10.83), autorizou o Tesouro Nacional a ressarcir, até o limite de 50%, o valor dos investimentos privados em projetos de irrigação nas regiões semi-áridas do nordeste, desde que devidamente aprovados pelos órgãos oficiais competentes.

ÁREA SUDAM E SUDENE

O DL nº 2033, de 15.06.83, fixou a dispensa do exame de similaridade dos bens já importados para execução de projetos aprovados pela SUDENE e SUDAM, desde que atendidas as condições exigidas.



PROJETOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

O DL nº 2054, de 16.08.83, revigorou o incentivo criado pelo DL nº 1932/82, com a dedução do imposto de renda sobre aplicação em ações nominativas, subscritas e integralizadas, em projetos de interesse para o comércio exterior do País, situados em áreas da Amazônia Ocidental, condicionada a igual aplicação com recursos próprios e observados os limites estabelecidos.

DESENVOLVIMENTO DE SETORES PRIORITARIOS

BALANÇA COMERCIAL DE 1984

Persistentes as razões que motivaram a edição dos DLs nºs 1334/74, 1364/74 e 1421/75, baixou-se o DL nº 1071, de 20.12.83, prorrogando as sobre-taxas aplicáveis às alíquotas do tributo até 31.12.84. A medida insere-se em um conjunto de providências que visam a alcançar, em 1984, a meta de superávit de US\$9 bilhões na balança comercial.

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

O DL nº 2011, de 18.01.83, concedeu isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados sobre máquinas, equipamentos, suas partes e peças, sem caráter nacional, importados pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A-EMBRATEL, para execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.



DESPESAS DECORRENTES DA MAXIDESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO

A maxidesvalorização cambial de fevereiro de 1983 refletiu nas empresas detentoras de obrigações em moeda estrangeira provocando aumento do seu passivo. Essas obrigações, porém, destinaram-se a financiar o ativo circulante e o imobilizado dessas mesmas empresas.

Admitir o valor do aumento das obrigações em moeda estrangeira unicamente como despesa operacional seria a distorção do balanço, pois, seus ativos importados estariam sendo subvalorizados.

O DL nº 2029, de 09.06.83, veio permitir que o acréscimo resultante da maxidesvalorização do Cruzeiro fosse considerado despesa operacional ou aumento de custo dos bens do ativo imobilizado, ou, ainda, diferido para amortização a partir do exercício de 1985, em prazo máximo de 5 (cinco) anos.

O citado diploma legal determinou, também, que a variação das ORTN's com cláusula de opção de resgate pela correção cambial seja computada na apuração do lucro real, levando-se em conta o valor reajustado segundo os coeficientes oficiais ou, se maior, segundo a taxa de câmbio da data de encerramento de cada período-base.



MERCADO SEGUADOR NACIONAL



MERCADO SEGURADOR NACIONAL (*)

Em função das variáveis macroeconômicas que condicionaram suas operações, o mercado de seguros acusou bom desempenho em 1983.

O faturamento do setor pode ser estimado em Cr\$996,7 bilhões, segundo projeção baseada nos dados dos balancetes de setembro de 1983.

Com a ressalva de que projeções estatísticas sempre constituem aproximações dos fatos reais, e tendo em conta que no ano de 1983 exercícios dessa natureza podem ser afetados pelo comportamento da inflação sobretudo na metade daquele período, cumpre assinalar que o faturamento de Cr\$996,7 bilhões acusa decréscimo da ordem de 12% em relação ao do ano anterior, feita a comparação em valores deflacionados. Esse declínio, entretanto, a rigor não implica a ocorrência de equivalente retração na procura de seguros. Trata-se de fenômeno que traduz, em magna parte, a influência ou o resultado do difícil exercício de prefixar índices de atualização monetária para os valores básicos relativos aos seguros de bens materiais, que não raro são contratos de vigência anual. Tanto assim que o seguro-saúde, mais dependente de fatores como o comportamento da renda pessoal disponível e a evolução dos custos da assistência médico-hospitalar, teve em 1983 crescimento real estimado em torno de 60%, na verdade uma excepcional taxa de expansão.

THE HISTORY OF THE

The history of the world is a long and tedious story, but it is one that is full of interest and variety. It is a story of the human race, of its struggles, its triumphs, and its failures. It is a story of the great empires, the great wars, and the great discoveries. It is a story of the human mind, of its power, its limitations, and its potential. It is a story of the human heart, of its joys, its sorrows, and its hopes. It is a story of the human spirit, of its strength, its weakness, and its resilience. It is a story of the human race, of its past, its present, and its future. It is a story of the human condition, of its complexity, its beauty, and its mystery. It is a story of the human race, of its struggles, its triumphs, and its failures. It is a story of the great empires, the great wars, and the great discoveries. It is a story of the human mind, of its power, its limitations, and its potential. It is a story of the human heart, of its joys, its sorrows, and its hopes. It is a story of the human spirit, of its strength, its weakness, and its resilience. It is a story of the human race, of its past, its present, and its future. It is a story of the human condition, of its complexity, its beauty, and its mystery.

Segundo o testemunho da experiência universal, a atividade seguradora costuma ser extremamente vulnerável às consequências típicas de conjunturas inflacionárias. No caso brasileiro, entretanto, apesar da corrosão provocada nos resultados operacionais pela instabilidade e crescente agravamento de custos da gestão de riscos, as rendas auferidas pelas sociedades de seguros como investidoras institucionais vêm preservando-lhes o fortalecimento patrimonial. Em 1983, o potencial econômico-financeiro do mercado segurador foi mantido em nível salutar. Os recursos constitutivos do patrimônio líquido e das provisões técnicas totalizaram cifra superior à da própria arrecadação total proveniente das operações de seguros. Os principais itens das aplicações das sociedades de seguros como investidoras institucionais foram, em 1983: títulos do Governo Federal, 29.9%; ações e debêntures, 28.6%; imóveis 30.8%.

A política dos órgãos oficiais do setor consistiu no acionamento dos mecanismos disponíveis de controle — no IRE, através do resseguro e da retrocessão; na SUSEP, através das funções tanto normativas como fiscalizadoras — de modo que as sociedades de seguros tivessem condições apropriadas ao desempenho de suas atividades.

Entre as medidas de cunho normativo adotadas em 1983 cabe destacar:

- a) o aumento do capital mínimo das sociedades de seguros, de Cr\$85 milhões para Cr\$367 milhões, tanto no ramo Vida quanto no conjunto dos demais ramos;
- b) a aprovação de plano que conjuga os seguros de Vida e de Acidentes Pessoais com a Caderneta de Poupança, vinculação que não só fortalece as duas instituições, como também amplia a função social de ambas pelas facilidades de acesso daí resultantes para as classes de menor renda.



INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASILPOLÍTICA SETORIAL

O objetivo permanente da política de seguros é o fortalecimento do mercado interno, capacitando-o não só ao atendimento da procura doméstica, mas também à absorção máxima, dentro das fronteiras econômicas nacionais, dos recursos gerados por essa procura.

O mercado segurador, em fases de expansão da economia, costuma ser altamente dinâmico, submetendo-se a intenso esforço de reajustes e adaptações operacionais. Esforço dessa mesma natureza, entretanto, também é exigido em fases de retração da economia, quando o perfil da procura tende a sofrer alterações negativas e o empenho do mercado se volta para a preservação do volume já atingido em suas operações.

Em períodos de mais fortes pressões inflacionárias, esse esforço de "marketing" inclui a tarefa de conscientizar os usuários do seguro sobre a necessidade de adequada atualização de valores segurados. Essa atualização, projetada em níveis inferiores ao da expectativa da taxa anual de inflação, gera o infra-seguro, cujos efeitos são a insuficiência de garantias para os segurados e o subfaturamento para as sociedades seguradoras.

Atentos a esses problemas, o IRB e a SUSEP, nas respectivas áreas de atuação normativa, cuidaram de proporcionar às sociedades seguradoras os instrumentos necessários à execução da política de "marketing" adequada às circunstâncias do mercado, através de revisões de coberturas, taxas e condições de seguros, onde e quando recomendadas.



Ao IRB coube, além disso, o papel de reajustar os níveis de capacidade do mercado interno para absorver negócios dentro do País, reprimindo a tendência para a colocação de excedentes no mercado internacional. Essa tendência sempre surge em épocas de maiores pressões inflacionárias, quando os valores segurados experimentam acentuada expansão sobretudo nos empreendimentos econômicos caracterizados pela maior intensidade ou concentração de capital.

Outro fator de influência na capacidade retentiva do mercado segurador é o que provém do grau de componentes importados na estrutura produtiva da economia nacional. Tal circunstância provoca a existência de variada e extensa gama de seguros em moeda estrangeira. Em 1983, além dos problemas relativos à capacidade do mercado para absorver adequado índice de negócios dessa natureza, a questão do equacionamento das contas externas do País levou à necessidade do regime de centralização das operações de câmbio no Banco Central. O IRB, assim, por sua parte suspendeu coberturas automáticas de resseguro para seguros em moeda estrangeira (excetuando os de crédito à exportação e transportes internacionais). Passou então a vigorar o regime de consulta prévia para seguros aeronáuticos, cascos (de navios) e riscos de engenharia (obras amparadas por financiamentos externos).

A justa e elevada compreensão do Banco Central para a importância do problema dos seguros em moeda estrangeira levou à restauração do sistema de processamento cambial anterior à Resolução nº 851, baixada pelo citado Banco em 7 de julho de 1983. Dessa maneira, tais seguros passaram a ter tratamento adequado na vigência do regime de centralização das operações de câmbio.

Em resumo, pode-se afirmar que a política do setor de seguros produziu resultados satisfatórios. Bem o prova o fato de que o índice de transferências de negócios para o mercado internacional se manteve no mesmo reduzido e tradicional nível.



OPERAÇÕES NO MERCADO INTERNO

O volume dos prêmios de resseguros alcançou Cr\$240,2 bilhões, acusando crescimento nominal de 110,9% em relação ao ano anterior. Em valores corrigidos, porém, registrou-se queda de 17,7%, fenômeno que necessariamente acompanha o próprio decréscimo de operações de seguros em épocas de recrudescimento inflacionário. A partir de 1975, o comportamento dessa receita foi o seguinte:

Cr\$ milhões

Prêmios de Resseguros

Anos	Riscos do País	Riscos do Exterior(*)	T O T A I S		Índices
			Valores Correntes	Valores Constantes	
1975	3.086,8	159,5	3.246,3	289.880,9	100
1976	4.836,7	248,5	5.085,2	317.817,2	110
1977	7.085,8	539,9	7.625,7	331.565,4	114
1978	9.384,7	720,2	10.104,9	318.608,4	110
1979	13.236,4	809,0	14.045,4	286.980,3	99
1980	24.936,1	2.285,0	27.221,1	280.268,4	97
1981	52.368,3	4.686,3	57.054,6	284.031,8	98
1982	104.924,0	9.014,9	113.938,9	292.033,9	101
1983	224.151,2	16.051,9	240.203,1	240.203,1	83

(*) Operações diretas da sede do IRB com o mercado internacional

Em comparação exclusivamente com os seguros gerados pela economia interna do País, os prêmios de resseguros atingiram as seguintes proporções:



Cr\$ milhões

P R Ê M I O S			
Ano	Seguros Diretos (1)	Resseguros (Riscos do País) (2)	$\frac{(2)}{(1)}$
1975	10.310,0	3.086,8	29,9
1976	16.370,4	4.836,7	29,5
1977	24.724,2	7.085,8	28,7
1978	38.342,1	9.384,7	24,5
1979	63.013,5	13.236,4	21,0
1980	115.083,2	24.936,1	21,7
1981	217.981,5	52.368,3	24,0
1982	439.981,9	104.924,0	23,8
1983	996.721,7 (*)	224.151,2	22,5

(*) Estimativa

Em operações de retrocessões, através das quais o IRB transfere excedentes do seu próprio poder de absorção de responsabilidades, foram despendidos Cr\$136,7 bilhões, correspondendo a 56,2% da receita de prêmios de resseguros. A maior parte das retrocessões se fez ao mercado interno: Cr\$94,3 bilhões, correspondendo a 69% do volume de prêmios retrocedidos. Os restantes Cr\$42,4 bilhões (31% dos prêmios retrocedidos) constituem prêmios de excedentes de responsabilidades cujas coberturas foram contratadas com o mercado internacional. Essas transferências para o exterior representam cerca de 4,3% dos prêmios de seguros gerados pela economia nacional, percentagem que manteve na linha de antiga tendência a que é das mais baixas da comunidade internacional.

A evolução das retrocessões, nos anos mais recentes, está assinalada no quadro que se segue:



Cr\$ milhões

Ano	PRÊMIOS DE RETROCESSÕES		
	Em valores Correntes	Em valores Constantes	Índices
1975	1.721,2	153.695,9	100
1976	2.917,9	182.364,3	119
1977	4.394,3	191.064,2	124
1978	4.989,3	157.313,1	102
1979	6.516,2	133.141,2	87
1980	13.543,9	139.448,0	91
1981	30.482,2	151.747,9	99
1982	63.795,1	163.511,6	106
1983	136.727,6	136.727,6	89

Cabendo assinalar que, em função do declínio havido no volume dos prêmios deflacionados das operações de resseguro, também ocorreu natural e inevitável diminuição (esta da ordem de 16,4%) no total dos prêmios (corrigidos) das operações de retrocessão.

Portanto, as oscilações no comportamento relativo (percentual) das retrocessões constituem reflexos das variações observadas na série temporal dos prêmios de resseguros. As duas faixas de operações, que somam como expressões do poder retentivo do mercado interno, vêm apresentando os seguintes índices de desempenho:

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

Ano	Prêmios de Resseguros	Prêmios de Retrocessões	Retenção do IRB
1975	100	53,0	47,0
1976	100	57,4	42,6
1977	100	57,6	42,4
1978	100	49,4	50,6
1979	100	46,4	53,6
1980	100	49,8	50,2
1981	100	53,4	46,6
1982	100	56,0	44,0
1983	100	56,9	43,1

O quadro anterior mostra que no período 1981-1983 foi retomada a tendência do triênio 1975-1977, que foi a de expansão relativa das retrocessões, nestas sempre tendo predominância a participação do mercado nacional.

LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

O IRB exerce, no mercado segurador, a função de órgão normativo das regulações e liquidações de sinistros. Reserva para si, no entanto, o encargo da realização direta desses trabalhos na faixa dos eventos de grande porte. Em tais casos, tanto o vulto das responsabilidades indenitárias, alcançando por vezes resseguradores internacionais, como a própria necessidade da coleta de elementos e informações para um melhor conhecimento técnico dos grandes riscos, recomendam tal intervenção do IRB. Este inclui em suas atividades normais a inspeção prévia das grandes unidades e dos grandes conjuntos segurados, para efeito tanto de cobertura e taxação como, ainda, da adoção de medidas destinadas à melhoria dos respectivos sistemas de prevenção e proteção con-



tra danos. Esse trabalhos, de interesse para a economia nacional pelo seu objetivo de preservação de investimentos produtivos, exige a complementação do estudo sobre o comportamento efetivo dos grandes riscos segurados, comportamento esse materializado na ocorrência de sinistros.

Na faixa dos eventos de maior porte, regulados por ele próprio, o IRB em 1983 expediu 6480 autorizações para que as sociedades efetuassem os pagamentos das indenizações respectivas. Essas autorizações totalizaram Cr\$65,9 bilhões, contra Cr\$ 27,9 bilhões no ano anterior.

Cumprе assinalar que, das 6480 autorizações de pagamento de sinistros, cerca de 4.000 foram relativas a danos resultantes das enchentes havidas no Sul do País em julho de 1983, atingindo os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, danos esses sofridos por imóveis de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e cobertos pela respectiva apólice de seguro habitacional. Até 31 de dezembro de 1983, as indenizações da espécie, autorizadas pelo IRB, totalizaram Cr\$ 3,5 bilhões.

Ainda na faixa dos sinistros regulados pelo IRB, cumpre assinalar que, no total das indenizações autorizadas, os de maior participação relativa foram:

<u>Sinistros</u>	<u>Indenizações</u> <u>Autorizadas</u> (Em Cr\$ milhões)	% do total
Cascos (navios)	20.967,0	31,8
Aeronáuticos	13.409,9	20,3
Transportes	7.343,5	11,1
Incêndio	6.190,7	9,4



OPERAÇÕES NO MERCADO INTERNACIONAL

Em dezembro de 1982, o IRB suspendeu as atividades de "underwriting" do seu Escritório de Londres, ali estancando o fluxo de novos negócios.

Voltou-se dessa maneira à linha tradicional da limitação do "underwriting" ao órgão especializado da sede do IRB, no Rio de Janeiro. Essa linha de atuação é por natureza muito menos dinâmica, porque as distâncias entre os centros de oferta e procura de resseguros internacionais arrefecem os contactos e as transações, contendo em faixa bem mais estreita o volume de negócios. Entretanto, esse esquema permite a obtenção de melhores resultados operacionais — e resultados até mesmo positivos, como os tem obtido o IRB. Portanto, tornando-se um esquema preferível em períodos de crise no mercado internacional.

Suspensas as operações do Escritório de Londres, este passou a administrar o "running-off" da carteira formada pelos negócios aceitos nos anos anteriores, negócios esses cujo processo contábil somente se completa três anos após o exercício de competência, em face do prazo de maturação de resultados que é inerente ao resseguro internacional.

Em 1983, quando foi encerrado o exercício de competência das operações de 1980, o resultado negativo que se apurou, e que neste Relatório se quantifica mais adiante em item próprio, foi agravado fortemente pela incidência de dois fatores: um de natureza extra-operacional, decorrente de oscilações cambiais que representaram ônus adicional da ordem de 30%; outro de caráter operacional, resultante da constituição de reforçadas provisões técnicas para cobertura do "running-off" dos exercícios de competência de 1981 e 1982, ainda pendentes.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

O IRB, que sempre deu cumprimento estrito às normas de política salarial das entidades da administração pública, em 1983 efetuou os reajustes e adaptações indispensáveis a seu enquadramento na legislação que se promulgou no exercício (Decreto-Leis nºs 1971 e 2100, Decreto nº 89.253).

A política administrativa do IRB, em prioridade necessariamente elevada, inclui a manutenção de um quadro de funcionários com os níveis de qualificação exigidos pelo caráter altamente técnico das operações da entidade. Assim, foi integralmente realizado em 1983 todo o programa de treinamento de pessoal elaborado e aprovado para execução no exercício. Ainda nessa área, visando à obtenção de níveis cada vez mais satisfatórios de eficiência e eficácia, foi esboçado um Projeto de Desenvolvimento de Pessoal, dividido em três etapas: Pesquisa Organizacional, Avaliação e Adoção de Medidas. Em 1981 foi desenvolvida a primeira parte desse Projeto, cujo objetivo essencial consiste na aferição do verdadeiro potencial de recursos humanos do IRB para otimizar sua utilização e aproveitamento em função das amplas necessidades organizacionais do Instituto.

Na área de processamento de dados foi realizada a substituição do equipamento IBM/370-135 pelo IBM 4341. Tal substituição atendeu a dois principais objetivos:

- 1) utilizar equipamento de fabricação no País, similar a equipamento importado, que constitui orientação da política nacional de informática;
- 2) ampliar a capacidade do IRB, tanto de processamento como de armazenamento, em função das próprias exigências do seu extenso e diversificado elenco de operações.



O novo equipamento permite, ainda, o desenvolvimento de sistemas com utilização de terminais e das técnicas de banco de dados. A ligação de terminais dá maior velocidade e facilidade ao processamento de sistemas, permitindo ao usuário o acesso mais rápido à informação.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

LUCRO BRUTO

Realizados os ajustes da correção monetária tanto do Patrimônio Líquido quanto do Ativo Permanente, para efeito de expurgo do teor inflacionário do lucro, o resultado bruto, positivo e real das operações do IRB em 1983 foi de Cr\$89.156,8 milhões, acusando crescimento nominal de 308,9% sobre o ano anterior. Esse lucro bruto representou 44,2 do patrimônio líquido atingido no final do exercício, isto é, em 31 de dezembro de 1983.

Sua evolução, a partir de 1975, foi a seguinte:

Ano	L U C R O B R U T O		
	Em valores Correntes	Em valores Corrigidos(*)	Índices
1975	447,3	39.942,0	100
1976	1.108,8	69.298,3	173
1977	1.875,8	81.559,8	204
1978	2.511,6	79.191,0	198
1979	3.507,2	71.660,3	179
1980	6.201,2	63.847,5	160
1981	12.098,9	60.231,3	151
1982	21.803,7	55.884,5	140
1983	89.156,8	89.156,8	223

(*) média das variações mensais de preços

O Lucro Bruto de 1983 teve a seguinte composição:

<u>Resultados</u>	<u>Cr\$ milhões</u>
Operações Nacionais	(800,9)
Operações Internacionais (Escritório de Londres)	(173.005,9)
Despesa Administrativa Líquida	(22.734,4)
Resultado Patrimonial	285.698,0
LUCRO BRUTO	89.156,8

LUCRO LÍQUIDO

As apropriações do lucro bruto totalizaram Cr\$ 64.817,4 milhões, a saber:

	<u>Cr\$ milhões</u>
Provisão para Imposto de Renda ...	49.333,0
Provisão para FINSOCIAL	<u>1.601,1</u> 50.934,1
Provisão para participações estatutárias	7.187,7
Provisão para encargos junto a PREVIRB	5.850,5
Provisão para férias	825,3
Provisão para desvalorização de investimentos no País	<u>19,8</u>
TOTAL	64.817,4



RESULTADO OPERACIONAL

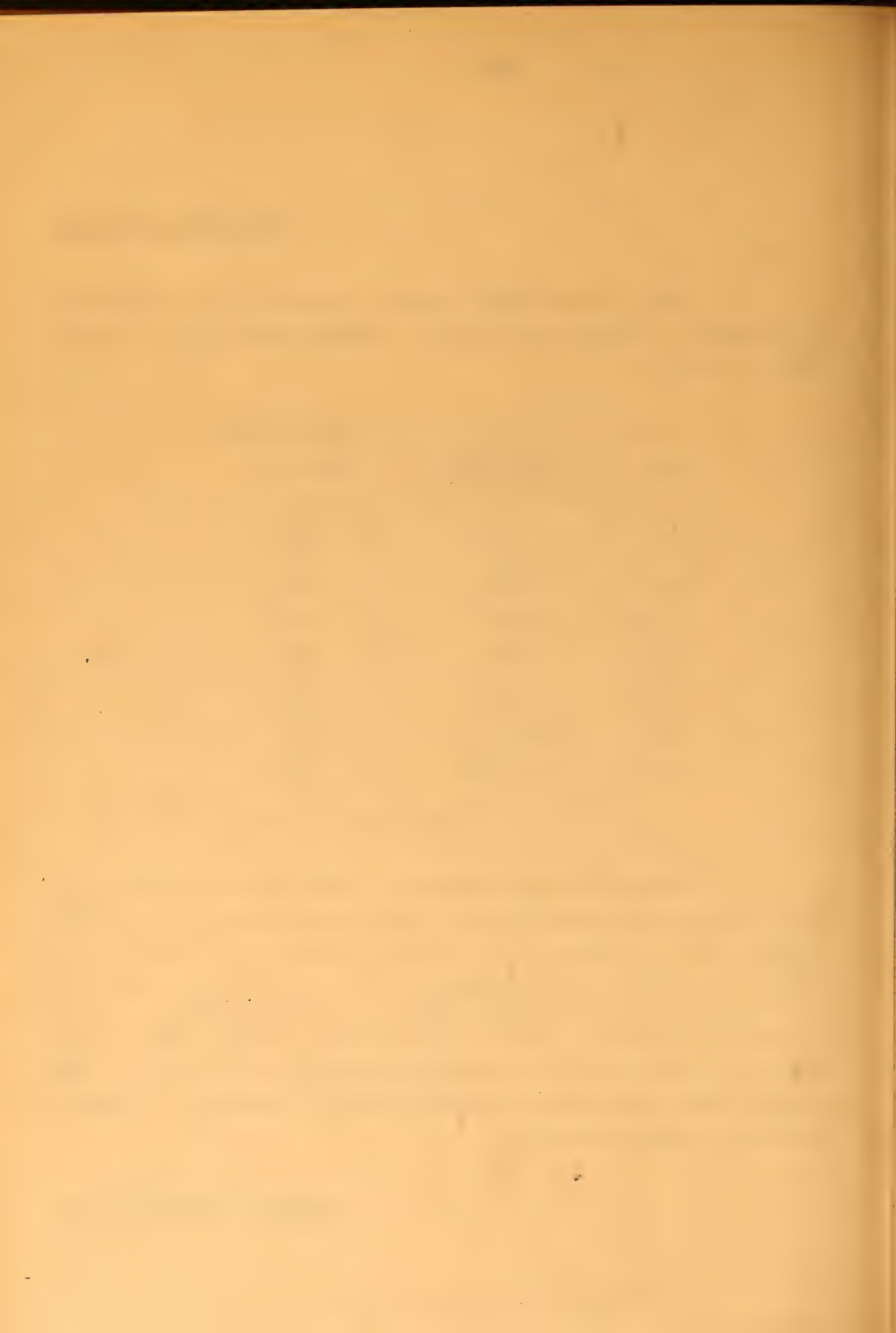
Esse é o resultado técnico, proveniente das operações de resseguro. No mercado interno, o comportamento desse item tem sido o seguinte:

Ano	Cr\$ milhões	
	Resultado Operacional	Índices
1975	321,9	100
1976	589,0	183
1977	943,7	293
1978	1.356,0	421
1979	908,2	282
1980	1.770,3	550
1981	3.745,9	1.164
1982	8.563,1	2.660
1983	(800,9)	(249)

Cumpramos observar que nessa longa série temporal o ano de 1983 foi o único a registrar resultado negativo. Em períodos inflacionários tornam-se dificilmente evitáveis os déficits técnicos, pela simples razão de que receitas e despesas operacionais costumam evoluir em descompasso, as últimas quase sempre alcançando ritmo mais veloz. O IRB teve em 1983 uma queda da ordem de 17,7% na receita corrigida de prêmios de resseguros, índice com o qual seria pouco provável viesse a conviver a obtenção de um lucro operacional.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A evolução desse componente consta do quadro a seguir reproduzido:



Ano	DESpesas ADMINISTRATIVAS			Cr\$ milhões
	Em valores Correntes	Em valores Constantes	Variação Anual	
1975	146,7	13.099,7	-	
1976	209,3	13.080,9	- 0,14 %	
1977	400,1	17.396,3	+ 33,0 %	
1978	563,1	17.754,6	+ 2,1 %	
1979	1.218,6	24.898,8	+ 40,2 %	
1980	2.551,0	26.265,1	+ 5,5 %	
1981	4.882,9	24.308,3	- 7,4 %	
1982	10.839,7	27.783,0	+ 14,3 %	
1983	22.734,4	22.734,4	- 18,2 %	

No ano de 1983 houve, portanto, declínio da despesa administrativa líquida, em valores expurgados da inflação. No período 1975-1983, o mesmo fato apenas ocorreu nos anos de 1976 (-0,14%) e de 1981 (-7,4%), cabendo assinalar que a maior percentagem de variação anual decrescente registrou-se em 1983.

APLICAÇÕES

Na geração de lucros, o ressegurador institucional tem sempre como grande e principal suporte os resultados de aplicações financeiras. Em 1983, o IRB alcançou nessas aplicações o lucro bruto de Cr\$370.298,2 milhões. Deduzido o saldo da conta de correção monetária do patrimônio líquido e do ativo permanente, o lucro líquido foi de Cr\$285.628,0 milhões, com incremento de 408% sobre o ano anterior.



A estrutura das aplicações do IRB, em 31 de dezembro de 1983, era a seguinte:

Rubrica	Aplicações (Cr\$ milhões)	Posição Relativa
Títulos do Governo	479.783,9	70,9%
Depósitos em moeda estrangeira:		
- no País	86.886,3	12,8%
- no Exterior	72.683,7	10,7%
Ações e debêntures	33.666,1	5,0%
Ações e bônus no exterior..	3.964,0	0,6%
T O T A I S	676.984,0	100,0%

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio é importante lastro para todo mercado, pois nele se apoia o processo de necessária e contínua expansão da capacidade de assumir riscos e absorver negócios de seguros. Daí também decorre a necessidade fundamental que tem o IRB de promover o constante crescimento do seu patrimônio, como executor da política de minimização do fluxo, para o exterior, de operações de seguros da economia nacional.

O patrimônio líquido do IRB, que era de Cr\$69,8 bilhões em 31 de dezembro de 1982, elevou-se a Cr\$201,8 bilhões no final de 1983. Patrimônio Líquido e Capital Social são itens que têm crescido sistematicamente desde a fundação do IRB em 1939, crescimento esse sempre alimentado por uma única fonte de recursos: os lucros da entidade.



O capital do IRB, que era de Cr\$5,6 bilhões no ano de 1970 (em valores corrigidos), elevou-se a Cr\$52 bilhões em 1983, como se vê no quadro que se segue:

Ano	C A P I T A L		
	Cr\$ milhões		
	Em valores Correntes	Em valores Constantes	Índices
1970	15	3.590	100
1972	70	11.880	331
1974	150	17.092	476
1976	500	31.249	870
1978	2.000	63.060	1.757
1980	6.000	60.776	1.721
1982	25.000	64.077	1.785
1983	52.000	52.000	1.448

É importante destacar que, em relação ao volume das operações de resseguro, o IRB ostenta índices extremamente satisfatórios tanto de capitalização quanto de situação patrimonial, como se vê do quadro a seguir reproduzido:

RUBRICAS	Relações Percentuais	
	Ano 1982	Ano 1983
<u>Capital</u>		
Em relação aos prêmios de resseguro	21,9	21,6
Em relação aos prêmios retidos	49,8	50,3
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Em relação aos prêmios de resseguro	61,5	84,0
Em relação aos prêmios retidos	139,3	195,0

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (*)

Do Sistema Nacional de Seguros Privados, além do Conselho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados e do Instituto de Resseguros do Brasil, fazem parte também as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Corretores Habilitados e as Entidades de Previdência Privada Aberta.

O crescimento eficiente do mercado brasileiro de seguros produziu resultados positivos em 1983, através de medidas de grande alcance tomadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela SUSEP, superando as dificuldades correntes da economia.

Ao iniciarmos o exercício de 1983, contávamos com 94 Seguradoras em atividade, sendo 92 (noventa e duas) Sociedades nacionais e 2 (duas) estrangeiras. No decorrer do referido exercício foi concedida, com a devida autorização governamental, mais 1 (uma) Carta Patente. Essa concessão foi decorrente da venda da Carta Patente da Cia. Central de Seguros que não se encontrava operando em virtude de sua cassação, elevando-se, assim, para 95 (noventa e cinco) o total das Seguradoras no mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 1983 o capital dessas Sociedades somou Cr\$260,2 bilhões, havendo um acréscimo em relação ao ano anterior de 141,4%.

PRÊMIOS

A receita de prêmios diretos no País foi de Cr\$667,3 bilhões, de janeiro a setembro correspondendo a um crescimento de

(*) FONTE: Superintendência de Seguros Privados-SUSEP



minal de 126,5% em relação ao resultado obtido, em igual período, do exercício de 1982 (Cr\$294,566 bilhões). Admitindo-se como hipótese conservadora que o mercado tenha se comportado no último trimestre de 1983 tal como ocorrido no período outubro/dezembro de 1982, podemos estimar uma receita para 1983, em torno de Cr\$ 1,019 trilhões.

PATRIMÔNIO

O patrimônio líquido contábil das sociedades seguradoras alcançou, no mesmo período, dos primeiros nove meses de 1983, cifra de Cr\$458,985 bilhões, correspondendo a um crescimento de 138,9% em relação ao resultado obtido, em igual período, no ano de 1982.

Já o Ativo Líquido Operacional das Sociedades Seguradoras em igual período era de Cr\$415,712 bilhões. O crescimento nominal em relação ao ano anterior foi 135%.

O total de bens em garantia das reservas técnicas das Sociedades Seguradoras, admitidos pela Resolução BACEN nº 338/75, somou, em 30 de setembro de 1983, a quantia de Cr\$388,928 bilhões, sendo de notar que 29,93% foram aplicados em Títulos do Governo Federal (ORTN's e LTN's), 23,20% em Ações e Debêntures, 30,83% em Imóveis e 9,4% em CDB's e Letras de Câmbio. Pode-se estimar que o valor total dos referidos bens alcancem Cr\$490 bilhões ao final de 1983, cerca de 140,8% de crescimento nominal em relação ao período de 1982.

VITALIDADE E SOLIDEZ

Os números citados demonstram o acerto das diretrizes governamentais para o setor e comprovam a vitalidade e a solidez do mercado.

As 95 Seguradoras possuem 2.892 dependências no território nacional e 15 dependências no exterior, assim distribuídas:

Sucursais no País	1.288
Sucursais no Exterior	15
Agências	54
Filiais	319
Representações	99
Inspetorias de Produção	1.132

Ao término de 1983 tínhamos registrado um total - de 16.059 corretores de ramos elementares nesta SUSEP, sendo 13.256 pessoas físicas e 2.803 pessoas jurídicas, sem levarmos em consideração o número de prepostos registrados que alcançou 28.932.

Com relação às Entidades de Previdência Privada Aberta nos processos apresentados nesta Superintendência até 31 de dezembro de 1983 foram expedidas 116 Cartas Patentes assim distribuídas:

- 64 para Entidades sem fins lucrativos
- 28 para Entidades com fins lucrativos
- 24 para Seguradoras com fins lucrativos.

Dos pedidos apresentados à SUSEP, 22 (vinte e dois) foram indeferidos, 04 (quatro) estão em liquidação extra-judicial e 05 (cinco) ainda estão em estudo.

Objetivando maior solidez para o mercado de Previdência, foram apresentados ao CNSP, através desta Superintendência, 02 (dois) pedidos de incorporação os quais mereceram aprovação daquele colegiado.

Com relação aos bens dados em garantia das Reservas Técnicas das Entidades de Previdência Privada, pela primeira vez, podemos já apresentar o montante das aplicações, que somou Cr\$223,332 bilhões, sendo de notar maior destaque em imóveis, ou seja 53,08%. Cabe ressaltar que as Entidades vêm gradativamente se adequando à Resolução BACEN nº 460.

Na execução da política do setor de seguros mereceram particular atenção dos órgãos específicos do governo, em 1983, os problemas relativos aos seguros de pessoas que são o de maior e de mais direto interesse social. Daí a vigilante ação exercida no propósito de preservar os padrões de eficiência do seguro obrigatório de automóveis.

Com relação à Previdência Privada houve a mesma preocupação e foi intensificado o acompanhamento das organizações que obtiveram autorização para operar no Sistema de Previdência Privada, bem como das que postulam ainda tal autorização.

ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

Entre as medidas de cunho normativo adotadas em 1983, cabe ressaltar que o CNSP baixou 11 Resoluções sobre os seguintes assuntos:

- Aumento do capital mínimo das sociedades de seguros, de Cr\$85 milhões para Cr\$367 milhões, tanto no ramo vida quanto no conjunto dos demais ramos;
- Aprovação de planos que conjugam os seguros de vida e acidentes pessoais com a Caderneta de Poupança, vinculação que não só fortalece as duas Instituições como também amplia a função social de ambas pelas facilidades de acesso daí resultantes para a classe de menor renda;
- Estabelecimento de novos limites para receita de prêmios brutos em Seguros Obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Via Terrestre;



- Suspensão do exame de novos pedidos de autorização para funcionamento de Entidades Abertas de Previdência Privada;
- Obrigatoriedade do cosseguro, com a participação de todas as sociedades vinculadas entre si, até o total das respectivas capacidades de retenção, como condição preliminar para realização de resseguro pelo IRB, nos seguros não sujeitos a sorteio, contratados por sociedades seguradoras que mantenham vínculo com sociedades congêneres;
- Instituição de nova modalidade de registro de produção dos corretores de seguros;
- Adoção de novos critérios para fixação dos limites técnicos das seguradoras;
- Alteração e consolidação das Normas Gerais e Técnicas para as Entidades Abertas de Previdência Privada e Seguradoras autorizadas a operar Planos de Previdência Privada;
- Atualização dos valores das multas previstas na Resolução CNSP nº 13/76, através de correção automática com base na variação do valor nominal das ORTN's.

ATUAÇÃO DA SUSEP

Além das suas atividades administrativas normais de fiscalização do mercado a SUSEP expediu 50 (cinquenta) circulares até o dia 27 de dezembro, cujos principais assuntos foram:



- Autorização para a publicação do Balanete trimestral em milhares de Cruzeiros;
- Instituição de novo demonstrativo para comprovação da realização dos investimentos em ações e debêntures das Entidades autorizadas a operar em Previdência Privada Aberta;
- Aprovação de apólice, proposta, condições gerais e tarifa do ramo automóveis;
- Alteração das condições gerais, especiais e tarifa do ramo de Engenharia;
- Alteração das normas de seguros Aeronáuticos;
- Alteração da tabela de preços de reposição para os seguros de carros de passeio, fabricação nacional - Ramo Automóveis;
- Alteração das tarifas e das condições de cobertura para o seguro de transportes terrestres em viagens nacionais, com mercadorias em rios, lagos, baías ou portos;
- Alteração do seguro de riscos de Engenharia.

O Superintendente da SUSEP expediu, até 29 de dezembro de 1983, 244 Portarias, das quais 67 sobre pessoal (admissões, dispensas, transferências, remoções, designações, gratificações e aposentadorias de servidores), 5 para delegar competência, 111 para aprovar alterações em estatutos de sociedades, inclusive aumentos de capital e 8 sobre Grupos de Trabalho e Comissões.

Dentre as metas da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP para o ano de 1984, incluiu-se a continuação dos esforços para o alcance do objetivo de maior participação do Seguro no Produto Interno Bruto do País, além da manutenção das conquistas até aqui realizadas, no que tange ao fortalecimento do mercado.



O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA (*)

Como vem ocorrendo desde o segundo semestre de 1982, a economia brasileira permaneceu em 1983 ainda sob forte influência do desdobramento da crise financeira internacional.

Em consequência, as diretrizes globais da política econômica brasileira em 1983 estiveram condicionadas à necessidade de promover um rápido ajustamento de nossa economia às novas condições estruturais dos mercados internacionais. Tais diretrizes consubstanciaram-se em um programa de ajustamento econômico para o período de 1983-85, cujo objetivo é o reequilíbrio externo e interno, de forma a se restabelecerem as condições para a retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

Como aspecto favorável do ano de 1983, registre-se a nítida melhora do quadro recessivo que caracterizou a economia mundial nos últimos três anos, o que dá esperanças de atenuação, já em 1984, de algumas das restrições mais graves do biênio 1982/83.

De fato, conforme estimativas preliminares, o produto nacional bruto dos países industrializados (OACD) apresentou em 1983 crescimento real de 3%, contra a queda de 0,5% em 1982. Mais que isso, as projeções preliminares para 1984 apontam para a consolidação da recuperação econômica norte-americana e mais rápida reativação das economias européia e japonesa. Essas projeções deverão se refletir no comércio internacional, que após permanecer relativamente estagnado em 1981 e sofrer queda de 2,5% em 1982, apresentou pequeno crescimento em 1983 (1%), prevendo-se para 1984 expansão próxima a 5%.

(*) FONTE: Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPES

Essas indicações, contudo, se oferecem esperanças de melhores dias para o Brasil, não foram suficientes para evitar que em 1983 permanecessem desfavoráveis duas das principais variáveis externas que afetam nossa economia: a persistência de taxas de juros reais em níveis elevados nos mercados financeiros internacionais e a valorização do dólar frente às demais moedas conversíveis, o que dificultou a competitividade de nossas exportações e sustou a recuperação mais substancial das cotações de alguns produtos básicos.

Muito embora as taxas de juros tenham declinado sensivelmente em termos nominais, seus níveis reais permaneceram bastante elevados, tendo em vista a queda acentuada das taxas da inflação nos Estados Unidos e na Europa. Descontada a inflação, as taxas de juros reais de curto e longo prazos nos Estados Unidos oscilaram entre 4 e 6% ao longo do ano, enquanto nos demais países da OECD essas taxas variaram entre 5 e 7%, praticamente os mesmos níveis recordes históricos registrados em 1980.

Ligado a esse fenômeno, verificou-se em 1983, pelo quarto ano consecutivo, o fortalecimento do dólar frente às principais moedas européias e ao iene japonês.

A persistência desses fenômenos, agravados pela redução substancial do financiamento externo com que o Brasil podia contar, implicou grandes dificuldades ao reequilíbrio das nossas contas externas. Conseqüentemente, e em contraste com a recuperação obtida pelas nações industrializadas, tivemos o agravamento de nosso quadro recessivo. Segundo estimativas preliminares da Fundação Getúlio Vargas, o Produto Interno Bruto (PIB) em 1983 sofreu uma queda de 3,9%, contra o crescimento de 1,41% em 1982.

O programa de ajustamento econômico para o período 1983-85, referido anteriormente, apresentou resultados altamente satisfatórios em 1983. No âmbito das contas externas obteve-se o maior superávit comercial de nossa história econômica, cerca de

US\$6,5 bilhões, ultrapassando a meta acordada com a comunidade financeira internacional e o Fundo Monetário Internacional em quase US\$500 milhões.

Esse resultado foi ainda mais significativo considerando-se o cenário internacional de crescente protecionismo e de contração das importações de nossos principais parceiros comerciais na América Latina e África, por força da crise econômica já citada. Nesse sentido, nossas exportações aos países em desenvolvimento não produtores de petróleo decresceram 6,4%, no período janeiro-outubro de 1983 contra igual período de 1982, enquanto no mesmo período as exportações aos países industrializados aumentaram em 23,2%, ou cerca de US\$1.297 milhões. Em seu conjunto, nossas exportações cresceram 8,5% em 1983.

Para a obtenção desse resultado foi decisivo o apoio governamental através de incentivos financeiros e creditícios, bem como de política cambial realista que, após a maxidesvalorização do Cruzeiro em fevereiro, manteve a competitividade de nossos produtos no exterior. Não obstante esse resultado excepcional, foi necessário ainda grande esforço de contenção das importações. Situa ram-se estas em US\$15,4 bilhões, inferiores em US\$4,0 bilhões às verificadas em 1982, redução que se constituiu no principal fator explicativo da queda observada na produção industrial (-7,9%, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas).

Em função do superávit obtido na balança comercial, o déficit em conta corrente foi apenas US\$7,6 bilhões em 1983, em comparação com os US\$14,8 bilhões verificados em 1982, o que nos permitiu cumprir as metas do programa de ajustamento referentes ao balanço de pagamentos. Para tanto contribuiu também um déficit mais reduzido na conta "serviços", inferior em US\$1,4 bilhões ao de 1982.

O ingresso líquido de capitais, no entanto, foi menor em 1983, evoluindo de US\$6,3 bilhões em 1982 para apenas US\$4,1 bilhões, sendo assim insuficientes para cobrir o déficit em conta corrente. Remanesceu, portanto, um déficit final de US\$3,435 milhões no balanço de pagamentos.



O déficit global no balanço de pagamento obrigou a novas negociações entre o governo brasileiro, os bancos privados e o Clube de Paris, visando a recompor os recursos faltantes em 1983 e, simultaneamente, a garantir o financiamento externo em 1984, de acordo com programação antecipadamente preparada.

Essas negociações, que se iniciaram em setembro de 1983 e prolongar-se-ão até janeiro vindouro, incluíram o montante estimado para equilibrar o balanço de pagamentos de 1983, no total de US\$3,8 bilhões, e US\$5,2 bilhões para 1984, incluindo aí os recursos do FMI, o refinanciamento das amortizações com os bancos.

No âmbito interno o programa de ajustamento se apoiou em metas rigorosas para as políticas monetária e fiscal, visando à redução da inflação e das taxas de juros reais, condições necessárias à recuperação do nível de atividade econômica do setor privado. O aspecto central desse ajustamento interno reside na redução do déficit consolidado do setor público, cuja meta para 1983 foi fixada em não mais que 2,7% do produto interno bruto, contra 6,8% em 1982. Os resultados preliminares indicam o alcance, com folga, desse objetivo, já que as últimas estimativas o situam em não mais que 2,5% do PIB.

A política monetária, por outro lado, também apresentou resultados satisfatórios, visto que o crescimento da base monetária, ao final de dezembro, foi de 89,1% para uma inflação substancial do impulso de alta dos preços ao longo de 1984.

A atenção conferida ao programa de ajustamento econômico, releva frisar, não desviou o Governo de sua estratégia de longo prazo estabelecida ao III Plano Nacional de Desenvolvimento. Ao contrário, insere-se plenamente em seus objetivos, quais sejam a obtenção de crescimento econômico com maior justiça social, a redução de dependência externa e combate à inflação.

Assim, em que pese a queda conjuntural da produção industrial já mencionada, logrou-se mais uma vez resultado satisfatório no desempenho dos setores prioritários, os que de fato mais contribuem para os objetivos do III PND. A produção extrativa mineral cresceu 12,6%, notadamente pelos acréscimos obtidos nas produções de petróleo, alumínio e ouro.

A produção nacional de petróleo aumentou 28% em 1983, atingindo-se a marca de 432 mil barris diários ao final do ano, 40% acima do nível ao final de 1982. A produção de ouro, por seu turno, praticamente duplicou em relação a 1982 (cerca de 48 toneladas em 1983), o que fez essa atividade passar a ocupar a segunda posição na produção mineral brasileira, deslocando o minério de ferro.

O setor energético também se beneficiou de maior utilização de eletricidade em substituição à energia importada. Assim, inobstante a redução do nível de atividade industrial, o consumo de energia elétrica cresceu 7,9% em 1983. Finalmente, merece destaque, ainda no setor energético, o aumento da produção de álcool em 42,4%, sendo que o álcool hidratado teve sua produção aumentada em 13,1%.

O crescimento registrado na produção agropecuária, também setor prioritário na estratégia governamental e conquanto a previsão inicial tenha sido bem superior, foi de 2,1% e com relação à pecuária o desempenho foi igualmente positivo em 1983, registrando-se crescimento de 3,0%.

Em resumo, apesar das restrições sérias com que o governo vem trabalhando, os esforços no setor externo têm resultado em transformação profunda do perfil do balanço de pagamentos brasileiro. A política firme nas áreas energética (seja no programa do álcool, do carvão, na eletrotérmica, ou ainda na área de prospecção de petróleo) e agrícola, associada à política agressiva de câmbio, ampliando a competitividade de muitos produtos industrializados, resultou em 1983 no superávit comercial de US\$6,5 bilhões mencionado anteriormente. Metas que foram recebidas no ano passado com grande entusiasmo por amplas parcelas da sociedade, ou já são realidade ou serão asseguradas nos próximos meses. A Petrobrás já está com perspectivas de chegar a



500 mil barris/dia antes do prazo estipulado há três anos atrás e as importações de petróleo vêm declinando persistentemente. O crescimento da produção agrícola, apesar das adversidades climáticas, nos últimos 4 anos foi acima daquele que muitos esperavam (média 6% ao ano). No setor de siderurgia e minerais não ferrosos, os investimentos dos últimos anos estão agora rendendo seus dividendos em termos de divisas estrangeiras.

Há em curso, portanto, um ajuste estrutural, em diversas frentes, que visa deixar para o próximo governo nossa economia adaptada à nova realidade nacional e internacional.

Vale observar que os ajustes mencionados, conquanto a médio e longo prazos tenham implicações extremamente desejáveis para a economia brasileira, em curto prazo foram fortemente inflacionários. Pelo menos quatro fatores importantes se refletiram sobre a inflação, como resultado do programa de ajustes no ano de 1983:

- a) maxidesvalorização de 30% de fevereiro;
- b) ajuste de preços públicos e administrados, especialmente nos meses de junho e julho;
- c) alinhamento de preços internos e dos preços agrícolas aos preços internacionais em ascensão;
- d) contenção das importações.

Esses fatores, casados com as enchentes no Sul e a terrível seca no Nordeste, criaram um quadro altamente inflacionário em 1983. Tal quadro vem permanecendo até agora pelos mesmos de indexação do nosso sistema econômico.

Os índices de inflação, quando examinados com algum cuidado revelam que, realmente, a inflação de 1983 foi bastante peculiar: nos últimos doze meses, o índice geral de preços subiu 209,6%, o índice de preços no atacado, por outro lado, cresceu 235%. Se examinarmos os produtos agrícolas, vê-se uma taxa



de 369,4%, comparada com 185,8% para os produtos industriais. Tais divergências, dentre outras mais, dão idéia das brutais mudanças de preços relativos que ocorreram na economia como resultado dos fatores mencionados.

As perspectivas para 1984 são, contudo, de melhoras significativas no quadro econômico vigente em 1983.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO

As alterações nos termos de troca externos a partir de meados dos anos 70, o aumento considerável no serviço da dívida externa em decorrência das significativas flutuações da taxa de juros internacional a partir de 1979 e o agravamento da crise de liquidez no mercado financeiro desde 1981/82, impuseram ao Brasil sérias limitações ao seu fluxo normal de financiamento do balanço de pagamentos. Esta situação acabou por levar ao rápido esgotamento das reservas internacionais do País.

Diante dos compromissos externos crescentes, o governo optou por honrá-los, o que passou a exigir uma política econômica de maior austeridade. Tal política de ajustamento econômico vem sendo perseguida desde 1981, embora gradualmente.

As dificuldades para a administração das contas externas tornaram-se agudas a partir de meados do ano de 1982. Resultaram não só da rápida exaustão das reservas de divisas, como também das flutuações indesejáveis nos saldos das linhas de crédito comerciais e interbancárias do país no exterior.

Dessa forma, no quarto trimestre de 1982 o governo brasileiro decidiu adotar um conjunto de medidas financeiras que permitisse ao país equilibrar o balanço de pagamentos no ano e gerar a liquidez, que no momento se julgava necessária, para o ano



seguinte, 1983. O referido conjunto de medidas foi formado por três tipos de empréstimos: i) empréstimos-ponte; ii) empréstimos do FMI ("Extended Fund Facilities", "Compensatory Fund Facilities" e "buffer stocks"); e iii) empréstimos dos bancos comerciais (projetos 1, 2, 3, 4).

Essa decisão do governo levou à celebração de um compromisso formal das Autoridades junto ao Fundo Monetário Internacional, consubstanciando em um programa de ajustamento econômico para o período 1983/85. Foi assinado um documento, em 06/10/83, denominado posteriormente 1ª carta de intenções.

O programa de ajustamento econômico acertado com o FMI visa ao equilíbrio interno e externo da economia brasileira. Na área externa passou-se a acompanhar trimestralmente a evolução das reservas internacionais líquidas e da dívida externa. O ajustamento interno passou a focalizar basicamente três variáveis essenciais: i) o déficit do setor público; ii) o crédito interno líquido das autoridades monetárias; e iii) a inflação. Com a finalidade de controlar essas três variáveis essenciais, uma série de instrumentos de política econômica vêm sendo acionados, instrumentos esses que se situam no âmbito das políticas monetária e fiscal.

POLÍTICA FISCAL, MONETÁRIA, CREDITÍCIA, DE

MERCADO DE CAPITAIS E DE SEGUROS

No decorrer de 1983 estiveram em destaque as políticas fiscal e monetária em função dos esforços que marcaram esse ano no sentido de corrigir os desequilíbrios internos da economia brasileira.



A estratégia de ajustamento interno, conforme já mencionado, teve como pressuposto básico a redução substancial do déficit do setor público. A ação do governo neste sentido se fez simultaneamente através dos orçamentos da União, das empresas estatais e monetário.

Na área do orçamento da União foram adotadas medidas com o objetivo de reduzir os gastos e aumentar a receita tributária. Essa política viabilizou a obtenção de superávits orçamentários no financiamento de gastos do Tesouro Nacional. Com isso, aperfeiçoou-se o mecanismo de integração entre orçamentos da União e monetário, além de haver contribuído para a contenção da base monetária e, conseqüentemente, para a maior eficácia da política monetária.

No tocante às empresas estatais, responsáveis por parcela significativa do déficit do setor público, o controle processou-se através de cortes em seus gastos de capital, de rigorosa contenção em suas despesas correntes e da limitação do acesso dessas entidades ao crédito interno. Contudo, os setores prioritários, como petróleo e energia elétrica, apresentaram expansão real em seus gastos totais decorrente da aquisição de petróleo e insumos básicos, embora seus investimentos tenham caído em termos reais.

No âmbito do orçamento monetário foram fixadas metas específicas de redução, tanto dos subsídios diretos ao abastecimento, como dos subsídios indiretos implícitos nas taxas de juros cobradas nos empréstimos concedidos pelas Autoridades Monetárias. A gradual redução dos subsídios via taxas de juros, além de reduzir o impacto dessas operações sobre a expansão monetária, viabilizou a maior participação da rede privada na concessão desses créditos e objetivou induzir a redução das taxas de juros e segmentos livres do mercado de crédito.

Dada a relevância das medidas tomadas na área fiscal e monetária para o alcance das metas propostas para 1983, o governo achou oportuno criar, pela Portaria Interministerial MI/SEPLAN nº 200, de 27.07.83, o Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos-COMOR, com a finalidade de coordenar as funções de assessoramento aos Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República em assuntos relacionados com a elaboração e execução dos orçamentos governamentais.

Como resultado dessas medidas, bem como de outras tomadas na área cambial, foi possível alcançar as metas básicas propostas no programa de ajustamento econômico, ou seja, redução do déficit do setor público e a obtenção de um considerável superávit na balança comercial.

Todavia, as medidas corretivas levadas a efeito no decorrer de 1983, tais como a maxidesvalorização do Cruzeiro e a redução dos subsídios, produziram inevitáveis pressões sobre os preços. A estes ajustes de política econômica, juntou-se a superposição dos choques de oferta de produtos agropecuários, provocando excepcional aceleração dos índices inflacionários.

É importante ressaltar que a manutenção da oferta de moeda em níveis mais restritivos é condição indispensável à reversão do processo inflacionário, numa fase imediatamente posterior, quando os efeitos defasados dos impactos monetários alcançarem sua plenitude. Assim é que a política monetária restritiva mantida ao longo de 1983 deverá se constituir no principal fator de contenção da inflação em 1984.

POLÍTICA FISCAL

A política fiscal em 1983 foi conduzida no sentido de se reduzir o déficit do setor público sem, contudo, prejudicar as



setores prioritários, como o exportador e o energético.

As medidas de redução do déficit se concentraram tanto na contenção dos gastos da administração direta e indireta, quanto na elevação da receita tributária.

No âmbito do Tesouro Nacional, os gastos foram controlados a nível do orçamento da União e do orçamento monetário. A despesa orçamentária foi contida através de uma política salarial restritiva, proibindo novas contratações e fixando tetos para a expansão dos gastos com pessoal, bem como através de cortes nos investimentos e demais gastos. A instituição de uma contenção de 12% da despesa fixada na Lei do Orçamento à conta de recursos do Tesouro, associada a uma programação mais criteriosa dos desembolsos, proporcionou maior flexibilidade na alocação dos recursos.

A nível do orçamento monetário, adotou-se uma política no sentido de se reduzir significativamente a participação das Autoridades Monetárias no financiamento de gastos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Assim, ao mesmo tempo em que foram adotadas medidas de redução dos subsídios diretos ao abastecimento e dos subsídios implícitos no crédito, aumentou-se consideravelmente o montante das transferências de recursos tributários ao orçamento monetário, contribuindo, desse modo, para o aperfeiçoamento do mecanismo de integração entre estes dois orçamentos, além de propiciar maior eficácia à política monetária.

Com o intuito de aumentar a receita do Tesouro Nacional, procedeu-se à elevação de alíquotas dos principais tributos, bem como a modificações na administração tributária. Assim, majoraram-se as alíquotas do imposto de renda sobre lucros e dividendos, sobre ganhos obtidos em operações de mercado aberto, sobre juros auferidos por pessoas físicas e jurídicas e sobre os lucros das empresas de grande porte; tornou-se mais abrangente a incidência do adicional do imposto de renda sobre lucros extraordinários das empresas e elevaram-se as alíquotas do IPI incidentes sobre refrigerantes e cervejas.



No tocante à administração tributária, duas modificações contribuíram para o aumento da arrecadação no exercício financeiro de 1983. A primeira foi a redução dos prazos de recolhimento de tributos, tanto pelo contribuinte à rede arrecadadora como por esta ao Banco do Brasil, onde a receita do Tesouro Nacional é centralizada. A segunda medida determinou que o imposto de renda relativo às instituições financeiras fosse pago sob a forma de antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos do exercício subsequente.

No âmbito das empresas estatais, responsáveis por parcela significativa do déficit do setor público, processou-se efetivo controle em seus gastos correntes e de capital e no acesso dessas entidades ao crédito interno.

O bom desempenho da receita e o eficiente controle dos gastos orçamentários permitiram que se transferissem Cr\$2,676 bilhões ao orçamento monetário para a cobertura de subsídios e encargos da dívida pública interna federal e Cr\$3,091 bilhões às empresas estatais.

As despesas mais contidas foram aquelas referentes a investimentos e a pessoal e encargos sociais, com incrementos de 98% e 93%, respectivamente. Os encargos financeiros aumentaram 170% como decorrência da elevação dos custos financeiros e do volume do endividamento efetuado em períodos anteriores. As demais despesas, onde estão incluídos os insumos básicos, as amortizações e demais despesas de capital, aumentaram 141%.

Aproximadamente 60% dos dispêndios globais e 54% dos investimentos realizados em 1983 pelas empresas estatais se concentraram em três grupos principais, isto é o grupo PETROBRÁS, o grupo ELETROBRÁS e o grupo SIDERBRÁS, que vêm se constituindo nas prioridades básicas do governo nos últimos anos. Os dispêndios da PETROBRÁS aumentaram quase 160% devido em grande parte a aquisições de petróleo, que representaram aproximadamente dois terços



de seus gastos totais. No caso da ELFROBRÁS e SIDERBRÁS, a expansão de, respectivamente, 152% e 165%, nos gastos totais decorreu principalmente da elevação nos encargos financeiros e amortizações.

Outro setor prioritário foi o exportador, que continuou recebendo incentivos fiscais através da permanência do crédito-prêmio do IPI nas exportações de manufaturados.

Os instrumentos da política fiscal foram também utilizados para estimular outros setores e áreas específicas, como o desenvolvimento regional e urbano, as atividades rurais, o setor de telecomunicações, a captação de poupança, bem como para aperfeiçoar a administração tributária.

Para estimular a irrigação no Nordeste, o Tesouro Nacional foi autorizado pelo Decreto-Lei nº 2.032, de 09.06.83, a ressarcir em limites variáveis até o teto de 500 MVR o valor dos investimentos privados em projetos de irrigação, localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste. Os projetos aprovados pela SUDENE e SUDAM foram beneficiados pelo Decreto-lei nº 2.033, de 15.6.83, que dispensou do exame de similaridade bens já importados para a execução desses projetos.

O desenvolvimento urbano contou com o estímulo instituído pelo Decreto-lei nº 2.044, de 07.07.83, que concedeu isenção do IPI sobre equipamentos, partes e peças importados e destinados ao atendimento dos projetos de trens metropolitanos elétricos de Belo Horizonte e Recife.

Tendo em vista a aflitiva situação econômica das propriedades rurais situadas em municípios atingidos por secas ou enchentes, foi baixado o Decreto-lei nº 2.056, de 27.10.83, autorizando a remissão de débitos relativos ao imposto territorial rural e demais obrigações daqueles que exercem atividades rurais.

Ao setor de telecomunicações foi concedido, pelo Decreto-lei nº 2.011, de 18.01.83, isenção do imposto de importação e do IPI às máquinas, equipamentos e peças, sem similar nacional.



importados pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A para a execução do programa nacional de comunicações domésticas por satélite. Em se tratando de produção nacional destinada ao mesmo programa, foi concedida isenção do IPI em todas as fases do processo produtivo.

Visando a estimular a captação de poupança pelo sistema financeiro de habitação, foi editado o Decreto-lei nº 2.058, de 23.08.83, isentando do imposto de renda a correção monetária e juros dos depósitos em caderneta de poupança, mesmo quando pagos ou creditados em intervalo inferior a três meses.

A administração tributária foi aperfeiçoada através das seguintes medidas:

- visando a corrigir as distorções existentes e aperfeiçoar as normas aplicadas à política de saneamento do sistema financeiro nacional, foi dado, pelo Decreto-lei nº 2.075, de 20.12.83, novo tratamento tributário à fusão e incorporação de empresas financeiras;
- com o objetivo de aperfeiçoar a legislação do FINSOCIAL, o Decreto-lei nº 2.049, de 01.08.83, estabeleceu condições sobre a cobrança, a fiscalização e o processo administrativo relativos às contribuições desse fundo;
- a legislação sobre a taxa rodoviária única foi alterada pelo Decreto-lei nº 2.068, de 09.11.83, que estabeleceu novas condições para o seu pagamento e isentou do tributo os proprietários de veículos movidos a energia elétrica, bem como os ônibus utilizados exclusivamente em linhas de transporte urbano;
- com o intuito de facilitar as operações de arrendamento mercantil, a Lei nº 7.132, de 26.10.83, introduziu alterações no tratamento tributário refe-



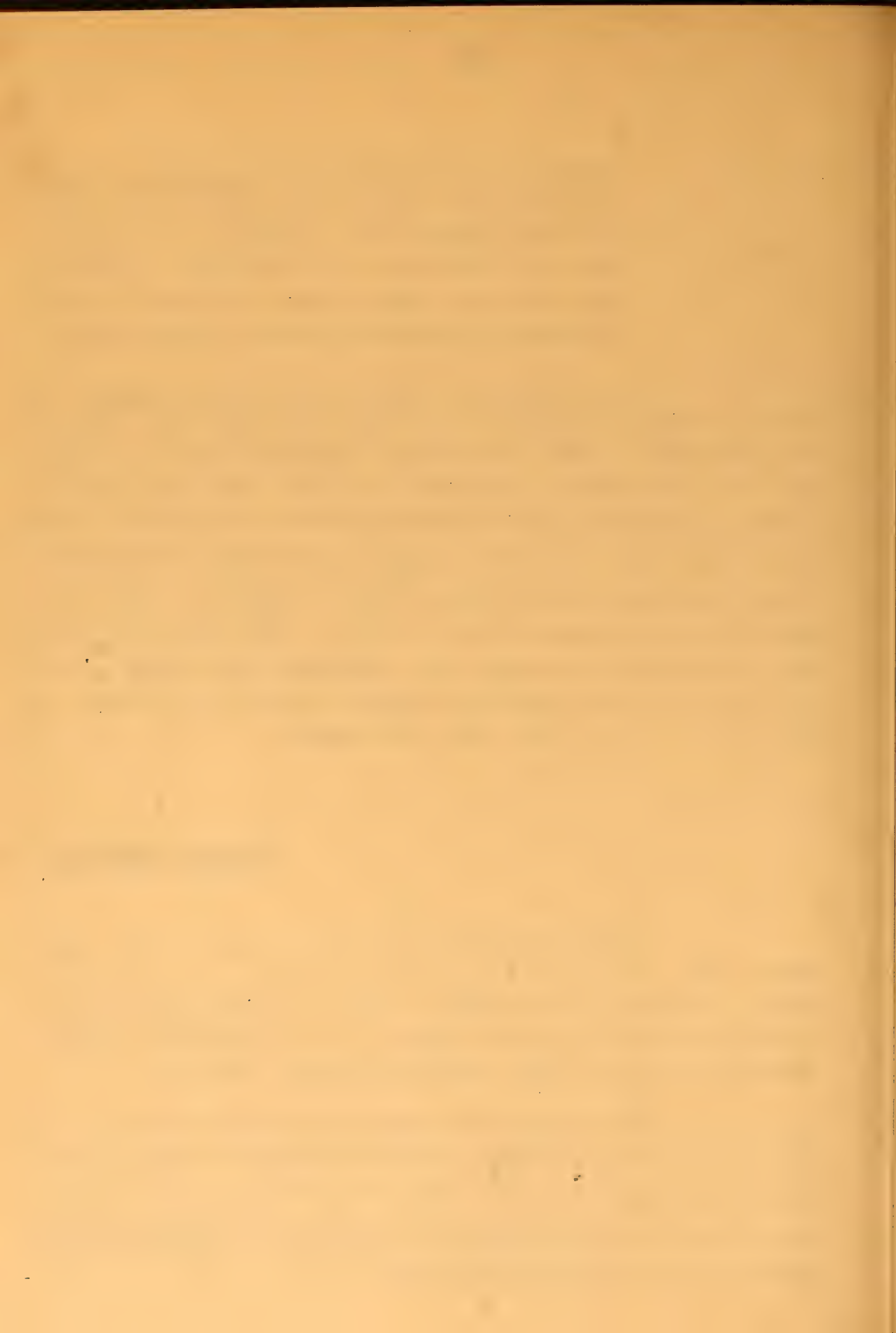
rente a essas operações, concedendo-lhes maior flexibilidade. Ademais, o Decreto-lei nº 2.018, 23.03.83, dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais às operações de arrendamento mercantil que tenham por objetivo bens vinculados a implementação de programas e projetos incentivados.

No final de 1983, outras medidas foram tomadas na área tributária, visando ao aumento da arrecadação no exercício financeiro de 1984, ao alcance da equidade fiscal e ao estímulo aos investimentos estrangeiros no País. Para tanto, foi revogado o incentivo fiscal criado pelo Decreto-lei nº 157/67, estabelecendo ainda a tributação na fonte de quaisquer rendimentos pagos a esse fundo, bem como aos fundos de condomínio. Criou-se a classe adicional na tabela progressiva do imposto de renda pessoa física com alíquota de 60%. Os lucros e dividendos recebidos por não residentes passaram a ser tributados por ocasião da contabilização ou distribuição, excluindo-se da base de cálculo a parcela dos lucros reinvestidos internamente.

POLÍTICA MONETÁRIA

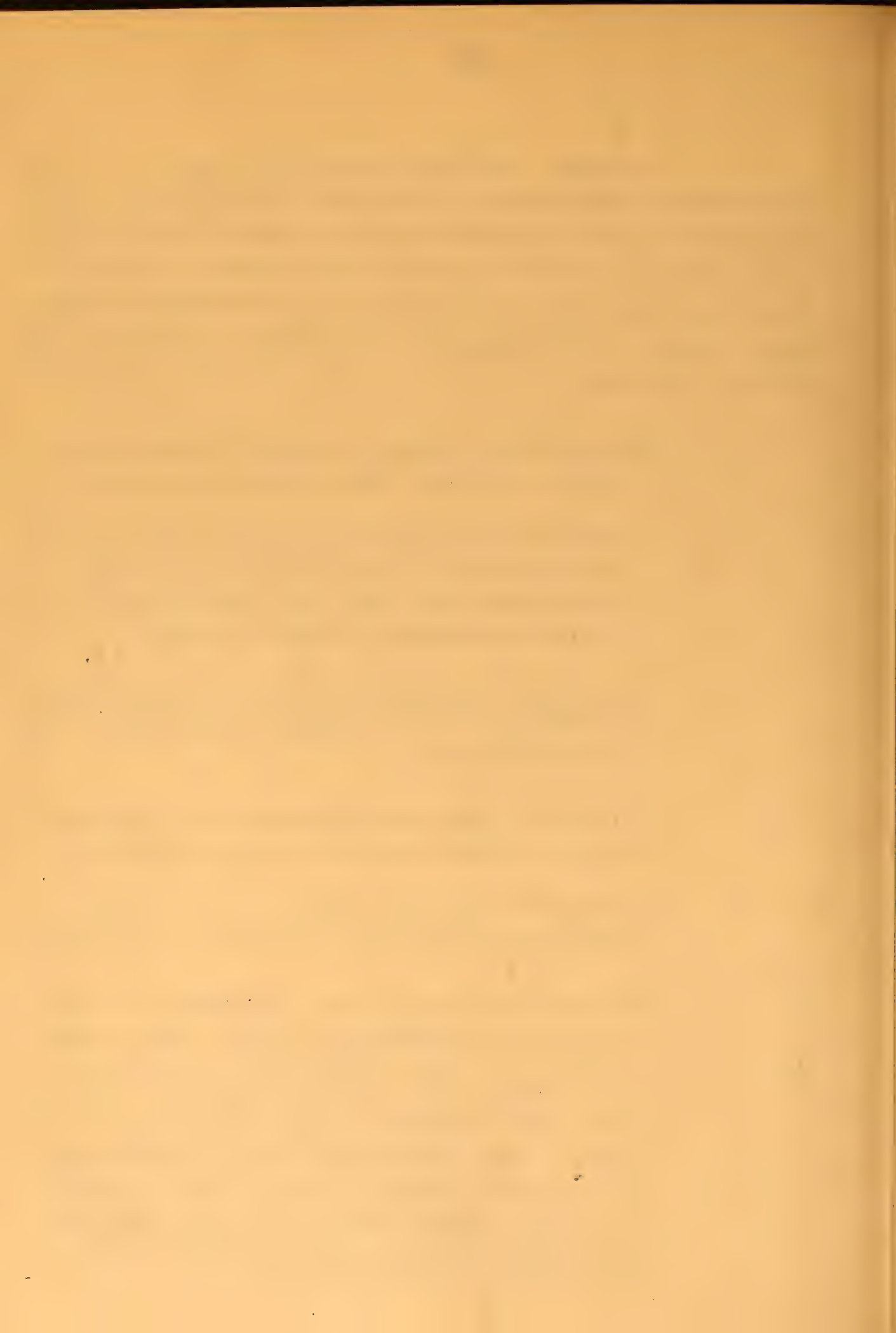
A política monetária em 1983 foi definida em consonância com a estratégia de ajustamento interno e externo da economia. As medidas de ajustamento interno visaram principalmente à redução do déficit do setor público e, as de ajustamento externo, à geração de um superávit elevado na balança comercial.

Com o intuito de se reduzirem o déficit público e suas conseqüentes pressões na expansão monetária, foram fixadas metas específicas de redução tanto dos subsídios, principalmente aqueles referentes ao trigo e açúcar, como dos indiretos, embutidos nas taxas de juros favorecidas, cobradas nos empréstimos concedidos pelas autoridades monetárias.



Contudo, a evolução do déficit de janeiro a março já evidenciava comportamento incompatível com a meta de redução prevista para o ano. A perspectiva de agravamento dessa situação tornou imperativas urgentes correções nas origens do déficit público. Nesse sentido, no início de junho, foram adotadas algumas novas medidas visando, direta ou indiretamente, à contenção dos gastos públicos e ao ajustamento das políticas monetária e creditícia, tais como:

- elevação de 5% para 10% da taxa de depósito compulsório incidente sobre os depósitos a prazo;
- aumento das taxas de recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais, passando para 36%, 45% e 50%, respectivamente, para os bancos pequenos, médios e grandes;
- eliminação da parcela de títulos públicos federais na composição dos recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais;
- fixação de tetos para a expansão dos empréstimos das instituições financeiras ao setor público;
- extinção do controle quantitativo do crédito que estavam sujeitas as instituições financeiras;
- elevação das taxas de juros referentes aos créditos rurais e agroindustriais para, respectivamente 3% e 5% ao ano, acrescidas de correção monetária correspondente a 70% da variação das ORTN's em 1983, a 80% em 1984 e a 85% a partir de 1985 inclusive, em se tratando das áreas da SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha e Estado do Espírito Santo. No caso das demais regiões, a correção monetária, passou para 85% da variação das ORTN's em 1983, e 100% a partir de 1984 inclusive.



Para a obtenção do superávit comercial programado, foram mantidos os tradicionais estímulos creditícios às exportações e a programas de substituição de petróleo importado por fontes alternativas de energia produzida internamente, como por exemplo, o Programa Nacional do Alcool-PROÁLCOOL.

A expansão da base monetária a uma taxa inferior à taxa de inflação foi possível mediante controle sistemático das aplicações das Autoridades Monetárias, associado a transferências orçamentárias ao Banco Central e Banco do Brasil para a cobertura de subsídios e encargos da dívida pública interna federal.

Constituíram as principais fontes de pressão expansionista sobre a base monetária, os empréstimos do Banco do Brasil, os repasses e refinanciamentos do Banco Central, comercialização do trigo, os dispêndios com o açúcar (aquisições e subsídios de equalização), os pagamentos da dívida externa das empresas estatais, os adiantamentos à conta petróleo e os resgates de títulos da dívida pública interna federal.

POLÍTICA CREDITÍCIA

As diretrizes da política de crédito foram voltadas para atender às necessidades básicas de recursos dos setores prioritários: exportador, agrícola e energético, sem prejuízo do controle da política monetária.

Os critérios que balizaram a política de crédito em 1982 foram mantidos em 1983, ressaltando-se a importância da distribuição do crédito segundo as prioridades governamentais, mantida a política de redução dos subsídios e eliminado o controle da oferta global de crédito.

A política de crédito rural orientou-se ao aumento da produção de alimentos essenciais e à geração de excedentes exportáveis. Nesse sentido foram adotadas as seguintes medidas:

- manutenção da política de taxas de juros subsidiadas utilizadas em todas as modalidades de crédito agrícola



la, diminuindo, no entanto, a taxa de subsídio e o limite de financiamento para os grandes e médios produtores nas operações de custeio, investimento e pré-comercialização. Procurou-se assim exigir maior aplicação de recursos próprios nos projetos, liberando maior parcela das disponibilidades de recursos oficiais para os produtores de pequeno porte;

- manutenção da política de preços mínimos compensadores, com correção de seus valores na proporção do índice nacional de preços ao consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtores considerados;
- ampliação da disponibilidade de crédito ao setor agrícola, correspondente a 45% e 10%, respectivamente, dos empréstimos (exclusive operações amparadas por repasses e refinanciamentos de instituições oficiais e de recursos externos) dos bancos comerciais e de investimento;
- eliminação dos limites para expansão do crédito dos bancos comerciais e de investimento, visando a compatibilizar a oferta de crédito à política econômica;
- fixação de tetos para o crescimento dos empréstimos das instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil destinadas ao setor público, visando a favorecer a redução das taxas de juros;
- redução das alíquotas do imposto sobre operações financeiras incidentes sobre várias linhas de empréstimos e financiamentos;



- limitação das taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento, em suas operações de empréstimos e financiamento.

Para 1984, novo e importante passo foi dado no sentido da redução dos subsídios diretos (principalmente trigo e açúcar) e indiretos. De maneira geral, o custo dos créditos do Banco do Brasil e Banco Central terá como referência as variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (100% da correção monetária mais juros de 3% a.a.). Nas áreas da SUDENE, Vale do Jequitinhonha (MG) e Espírito Santo, além dos juros citados anteriormente, a correção monetária será de 70% da variação da ORTN. Nas áreas em que persistir o problema da seca, excetuando-se as seringais e as lavouras de café, cacau e cana-de-açúcar, foi mantida a taxa de juros de 35% a.a.. Apesar dos ajustes promovidos, as taxas de juros incidentes sobre as atividades consideradas prioritárias continuarão a merecer tratamento bastante favorecido, se confrontadas com os níveis de mercado. A par disso, uma participação cada vez maior da rede privada no financiamento dos setores prioritários será naturalmente estimulada.

Dentro do programa governamental de fortalecimento das atividades rurais e de solução racional dos problemas ligados à estrutura e ao funcionamento do sistema de comercialização de produtos agrícolas, insere-se a política de garantia de preços mínimos, que funciona como mecanismo regulador de preços e estimulador da produção.

O balanço das mudanças introduzidas na política de crédito rural apresentou resultados satisfatórios, de acordo com os seguintes indicadores de desempenho:

- a oferta de financiamento acompanhou as necessidades setoriais de custeio agrícola;
- o perfil da origem dos recursos alterou-se, com participação maior de fontes não oficiais;



- face à redução dos subsídios creditícios, principalmente para as médias e grandes propriedades rurais, o emprego de recursos passou a efetuar-se com maior racionalidade.

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1983, um incremento da ordem de 157%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis tiveram crescimento de 703 no ano.

Para 1984, as atividades voltadas à exportação receberão 32% do total do fluxo de crédito concedido pelas Autoridades Monetárias no período. A principal alteração nessa área consiste em reajustar o custo financeiro do crédito destinado à produção e comercialização de manufaturados exportáveis pré-fixado de 60% a.a. para 100% da correção monetária mais 3% a.a. de juros. Esses financiamentos terão também caráter seletivo de sorte a, sem prejuízo das exportações, permitir sua conciliação com os objetivos da política monetária.

O fluxo de financiamento ao setor exportador deverá funcionar como instrumento importante para viabilização da meta de US\$ 25 bilhões na receita global das exportações e, em especial, para obtenção da cifra estimada em US\$15,3 bilhões para as exportações de produtos manufaturados.

No financiamento ao setor energético destacam-se as aplicações realizadas pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). O ritmo de execução do programa traduziu-se em adequada compatibilização entre a produção de álcool e a expansão do mercado consumidor.

Com o objetivo de assegurar o suprimento de recursos a micro, pequenas e médias empresas, assim como de diminuir os impactos inflacionários, foram tomadas as seguintes resolu-



ções:

- determinou-se que as eventuais deficiências nas aplicações compulsórias em financiamentos de capital de giro àquelas empresas consideradas como redutoras, em igual valor, dos limites de expansão das operações de crédito dos bancos comerciais;
- estabeleceu-se tratamento fiscal especial das despesas das empresas, decorrentes da desvalorização cambial, no tocante ao excedente sobre a variação das ORTN's. Mais especificamente, foi permitida a diluição no tempo, para as empresas que assim optarem, do custo adicional ocasionado pela má desvalorização cambial de fevereiro último;
- determinou-se que os empréstimos em dólares ao amparo da Resolução nº 63 (com intermediação de bancos brasileiros) poderão ser pagos de acordo com a correção monetária em lugar da correção cambial em até um ano de prazo. Com esta medida, que afastou as empresas do risco da desvalorização cambial, pretendeu-se que as operações da Resolução 63 voltassem a ser utilizadas normalmente, expandindo a oferta de crédito como um todo e conduzindo à redução de taxa de juros;
- limitaram-se as taxas cobradas pelos bancos comerciais em suas operações ativas com recursos internos e de prazo inferior a 180 dias a no máximo 5% e 6% ao mês dependendo do porte do banco. Com relação às taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento, em suas operações superiores a 180 dias, ficam sujeitas a correção



monetária idêntica aos índices da variação das FNT's, e com adicional máximo de 20% ao ano, para os bancos de grande porte e, 24% ao ano, os pequenos e médios bancos;

- determinou-se que as instituições financeiras informem, semanalmente, com ampla divulgação, através de suas associações de classe, as taxas anuais praticadas em suas operações de crédito e de captação de recursos.

Consolidando sua posição de banco social, a Caixa Econômica Federal atuou em programas que objetivaram o atendimento às faixas populacionais de baixa renda, através de financiamentos às cooperativas habitacionais e como agente de programas especiais tais como o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS e ao Programa de Crédito Educativo-PCE. Assim as aplicações de cunho social alcançaram um fluxo previsto para 1983 de Cr\$644 bilhões.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início em 1975 até novembro de 1983 atingiram Cr\$ 989 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 23.776 salas de aula, 39.454 leitos hospitalares e 4.490 enfermarias. Além disso, beneficiou entidades sindicais na aquisição e construção de 272.153 m².

Visando à integração da comunidade, o FAS aprovou projetos de centros sociais urbanos que demandarão recursos no montante de Cr\$4,3 bilhões, com capacidade para atender a cerca de 6,7 milhões de pessoas. No ano passado, de janeiro a novembro, foram inauguradas mais 4 unidades, totalizando 379 centros em funcionamento no País.

Na área de infra-estrutura habitacional o FAS aprovou 1167 projetos, obtendo-se: 256.202 m² de calçamento, 15.100 m² de de asfaltamento, 813.997 m de guias e meios-fios, 985.538 m de



redes de abastecimento de água, 276.463 m de redes de esgoto, 3.900.006 m de drenagem, 304 equipamentos para coleta e tratamento de lixo e 6.931 m² de área construída para lavanderias públicas.

O programa de crédito educativo com recursos do FAS, desde seu início em 1976, até novembro de 1983, permitiu o atendimento de 543.484 estudantes carentes, com aplicações da ordem de Cr\$58,8 bilhões. Estima-se que, até dezembro de 1983, o programa terá atingido um saldo de aplicações de Cr\$59 bilhões.

A construção de módulos esportivos, até novembro de 1983, contou com 315 módulos aprovados, no montante de Cr\$ 0,74 bilhão, beneficiando cerca de 2,5 milhões de pessoas. De janeiro a novembro de 1983 foram aprovadas 15 unidades.

A Caixa Econômica Federal financiou no período de agosto de 1982 a novembro de 1983, 43.222 taxis, no montante de Cr\$36 bilhões de acordo com o Decreto-Lei nº 1.944/81 que estabeleceu condições especiais para aquisição de veículos novos, movidos a álcool, para motoristas de praça. De acordo com este decreto, estas operações estão isentas do IPI e ICM, além da concessão de abatimento de 5% pelos fabricantes, o que reduziu o preço de venda do veículo em 45%. O financiamento da CEF atingia até 80% do preço do veículo, com prazo para pagamento de 24 meses.

A Caixa Econômica Federal, por seu turno, vem destinando apoio crescente às micro e pequenas empresas, através do PAMICRO e do programa de financiamento ao capital de giro, com aplicações da ordem de Cr\$228 bilhões, beneficiando cerca de 156.365 micros, pequenas e médias empresas no período de 1974 até novembro de 1983.

Tendo por escopo a formação do patrimônio individual do trabalhador brasileiro, o programa de Integração Social - (PIS) cadastrou, até outubro de 1983, 31.145.719 trabalhadores. O montante de benefícios pagos entre janeiro e novembro de 1983 de abonos, saques de quotas e rendimentos, atingiu Cr\$18,9 bi-



lhões, prevendo-se que até o final do exercício o montante pago atingirá Cr\$336,1 bilhões.

POLÍTICA DE MERCADO DE CAPITAIS

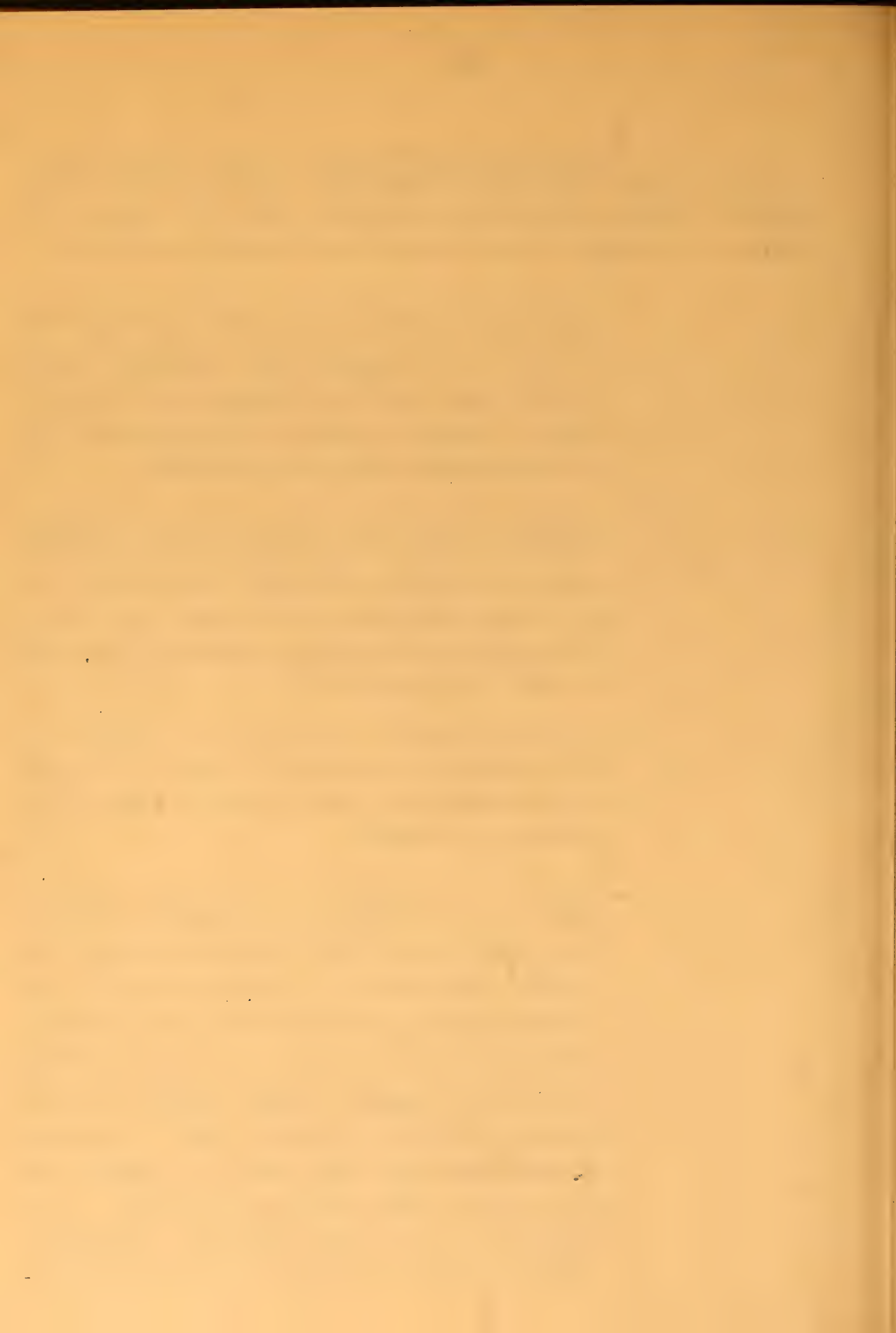
No ano de 1983 foram tomadas diversas medidas visando ao aperfeiçoamento e à ampliação do mercado de ativos financeiros com vistas a remover distorções derivadas da conjuntura inflacionária e da situação desfavorável das contas externas. Dentre elas destacam-se:

- alteração dos critérios de cálculo e crédito dos rendimentos das contas de poupança livre, que passam a ser creditados a cada mês corrido, assim como foi instituído o cadastro de poupança a prazo fixo;
- ampliação dos estímulos às aplicações de poupança. Através do Decreto-lei nº 2.021, de 18.5.83, foi alterado o sistema de tributação dos rendimentos das cadernetas de poupanças. De acordo com esse instrumento legal, os juros e dividendos creditados em cadernetas com saldo médio até 2 mil UPC ficarão totalmente isentos de imposto de renda. Os rendimentos obtidos pela parcela que exceder esse saldo médio serão tributados na fonte pela alíquota de 18%, ficando à opção do contribuinte considerar este imposto como tributação exclusivamente na fonte ou como antecipação do imposto devido na declaração.



Essas mudanças beneficiaram tanto os depositantes quanto o sistema financeiro de habitação, e correspondem ao atendimento de antiga reivindicação do setor, além de se enquadrarem no conjunto de medidas de fortalecimento do sistema habitacional:

- concessão de anistia fiscal para os recursos que foram aplicados até 31.10.83, em cadernetas de poupança, com a opção de após seis meses serem dirigidos para ações que permaneceriam indisponíveis. Trata-se de recursos não declarados anteriormente para efeito de tributação;
- criação, a partir de 01.07.83, para as pessoas físicas e jurídicas não financeiras que tiveram ganhos em operações de compra e subsequente venda a curto prazo (menos de 90 dias), de títulos ou valores mobiliários, do imposto de renda na fonte à alíquota de 4%;
- criação de imposto suplementar de renda na fonte de 10% sobre rendimentos de capital, aluguéis e lucro mobiliário, não afetando os juros de cadernetas de poupança;
- ampliação da incidência do imposto de renda sobre a parcela de rendimentos das ORTN's com cláusula cambial obtida com a máxima valorização do Cruzeiro. Pelo Decreto, o lucro decorrente da diferença entre a correção monetária e cambial entre o dia 17 de fevereiro e a data de resgate dos títulos será taxado na fonte pagadora, em 45% no caso das ORTN's vencíveis em 1983 e 30% no caso das vencíveis a partir de 1984. O imposto de renda retido na fonte poderá ser abatido na declaração de renda, sendo que seu valor não poderá ser corrigido monetariamente. Ficaram excluídos da obrigatoriedade desse recolhimento os



operações de "hedge" cambial amparado pela Resolução nº 766 do Banco Central;

- regulamentação das negociações no mercado futuro, de opções e a termo, realizadas em bolsa de valores, dispondo especificamente sobre modalidade operacional, garantia, aplicações das margens de operações, limite operacional, corretagem;
- antecipação pelas instituições financeiras do imposto de renda, as quais passaram a efetuar o recolhimento mensalmente, a título de antecipação do imposto de renda devido na declaração de 1984;
- alteração dos prazos de recolhimento de arrecadação de tributos federais pelos estabelecimentos bancários integrantes do sistema de arrecadação de receitas federais e pelas fontes pagadoras de rendimentos sujeitos à retenção na fonte. As empresas passaram a ter prazo máximo de 15 dias para repassar aos bancos o imposto de renda recolhido, na fonte, de seus empregados (o prazo anterior era de um mês); e os bancos, por sua vez, tiveram prazos variáveis de acordo com seu porte, mas não poderão superar o período de um mês. A alteração introduzida visou a permitir ao Tesouro Nacional dispor com maior rapidez dos valores arrecadados.

Em 1983, as aplicações em ações destacaram-se como a melhor opção para os investidores.

Esse desempenho resultou, em boa parte, de um longo trabalho de consolidação do mercado secundário de ações levado a efeito pelo Governo — através da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil —, pelas instituições que compõem o mercado e pelas próprias empresas abertas que têm seus papéis ali negociados.



Dentro desse processo vale mencionar a Resolução nº 794, de 11.01.83, do Conselho Monetário Nacional, que alterou a política de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas das entidades fechadas de previdência privada, reduzindo a carga obrigatória de títulos federais e estaduais na composição de suas carteiras e eliminando o limite máximo para investimentos em ações e debêntures conversíveis.

Com relação às cadernetas de poupança — que, até julho, vinham experimentando grandes perdas líquidas na captação — passaram, em agosto, a creditar rendimentos mensalmente e tiveram ampliado o teto de saldo médio a partir do qual seus rendimentos gozam de isenção do imposto de renda, que passou para 3.500 OPC.

Tais medidas determinaram grande recuperação dos saldos de captação tanto assim que, ao final de novembro, Cr\$16.984 bilhões estavam depositados em cadernetas, correspondendo a uma captação de recursos novos da ordem de Cr\$1.500 bilhões.

Os depósitos a prazo fixo e as letras de câmbio — modalidade de captação mais amplamente utilizadas pelas instituições privadas do mercado financeiro — registraram, ao final de novembro, saldos de respectivamente, Cr\$8.264 bilhões e Cr\$4.073 bilhões, com crescimento de 146% e 128% em relação a igual período do ano anterior.

Convém ressaltar, além do aperfeiçoamento introduzido no mercado de capitais, pela Lei nº 7.132, de 16.10.83, que reformulou a legislação sobre o arrendamento mercantil — a criação do Fundo Nacional de Participações — FUNPAR do BNDUS, com a finalidade de suprir recursos às empresas privadas nacionais que apresentavam inadequada estrutura financeira, mas que dispunham de perspectiva de recuperação.

Apesar do excelente desempenho das bolsas de valores, como já ressaltado anteriormente, o mercado primário de ações não se revelou tão eficiente na primeira metade de 1983, ganhando, entretanto, impulso no segundo semestre.



O fluxo acumulado de lançamento de ações registradas na Comissão de Valores Mobiliários de janeiro a novembro de 1981, alcançou Cr\$98,0 bilhões, apresentando crescimento de 39,7% sobre o valor observado de Cr\$70,1 bilhões no mesmo período de 1980.

No fluxo acumulado de janeiro a novembro de 1981 (88,2 milhões de ORTN), verificou-se queda de 42,2% na captação direta de recursos via debêntures, em relação ao mesmo período do exercício anterior (152,7 milhões de ORTN).

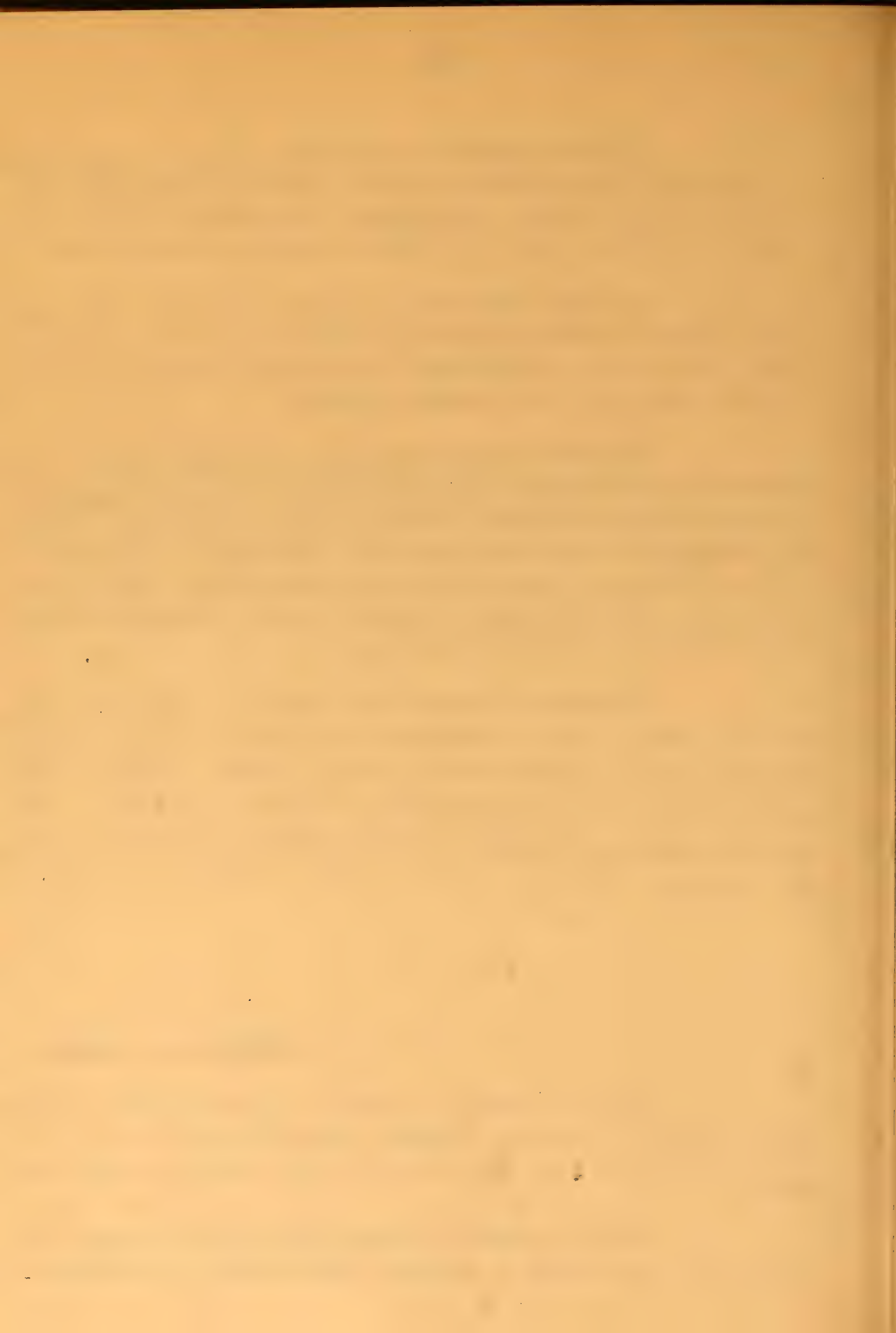
Esse fraco resultado deveu-se, em grande parte, às medidas disciplinadoras do mercado adotadas no segundo semestre de 1982 pelo Conselho Monetário Nacional, que restringiram o volume de debêntures nas carteiras dos bancos comerciais e sujeitaram à prévia audiência da Comissão de Valores Mobiliários todas as emissões desses papéis, inclusive daqueles em que a companhia emitente não faça apelo ao público investidor.

Inspirado na diretriz de estender a tributação do imposto de renda a todos os rendimentos de capital, baixou o Governo, em 20.12.83, o Decreto-lei nº 2.072, taxando os encargos auferidos nas negociações de obrigações ou títulos de crédito, por pessoas jurídicas, gravando, na fonte, quaisquer rendimentos pagos aos fundos em condomínio e aos fundos do Decreto-lei nº 157 de 10.01.67.

POLÍTICA DE SEGUROS

O fortalecimento do setor de seguros constitui preocupação constante do governo, mormente em uma conjuntura em que a crise gerada no exterior se reflete de forma aguda na economia nacional.

Embora fortemente afetada pelos efeitos adversos provocados pelo agravamento do processo inflacionário, a atividade se



guradora alcançou, em 1983, uma expansão nominal pouco inferior à variação média anual do Índice Geral de Preços.

Tal desempenho pode ser considerado satisfatório, uma vez que o decréscimo observado deveu-se, ao menos em boa parte, às dificuldades de atualização monetária dos valores básicos relativos aos seguros de bens materiais que, não raro, são contratos de vigência anual.

O comportamento de certas modalidades de seguro, cuja evolução está estreitamente vinculada a fatores específicos, parece confirmar tal inferência. É o caso, por exemplo, do seguro-saúde que, apesar de ter a renda pessoal disponível e os custos de assistência médica como condicionantes básicas de sua evolução registrou, no exercício de 1983, crescimento excepcional, da ordem de 60% em termos reais.

Conforme indica a experiência acumulada por países de maior tradição na área do seguro, em geral essa atividade é extremamente vulnerável às consequências típicas de conjunturas inflacionárias. No caso brasileiro, apesar da corrosão provocada nos resultados operacionais, pela instabilidade e crescente agravação de custos da gestão de riscos, as rendas auferidas pelas sociedades de seguros, na condição de investidoras institucionais, vêm preservando seu fortalecimento patrimonial, concorrendo assim para manter em nível adequado o potencial econômico-financeiro do setor do segurador.

Assim é que os recursos constitutivos do patrimônio líquido e das provisões técnicas totalizaram, em 1981, cifra superior à da própria arrecadação proveniente das operações de seguros. Na condição de investidoras institucionais, as sociedades seguradoras estavam distribuídas nas seguintes proporções de aplicações: títulos do Governo Federal, 29,91; ações e debêntures, 18,8%; imóveis, 30,8%.

Entre as medidas de cunho normativo adotadas em 1983 cabe destacar:



- o aumento do capital mínimo das sociedades de seguros, de Cr\$85 milhões para Cr\$367 milhões, tanto no ramo vida quanto no conjunto dos demais ramos;
- a aprovação de plano que conjuga os seguros de vida e de acidentes pessoais com a caderneta de poupança, vinculação que não só fortalece as instituições seguradoras quanto as de poupança e empréstimos, como também amplia a função social de ambas, pelas facilidades de acesso daí resultantes para as classes de menor renda.

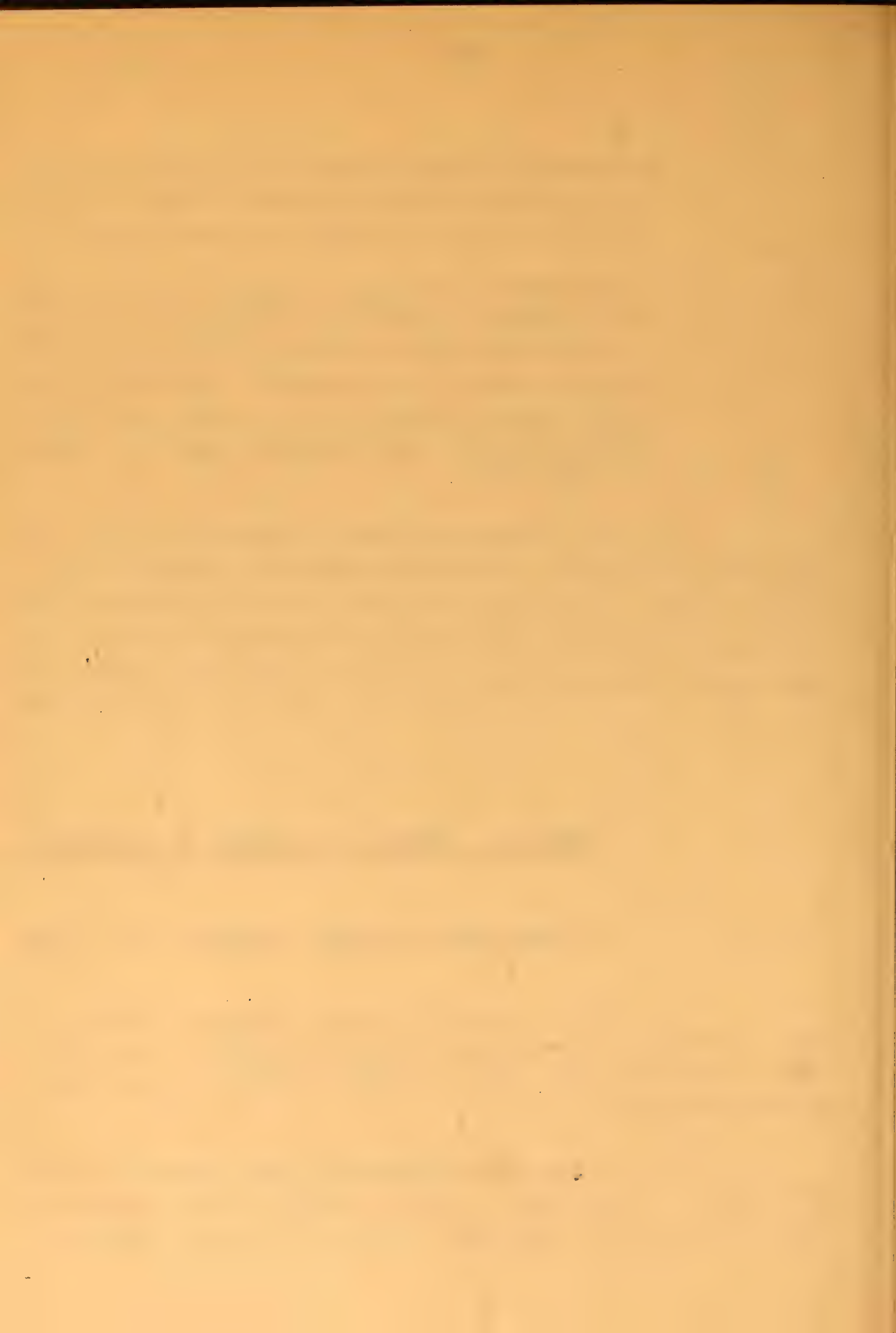
Em 1983, o capital do IRB foi aumentado de Cr\$25 bilhões para Cr\$52 bilhões, com aproveitamento de reservas livres. Assinale-se que o lucro tem sido a única fonte de evolução do patrimônio do IRB, sempre mantido em ascensão compatível com sua participação no processo de fortalecimento da capacidade nacional de reter negócios internos dentro das fronteiras econômicas nacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

OS RESULTADOS DO BALANÇO COMERCIAL EM 1983

O comércio exterior do Brasil registrou, em 1983, o maior superávit na balança comercial de sua história, atingindo o valor de US\$6,5 bilhões, superior em US\$5,7 bilhões ao saldo obtido no ano anterior.

Este resultado, ultrapassando a meta proposta ao Fundo Monetário Internacional em cerca de US\$500 milhões, evidencia o acerto do programa de ajustamento externo adotado pelo governo pa-



ra enfrentar a crise de liquidez internacional que afetou, a partir de setembro de 1981, o fluxo de recursos externos aos países em desenvolvimento e prejudicou o crescimento do comércio entre as Nações.

O desempenho da balança comercial brasileira é ainda mais significativo quando contraposto ao cenário internacional de crescente protecionismo, de modesta recuperação econômica dos países industrializados, de contração das importações de nossos principais parceiros comerciais na América Latina e África, de patamares ainda elevados das taxas de juros internacionais e da constante valorização do dólar em relação às demais moedas convertíveis.

Assim, dentre os fatores determinantes desse superávit comercial destaca-se o decidido apoio governamental ao esforço exportador brasileiro em termos de substancial amparo financeiro e creditício, bem como de uma política cambial realista que, após a maxidesvalorização do Cruzeiro em fevereiro, manteve a competitividade de nossos produtos ao exterior, ao tempo em que desestimulava as importações brasileiras. Com efeito, as exportações globais cresceram 8,5% comparativamente a 1982, totalizando US\$21,9 bilhões, enquanto as importações somaram US\$15,4 bilhões, 20,6% a menos do que no ano anterior.

O fluxo do comércio exterior brasileiro alterou-se, no decorrer de 1983, em função principalmente das profundas modificações que a implementação de processos severos de ajustes econômicos trouxe a vários dos nossos principais parceiros comerciais. Desta forma, as vendas brasileiras aos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo decresceram 6,4%, no período janeiro-outubro, representando uma perda de receita de cerca de US\$200 milhões, enquanto as nossas importações desses países, totalizando US\$338 milhões, foram inferiores em US\$747 milhões às verificadas no mesmo período de 1982. Por outro lado, as exportações brasileiras aos países industrializados aumentaram, neste período, US\$1.297 milhões, sendo que as vendas para os Estados Unidos, somando US\$4.057,8 milhões, cresceram 23,2% em relação a idêntico período do ano anterior.



rior. O Brasil, paralelamente, diminuiu suas compras destes países em US\$1.507 milhões, sendo as maiores reduções com os Estados Unidos (US\$610,7 milhões), Japão (US\$273,6 milhões) e Itália (US\$263,9 milhões).

As exportações brasileiras aos principais países fornecedores de petróleo expandiram-se 2,6%, totalizando US\$1.928,4 milhões, enquanto as nossas importações, somando US\$6.605,4 milhões, decresceram 17,4% comparativamente às realizadas em igual período de 1982.

EXPORTAÇÕES

A composição das exportações, no período de janeiro a novembro de 1983, alterou-se ligeiramente em relação ao ano anterior, tendo a participação dos produtos básicos no total exportado diminuído de 41% para 39%, enquanto a posição relativa dos produtos industrializados aumentou.

As vendas de produtos básicos, neste período, cresceram 4,0%, destacando-se as exportações do complexo soja (US\$12,4 bilhões e taxa de crescimento de 18,7%), café (US\$2,1 bilhões e 9,8%), suco de laranja (US\$573,3 milhões e 11,1%), cacau (US\$490,3 milhões e 24%) e carne bovina refrigerada (US\$205,1 milhões e 14,6%). Por outro lado, as vendas externas de minérios metalúrgicos e açúcar caíram 9,3% e 15,9%, respectivamente, refletindo a crise no mercado mundial desses produtos provocada pelas práticas protecionistas da CEE e, em menor grau, dos Estados Unidos.

Os produtos industrializados expandiram-se em 10,1%, em relação ao período janeiro-novembro de 1982, com especial destaque para produtos siderúrgicos manufaturados (US\$1,1 bilhão e crescimento de 58%), calçados (US\$642,8 milhões e 32,1%), produtos químicos (US\$ 529,9 milhões e 39,1%) e têxteis (US\$321,4 milhões e 20,8%). Itens expressivos nesta categoria, entretanto,



como material de transporte e máquinas e instrumentos mecânicos, diminuíram significativamente sua taxa de crescimento, não obstante terem contribuído com receita superior a US\$2 bilhões.

As principais medidas específicas para incentivar as exportações, adotadas em anos anteriores, foram ampliadas e reforçadas. Destacam-se:

- aumento substancial dos créditos destinados à exportação;
- manutenção de crédito prêmio de IPI às exportações (Portaria MF nº 252, de 29.11.82) e extensão deste benefício às empresas exportadoras de serviços (Portaria MF nº 195, de 10.09.82);
- agilização da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e ampliação do sistema de "draw-back" para exportação;
- aumento da promoção comercial brasileira, através de acordos comerciais com vários países;
- redução e eliminação do imposto de exportação em diversos produtos, em decorrência da maxidesvalorização;
- criação do Programa Especial de Exportação-PROEX junto ao BNDES destinado a prover recursos para investimento na ampliação e criação de capacidade exportável das empresas.

IMPORTAÇÕES

A retração das importações brasileiras, inferiores em



US\$4,0 bilhões às verificadas em 1982, refletiu a queda do nível de atividade econômica doméstica e as medidas de contenção, através da política cambial e das compras externas das empresas estatais, em função do acirramento da crise econômica mundial. Simultaneamente, os resultados dos programas de substituição de importações, além do crescimento da produção nacional de petróleo e dos programas de substituição e racionalização de energia, contribuíram para diminuir a demanda brasileira por importados.

Os gastos com petróleo, representando 50,64 do total importado, diminuíram 18,7% relativamente à 1982, atingindo o montante de US\$7,8 bilhões, enquanto as aquisições de trigo foram em torno de US\$600 milhões.

As importações realizadas pelo setor privado, em 1983, somaram US\$3,9 bilhões, ao passo que as empresas estatais despenderam US\$3,2 bilhões.

No período janeiro-setembro de 1983, as compras de matérias-primas, totalizando US\$2,5 bilhões, contraíram-se 30,94%, sendo as maiores reduções observadas nas importações de ferro fundido e aço (-66,8%), metais não-ferrosos (-58,41%) e fertilizantes (-51,5%). As importações de bens de capital, por sua vez, diminuíram 29%, com um total de US\$1,7 bilhão, enquanto os bens de consumo, somando US\$583 bilhões, decresceram 22,1%.

As principais medidas acionadas pelo Governo para conter as importações foram:

- fixação dos gastos externos do setor público (estilise importações de trigo e derivados de petróleo) em US\$1.989 milhões, nível inferior em 35% àquele estabelecido em 1982;
- fixação em US\$400 milhões, para 1983, do limite global de importações através da Zona Franca de Manaus, representando um corte de US\$100 milhões, em relação ao limite do ano anterior;

- manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- manutenção dos prazos mínimos para pagamento de importações de máquinas, equipamentos, veículos, navios, embarcações e aviões;
- limitação das importações de petróleo em 730.000 barris/dia;
- criação do Programa de Financiamento de Substituição de Importações-PROSIM, junto ao BNDES.

TRANSAÇÕES CORRENTES, ENTRADA LÍQUIDA DE CAPITALS E RESULTADO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos em conta-corrente registrou, em 1983, uma substancial melhoria em relação ao ano anterior, apresentando déficit de US\$7,6 bilhões em contraste com o resultado negativo verificado em 1982 da ordem de US\$14,8 bilhões.

Esta redução do déficit em transações correntes representou um importante aspecto do ajustamento econômico brasileiro à crise mundial, diminuindo significativamente nossa dependência externa e amortecendo o crescimento da dívida externa.

O déficit da conta "serviços" atingiu US\$14,1 bilhões, inferior em US\$1,4 bilhões ao de 1982, sendo que as despesas de juros totalizaram US\$9,7 bilhões contra US\$11,1 bilhões ocorridas no ano anterior.

O ingresso líquido de capitais foi menor em 1983, diminuindo de um valor de US\$6,3 bilhões em 1982 para US\$4,1 bilhões, não sendo, portanto, suficiente para cobrir o déficit em conta-corrente.



O fluxo líquido de investimentos totalizou US\$438 milhões, com redução significativa em relação aos US\$991 milhões de 1982, bem inferior à média dos últimos anos.

Os empréstimos em moeda, obtidos junto a bancos estrangeiros, atingiram US\$9.818 milhões, dos quais US\$4.422 milhões, basicamente ao amparo do Projeto I, US\$3.984 milhões relativos ao refinanciamento das amortizações (Projeto II) e US\$1.412 milhões referentes a desembolsos de empréstimos contratados em 1982.

Os financiamentos de importação, incluindo organismos internacionais e agências governamentais, totalizaram US\$5.280 milhões, dos quais cerca de US\$1.280 milhões oriundos do Banco Mundial.

O total das amortizações em 1983, incluindo o pagamento de operações-ponte de bancos estrangeiros em 1982 (US\$2.539 milhões), atingiu US\$9.963 milhões, dos quais US\$5.363 milhões referem-se a refinanciamentos relativos ao Projeto II (US\$4.820 milhões) e a valores negociados junto ao Clube de Paris (principal mais juros).

O balanço de pagamentos de 1983 apresentou déficit de US\$3.435 milhões, que foi financiado com a redução de US\$ 23 milhões nos haveres internacionais, com aumento líquido nas obrigações de US\$865 milhões e com a acumulação de pagamentos atrasados dentro da sistemática da Resolução nº 851, no valor de US\$ 2.545 milhões.

POLÍTICA CAMBIAL

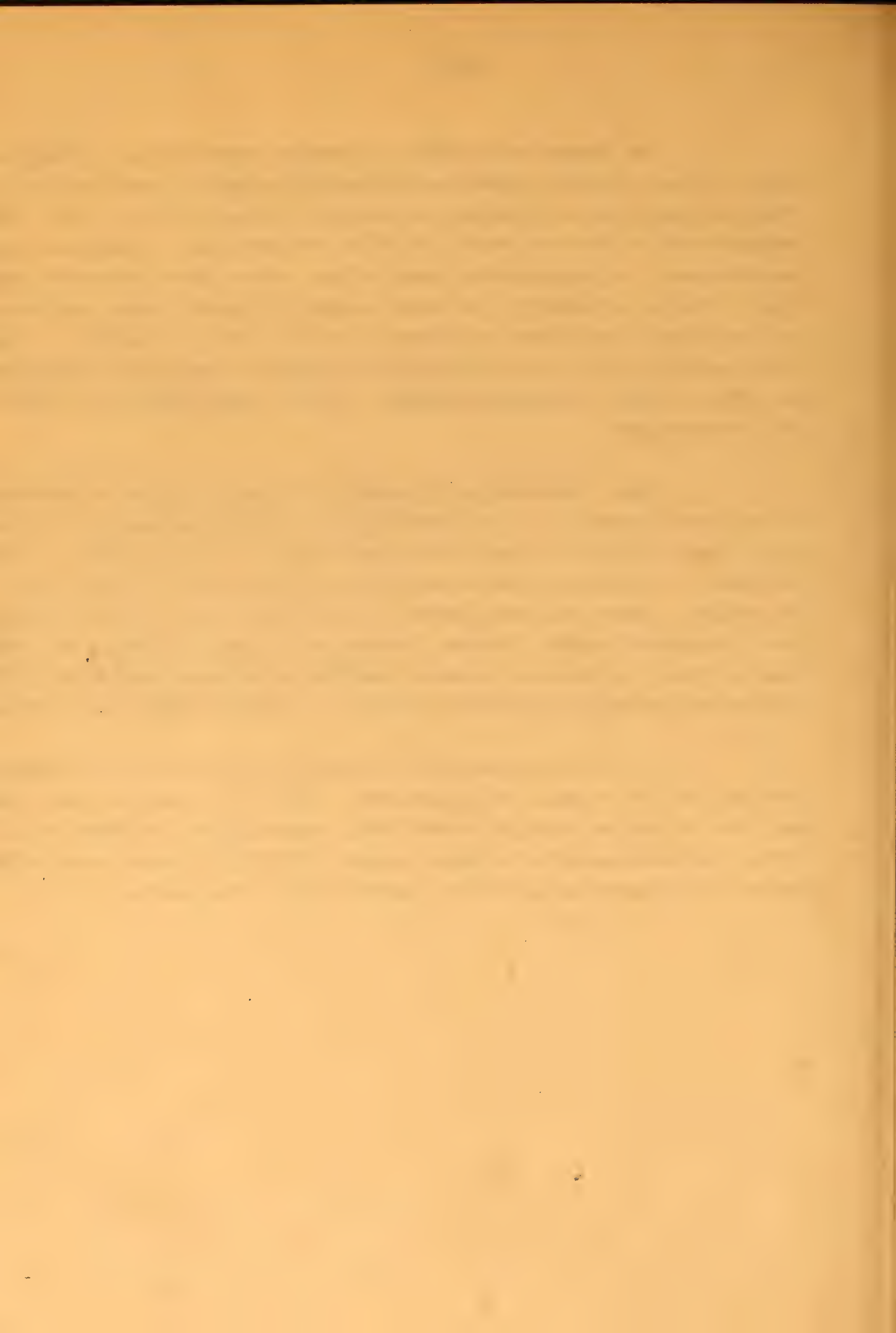
A política cambial praticada no decorrer do ano exerceu um papel decisivo na obtenção do maior saldo comercial da nossa história, levando o Brasil a apresentar um dos melhores resultados em termos de ajuste externo entre os países devedores.



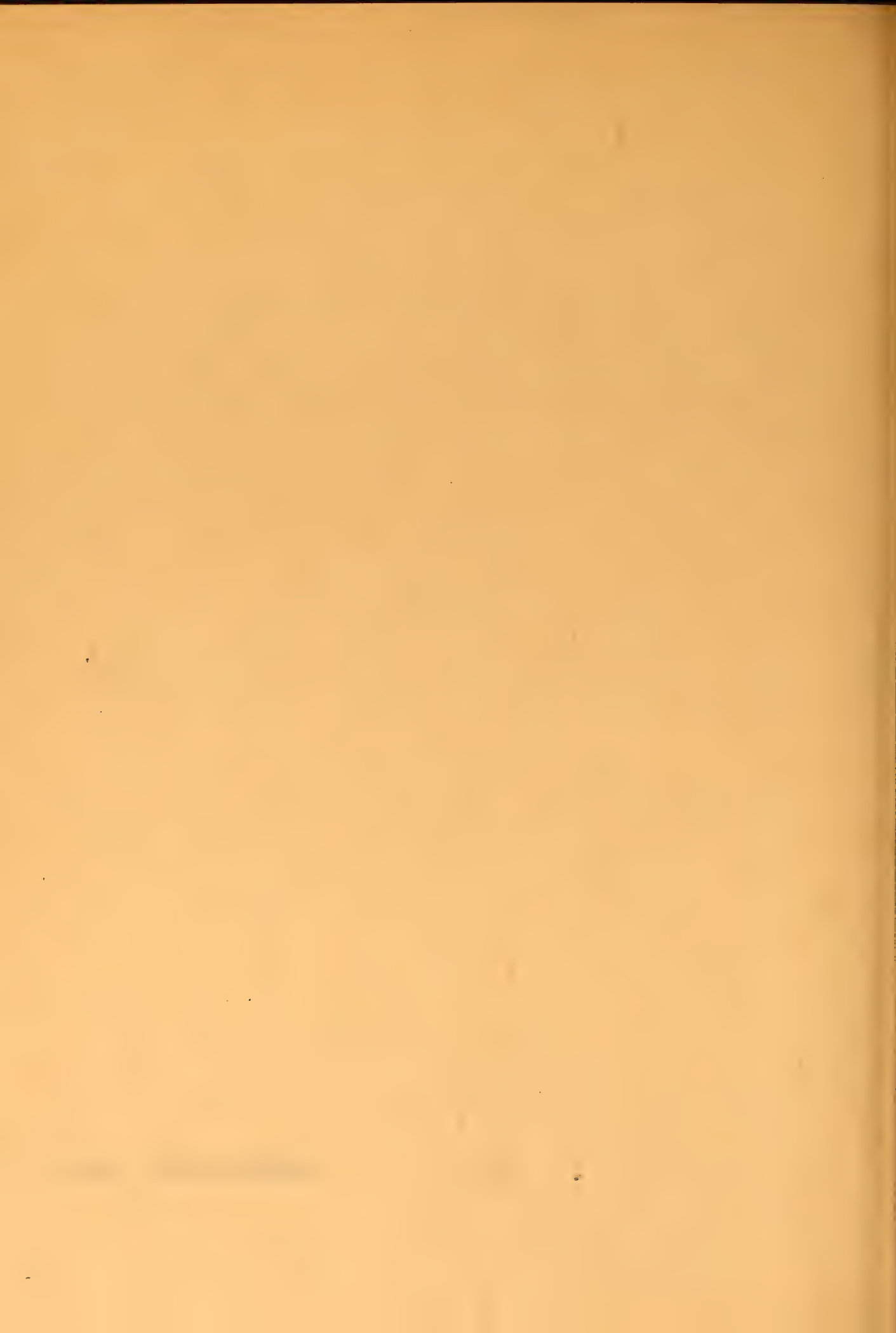
Em fevereiro de 1983, o Governo desvalorizou o Cruzeiro em 30% em relação à moeda norte-americana face à crescente sobrevalorização da nossa moeda em relação à taxa efetiva, fruto do extraordinário fortalecimento do dólar nos mercados financeiros internacionais. As exportações brasileiras, antes desta correção cambial, estavam nitidamente perdendo competitividade frente aos nossos principais parceiros na Europa e na Ásia. Esta situação era ainda agravada pelas desvalorizações cambiais acentuadas ocorridas em vários países em desenvolvimento, nossos concorrentes no comércio internacional.

Após a máxima desvalorização do Cruzeiro foram efetuados 45 reajustes cambiais, a um intervalo de 6 dias, mantendo-se assim a taxa oficial de câmbio desvalorizada acima da taxa de paridade. A desvalorização acumulada do Cruzeiro foi de 138%, neste período, contra um crescimento de 150,4% do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (isento de accidentalidade). No ano como um todo, o Cruzeiro acumulou uma desvalorização média de 186% contra uma variação no IGP-DI (isento de accidentalidade) de 190,9%.

A dívida externa total atingiu, de acordo com os dados preliminares do balanço de pagamentos, US\$90,7 bilhões ao final do ano, com acréscimo de 8,9% sobre 1982, sendo US\$79,7 bilhões relativos à dívida de médio e longo prazos e US\$11,0 bilhões correspondentes principalmente à dívida comercial de curto prazo.



AGRADECIMENTO FINAL



AGRADECIMENTO FINAL

A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN deixa aqui registrado seu agradecimento aos seguintes órgãos e entidades, cuja prestimosa colaboração nos possibilitou, de um lado, o oferecimento de números e esclarecimentos adicionais aos Balancos-Gerais da União e, de outro, demonstrar o cuidado que outras áreas do Serviço Público Federal vêm aplicando na realização das tarefas sob sua responsabilidade:

a) BANCO CENTRAL DO BRASIL

- . pelo trabalho intitulado "Desempenho das Autoridades Monetárias"

b) COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

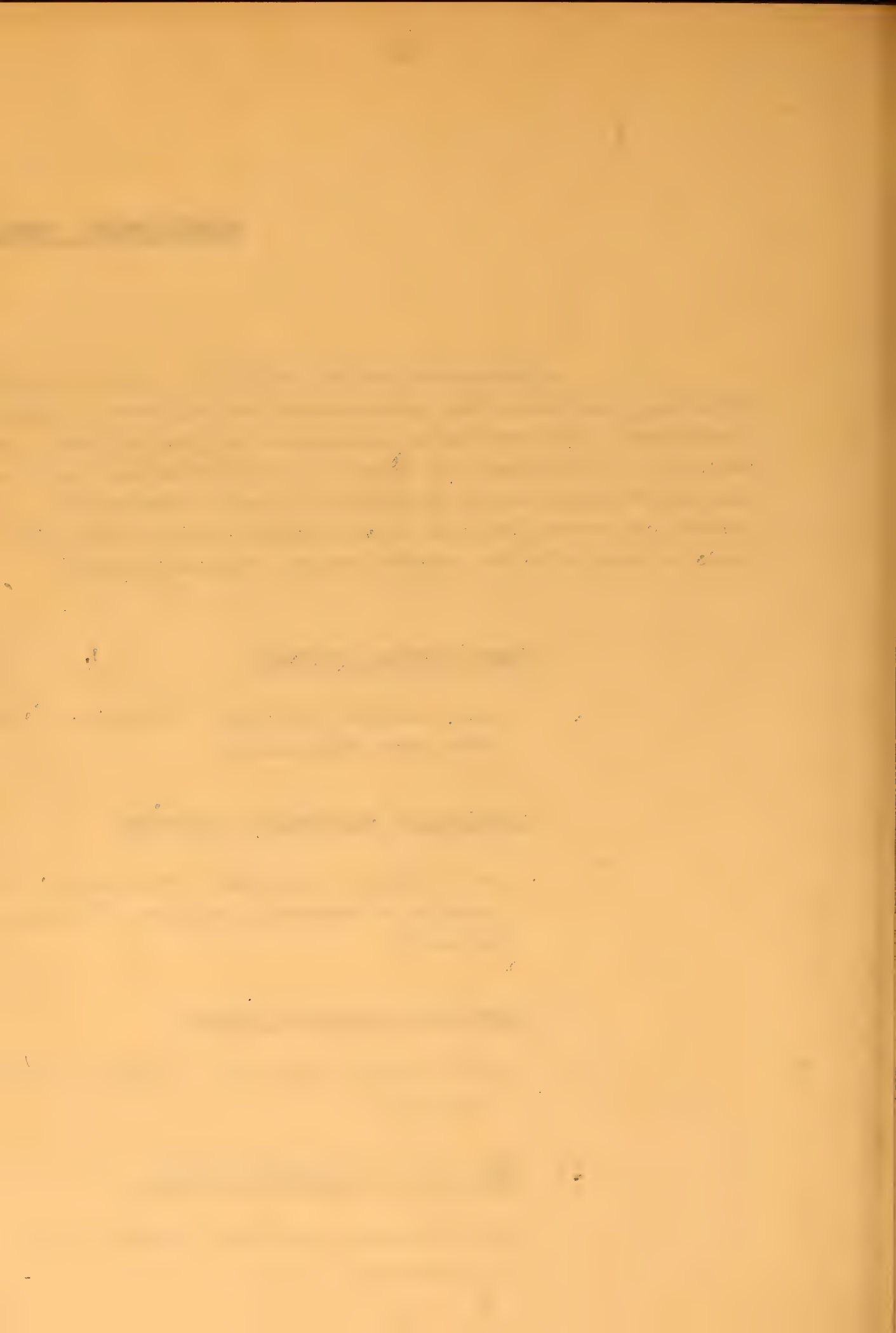
- . pelo trabalho intitulado "Programação Financeira e Desempenho da Caixa do Tesouro Nacional"

c) SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

- . pelo trabalho intitulado "Administração Tributária"

d) INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

- . pelo trabalho intitulado "Mercado Segurador Nacional"



e) SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- . pelo trabalho intitulado "Sistema Nacional de Seguros Privados"

f) SECRETARIA-GERAL E INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, AMBOS DA SEPLAN/PR

- . pelo trabalho intitulado "O Desempenho da Economia Brasileira"

g) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- . pelos dados relativos ao FINSOCIAL

h) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

- . pelos dados relativos ao Imposto Territorial Rural

i) SECRETARIA DE CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

- . pelos dados relativos às transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário

j) A TODOS AQUELES QUE

embora não estejam expressamente aqui mencionados, sabem muito bem que o seu valioso auxílio permitiu a entrega, dentro do prazo constitucional, dos Balanços-Gerais da União relativos a 1983.







